

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO

DESIGUALDADE PERPETUADA: OS QUADROS DE SENTIDO ENTRE A
REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E O RECONHECIMENTO DE ATLETAS COM
DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ESPETACULAR

CURITIBA

2023

HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO

DESIGUALDADE PERPETUADA: OS QUADROS DE SENTIDO ENTRE A
REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E O RECONHECIMENTO DE ATLETAS COM
DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ESPETACULAR

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Kelly Cristina de Souza Prudencio

CURITIBA

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN - CABRAL

- A532 Anacleto, Helen Cristine Almeida
Desigualdade perpetuada: os quadros de sentido entre a representação simbólica e o reconhecimento de atletas com deficiência no Esporte Espetacular. / Helen Cristine Almeida Anacleto. – 2023.
1 [recurso online](#): PDF
- Orientador: Prof.a Dra. Kelly Cristina de Souza [Prudencio](#)
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-graduação em Comunicação.
Inclui referências.
1. Comunicação. 2. Atletas paralímpicos. 3. Luta por reconhecimento. 4. Enquadramento multimodal audiovisual. 5. Esporte Espetacular. I. Prudencio, Kelly Cristina. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Artes Comunicação e Design. Programa de Pós-graduação em Comunicação. III. Título.

CDD: 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **HELEN CRISTINE ALMEIDA ANACLETO** intitulada: **DESIGUALDADE PERPETUADA: OS QUADROS DE SENTIDO ENTRE A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA E O RECONHECIMENTO DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ESPETACULAR**, sob orientação da Profa. Dra. KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Julho de 2023.

Assinatura Eletrônica
08/08/2023 14:20:54.0

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
01/08/2023 14:18:36.0

CARLA CANDIDA RIZZOTTO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
03/08/2023 15:17:00.0

ANA CAROLINA SOARES COSTA VIMIEIRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica
01/08/2023 16:50:14.0

TATIANE HILGEMBERG FIGUEIREDO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA)

*dedico esta tese,
o que veio antes dela
e tudo o que virá depois
ao meu pai, que, de onde está, hoje me vê doutora.*

AGRADECIMENTOS

Atrás de cada uma dessas linhas, mora um sonho.

E o primeiro deles nasceu germinado em terra vermelha, nos rincões desse Paranazão, por mãos que já semeavam o futuro muito antes de eu nascer. Mãos que, com muito esforço, abriram os caminhos para que, hoje, eu pudesse celebrar. Venho de uma família de agricultores. Trabalhadores que passaram grande parte da vida desafiando a incerteza da colheita e que plantaram em todos nós a insistência: gente como nós não se entrega.

Esta tese nunca existiria sem os meus avós, João e Dona Lola. Vô e vó: ter vocês por perto é um presente. Obrigada por me receberem e abraçarem desde pequenina e, por, ainda hoje, encherem meu coração com o amor mais verdadeiro que existe. Agradeço à nossa família, que me lembra de onde vim e pra onde sempre posso voltar com o peito carregado de saudade. Tios, tias, primos e primas do meu nortão: essa celebração é nossa.

Cada linha aos meus irmãos, companheiros de vida, almas fraternas que me amparam em todas as direções: Rodrigo, pela sensibilidade de me ouvir com o coração; Fábio, pela paz que me inspira no caos; Juliano, pelo sorriso que me arranca a dor. Amo vocês com força. Se mil vidas eu tiver, em todas, todas elas, quero caminhar com vocês.

Aos meus sobrinhos, meus coraçõezinhos a caminhar por esse mundão: Carolina, João, Estela e Estêvão. Obrigada, queridos da titi, por me alimentarem de amor e me reabastecerem de fé. O mundo pelo qual luto é pra vocês, que amo com todo o meu coração.

Às cunhadas Barbara, minha irmãe de alma nesta vida, desde antes de eu saber o que era vida; Josiane, que tem no amor pela nossa família um motor sempre necessário e Viviane, pela torcida sempre vibrante em todos os meus planos.

Às irmãs de outras vidas, que tantos lamentos ouviram e tantos perdões já concederam pela ausência nos últimos anos: Bruna Sato, minha alma gêmea nipônica. Às indeléveis Letícia França, Vivian Faria, Dalane Santos, Patrícia Herman, Juliana Blume, Ana Cichon e Carolina Goetten, pontos de apoio incondicional desde 2008/2009. Quero ouvir Vienna com vocês pra sempre.

Agradeço, ainda, aos amigos me acarinham o coração: Tarcísio Silveira, Rafael Antunes, Iara Maggioni, Emeline Hirafuji, Francielle Walter, Francielle Colpani, Emanuel Pierin, Marcela Carvalho, Lina Hamdar e Vanessa Rumor. Obrigada por nunca me deixarem sentir só. A partir de agora, espero que todos os "não dá, hoje não consigo" virem "só se for agora, boralá!".

Aos amigos da RPC, que dividem não só as trincheiras da notícia, mas perseguem com esperança o descortinar de novos tempos: Luciana Grande, Taísa Binder, Ângela Iurk, Mariana Dantas, Wilson Soler, Leonardo Alves, Suzana Possamai e Sandra Salvadori. Obrigada pelo apoio, compreensão e torcida.

Aos meus alunos queridos da Universidade Positivo: obrigada por me orgulharem mais e mais a cada dia e por me lembrarem de ser grata por todos os meus sonhos realizados. É incrível como a gente pode se esquecer deles com o passar do tempo. Aos amigos queridos da UP, obrigada por segurarem todas as pontas enquanto eu segurava tantas outras barras: Felipe Harmata, Katia Brembatti, Gustavo Panacioni, Daniel Zanella, Ana Hudzinski, André Ambonatti, Maurício Nunes, Elis Paes, Jefferson Ribeiro e Nathan Gonçalves, vocês são sinistros. O tempo todo. Pelas boas vibrações e pela força na tormenta.

Aos professores e amigos do PPGCOM/UFPR, em especial à professora Carla Rizzotto pelas contribuições preciosas que me acompanham desde o mestrado. Carla, você me transformou em uma pesquisadora melhor. Obrigada! Às professoras Danila Cal e Regiane Garcêz, pelas orientações preciosas ao longo desta pesquisa e pela inspiração compartilhada pelas questões de justiça. Às professoras Tatiane Hilgemberg e Ana Carolina Vimieiro, que acompanho com atenção desde os primeiros dias de pesquisa, ainda no mestrado, e que tive a honra de ouvir com atenção durante a banca de defesa. Obrigada por cada palavra de incentivo e cada sugestão de como tornar essa pesquisa melhor. À amiga Luciane Belin, por compartilhar as dores e os amores do doutorado, sempre com ouvidos dispostos a servir bem para servir sempre. Aos guerreiros da primeira turma de Doutorado em Comunicação da UFPR: vencemos, camaradas!

À orientadora, amiga, conselheira e parceira de jornada Kelly Prudencio. Obrigada por inspirar cada descoberta desta tese, por abrir caminhos quando eles ainda pareciam fechados pelo desconhecido, por acolher os lamúrios com leveza e por ser o combustível necessário para acelerar a pesquisa nos momentos decisivos. A sua forma de ver o mundo me inspira. Obrigada, Kelly!

À persistência de Milana Bernartt, solícita e gentil na mesma medida, também é preciso agradecer. Agradeço, também, à colaboração de Afonso Garschagen.

Aos atletas paralímpicos, campeões indiscutíveis, Verônica Hipólito, Tiago Silva, Maria Carolina Santiago e ao maior campeão paralímpico brasileiro Daniel Dias: obrigada para sempre. Vocês são minha medalha de ouro nesta pesquisa.

Ao Ernesto, meu presente nesse mundo, presença de luz e amor incondicional na jornada. Companhia inseparável e essencial nos dias e noites de dedicação à pesquisa.

Ao cheirinho de café que invade a casa no domingo de manhã, ao amanhecer de sol depois de vários dias seguidos de chuva, ao afago na alma que ganhei de presente, em uma linha direta com Deus: Leonardo Morrone, meu marido e amor de todas as minhas vidas. Leo, teu amor me carregou até aqui. Teu esforço em manter a vida em ordem quando o caos parecia ser o único caminho certo tornou esse dia possível. A polenta servida quentinha nos dias derradeiros e o abraço da última linha escrita, temperado com o choro do alívio, são afagos que vou levar pra sempre na alma, cravados como ouro de mina. Escrevo essas linhas enquanto te vejo sorrir e celebrar essa etapa vencida. Te amo por isso, mas também — e principalmente — porque do teu lado eu me sinto forte. E feliz.

Ao Anacleto, meu pai, que segue vivo em tudo o que sou e faço. Em tudo o que sonho e realizo. Que carregava como trofeu o recorte de jornal com a notícia da minha aprovação em Jornalismo na UFPR. Que se foi cedo demais, antes de tudo o que veio depois. Que, sempre que podia, me cravava na alma uma frase que eu, quase nunca, gostava de ouvir, porque me servia mais como conselho para manter os pés cravados no chão: antes de colher, é preciso plantar.

Atrás de cada uma dessas linhas, mora um sonho. E esta tese aponta para o meu principal: viver em um mundo menos injusto a cada volta.

Pai, a hora da colheita finalmente chegou.

A injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar

Martin Luther King

RESUMO

A mídia é uma arena essencial para o debate social, porque, inserida no campo político, representa um espaço de visibilidade buscado por grupos e minorias que buscam o descortinar público das próprias demandas. No entanto, ao mesmo tempo em se realizam na esfera pública, os discursos midiáticos também constroem quadros de sentido que agem como impulsionador ou entrave nas lutas por justiça. Esta tese se propõe a compreender a tensão entre a representação simbólica de atletas paralímpicos pelo Esporte Espetacular (EE) e a forma como estes quadros de sentido se relacionam com as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação política desses atores (FRASER, 2009). Nosso referencial teórico passa pelo debate sobre igualdade e diferença (YOUNG, 1990), pelas reflexões sobre justiça (FRASER, 2003; FRASER, 2009; HONNETH, 1999; HONNETH, 2003a) e pelas discussões sobre o papel da mídia e as representações que derivam de seus discursos (MAIA, 2018). A questão que guia esta pesquisa é: de que maneira as ferramentas de representação simbólica e os quadros de sentido construídos pelo Esporte Espetacular sobre os atletas com deficiência se relacionam com a busca por reconhecimento, redistribuição e representação política destes atores? Para chegar a possíveis respostas, a tese se divide em duas etapas: na primeira delas, foram analisadas todas as edições do Esporte Espetacular entre 2017 e 2021. Após a observação das 240 edições exibidas em cinco anos de recorte, foram encontradas 98 reportagens que tinham como temática o atleta com deficiência. Uma amostra de 30 reportagens foi analisada a partir de uma adaptação ao método de enquadramento multimodal (WOSNIAK *et al.*, 2014). A metodologia, chamada de enquadramento multimodal audiovisual, foi especialmente desenvolvida para operacionalizar a análise de imagens em movimento, além das dimensões noticiosa e narrativa das reportagens. Na segunda etapa, a pesquisa confronta os achados com entrevistas em profundidade feita com os atletas paralímpicos Verônica Hipólito, Tiago Silva, Maria Carolina Santiago, com o ex-nadador paralímpico Daniel Dias e com o ex-editor-chefe do Esporte Espetacular Afonso Garschagen. A análise de enquadramento multimodal audiovisual aponta para um paradoxo na cobertura do EE: enquanto as dimensões redistributiva e de representação política são invisibilizadas pelo programa, o reconhecimento se realiza a partir de quadros de sentido narrativo que valorizam as histórias individuais e a deficiência do atleta, em uma representação simbólica de fragilidade e dependência. No caminho contrário, as imagens usadas nas mesmas reportagens oferecem reconhecimento pelas capacidades esportivas desses atores. Essa combinação pode ser considerada, ao mesmo tempo, um impulso na busca por paridade de participação para os atletas, à medida em que eles são valorizados por suas capacidades individuais, mas também pode representar um falso reconhecimento (FRASER, 2009). Também observamos que as ferramentas narrativas do EE elegem representantes que passam a ter, na mesma medida, enaltecidas suas conquistas esportivas e invisibilizadas sua deficiência. As entrevistas mostram que os atletas paralímpicos buscam paridade de participação a partir do reconhecimento de seu percurso esportivo. As falas caminham no sentido da confiança no jornalismo esportivo como meio de difusão de demandas por justiça, desde que haja ajustes na narrativa empregada.

Palavras-chave: atletas paralímpicos; luta por reconhecimento; enquadramento multimodal audiovisual; Esporte Espetacular.

ABSTRACT

The media is an essential arena to social debate, for when it is inserted into the political field, represents an open spot of visibility sought by groups and minorities that pursue public unveiling of their own demands. However, at the same time they take place in the public sector, the media speeches also build sense frames that perform as a booster or a barrier in the struggle for justice. This thesis proposes to comprehend the tension between the symbolic representation of paralympic athletes from Esporte Espetacular (EE) and the way these sense frames relate to the demands for recognition, redistribution and political representation of these actors (FRASER, 2009). Our theoretical references embrace the debate of equality and difference (YOUNG, 1990), the reflections about justice (FRASER, 2003; FRASER, 2009; HONNETH, 1999; HONNETH, 2003a) and the discussions about the role of media and the representations that derive from its speeches (MAIA, 2018). The issue that guides this research is: which manner do the tools for symbolic representation and the sense frames made by Esporte Espetacular about the disabled athletes relate with the pursuit of recognition, redistribution and political representation of these actors? To achieve possible answers, the thesis is divided into two stages: at first, every Esporte Espetacular edition was analyzed between 2017 and 2021. After observing all 240 editions broadcasted during the five-year time, 98 reports with themes related to disabled athletes were found. A sample of 30 reports was analyzed by using an adaptation of the multimodal framing method (WOSNIAK et al., 2014). The methodology, called audiovisual multimodal framing, was specially developed to operationalize the movement and image analysis, apart from the news and narrative dimensions of the reports. In the second stage, the research confronts the findings with deep interviews held with paralympic athletes Verônica Hipólito, Tiago Silva, Maria Carolina Santiago, the former paralympic swimmer Daniel Dias and the former Esporte Espetacular chief editor Afonso Garschagen. The audiovisual multimodal framing analysis points to a paradox in the EE coverage: whilst the redistributive and political representation dimensions are made invisible by the show, the recognition takes place through narrative sense frames which enrich individual stories and the athlete's disability, in a symbolic representation of weakness and dependence. On the other hand, the images used in the same reports bring recognition for the sporting skills of these actors. This combination may be considered, at the same time, a boost in the pursuit of athlete participation parity, whereas they are valued for their individual skills, but also for representing a false recognition (FRASER, 2009). We also observed that the EE narrative tools appoint agents that start to have their sports achievements praised and their disabilities made invisible at the same level. The interviews show that the paralympic athletes seek participation parity as recognition of their sporting journey. The speech marches in the sense of trust in the sportive journalism as a mean of diffusion of demands for justice, as long as there are adjustments in the applied narrative.

Keywords: paralympic athletes; struggle for recognition; audiovisual multimodal framing; Esporte Espetacular.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPONENTE ENQUADRADO NO ESPORTE ESPETACULAR.....	121
GRÁFICO 2 - ATORES COM ESPAÇO DE FALA NO ESPORTE ESPETACULAR.....	123
GRÁFICO 3 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA ENQUADRADA NO ESPORTE ESPETACULAR.....	124
GRÁFICO 4 - CAUSAS ENQUADRADAS PELO ESPORTE ESPETACULAR.....	128
GRÁFICO 5 - JULGAMENTO MORAL ENQUADRADO PELO ESPORTE ESPETACULAR.....	132
GRÁFICO 6 - SOLUÇÕES ENQUADRADAS PELO ESPORTE ESPETACULAR.....	135
GRÁFICO 7 - PAPEL DOS ATLETAS PARALÍMPICOS NO ESPORTE ESPETACULAR.....	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2017.....	110
QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2018.....	112
QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2019.....	113
QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2020.....	114
QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2021.....	115
QUADRO 6 - RELAÇÃO DE REPORTAGENS DO EE ANALISADAS (2017-2021).....	118

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR REGIÃO DO PAÍS.....	30
TABELA 2 - DISTINÇÃO SEMÂNTICA ENTRE OS CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA.....	32
TABELA 3 - CATEGORIAS DE NARRATIVIDADE NO ESPORTE ESPETACULAR.....	139
TABELA 4 - CATEGORIAS DE GÊNEROS NARRATIVOS NO ESPORTE ESPETACULAR.....	146
TABELA 5 - CATEGORIAS DE IMAGENS DENOTATIVAS NO ESPORTE ESPETACULAR.....	150
TABELA 6 - ÂNGULOS DE IMAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR.....	155
TABELA 7 - PLANOS DE CÂMERA NO ESPORTE ESPETACULAR.....	155
TABELA 8 - TRILHAS SONORAS NO ESPORTE ESPETACULAR.....	158
TABELA 9 - EFEITOS DE EDIÇÃO NO ESPORTE ESPETACULAR.....	160

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESQUEMA ANALÍTICO DE ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL.....	86
FIGURA 2 - ESQUEMA ANALÍTICO DE ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL.....	91
FIGURA 3 - TRECHO DA REPORTAGEM “RECEIO DE CONTÁGIO DO NOVO CORONAVÍRUS AFETA ATLETAS PARALÍMPICOS DO BRASIL”.....	127
FIGURA 4 - TRECHO DA REPORTAGEM “VERÔNICA HIPÓLITO VENCE OBSTÁCULOS E MOSTRA COMO É IMPORTANTE SE SUPERAR A CADA DIA”.....	131
FIGURA 5 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS 15 ANOS, ATLETA DO FUTEBOL DE 5 VOLTA À ANGOLA E TEM ENCONTRO EMOCIONANTE COM A MÃE”.....	132
FIGURA 6 - TRECHO DA REPORTAGEM “PELÉ CEGO: AS RAZÕES QUE FAZEM DE RICARDINHO UM FENÔMENO DO FUTEBOL DE 5”.....	135
FIGURA 7 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”.....	138
FIGURA 8 - TRECHO DA REPORTAGEM “MENINO QUE PERDEU BRAÇO COM ATAQUE DE TIGRE MOSTRA TALENTO NA NATAÇÃO PARALÍMPICA”.....	140
FIGURA 9 - TRECHO DA REPORTAGEM “ZION CLARK: COM DOENÇA GENÉTICA RARA, ELE SONHA COM TÓQUIO-2021”.....	142
FIGURA 10 - TRECHO DA REPORTAGEM “VERÔNICA HIPÓLITO VENCE OBSTÁCULOS E MOSTRA COMO É IMPORTANTE SE SUPERAR A CADA DIA”.....	143
FIGURA 11 - TRECHO DA REPORTAGEM “NADADOR PARALÍMPICO DANIEL DIAS ANUNCIA QUE DARÁ ADEUS ÀS PISCINAS APÓS TÓQUIO”.....	145
FIGURA 12 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS 15 ANOS, ATLETA DO FUTEBOL DE 5 VOLTA À ANGOLA E TEM ENCONTRO EMOCIONANTE COM A MÃE”.....	147
FIGURA 13 - TRECHO DA REPORTAGEM “PROJETO TÓQUIO: CONHEÇA A ROTINA DE TREINOS DO VELOCISTA PARALÍMPICO PETRÚCIO FERREIRA”.....	151
FIGURA 14 - TRECHO DA REPORTAGEM “NASCIDO PREMATURO, GABRIEL ENCONTRA NO BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS SUA FONTE DE SUPERAÇÃO”.....	153
FIGURA 15 - TRECHO DA REPORTAGEM “PELÉ CEGO: AS RAZÕES QUE FAZEM DE RICARDINHO UM FENÔMENO DO FUTEBOL DE 5”.....	154
FIGURA 16 - TRECHO DA REPORTAGEM “SOBRE RODAS #01: FERNANDO FERNANDES ENCARA A TRAVESSIA DO SALAR DE UYUNI, NA BOLÍVIA”.....	156
FIGURA 17 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS VENCER A COVID, ANTÔNIO TENÓRIO BUSCA SÉTIMA MEDALHA PARALÍMPICA E NÃO PENSA EM APOSENTADORIA”.....	156
FIGURA 18 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”.....	157

FIGURA 19 - TRECHO DA REPORTAGEM “CONHEÇA DANIEL LONDES, O MULTIATLETA QUE PASSOU POR 112 CIRURGIAS DEPOIS DE SOFRER UMA DESCARGA ELÉTRICA”	162
FIGURA 20 - TRECHO DA REPORTAGEM “SOBRE RODAS: FERNANDO FERNANDES ENCARA CORREDEIRAS NAS CATARATAS DO IGUAÇU”	164
FIGURA 21 - TRECHO DA REPORTAGEM “NADADOR PARALÍMPICO DANIEL DIAS ANUNCIA QUE DARÁ ADEUS ÀS PISCINAS APÓS TÓQUIO”	166
FIGURA 22 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”	167
FIGURA 23 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”	168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
1 JAB E DIRETO: O CORPO COMO GUARDIÃO DAS LUTAS.....	27
1.1 O CORPO COM DEFICIÊNCIA: UMA CRONOLOGIA DE PRÉ-CONCEITOS..	29
1.2 MODELOS CONCEITUAIS DA DEFICIÊNCIA.....	36
1.2.1 A deficiência no alvo do estigma: busca por uma identidade castigada.....	40
2 DIFERENTES EM BUSCA DE PARIDADE: UMA CORRIDA COM BARREIRAS NA ROTA DA JUSTIÇA.....	44
2.1 NO PÓDIO DA JUSTIÇA: A TEORIA TRIDIMENSIONAL DE NANCY FRASER... 51	
2.1.1 Nadando contra a maré: a luta por reconhecimento, redistribuição e representação dos atletas com deficiência.....	56
2.1.1.1 A representação simbólica nos limites do falso reconhecimento.....	62
2.1.1.1.2 A criação dos Jogos Paralímpicos como ferramenta de representação política e simbólica.....	65
3 A MÍDIA E A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO (IN)VISÍVEL.....	69
3.1 DE VÍTIMA DO DESTINO À GLÓRIA ESPORTIVA: A NARRATIVA DO SUPER-HEROI NA TRAJETÓRIA PARALÍMPICA.....	74
3.1.1 A superação como elemento de falso reconhecimento.....	79
4 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO: ALCANCES E LIMITES.....	83
4.1 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL: A OBSERVAÇÃO COMBINADA DOS QUADROS MUDIÁTICOS.....	86
4.2 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL: UM MÉTODO EM MOVIMENTO.....	89
4.2.1 Enquadramento noticioso.....	92
4.2.2 Narrativa.....	92
4.2.2.1 Narratividade.....	93
4.2.2.2 Gêneros narrativos.....	95
4.2.2.3 Identificação de papéis.....	95
4.2.3 Análise visual e audiovisual.....	96
4.2.3.1 Dimensão denotativa da análise visual.....	101
4.2.3.2 Dimensão semiótica da análise visual.....	102
4.2.3.3 Dimensão conotativa da análise audiovisual.....	103
4.2.3.3.1 Dimensão conotativa: trilha sonora.....	104
4.2.3.3.2 Elementos simbólicos: efeitos de edição.....	106
4.2.3.4 Dimensão ideológica da análise audiovisual.....	107
5 O ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ESPETACULAR.....	109
5.1 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO ESPORTE ESPETACULAR.....	120
5.2 NARRATIVA DO ESPORTE ESPETACULAR.....	138
5.2.1 Narratividade.....	138

5.2.2 Gêneros narrativos.....	146
5.2.3 Identificação do papel do atleta com deficiência.....	148
5.3 ANÁLISE VISUAL E AUDIOVISUAL DO ESPORTE ESPETACULAR.....	149
5.3.1 Dimensão denotativa da análise visual.....	150
5.3.2 Dimensão semiótica da análise visual.....	154
5.3.3 Dimensão conotativa da análise audiovisual.....	158
5.3.3.1 Trilhas sonoras.....	158
5.3.3.2 Efeitos de edição.....	160
5.3.4 Dimensão ideológica da análise audiovisual.....	163
6 ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE: UM MERGULHO NA NARRATIVA DO REAL	173
6.1 DA IDEALIZAÇÃO À REALIDADE: O ATLETA PARALÍMPICO FORA DAS	
TELAS.....	175
6.1.1 Histórias de vida, esporte e deficiência.....	179
6.1.2 Luz, câmera... (super)ação! O atleta paralímpico no centro de uma luta	
invisível.....	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	203
ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética.....	217
ANEXO B – Roteiro de entrevistas - atletas paralímpicos.....	218
ANEXO C - Roteiro de entrevistas - Esporte Espetacular.....	220

INTRODUÇÃO

Essa tese nasce de inquietações germinadas, assumidamente, em um solo de privilégio. São observações feitas durante mais de doze anos de atividade profissional como jornalista — parte desse tempo convivendo diariamente com o noticiário esportivo — mas, e principalmente, de questionamentos que, na busca por um mundo minimamente mais justo, é impossível não ver. Entender a comunicação midiática como um recurso essencial de valorização às mais variadas lutas é também enxergá-la na sua totalidade: com suas vantagens, seus espaços disponíveis para o debate, mas, também, com seus protocolos de operação que nos levam a ver o mundo com lentes que evidenciam ou invisibilizam tantos atores pelo caminho. Teremos tempo para debater quando e de que forma isso costuma ocorrer.

No entanto, em nome da transparência é preciso, desde já, esclarecer: essa não é uma pesquisa dedicada a apontar erros, muito menos linhas que oferecem sugestões sobre como o jornalismo deve ou não lançar mão das narrativas que o compõem. O que pretendemos é, a partir do debate sobre justiça, propor uma análise que permita enxergar o jornalismo televisivo a partir de todos seus elementos: do texto à imagem, em suas estratégias nem sempre visíveis aos olhos destreinados, em uma empreitada que representa uma tentativa de compreensão sobre como essas ferramentas narrativas combinadas favorecem e/ou prejudicam a busca por reconhecimento, redistribuição e representação política de grupos que costumam viver à margem social. Entre esses grupos, nos debruçamos aqui, ao dos atletas com deficiência.

Nunca antes na história, o Brasil teve um desempenho tão positivo nos Jogos Paralímpicos como em Tóquio, em 2021. Ao final da competição, a delegação brasileira conquistou 72 medalhas, sendo 22 de ouro, 20 de prata e 30 de bronze. O desempenho garantiu a sétima colocação do país no quadro, o que assinalou a meta previamente defendida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, de ter o país figurando entre os dez melhores do mundo. Apesar das dificuldades impostas pela pandemia que castigou o mundo, a delegação brasileira desembarcou no Japão com 259 atletas: 68 deles com deficiência severa e 39 com menos de 23 anos (CPB, 2021)¹. Entre os integrantes da delegação brasileira, 95% receberam

¹Mais informações em:

<https://www.cpb.org.br/noticia/detalhe/3570/a-melhor-campanha-de-todos-os-tempos-brasil-termina-o>

apoio do Governo Federal por meio do Bolsa Atleta, da Secretaria Especial do Esporte, ancorada pelo Ministério da Cidadania.² Desde 2005, os investimentos com o benefício chegaram, segundo o governo, a R\$ 117 milhões - R\$ 75 milhões desembolsados durante o último ciclo olímpico, de 2016 a 2021 (BRASIL, 2021)³.

Depois de ter sido adiada em 2020, por causa da escalada do Coronavírus, a edição japonesa dos Jogos Paralímpicos foi realizada entre 24 de agosto e 5 de setembro de 2021, sem a presença de público. Esse isolamento nas arenas esportivas, necessário para conter o avanço da pandemia na capital do Japão, trouxe esperança de quebra de recordes de audiência nas transmissões das competições. Pouco antes do início dos jogos, o Comitê Paralímpico Internacional estimou que as disputas seriam assistidas por mais de 4,25 bilhões de pessoas ao redor do mundo, ultrapassando a marca dos 4,1 bilhões de telespectadores que acompanharam a edição Rio 2016 pela televisão. A cobertura contou com mais de 150 veículos credenciados, entre emissoras de TV, rádio e sites de internet de 177 países. Eles foram responsáveis por transmitir ao vivo 21 modalidades de 19 esportes diferentes, a maior marca já conquistada pela principal competição dedicada a atletas com deficiência do mundo (IPC, 2021)⁴.

No entanto, nem os investimentos, tampouco a cobertura jornalística voltada a registrar os feitos no esporte paralímpico parecem garantir paridade, principalmente no que diz respeito ao tratamento considerado justo em relação a este grupo. Pelo contrário: a disparidade entre atletas olímpicos e paralímpicos coloca os esportistas com deficiência no centro de uma luta por reconhecimento, redistribuição e representação (FRASER, 2009) que é histórica e também tem se ressignificado a partir de novas abordagens midiáticas, que, conscientes do apelo que histórias de interesse humano suscitam, passam a explorar a deficiência em

[s-jogos-paralimpicos-de-toquio-com-recorde-de-ouros-e-feitos-ineditos](#). Acesso em 07 de setembro de 2021.

²Depois de vencer as eleições em 2018, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu alguns ministérios, entre eles o do Esporte. A mudança gerou preocupação em atletas e membros da Comissão do Esporte, que denunciaram a perda de mais de R\$ 400 milhões em investimentos em estrutura, a menos de dois anos do início previsto, à época, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio. Mais informações em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/557067-osmar-terra-garante-a-deputados-que-fim-do-ministerio-do-esporte-nao-trara-retrocesso/>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

³Mais informações em:

<https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2021/08/em-toquio-95-da-delegacao-conta-com-apoio-do-bolsa-atleta>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

⁴Mais informações em:

<https://www.paralympic.org/news/tokyo-2020-paralympics-set-break-all-broadcast-viewing-records>. Acesso em 29 de agosto de 2021.

primeiro plano, em detrimento dos aspectos esportivos que envolvem esse grupo. Parte desse fenômeno social pode ser interpretado a partir dos conceitos sobre justiça.

De um lado, Honneth (2003a) observa o ideal normativo de justiça a partir de aspectos ligados à formação da própria identidade ou o reconhecimento como objetivo que mira a autorrealização dos sujeitos. Para ele, é por meio do reconhecimento dentro das relações intersubjetivas que o indivíduo fica credenciado a viver a plena realização de suas capacidades. E é a partir da autorrealização e do reconhecimento social mútuo que cada indivíduo tem sua identidade formada de maneira integral (MENDONÇA, 2007). Como contraponto a Honneth, Fraser (2003) entende que o reconhecimento ancorado no ideal de valorização e construção da própria identidade, por si, não representa uma solução suficiente para os problemas de justiça, principalmente porque tende a negligenciar outras formas de injustiça como as abrigadas nas privações econômicas e na falta de representação política. Com base nisso, a autora propõe uma teoria de justiça que se realiza na subjugação da subordinação em três diferentes esferas: a cultural, a econômica e a política.

A reabilitação esteve no centro da inserção de pessoas com deficiência na prática esportiva. Em 1888, dois clubes passaram a contar com atletas surdos em Berlim, na Alemanha, no que, os registros mostram, podem ser considerados os primeiros passos para a criação de competições para pessoas com deficiência⁵. Mais de um século depois, a evolução dessas competições deságua nos Jogos Paralímpicos, que fazem, hoje, parte de um processo mais amplo de reconhecimento, redistribuição e representação, na medida em que significam, indubitavelmente, uma conquista para esses atletas, mas, ao mesmo tempo, também expõem um sistema complexo de falta de acesso a recursos sociais, financeiros e de deliberação que dificultam a paridade de participação (FRASER, 2003).

Poucos trabalhos no país se debruçam a compreender a forma como programas televisivos produzem e reproduzem estereótipos. Entendemos que o

⁵ Atletas com surdez não participam das Paralimpíadas. Desde 1924, os atletas surdos possuem um evento próprio de competições internacionais. As Surdolimpíadas são organizadas a cada quatro anos pelo Comitê Internacional de Esportes para Surdos, entidade que não tem relação com o Comitê Paralímpico Internacional. A última edição das Surdolimpíadas foram realizadas em Caxias, no Rio Grande do Sul, com a participação de mais de 4.500 atletas de 100 países. Mais informações em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-09/atletas-surdos-nao-participam-de-paralimpia-da>. Acesso 02 de abril de 2023.

espaço midiático, para além de todos os problemas que apresenta em sua forma de produção, representa uma arena essencial para a luta por reconhecimento, redistribuição e representação, com vistas à deliberação política. Essa importância repousa, principalmente, na construção de quadros de sentido que perpetuam estereótipos e têm reflexos práticos em outras esferas, como a econômica e a deliberativa. Por esse motivo, entendemos que demonizar as múltiplas faces do protocolo jornalístico é reducionista e pouco frutífero para o debate que realmente importa. A mídia faz parte do motor que ajuda a empreender transformações sociais que precisam ser interpretadas e analisadas com maior atenção, tendo em vista que uma narrativa pode representar, ao mesmo tempo, uma aliada na busca por justiça e uma maneira de oferecer falso reconhecimento, em um processo complexo e permeado de ambiguidades.

O que pretendemos, nesta tese, portanto, é, mais que apontar culpados, trazer reflexões sobre as ferramentas de visibilidade midiática — ou, como chamaremos daqui em diante, representação simbólica — utilizadas pela mídia para construir quadros de sentido a respeito de grupos ou pessoas, de forma individual. Observamos, em especial, a forma como atletas com deficiência têm suas histórias contadas no programa Esporte Espetacular (EE), a partir da interpretação de seus quadros de sentido. Entendemos que, ao analisar o uso combinado dessas ferramentas, foi possível, também, compreender como elas se tensionam com as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação deste grupo.

A questão de pesquisa que orientou esta tese foi: de que maneira as ferramentas de representação simbólica e os quadros de sentido construídos pelo Esporte Espetacular sobre os atletas com deficiência se relacionam com a busca por reconhecimento, redistribuição e representação política destes atores? Para chegar a possíveis respostas, analisamos, a partir da metodologia de enquadramento multimodal audiovisual desenvolvida nesta tese, uma amostra de 30 entre as 98 reportagens sobre atletas com deficiência exibidas pelos EE entre 2017 e 2021. Esse recorte ampliado nos permitiu, primeiramente, entender de que forma a cobertura do esporte paralímpico se dividiu quando a luz do maior evento da categoria não ofuscou a definição das pautas, considerando que, muitas vezes, apenas a proximidade de grandes eventos esportivos representa uma janela de oportunidades para os atletas com deficiência na arena midiática.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa se divide em três momentos essenciais: no primeiro deles, discutimos os conceitos basilares que pavimentam as discussões que nos propusemos a empreender aqui. Depois, analisamos, por meio do enquadramento multimodal audiovisual, uma metodologia desenvolvida nesta tese, reportagens exibidas pelo EE durante um recorte de cinco anos (2017-2021). Finalmente, confrontamos os achados desta fase com entrevistas em profundidade com quatro atletas paralímpicos e o ex-editor chefe do EE.

A questão que nos moveu foi a seguinte: de que maneira as ferramentas de representação simbólica e os quadros de sentido construídos pelo Esporte Espetacular sobre os atletas com deficiência se relacionam com a busca por reconhecimento, redistribuição e representação política destes atores? Para tentar chegar a possíveis respostas, analisamos uma amostra de 30 entre as 98 reportagens ($n = 30$) sobre atletas com deficiência exibidas durante os cinco anos observados, de 2017 a 2021. Durante a observação de todas as 240 edições exibidas durante os cinco anos de recorte definidos para esta pesquisa, foram descartadas da análise as reportagens que não tinham conteúdos relacionados a atletas com deficiência ou os que retratavam torcedores com deficiência. Também decidimos não analisar uma entrevista com o ex-nadador Clodoaldo Silva, que participava de uma ação para promover o Criança Esperança por entender que não haveria enquadramento possível nos termos que pretendemos, já que a reportagem em questão se apresenta nos limites da publicidade institucional e não do jornalismo.

A amostra selecionada ($n = 30$) foi observada por meio da análise de enquadramento multimodal audiovisual, metodologia desenvolvida nesta pesquisa. O método observa, concomitantemente, os enquadramentos noticiosos, narrativos e audiovisuais que construíram a representação simbólica dos atletas paralímpicos. Como objetivos específicos tentamos compreender como essa associação se relaciona com as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação desses atores e de que maneira os próprios atletas: 1) constroem os próprios quadros de sentido sobre si e sobre seu grupo e 2) observam a construção destes quadros de sentido.

A metodologia sobre a qual foi realizada a pesquisa é o enquadramento multimodal (WOSNIAK *et al.*, 2014), com adaptações para análise de imagens em movimento, considerando que o método original se destina à observação de fotografias. Ao fazer as mudanças que entendemos necessárias à observação do nosso objeto de pesquisa, chegamos ao que nomeamos enquadramento multimodal audiovisual. Mais que definir os aspectos técnicos, como planos e enquadramentos de imagem, o que pretendemos, aqui, foi fazer interpretar as escolhas imagéticas, de trilha sonora e de efeitos de edição em sua capacidade de construir representações simbólicas. Entendemos que a observação desses recursos contribui para a compreensão do enquadramento noticioso das reportagens de televisão, quaisquer sejam os temas ou personagens em tela.

Após a etapa de análise de enquadramento, partimos para a segunda fase desta pesquisa, que é a de confrontar esses achados com entrevistas com quatro atletas paralímpicos: Daniel Dias, ex-nadador e maior medalhista paralímpico brasileiro; Maria Carolina Santiago, três vezes medalhista paralímpica na natação; Verônica Hipólito, medalhista paralímpica de prata e bronze no atletismo; Tiago Silva, bicampeão paralímpico de futebol de 5; além do ex-editor-chefe do Esporte Espetacular e atual gerente de programas da TV Globo, Afonso Garschagen. Nosso objetivo, nesta etapa, foi compreender as escolhas editoriais do dominical e, ao mesmo tempo, fazer uma incursão na maneira como os próprios atores retratados percebem suas demandas por justiça representadas simbolicamente ou invisibilizadas no principal programa esportivo do país.

Nosso percurso começa com o debate sobre como a condição física se relaciona com a construção da própria identidade. No **capítulo 1**, falamos a respeito do corpo como guardião das lutas, enquanto capital material simbólico; seus padrões e diferenças e, ainda, sua configuração na constituição dos papéis sociais. Em seguida, debatemos os modelos conceituais da deficiência e como o estigma em relação a ela ocupa o centro das injustiças sociais.

As reflexões sobre a relação entre o reconhecimento da igualdade e da diferença (YOUNG, 1990) e a forma como a justiça se realiza na observação do que é diverso, a partir de remédios sociais diferenciados vêm no **capítulo 2**. Também nele, apresentamos a teoria tridimensional de Nancy Fraser, referencial teórico sobre justiça que nos guiou durante todo o trajeto de pesquisa. A autora compreende as injustiças dentro de três dimensões distintas: a cultural, de

reconhecimento; a econômica, de redistribuição e a política, de representação, em uma discussão na qual refletimos a condição social de atletas com deficiência. Neste mesmo capítulo, aprofundamos o debate sobre a representação simbólica, relacionada à visibilidade midiática, e o falso reconhecimento concedido por narrativas estigmatizantes. Abordamos, ainda, a criação dos Jogos Paralímpicos como ferramenta de representação simbólica, que influencia, também, na constituição da representação política de atletas com deficiência.

As reflexões sobre como o espaço midiático representa uma arena de lutas por reconhecimento e como as narrativas que ela constroi são capazes de produzir representações simbólicas idealizadas e estereotipadas sobre o atleta paralímpico são introduzidas no **capítulo 3**. Nele, discutimos em detalhes uma destas narrativas: a que coloca o atleta paralímpico como super-herói que supera as adversidades, o *supercrip*. Apresentamos, finalmente, argumentos que mostram como o rótulo da superação que embasa essa narrativa se realiza nos limites do estigma e do falso reconhecimento.

As potencialidades e limites do enquadramento noticioso e do enquadramento noticioso multimodal como métodos possíveis para a análise dos quadros de sentido produzidos na arena jornalística são discutidos no **capítulo 4**. Em seguida, apresentamos o método que desenvolvemos para esta tese, o enquadramento multimodal audiovisual, bem como o desenho metodológico desenvolvido a partir da adaptação ao método de enquadramento multimodal proposto por Wosniak *et al.* (2014). Cada categoria contextualizada a partir de um livro de códigos é explicitada neste capítulo.

O **capítulo 5** guarda a apresentação e a discussão da análise de enquadramento multimodal audiovisual de 30 reportagens sobre atletas paralímpicos veiculadas pelo Esporte Espetacular entre 2017 a 2021. Debateremos, neste capítulo, as análises possíveis em cada uma das 17 variáveis que nortearam a pesquisa e as respectivas reflexões com base no referencial teórico que invocamos ao longo da pesquisa. O capítulo é concluído com reflexões sobre como o uso das ferramentas do telejornalismo esportivo atravessam as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação simbólica e política dos atletas com deficiência.

Os achados da análise de enquadramento multimodal audiovisual são confrontados com entrevistas em profundidade com quatro representantes do

movimento paralímpico e com o ex-editor-chefe do Esporte Espetacular no **capítulo 6**. Nessa etapa, observamos como os atletas observam as próprias demandas e como avaliam sua representação simbólica no programa de TV.

Concluimos a tese com mais perguntas a responder do que sentenças a demarcar: nosso trabalho não se esgota, senão que apenas começa na empreitada que iniciamos no mestrado e que tem sequência nas páginas a seguir. A luta por justiça, assim como pela democracia, são tarefas intermináveis, que exigem vigilância incansável. No entanto, na certeza de que há um horizonte de emancipação continuada, o trabalho realizado pelos cientistas sociais nessa agenda de pesquisa representa uma base sólida para a compreensão do problema e, quiçá, para inspirar novas práticas. É com esse objetivo global e inadiável que esta tese espera contribuir.

1 JAB E DIRETO: O CORPO COMO GUARDIÃO DAS LUTAS

Para além de seus aspectos físicos e biológicos, o corpo ocupa um lugar central na dimensão política e de busca por um poder simbólico. Ao definir o conceito de biopoder, Foucault (1988) já apontava nessa direção, ao afirmar o corpo

como uma força política controlada socialmente, regida por códigos, mas com potencial para questionar tal controle, já que possui materialidade e se configura como ferramenta para a experimentação social. Merleau-Ponty (1962) também analisava o corpo a partir de sua potencial capacidade de criar expressões de sentido intimamente ligadas ao contexto, nunca como matéria indissociável da realidade.

Ao longo do tempo, o conceito de corpo ganhou diferentes sentidos. Fontes (2006), por exemplo, destaca que, no século XX, essa conceituação ganha três aspectos básicos principais: o corpo representado, analisado por meio do olhar alheio, da igreja, da arte e do estado; o corpo representante: que tem autonomia e responsabilidade sobre as próprias atitudes frente à realidade social e se coloca como sujeito ativo na construção do próprio discurso; e, por fim, o corpo apresentador de si mesmo, que, materializado em mudanças físicas provocadas por procedimentos estéticos, busca apagar de si as marcas do passar do tempo.

Buscar na história as origens das concepções sobre o corpo pode nos ajudar a compreender a maneira como são tratadas as questões relacionadas aos aspectos físicos dos sujeitos. A saliência de padrões definidos socialmente e a invisibilidade de quem não encontra amparo nesses mesmos padrões estão longe de configurar um fenômeno recente. O culto à boa forma física, impulsionado pela construção social de padrões, também é presença constante na agenda dos meios de comunicação, seja em capas de revista ou em reportagens de televisão e internet. Fontes (2006, p. 47) afirma que esse corpo retratado pode ser considerado um “corpo canônico que emerge a partir do momento que o indivíduo aceita um conjunto de práticas que visa a sua reestruturação/reconstrução corporal, mas que tem suas origens no corpo medicalizado e higienizado do início do século XX”.

Figueiredo (2017) volta ao século XIX para mostrar como o estatístico francês Adolphe Quetelet usou os números para definir os homens a partir de métricas como o peso e a altura, dentro do que passou a definir como homem médio. A autora explica que o conceito foi apoderado pela burguesia em busca de justificativa para sua hegemonia. A partir do corpo considerado ideal, a busca pelo título de homem médio passou a ser objetivo final na procura por uma posição social de destaque. Sobre isso, a autora reflete:

A principal contraposição dos conceitos de ideal e norma é a de que o primeiro é mais desejável do que atingível, ao contrário o segundo indica que a maior parte da população deve, de alguma forma, enquadrar-se nos

padrões. É necessário situar-se dentro da curva da normalidade, todavia em uma população essa curva sempre tem seus extremos, e assim, seus desviantes; quando se pensa em corpo os extremos da curva são os anormais, ou onde as pessoas com deficiência se inserem. (FIGUEIREDO, 2017, p. 46).

Na sociologia do corpo, Turner (1984) enumera pelo menos duas tradições principais: na primeira delas, ele é tido como uma estrutura definida que existe para além e independente das intenções; já a outra discute o corpo a partir da fenomenologia, que insere as práticas do ser humano a partir de sua organização ao longo da vida.

Detalha Figueiredo (2017, p. 40):

Os principais contornos dessa sociologia são: o corpo é simultaneamente um ambiente/local (parte da natureza) e o intermediário do self (parte da cultura); torna-se importante distinguir o corpo das populações do corpo dos indivíduos, o corpo do indivíduo é controlado e organizado de acordo com os interesses da população; o corpo está no centro de lutas políticas; e a diferenciação entre corpo e self.

Essa visão essencialmente social e política do corpo também motiva grande parte da sociologia do corpo empreendida por Pierre Bourdieu. Medeiros (2011) analisa a maneira como o pesquisador francês reflete sobre o corpo sobre três aspectos principais: o corpo como lugar de senso prático; como manifestação do *habitus* e como investimento de poder e dominação (JANOWSKI; MEDEIROS, 2018). No primeiro, o corpo reage a partir do reflexo de valores incorporados e construídos socialmente ao longo da vida. Já no segundo, o corpo seria a materialização das escolhas feitas a partir do ambiente em que o sujeito que habita e da classe social a que pertence. O terceiro eixo, enfim, coloca o corpo como ferramenta de aplicação e reprodução das formas de dominação social, física e simbólica, uma espécie de ferramenta necessária para o exercício da violência simbólica (IDEM, 2018).

Considerando, ainda, os quatro tipos de capitais definidos por Bourdieu (2007a), a saber: social, econômico, cultural e simbólico, é possível localizar o corpo como dos capitais necessários para o exercício do poder. Enquanto o capital social diz respeito às relações de um sujeito e o econômico é definido pelos bens materiais, o cultural tem relação direta com o corpo. Quando entende o acúmulo de capital cultural a partir do conhecimento adquirido, Bourdieu pavimenta o entendimento de que esse tipo de capital se acumula no corpo e para o corpo:

O capital cultural em seu estado incorporado, ou seja, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se integrante do indivíduo, pode remeter a temas da

cultura corporal e às possibilidades de lucro a partir da incorporação significativa de conteúdos que podem gerar comportamentos, percepções, atitudes e transformações que ficam impressas no corpo. Esse conjunto de potencialidades e possibilidades corporais pode ser considerado um tipo de capital cultural específico denominado capital corporal. (JANOWSKI; MEDEIROS, 2018, p. 288).

Ao obter esse tipo de capital específico, o sujeito passa a ter mais chances de alcançar novas posições no jogo social, o que coloca o corpo como ferramenta necessária às possíveis aspirações de ascensão de cada sujeito, ou que Medeiros (2011) chama de lucros sociais. O universo esportivo serve como exemplo primordial nesse sentido, já que:

Ao considerar atletas profissionais que utilizam seu corpo e suas capacidades físicas em prol do rendimento, tem-se com mais clareza a utilização do capital corporal em prol da ascensão em um determinado campo, ou seja, a busca pelo reconhecimento e pelas vantagens financeiras obtidas nos esportes. O atleta profissional faz um investimento corporal, têm cuidados com o corpo, desenvolve sua funcionalidade biodinâmica, toma atitudes cotidianas que podem auxiliar na maximização da utilização do corpo na atividade a que se propõe (JANOWSKI; MEDEIROS, 2018, p. 289).

Sob as lentes da produtividade, o corpo representa um capital essencial na busca por ascensão social. No entanto, é necessário observar que a diversidade de corpos exige, também, a adequação do acesso aos espaços de decisão e poder — o que raramente acontece, principalmente quando falamos de corpos com deficiência, como veremos a seguir.

1.1 O CORPO COM DEFICIÊNCIA: UMA CRONOLOGIA DE PRÉ-CONCEITOS

Embora representem uma minoria entre os habitantes do Brasil, as pessoas com deficiência compõem um grupo de 18,6 milhões de pessoas — o equivalente a 8,9% de toda a população nacional acima dos dois anos de idade. Os dados são da última Pesquisa Nacional por Amostra de Dados Contínua (PNAD), do IBGE) feita no último trimestre de 2022 e divulgada em julho de 2023⁶. Entre as informações levantadas pelo estudo de âmbito nacional, algumas ajudam a traçar um perfil mais recente das pessoas com deficiência no país, como as que localizam essa população por região (tabela 1):

⁶ Mais detalhes em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf. Acesso em 13 de julho de 2023.

TABELA 1 - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA POR REGIÃO DO PAÍS

Região	% pessoas com deficiência
Nordeste	10,3%
Sudeste	8,2%
Sul	8,8%
Norte	8,4%
Centro-Oeste	8,6%
Brasil	8,9%

Fonte: PNAD, 2023

A pesquisa também mostra que a taxa de analfabetismo entre a população com deficiência chega a 19,5%, contra 4,1% de índice entre a população sem nenhuma deficiência. A taxa de escolaridade, no grupo entre 18 e 24 anos, chega a 24,5% no grupo de pessoas com deficiência, contra 31,8% entre as pessoas sem deficiência.

Entre as informações que mais oferecem mecanismos de análise sobre a realidade das pessoas com deficiência no país estão as que se referem ao mercado de trabalho. Segundo a PNAD, só 29,2% das pessoas com deficiência em idade produtiva, ou seja, com 14 anos ou mais, têm uma ocupação. Entre os brasileiros sem nenhuma deficiência, esse índice chega a 66,4%. Outro dado relevante, divulgado em 2019, pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)⁷, aponta a falta de acesso à educação como ponto central: quase 67% das pessoas com deficiência no país têm apenas o ensino fundamental completo ou nunca frequentaram a escola. Entre os integrantes da pesquisa que não apresentam nenhuma deficiência, o índice registrado é de 30,9%. Já o acesso ao ensino médio completo ou superior incompleto entre as pessoas com deficiência é de 16,6%, frente a 37,2% das pessoas sem nenhuma deficiência. A pesquisa também aponta que apenas 5% das

⁷ A última versão da pesquisa havia sido realizada em 2013. Na edição de 2019, foram visitados 108.525 domicílios do país, com um total de 86.820 entrevistas. A amostra final, segundo o IBGE, foi de 90.846 pessoas de 15 anos ou mais. Segundo o Ministério da Saúde, o objetivo principal da PNS é fornecer informações capazes de auxiliar a tomada de decisões da pasta na elaboração de políticas públicas voltadas à saúde. Mais informações sobre a pesquisa em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/29540-2013-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9177&t=o-que-e>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

pessoas com deficiência têm nível superior completo, enquanto que, no grupo sem deficiência, 17% das pessoas já frequentaram alguma universidade.

Considerar as especificidades de cada deficiência é essencial não só para a compreensão dessas características do ponto de vista da saúde, mas também, como vimos, para delimitar seus efeitos sobre o desenvolvimento econômico e social. Em um estudo longitudinal de fôlego, Almeida (2019) expôs, a partir da análise de dados do Censo realizado em 2010 e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2007 a 2015, os efeitos que os diferentes tipos de deficiência têm sobre as desigualdades relacionadas à pobreza e à participação no mercado de trabalho. A autora identificou que o nível e o tipo de deficiência se relacionam de forma íntima com o aparecimento da pobreza e a inserção no mercado de trabalho: mesmo quando possuem trabalhos formais, as pessoas com deficiência tendem a receber salários menores. A pesquisa também apontou que as mulheres com deficiência vivem em condições mais precárias.

Os números mostram o que a história testemunha há muitos séculos: pessoas com deficiência vivem e sobrevivem à margem. Mas, antes de adentrarmos nessas reflexões, é necessário dizer que a deficiência, enquanto conceito, também desafia a pesquisa científica. Enquanto algumas delas a tratam tendo em vista os aspectos biológicos e físicos do comprometimento físico que ela provoca, outras tentam avançar na análise do contexto social e suas consequências para as pessoas com deficiência (OMOTE, 1996).

Historicamente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) dedica esforços na tentativa de compreender as consequências de cada doença. No caso das deficiências, esse interesse se materializou na confecção de uma classificação de suas características, no que ficou conhecido como *International Classification of Impairments, Disabilities and Handcaps: a manual of classification relating to the consequences of disease* (ICIDH), tendo como tradução Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens: um manual de classificação das consequências das doenças (CIDID). Essa classificação, feita na década de 1980, orientava serviços específicos, voltados à reabilitação de grupos com deficiência e passou por várias revisões ao longo dos anos. Amiralian *et al.* (2000) explicam que essa classificação tinha como objetivo servir como um referencial unificado para a atuação dos serviços de saúde. Os conceitos que advinham dessa classificação consideravam a *deficiência* como:

perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. (AMIRALIAN *et al.*, 2000, p. 98).

Nesse mesmo sentido, o conceito de *incapacidade* foi definida como:

restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária. (IDEM, 2000, p. 98).

Por fim, a classificação também conceitua a *desvantagem* como elemento que configura:

prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais. Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência. (IBIDEM, 2000, p. 98).

As diferenças semânticas entre os conceitos ficam mais claras na tabela organizada por Amiralian *et al.* (2000, p. 98) que apresentamos a seguir:

TABELA 2 - DISTINÇÃO SEMÂNTICA ENTRE OS CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA

Deficiência	Incapacidade	Desvantagem
Da linguagem Da audição (sensorial) Da visão	De falar De ouvir (de comunicação) De ver	Na orientação
Músculo esquelética (física) De órgãos (orgânica)	De andar (de locomoção) De assegurar a subsistência no lar De realizar a higiene pessoal De se vestir (cuidado pessoal) De se alimentar	Na independência física Na mobilidade (posição do corpo e destreza) Nas atividades da vida diária
Intelectual (mental)	De aprender De perceber (aptidões particulares) De memorizar De relacionar-se (comportamento) De ter consciência	Na capacidade ocupacional Psicológica Na integração social

Fonte: AMIRALIAN *et al.*, 2000, p. 98.

Depois de se transformar em uma versão atualizada em 1996, e passar a ser conhecida como CIDID-2, a classificação foi novamente revisada e, em 2001,

deu origem ao que, hoje, se conhece como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Na CIF termos como *incapacidade* ou *deficiência* foram substituídos por *funcionalidade*. A classificação também passou a considerar as diferentes dimensões, como função, estrutura corporal, atividades e participação como múltiplos fatores de influência entre si e na vida das pessoas com deficiência. O contexto social também é adicionado a essa classificação como fator relevante. Dessa forma, a CIF representou um avanço importante para a área da saúde, principalmente face ao envelhecimento da população e também por considerar menos as causas das doenças do que o impacto delas na qualidade de vida das pessoas (BUCHALLA, 2003).

Desde 2007, a ONU atualizou sua conceituação sobre a deficiência, durante a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, em Nova York. Nela, a entidade destaca, primeiramente que:

(...) a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Tendo em vista os aspectos sociais das barreiras impostas às pessoas com deficiência, a ONU⁸ passou a definir o conceito da seguinte forma:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Tal modelo avança nas reflexões da década de 1980, quando a entidade entendia a deficiência a partir da visão simplificada como a de uma pessoa “cujas capacidades impossibilita-a de prover por si, no todo ou em partes, as necessidades de uma vida pessoal ou social ‘normal’” (FIGUEIREDO, 2017, p. 16). Essa dicotomia entre o que é considerado normal ou fora do padrão também move a curiosidade humana a respeito da deficiência. Para entender melhor essa questão, é preciso voltar bastante no tempo. A Teratologia, uma área da medicina dedicada a estudar as malformações de embriões ou fetos, existe como ciência há menos de cem anos. No entanto, achados arqueológicos encontrados na Mesopotâmia em 700 a.C. já apontavam as deficiências como sem causas conhecidas e configuradas como maus presságios (CALADO, 2018).

⁸ O texto completo da declaração pode ser lido em inglês aqui: <https://www.un.org/disabilities/documents/convention/convoptprot-e.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

Conta Calado (2018) que a Teratologia, em sua origem, pavimentava um caminho de discriminação, arrogância, desumanidade e crime contra as pessoas com deficiência. A autora divide o conhecimento da área em alguns períodos primordiais. Observá-los, ainda que de forma prévia, nos ajuda a compreender questões presentes ainda hoje no cotidiano de preconceito enfrentado pelas pessoas com deficiência. Principalmente porque os pensamentos que regem tais períodos se imbricam, ou seja, não terminam quando a era seguinte começa. Até hoje, é possível identificar comportamentos que nascem em ideias difundidas há séculos reverberando em atitudes que estigmatizam e delegam às pessoas com deficiência um lugar marginalizado na estrutura social.

O primeiro período, que se estendeu até 200 a.C., marca um tempo em que a Teratologia se aproximava do ancestral. Deuses eram representados a partir da inspiração em sujeitos com malformações, entre elas Durga, Kali e Ganesh, que tinham múltiplos membros (CALADO, 2018, p. 307):

Neste período de presságios havia ainda o conceito de hibridização entre humanos e deuses, que resultava na transmissão de características não humanas para a prole. As primeiras religiões greco-romanas adoravam deuses com atributos humanos, e que pudessem interagir com os humanos. Quando as interações envolviam relações sexuais que resultassem no nascimento de uma criança, esta seria um híbrido, um ser com características de deus e de mortal, ou seja um semideus.

Santos (2008) aponta que a diferença entre os corpos, pensada, principalmente, a partir das lentes patológicas sobre o tema não permitia uma análise sociológica sobre a vida e os anseios dessas pessoas. No período entre 200 a.C. até meados do século XIV, por exemplo, as malformações eram punidas. Segundo Calado (2018), os bebês com deficiência eram abandonados à própria sorte, no mato ou em locais públicos em que, com sorte, poderiam ser adotados ou, sem ela, padeceriam até a morte. A prática de extermínio de bebês que apresentavam quaisquer deficiências quando nasciam também era comum (ARANHA, 2001). Esse ato impensável só passou a ser visto como negativo a partir da Idade Média, depois da consolidação do Cristianismo (FIGUEIREDO, 2014). Mesmo assim, às pessoas com deficiência restava o isolamento social, já que o direito à vida não trazia, na mesma medida, o direito à integração social:

(..) a partir do século XV, a pessoa com deficiência passa a ser vista como um ser improdutivo, ou seja, um "peso" para a sociedade. Nos séculos XVII e XVIII, as atitudes vão desde a institucionalização em hospícios até o ensino especial. Nestes séculos, as mudanças sociais associadas à industrialização e a crescente ênfase no individualismo, levaram à

fragmentação dos sistemas de apoio da comunidade tradicional e aumento da dependência de instituições e de profissionais da reabilitação, fase em que o modelo de asilo prevaleceu. (FIGUEIREDO, 2014. p. 3).

No terceiro período, que fica entre os séculos XIV e XVI, as deficiências e malformações eram creditadas à punição divina advinda da ira de Deus (IDEM, 2014). Relatos históricos dão conta de que as pessoas com deficiência ficavam sujeitas à proteção de padres e chegavam a passar por sessões de exorcismo. A deficiência era, portanto, vista como algo místico, não digno de habitar a realidade, como lembra Marques (2010, p. 97):

No decorrer da história o tratamento prestado a pessoas com deficiência foi focado na diferença, medo e superstição (DE PAUW; GAVRON, 1995)⁹. Tais dificuldades vêm se arrastando no decorrer dos tempos. Na antiguidade, sujeitos fora do “tipo ideal”, ou seja, com deficiências, não tinham a mesma valorização e posicionamento social que as pessoas sem deficiência. Eram tratadas como sujeitos possuídos pelo mal, sendo torturadas, mortas, queimadas, expulsas da sociedade, eliminados, evitando assim, a contaminação de todo um povo que necessitava ser sadio e forte para o combate corpo a corpo que predominava na época (ROSADAS, 1989)¹⁰.

O quarto período, entre os séculos XVI e XVIII, marca a ascensão do olhar científico sobre a deficiência. Mas o que poderia representar certo empoderamento a esses atores, do ponto de vista social, não representou mudanças definitivas em relação à erradicação do preconceito. Segundo Marks (1999), imperava à época, a pregação de um distanciamento seguro para as pessoas com deficiências, consideradas, ainda, como seres incompatíveis com o convívio social usual. Observadas com essa lente, as pessoas com deficiência eram vistas como merecedoras de pena e caridade.

A partir do século XVIII, inaugura-se um período que se pode chamar de modelo de transição entre a fase do medo que descrevemos brevemente para um tempo marcado pela compaixão (MARQUES, 2010). As pessoas com deficiência deixaram de ser tratadas com a hostilidade nascida da semente da superstição e das lendas para serem observadas, então, a partir das lentes da patologia. Durante as Cruzadas, e as mutilações que dela derivaram nos campos de guerra e conquistas do catolicismo, as torturas às pessoas com deficiência deram lugar à pena (FIGUEIREDO, 2017). Observa-se, nesse contexto, a ampliação das

⁹ DEPAUW, K.; GAVRON, S. Sport and disability. Champaign, IL: Human Kinetics, 1995.

¹⁰ ROSADAS, S. C. Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente: Eu posso. Vocês duvidam? 1989.

operações de comércio, que passaram a dividir a sociedade a partir de sua força laboral. Com as limitações em tela, as pessoas com deficiência também passaram a ser medidas pela régua econômica, o que as colocava como incapazes e improdutivas (PEREIRA, 2006).

Só a partir dos séculos XIX e XX é que a deficiência começa a ser discutida a partir das responsabilidades sociais para reduzir barreiras físicas e sociais com vistas ao bem-estar e à integração social das pessoas (FIGUEIREDO, 2017). Essa época inaugura, ainda, uma discussão indispensável no âmbito dos direitos, como veremos melhor adiante.

1.2 MODELOS CONCEITUAIS DA DEFICIÊNCIA

A partir do século XX, a deficiência passou a ser observada a partir de critérios definidos por meio de modelos conceituais que consideravam desde as características físicas da pessoa com deficiência, e a consequente discriminação sofrida por ela, passando pelo papel social do ambiente, que seria responsável pela vida de exclusão a que ficam sujeitas as pessoas com deficiência (MOTA; BOUSQUAT, 2021) e chegando, finalmente, a aspectos psicossociais mais abrangentes.

No modelo médico fica evidenciada a face biológica da deficiência, considerada majoritariamente sob o ponto de vista da patologia. Neste modelo, as pessoas com deficiência são tidas como pessoas doentes, que precisam de ajuda médica, como se tivessem um mal a ser curado (DE PAUW; GAVRON, 1995). Para Marques (2010, p. 98), esse modelo ainda perdura e representa um dos principais entraves na luta por integração das pessoas com deficiência até os dias de hoje:

O modelo médico acabou sendo, e ainda é, em parte, responsável pela resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou condições atípicas, pois, sendo nessa perspectiva, a deficiência como algo ligado à doença específica destas pessoas, basta prover-lhe algum tipo de serviço, que o problema estará solucionado.

O modelo, desenvolvido inicialmente por Saad Nagi, entre as décadas de 1960 e 1970, apontava quatro bases principais para a análise da deficiência no campo da reabilitação: 1) patologia ativa: considera as defesas do organismo contra infecções ou lesões; 2) *impairment* (limitação): referentes às perdas anatômicas ou físicas causadas pela deficiência; 3) limitação funcional: restrições de desempenho

da pessoa com deficiência; 4) *disability* (deficiência): considerado um padrão de comportamento de limitação desenvolvido a longo-prazo (BERNARDES; ARAÚJO, 2012).

A partir do modelo médico, desenvolvido por Nagi, é que a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a desenvolver uma classificação que se juntaria às já existentes na Classificação Internacional de Doenças (CID). Como vimos, essa classificação tinha como finalidade ordenar os níveis de deficiência e foi denominada Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID), como detalham Bernardes e Araújo (2012, s/p):

Na CIDID, o impedimento é toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. A deficiência é toda restrição ou ausência de capacidade para executar uma atividade normalmente, ou dentro da margem do que se considera normal para o ser humano. E a desvantagem (*handicap*) é uma situação desfavorável para um determinado indivíduo, consequência de um impedimento ou da deficiência, que limita ou impede o desempenho de um papel esperado em função da sua idade, sexo, fatores sociais e culturais.

Ainda que represente um avanço em relação à visão fatal de que pessoas com deficiência não tinham direito à vida, o modelo médico, se não observado a partir de outras variáveis, também pode reforçar estigmas que impedem o avanço das demandas por reconhecimento desses atores. Essas demandas se apresentam no âmbito da acessibilidade, do acesso aos espaços de debate e poder, da falta de oportunidades de trabalho e da própria forma como as pessoas com deficiência ainda são tratadas socialmente. Entendemos que esse debate se dá, como veremos adiante, sob a luz de uma questão importante: estaria o espaço social, tal qual é desenhado hoje, preparado para não só incluir, mas também integrar pessoas com deficiência?

Essa questão começou a ser levantada com maior intensidade já às vésperas do século XX, quando o modelo médico passou a ser problematizado por movimentos organizados, que tinham como bandeira principal a luta por leis que pudessem enaltecer os direitos das pessoas com deficiência. No centro do debate, não estava mais a deficiência e a análise de suas implicações médicas e físicas, mas, e principalmente, a discussão sobre problemas estruturais do ponto de vista político e social (SANTOS, 2008), gerando, inclusive, protestos e mobilizações ao redor do mundo (BARNES, MERCER, SHAKESPEARE, 1999).

Na construção do que ficou conhecido como modelo social, a deficiência passou a ser observada a partir da diversidade e da justiça social e não apenas em seus aspectos médicos. Nesse conjunto conceitual, a deficiência é situada a partir do efeito das práticas de exclusão impostas a quem tem certas características físicas consideradas atípicas (DALBONI *et al.*, 2021; BARNES *et al.*, 2002; SHAKESPEARE, 2018). Os defensores desse modelo entendiam o modelo médico como insuficiente para explicar e expor as experiências de preconceito, desigualdade e negação de direitos experimentadas pelas pessoas com deficiência, por exemplo. Para esses defensores,

(...) gestos e ações com caráter paternalista e benevolente devem ser totalmente desprezados. As limitações impostas na educação, na saúde, no transporte, no trabalho e em outros não são simplesmente produtos de sua condição biológica, mas ocorrem, também, porque o conjunto da sociedade negligencia tanto as capacidades quanto as necessidades desses indivíduos, criando continuamente estereótipos. (MOTA; BOUSQUAT, 2021, p. 851).

Ao definir que grande parte dos preconceitos vivenciados pelas pessoas com deficiência estava abrigada no âmbito político e social, no entanto, os pesquisadores desse modelo não ignoravam os avanços permitidos por meio do modelo médico. O objetivo, contudo, era compreender o fenômeno da deficiência a partir de ações políticas concretas e materiais. A consequência imediata desta nova formatação, explica Almeida (2019, p. 38), foi um “rompimento radical entre lesão e deficiência (...)” sendo que, a partir dali, a questão passou a ser compreendida como “pertencente às esferas dos direitos, da justiça social e das políticas de bem-estar e objeto de análise da sociologia”.

A partir da segunda geração do modelo social, as reflexões sobre a deficiência passaram a ter na interseccionalidade com os estudos feministas uma de suas principais bases. A incorporação das análises feitas por autoras feministas permitiu aos estudos em curso observar a deficiência a partir de outros critérios, como gênero, raça e classe social, por exemplo. Essa guinada permitiu às pesquisas um aprofundamento necessário nas questões de opressão vivenciada por esses sujeitos a partir de um prisma político e de justiça, como observam Foresti e Bousfield (2022, p. 661):

As teóricas feministas, não se preocupavam apenas em entender a deficiência, mas o que significa viver em um corpo deficiente ou com lesão (elas também eram deficientes). Além do desafio em afirmar a deficiência como um estilo de vida, havia a necessidade de reparação da desigualdade e a necessidade de cuidados médicos (Diniz, 2007).

Figueiredo (2014) aponta que, nessa época, também houve um crescimento nos chamados *Disability Studies*, em que é possível situar a presente tese. Esse campo, ainda em ascensão no Brasil, lança mão de pesquisas sobre os mais variados aspectos da deficiência e já desenvolveu conceitos essenciais para a compreensão dela como um fenômeno social, cultural e político digno de ser enquadrado nos estudos sociais. De maneira interdisciplinar, se enquadram nesse campo do conhecimento pesquisas que analisam a representação da deficiência na literatura, na mídia ou na própria ciência, por exemplo.

Quando os estudiosos voltaram sua atenção para a literatura sobre deficiência, eles começaram a explorar as inúmeras maneiras pelas quais a deficiência opera em obras canônicas e na cultura ou se movimenta entre as duas. Um dos primeiros passos que eles deram não foi em relação à deficiência, mas ao que parecia ser seu oposto - a "normalidade", que eles revelaram ser formada socialmente e ter enormes influências. (VIJAYAN, 2021, p. 18, tradução nossa¹¹)

Entre os objetos de estudo desse campo também estão narrativas em primeira pessoa, em que os próprios atores, pessoas com deficiência, descrevem as opressões sofridas a partir da vivência pautada nas diferenças corporais.

A partir de 2001, em uma revisão do modelo médico de classificação da deficiência, a OMS desenvolveu, como já citamos, a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), publicada em 191 países e que incorpora características dos modelos médico e social. Atualizada e elaborada a partir da colaboração de pessoas com deficiência, essa nova classificação, vigente até hoje, “visa fornecer uma perspectiva abrangente, incluindo os planos biológico, pessoal e social das condições de saúde” (FIGUEIREDO, 2012). É o chamado modelo biopsicossocial, que entende a deficiência e a questão da capacidade dentro de cada contexto social, em uma guinada de referencial: “o problema em questão não está mais restrito ao corpo, mas está presente nas interações entre as condições de saúde, atividades, participação social, fatores pessoais e ambientais e as funções do corpo” (MOTA; BOUSQUAT, 2021, p. 852).

Na CIF, definida a partir do modelo biopsicossocial, a deficiência é observada a partir das mudanças funcionais ou estruturais do corpo humano. Já a

¹¹ When scholars turned their attention to disability literature, they began to explore the numerous ways that disability operates in canonical works and in culture or moving in between the two. One of the first steps they took was not in disability but the one that seemed its opposite – 'normalcy,' which they revealed oen to be socially formed and to have enormous influences.

incapacidade diz respeito à limitação de atividades, participação ou interação entre uma pessoa com deficiência, a partir de sua condição de saúde, e seu contexto externo, em um processo que pode estar ligado a fatores estruturais ou pessoais (IDEM, 2021).

Embora já incorporado a modelos mais abrangentes, o modelo médico não foi superado e, inclusive, ainda é largamente usado como base para a classificação funcional de atletas para os Jogos Paralímpicos. Eles são observados a partir do *impairment*, ou de suas limitações físicas, por meio de três avaliações: um exame físico para avaliação da deficiência; uma avaliação funcional, com testes de força e coordenação e, por fim, uma exame técnico com uma demonstração do atleta em ação, nas provas em que pretende competir¹². Nesses casos, a deficiência é analisada no detalhe e é predominantemente a partir das características físicas que um atleta é enquadrado nessa ou naquela categoria no esporte que pratica.

A observação de todos esses modelos serviu para germinar um solo que, ainda hoje, não se apresenta totalmente sensível às lutas por reconhecimento das pessoas com deficiência. O percurso, embora pavimentado por discussões mais avançadas e menos pautadas no misticismo de outrora, ainda apresenta desníveis importantes, com obstáculos difíceis de transpor. A origem de grande parte desses obstáculos, entendemos, nasce do estigma.

1.2.1 A deficiência no alvo do estigma: busca por uma identidade castigada

O corpo, e suas marcas, são parte indissociável da experiência humana. Se é a partir dele que vivemos, ocupamos, entendemos nosso lugar no mundo, é também nas características que ele carrega que, tantas vezes, vivenciamos experiências de preconceito e estigma. Na definição de Goffman (1988, p. 3), o estigma nasce na cultura grega e faz referência a sinais corporais que evidenciavam algo “extraordinário ou mau sobre o *status* moral”. Esses sinais, explica o autor, poderiam ser feitos por meio do corte ou até do fogo. Na Era Cristã, houve duas outras formas diferentes de definição do estigma: a primeira referente a sinais de graça divina, que poderiam se materializar na forma de flores sobre a pele e a

¹²Mais detalhes em:

<http://ge.globo.com/paralimpiadas/noticia/2016/09/entenda-os-criterios-da-classificacao-funcional-na-paralimpiada-do-rio.html>. Acesso em 21 de julho de 2022.

segunda que tinha relação com preceitos médicos, de distúrbio, ou religiosos. No entanto, dentro do que Goffman (1988) entende como sendo uma característica comum à sociedade, a de categorizar dentro daquilo que considera dentro ou fora de algum padrão, o termo estigma voltou a ser usado para definir coisas relacionadas a desgraças que não se pode controlar. Partindo dessa ideia, o autor delimita que é no seio das relações intersubjetivas que nasce a possibilidade de construção de uma identidade coletiva ou de um *status* social, a partir de elementos considerados não-naturais¹³:

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1988, p. 6).

Essa forma fatal de observar a deficiência alimenta não só a percepção que a pessoa com deficiência tem de si mesma, mas também a maneira como ela é vista em suas relações sociais intersubjetivas. Esse movimento dialógico pavimenta uma distância muitas vezes intransponível e que pode se materializar de diferentes maneiras. Goffman (1988, p. 7) identifica ao menos três tipos de estigma diferentes, mas que se relacionam entre si: 1) o que se relaciona com as características físicas; 2) o relacionado às “culpas de caráter”, materializadas em paixões e crenças falsas que podem culminar em distúrbios mentais, vícios, comportamentos radicais e até suicídio e 3) o relacionado a preconceitos de raça, religião ou nação, e que, geralmente, é transmitido de pai pra filho.

Pensado nesses termos, o estigma pode ser visto como uma ferramenta que ataca a percepção que o próprio sujeito tem de si, o que configura um dano de grande importância à sua capacidade de construir a própria realidade, compreender

¹³Alguns termos usados por Goffman (1988) para definir o conceito de estigma são hoje problematizados pela literatura sobre o tema da deficiência, que reivindica formas de tratamento dignas para se referir a esses atores. Entendemos que, atualmente, separar a sociedade em pessoas “normais” e “não-normais” é reforçar preconceitos que precisam ser superados. Em sua tese de doutorado, Marques (2010) faz uma ampla discussão sobre termos de tratamento para as pessoas com deficiência com o passar dos anos. Para isso, ele leva em consideração documentos internacionais como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 e a instituição de objetos legislativos como a Política Nacional de Educação Especial Brasileira, de 1994, entre outros. Para mais informações, ver Marques (2010).

seu papel no mundo e a realidade a que pertence. Colocado nessa posição, o ator não consegue, muitas vezes, acessar espaços de poder e decisão e, nesse mesmo sentido, lutar contra injustiças que se apresentam em outras múltiplas vias. Em outras palavras, reverter o preconceito configura um dos desafios mais importantes na busca por dignidade e paridade social.

O estigma direcionado às pessoas com deficiência não tem só o poder de causar danos sociais a quem está no alvo de sua mira, mas também pode causar prejuízos materiais. Maciel (2000, p. 52) avalia que esses efeitos derivam da ideia de que as pessoas com deficiência são “incapazes, improdutivos, indefesos, sempre deixados em segundo lugar na ordem das coisas”. Dessa forma, é possível pensar os desvios na luta por justiça também se dão na esfera da vulnerabilidade econômica, ou da redistribuição, como definiremos adiante, dado o entrave no acesso a recursos para a própria subsistência, e também no âmbito da representação simbólica, dado que, uma vez estigmatizada, a pessoa com deficiência pode experimentar isolamento social e falta de acesso a políticas públicas de integração social.

Em suas reflexões sobre o estigma, Goffman (1988) observa que alguns sujeitos atingidos podem, quando têm acesso a oportunidades, ganhar visibilidade e, a partir disso, transformarem-se em representantes do grupo estigmatizado. Em relação aos atores que analisamos nesta tese, os atletas paralímpicos, é possível elencar nomes importantes como o de Daniel Dias, Verônica Hipólito, Maria Carolina Santiago e Tiago da Silva, como representantes do esporte paralímpico. São profissionais respeitados pela história vitoriosa no esporte e pelas medalhas conquistadas em anos de dedicação como atletas de elite. A respeito dos representantes, Goffman faz algumas observações:

Em primeiro lugar, ao fazer de seu estigma uma profissão, os líderes “nativos” são obrigados a lidar com representantes de outras categorias, descobrindo assim, que estão rompendo o círculo fechado de seus iguais. Em segundo lugar, os que apresentam profissionalmente a opinião de sua categoria podem introduzir certas parcialidades sistemáticas em sua exposição apenas porque estão demasiadamente envolvidos no problema para poderem escrever sobre ele. Embora qualquer categoria possa ter profissionais que seguem linhas diversas, e mesmo subvencionar publicações que defendem programas diferentes, há um acordo tácito uniforme de que a situação do indivíduo com esse estigma particular merece atenção. (GOFFMAN, 1988, p. 26).

Essa análise tende a pensar nos representantes como porta-vozes de um grupo homogêneo, que, normativamente, delibera de forma igual a respeito do que

importa para si. Ainda que considere a existência de diferentes programas, Goffman parece ignorar que as demandas de grupos estigmatizados não seguem um padrão, pelo contrário: são marcadas pela diferença de crenças, posições e planos. E que os próprios indivíduos estigmatizados travam uma luta pelo reconhecimento não só dos direitos que os tornam iguais diante de todos, mas também das características que os diferenciam dos demais.

2 DIFERENTES EM BUSCA DE PARIDADE: UMA CORRIDA COM BARREIRAS NA ROTA DA JUSTIÇA

Vários modelos da Teoria Crítica se debruçaram a refletir sobre os problemas de justiça (FRASER, 2007; FRASER, 2009; FRASER; HONNETH,

2003a; HONNETH, 1999; TAYLOR, 1994; YOUNG, 2008). No cerne dessas discussões, está o papel da interação social na construção e busca do que se chama um ideal normativo de uma vida social justa e igualitária. A busca desse ideal se apresenta em diferentes frentes: seja nas relações sociais íntimas, na busca pela erradicação da exploração pelo trabalho ou na representação das próprias demandas nos espaços públicos de discussão, para citar alguns exemplos. Cada uma dessas esferas carrega características específicas e critérios que, quando realizados, conseguem pavimentar o caminho da justiça. Uma das discussões que permeia esse trajeto, no entanto, diz respeito a uma dicotomia complexa que coloca de um lado da balança o peso das identidades sociais de grupos e de outro os direitos individuais de cada sujeito. Falamos do dilema da igualdade e da diferença.

A igualdade esteve tatuada nos ideais da Revolução Francesa como um princípio universal, que prometia abrigar a todos os indivíduos sob a proteção de uma justiça cujas lentes seriam capazes de observar sem distinção. Scott (2005, p. 15) lembra, no entanto, que o acesso à cidadania era restrito inicialmente “àqueles que possuíam uma certa quantia de propriedade”, sendo negada aos escravos e mulheres até meados do século XIX. A ideia de igualdade, mesmo aquela que desconsiderava a existência de pessoas com direito a gozá-la de forma plena, inspirou grupos a reivindicarem voz no espaço social desde muito antes do conceito ganhar aspecto central nos estudos sobre justiça.

Fraser (2009, p. 12) analisa que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o fim dos anos 1970, a justiça era entendida em termos do seu significado material dentro de uma lógica territorialista, que já dividia o espaço social em “doméstico” e “internacionalista”. A autora aponta que o ideal de justiça, à época, era construído sob as bases da igualdade:

Aos olhos de alguns, era suficiente que os cidadãos fossem formalmente iguais perante a lei; para outros, a igualdade de oportunidades era também requerida; para outros, ainda, a justiça demandava que todos os cidadãos tivessem acesso aos recursos e ao respeito de que eles precisavam para serem capazes de participar em paridade com os demais, como membros integrais da comunidade política. Em outras palavras, o argumento concentrava-se precisamente no que deveria ser entendido como uma justa ordenação das relações sociais no interior da sociedade. (FRASER, 2009, p. 13).

No entanto, mais do que a igualdade, pura e simples, é a paridade de participação que ocupa o centro do que Fraser entende como justiça. A autora argumenta que a justiça normativa requer “arranjos sociais que permitam que todos

participem como pares da vida social” (FRASER, 2009, p. 17). Dessa forma, é possível compreender esses arranjos como ferramentas que minimizam as injustiças, à medida em que consideram as diferenças e, a partir delas, oferecem mecanismos que alçam grupos menos favorecidos à oportunidade de participar do processo dialógico social como pares. Segundo Fraser (2003), esse objetivo final justifica todas as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação deliberativa, do ponto de vista da justiça. Por meio do acesso à participação integral no contexto social como par é que o sujeito vivencia um ideal normativo de justiça.

Considerando esses conceitos prévios, é possível entender que parte das demandas que perpassam a luta por reconhecimento dos atletas paralímpicos também remontam ao ideal normativo de paridade de participação. Esses atores empreendem, primeiramente, uma luta pelo reconhecimento de seus direitos enquanto pessoas com deficiência com demandas culturais pela superação das desigualdades, mas, como veremos a seguir, também é possível pensar no reconhecimento das diferenças como uma bandeira igualmente importante para esses atores.

Fraser (2009) compreende, no entanto, que as reflexões sobre justiça foram se moldando à chegada de novos tempos. Se no período pós-guerra, o debate era sobre o que significava uma vida justa, em sentido material, no período pós-socialista o foco passou a repousar sobre o destino dela, ou seja, para “quem” ela se destinava (FRASER, 2009, p. 17). As reflexões que inauguram essa mudança na gramática das reivindicações sociais (BRESSIANI, 2007) nascem no momento em que o sentido único e irrestrito do estado territorial passou a ser questionado. O mundo pós-socialista trouxe demandas novas, mais complexas e que não poderiam ser pensadas a partir das concepções geradas a partir da luta de classes, senão que passavam a ser suplantadas pelas questões de identidade. Há, nesse sentido, uma mudança de reivindicações políticas que passam a exigir não mais o reconhecimento da igualdade, mas a valorização das diferenças.

Esta passagem se dá, segundo Fraser (1997), já no fim do século XX, por meio de bandeiras que tremulam pelos direitos ligados à nacionalidade, à etnia, à “raça”, ao gênero e à sexualidade. Essa mudança de rumos foi percebida e captada pelos pesquisadores da Teoria Crítica, que passaram a conduzir novos modelos sociais de debate a respeito das questões ligadas ao reconhecimento e sobre a

possibilidade de se chegar à igualdade, mas levando-se em conta as diferenças que nos marcam enquanto sujeitos sociais (BRESSIANI, 2007).

A política da diferença é um dos pontos basilares na teoria de Iris Young (1990). Em *Justice and the politics of difference* ela argumenta, de forma incisiva, que não há como ser imparcial na elaboração de teorias que versem sobre a justiça, em um sentido universal, já que toda reflexão crítica está social e historicamente situada e não pode ser paralisada pelo passar do tempo, sob pena de condenar o indivíduo a abrir mão das próprias características para agir sobre a égide de uma regra moral engessada pelos preceitos universais. Universalizar conceitos ligados à justiça só seria possível, segundo Young (1990), caso essas teorias sejam desprovidas de quaisquer elementos empíricos. Ao apontar essa brecha deixada por pesquisadores que abrem caminhos ao refletir sobre o reconhecimento como ferramenta essencial para a justiça social, Young defende a afirmação da diferença enquanto ponto de partida importante para delimitar os limites e funcionalidades de uma vida justa, a partir dos termos em que ela se realiza em diferentes locais, períodos e perspectivas sociais. Essa perspectiva parece, em princípio, resolver o problema da universalização, já que se aplica, segundo a autora, às constantes mudanças sociais.

Young (1990) remonta aos anos 1980 para delimitar como marco inicial a política de reivindicação das diferenças. Nessa época, ela explica, o mundo experimentou a ascensão de protestos e movimentos que reivindicavam direitos às mulheres, negros e gays que não encontravam no ideal de igualdade suficiente respaldo para as demandas complexas que se apresentavam, principalmente porque, como ela defende: “identificar igualdade com igual tratamento ignora diferenças materiais profundas nas posições sociais, divisão do trabalho, capacidades sociais, padrões normalizados e modos de vida que continuam a prejudicar membros de grupos historicamente excluídos” (YOUNG, 1990, pp. 79-80, tradução nossa). A partir dessa premissa, Young observa que a igualdade requer, portanto, o reconhecimento do que é único: o reconhecimento da diferença.

Uma segunda vertente dessa política da diferença surge nos anos 1990, já com foco nas diferentes nacionalidades, etnias e religiões, com destaque para a valorização das características culturais que distinguem os sujeitos (YOUNG, 1990). Para embasar o próprio modelo teórico, portanto, a autora divide em duas as políticas da diferença: a posicional e a cultural. A primeira delas tem relação com

desigualdades estruturais, que conspiram e limitam as oportunidades de acesso ao bem-estar. A autora delimita a divisão do trabalho, a hierarquia nas tomadas de decisão, a sexualidade e os padrões corporais como eixos centrais nessa forma de estruturação de privilégios, que abriga alguns indivíduos e nega a outros um espaço digno no processo social. Ainda que desassistidos, ela reconhece, esses membros não ficam determinados a viver uma vida de privações ou dominações, mas experimentam mais a vulnerabilidade do que os grupos privilegiados. Já a segunda política da diferença, a cultural, representa a opressão da expressão e da prática livre do viver, com custos que também podem ter reflexos econômicos e políticos. Essas práticas se materializam para além das fronteiras territoriais e étnicas, como detalha Young (1990, p. 97, tradução nossa):

A política da diferença cultural assume uma situação de desigualdade comum nas políticas contemporâneas em que membros de múltiplas culturas habitam. Ela assume que o estado ou a política é dominada por um desses grupos culturais, que usualmente, mas não sempre, constituem uma maioria de membros da política. A situação de conflito político, de acordo com a política da diferença cultural, é aquela em que este grupo dominante pode limitar a capacidade de uma ou mais minorias culturais de viverem as suas formas de expressão; ou mais benignamente, a pura onipresença da cultura dominante ameaça inundar a cultura minoritária na medida em que a sua sobrevivência como cultura pode estar em perigo, mesmo que a vida dos membros individuais do grupo possa ser relativamente confortável de outras formas.

Propomos, aqui, um olhar mais atento à política da diferença posicional. É nessa dimensão que Young (1990) vê abrigadas as desigualdades a que as pessoas com deficiência estão sujeitas, principalmente no que diz respeito às vulnerabilidades sociais. Para embasar o próprio argumento, a autora observa o alcance do mérito como sendo um princípio em que “todos que desejarem devem ter a oportunidade de competir por posições de vantagem e os mais qualificados devem ganhar a competição”, sendo que, ela completa: “posições de autoridade ou *expertise* devem ser ocupados por aquelas pessoas que demonstrarem excelência em habilidades participares e exibirem o comportamento esperado para pessoas nessas posições (YOUNG, 1990, p. 85, tradução nossa¹⁴).

A autora cita Brian Barry (2002), que, em *Culture and Equality*, aponta que, nesse sistema, as pessoas com deficiência ficam fadadas ao fracasso, porque, considerados no conjunto, tendem a estar menos qualificados do que o restante. A

¹⁴Positions of authority or expertise should be occupied by those persons who demonstrate excellence in particular skills and who best exhibit the demeanor expected of people in those positions (YOUNG, 1990, p. 85)

reflexão que decorre disso é a de que, mesmo igualitário, nem sempre o sistema social baseado no mérito é justo, dado que não é possível oferecer oportunidades iguais a quem é marcado por diferentes trajetórias pessoais. Considerando essa reflexão, Young (1990) expõe que, entre as bandeiras centrais dos movimentos pelas pessoas com deficiência está o de desafiar a lógica e inverter as lentes com as quais eles próprios são observados: não mais a partir dos atributos da deficiência, mas, e principalmente a partir da ausência de ferramentas e estruturas básicas, tanto sociais quanto estruturais, que os permitam acesso a uma vida plena.

O ambiente construído é tendencioso para apoiar as capacidades das pessoas que podem andar, escalar, ver, ouvir, dentro do que se pensa ser a "gama normal" de funções, e apresenta obstáculos significativos para as pessoas cujas capacidades são julgadas fora desta gama. Tanto as formas interativas como técnicas de avaliar a inteligência, habilidade e adaptabilidade das pessoas nas escolas e locais de trabalho assumem formas de avaliação da aptidão e realização que injustamente excluem ou prejudicam muitas pessoas com deficiência do desenvolvimento ou exercício de competências. A disposição física e o equipamento nos locais de trabalho e a organização do processo de trabalho tornam muitas vezes impossível para uma pessoa com deficiências de funcionamento utilizar as competências que possui. Os padrões hegemônicos de encanto, beleza, graça, sagacidade, ou atenção posicionam algumas pessoas com deficiências como monstruosas ou abjetas. (YOUNG, 1990, p. 87, tradução nossa).

Essa percepção, profundamente marcada pelo preconceito e pela falta de reflexão sobre as diferenças, limita o espaço a que as pessoas com deficiência podem ascender. Essa prática configura uma injustiça estrutural que se reproduz não só na divisão do trabalho, como nas normas hegemônicas que rejeitam o corpo com deficiência como fora dos padrões estabelecidos e não permite a esses sujeitos o acesso aos recursos necessários para uma vida produtiva e feliz. Rejeitar a diferença, nesse caso, acentua a desigualdade. Para a autora, as oportunidades para esses atores só podem ser consideradas iguais

se outros notarem especificamente as suas diferenças, deixarem de as considerar como desvios indesejados das normas aceitas e custos inaceitáveis para operações eficientes, e tomarem medidas afirmativas para acomodar as capacidades específicas dos indivíduos para que possam funcionar, como todos nós devemos ser capazes de fazer, no seu melhor e com dignidade (YOUNG, 1990, p. 87, tradução nossa)

Tendo a diferença como elemento político essencial na busca pela igualdade, Young (1990, p. 64) acrescenta, portanto, que essa só pode ser alcançada por meio de remédios diferenciados, já que normas iguais podem ser insensíveis às condições diversas a que os sujeitos estão submetidos e que a

“cegueira à diferença prejudica grupos cuja experiência, cultura e capacidades sociais diferem das dos grupos privilegiados”.

Até aqui, nosso esforço se deu no sentido de apresentar dois modelos críticos que se complementam na explicação de muitos fenômenos sociais — entre eles o que nos propomos a analisar aqui, da luta por reconhecimento, redistribuição e representação política dos atletas paralímpicos. Na mesma medida em que se posicionam como profissionais de elite que pleiteiam o mesmo acesso a recursos estruturais para manterem suas atividades profissionais e o mesmo respeito e espaço deliberativo dedicados aos atletas olímpicos, esses atores também podem travar lutas que se dão no cerne do reconhecimento de suas capacidades individuais, portanto suas diferenças, enquanto atletas com deficiência. Essa luta se dá na busca por espaços adaptados para treinamentos, remuneração compatível com a profissão que exercem e valorização frente à narrativa que os define. Uma luta não exclui a outra, pelo contrário: durante a trajetória esportiva, o atleta se depara com demandas que se imbricam no limite dessas duas dimensões e que demandam remédios diferentes e que precisam ser cuidadosamente preparados para correção de injustiças em esferas diversas.

Scott (2005) encontra nessa tensão um remédio necessário para que sejam mais democráticos os resultados da busca por justiça. A autora acredita que igualdade e diferença não estão em lados opostos, senão que apresentam conexões importantes para o alcance de soluções mais completas para os problemas sociais, considerando tanto as identidades de grupo quanto as características pessoais. Dessa forma, ela argumenta que a exigência de respeito para grupos específicos pode fazer com que indivíduos pertencentes a esses grupos se sintam obrigados a seguir padrões que, por sua vez, podem ser tão opressores quanto os próprios problemas denunciados inicialmente.

O reconhecimento da diferença e a decisão de considerá-la ou não válida é o que permite o percorrer pelo caminho para a igualdade e não a eliminação completa do que é distinto. Nesse sentido, as identidades de grupo são elemento indissociável da vida social e política e, por isso, não podem ser desconectadas, já que mostram diferenças importantes em contextos diversos.

É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros, quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação a outros – que

a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero. (SCOTT, 2005, p. 18).

Mesmo tendo em mente a tensão que o conflito entre igualdade e diferença abriga, um ponto que merece atenção: a diferença não é algo que nasce com determinados grupos. A diferenciação com base nas identidades é socialmente construída bem como precisa ser, também, definida socialmente. Esse processo é permeado de eventos que, com base no *status*, delimitam o alcance de determinados grupos, que ficam fadados a tornarem-se minoritários ainda que não o sejam e, conseqüentemente, passam a amargar injustiças fundadas nessa nova atribuição, como mulheres e negros, por exemplo:

a maternidade foi freqüentemente oferecida como a explicação para a exclusão das mulheres da política, a raça como a razão da escravização e/ou sujeição dos negros, quando de fato a relação de causalidade se dá ao inverso: processos de diferenciação social produzem exclusões e escravizações que são então justificadas em termos de biologia ou de raça. (SCOTT, 2005, pp. 18-19).

Ainda pensando sobre as formas como diferença e igualdade se imbricam, é preciso falar dos danos que decorrem do processo de identificação de grupo, quando esse reduz o indivíduo à categoria em que ele pertence. Isso porque, na mesma medida em que encontra amparo e compreensão em um grupo que lhe entende os anseios, o sujeito pode experimentar, para além da solidariedade, a transformação da própria identidade em um estereótipo alvo de preconceitos (SCOTT, 2005).

Na próxima seção, discutiremos como essa realidade se materializa na vivência dos atletas paralímpicos. Também vamos destacar de que forma a criação e evolução dos Jogos Paralímpicos representa um passo importante rumo ao reconhecimento das diferenças entre atletas de elite e à busca por paridade de participação de atletas paralímpicos. Exporemos, ainda, como, mesmo consolidado, o evento não garante a esses atletas o reconhecimento de suas capacidades individuais nem a resolução de suas demandas por redistribuição e representação.

No próximo subcapítulo, vamos conceituar o debate sobre reconhecimento, redistribuição e representação que vai servir de base para a observação das demandas de justiça de pessoas com deficiência e dos atletas paralímpicos,

principalmente no que diz respeito à ocupação do espaço midiático por esses atores.

2.1 NO PÓDIO DA JUSTIÇA: A TEORIA TRIDIMENSIONAL DE NANCY FRASER

Pensar na justiça a partir do deslocamento das demandas sociais do campo da ética para o paradigma do *status* exigiu um notável esforço teórico de Nancy Fraser. Antes de nos aprofundarmos nas reflexões empreendidas por ela, porém, convém destacarmos o debate iniciado por Axel Honneth, para quem Fraser destina grande parte de suas críticas iniciais e a partir das quais constroi um marco teórico que reinaugurou os debates sobre justiça dentro da Teoria Crítica.

Os estudos de Honneth sobre luta por reconhecimento remontam à tradição sociológica das interações sociais: a partir do conceito desenvolvido, inicialmente, por Hegel, no período de Jena, o autor desenha o que chama de gramática moral dos conflitos sociais (BRESSIANI, 2007). Honneth (2003a) pretendia desenvolver uma teoria capaz de observar os fenômenos provenientes do reconhecimento não mais a partir da autoconservação e da busca por poder, ideias presentes na filosofia moderna de Hobbes e Maquiavel, mas a partir do desrespeito e das lutas sociais que derivam desse processo. A busca por reconhecimento, portanto, teria ligação com os pressupostos da autorrealização necessária para a formação da própria identidade dos sujeitos, já que, quando se reconhece e é reconhecido como parte do sistema social, o indivíduo consegue desenvolver-se plenamente.

O ideal normativo de autorrealização, no entanto, apresenta obstáculos de várias ordens. O primeiro deles é o estabelecimento de critérios universais que não se aplicam empiricamente a todas as realidades injustiçadas. Honneth (2003a) tenta avançar nesse sentido, ao buscar na psicologia social de George Mead e na psicanálise de Donald Winnicott elementos que possam compor as diferentes esferas de reconhecimento necessárias para a realização da justiça social. A partir deles, o autor estabelece que o reconhecimento se realiza em três esferas distintas: a do amor, do direito e da estima social.

A esfera do amor se configura no seio das relações primárias, íntimas, como o amor vivido entre os seres humanos com as próprias mães e familiares, por exemplo. É durante esse exercício preliminar das relações intersubjetivas que Honneth (2003a, p. 181) acredita que o indivíduo se torna dependente à mesma

medida em que aprende a sobreviver sozinho. Já na esfera do direito, o reconhecimento se realiza de forma universalizável, sem “exceções e privilégios”, em que as pessoas são “capazes de decidir com autonomia individual sobre as normas morais” (IDEM, 2003a, p. 182). Na esfera da estima social, a autorrealização do sujeito se dá no sentido do reconhecimento não de seus direitos universais, mas de suas capacidades e habilidades individuais e na correção do desrespeito às diferenças em uma perspectiva universal e, ao mesmo tempo, intersubjetiva. As experiências de dano experimentadas nas esferas de reconhecimento supracitadas representam o principal motor das lutas por reconhecimento e encontram, também, abrigo nas relações intersubjetivas, como detalha Sarmiento (2016, p. 132): “lutas por reconhecimento surgem diante da ausência, da frustração da expectativa de interação entre os sujeitos”.

Dentro dessa construção interdisciplinar da teoria do reconhecimento, Honneth (2003a) também define os prejuízos causados pelo desrespeito em cada uma das esferas de reconhecimento. Estes danos vão desde os maus tratos até a violência, quando há desrespeito na esfera do amor, passam pela privação de direitos e à exclusão jurídica, quando danos ocorrem na esfera do direito, e chegam à degradação e à ofensa, quando o sujeito é desrespeitado na esfera da estima social.

Ainda que importantes para a compreensão das injustiças experimentadas no âmbito das interações sociais, as reflexões de Axel Honneth foram atualizadas por outras discussões que consideram frágil o modelo de justiça calcado na busca por autorrealização. A crítica principal é que um modelo universalista, como esse, não consegue separar em justificáveis ou não as demandas por justiça. Nesse sentido, surgem debates e críticas importantes ao pensamento honnethiano, entre elas a empreendida por Nancy Fraser. Em 1995, a autora propôs uma teoria bidimensional de justiça, em que argumentava que as demandas sociais precisavam ser compreendidas e observadas a partir de duas dimensões: a cultural e a econômica. Dentro dessas duas esferas, a justiça se realizaria, ela afirmava, com base em dois remédios também distintos: o reconhecimento e a redistribuição. O primeiro deles visa à superação das subordinações que nascem nos padrões culturais e que, via de regra, representam danos ao *status* do sujeito, como a dominação cultural. Já a redistribuição se concentra na correção de desigualdades

econômicas provenientes das lutas de classe, que decorrem, entre outros fatores, da marginalidade, da exploração, da carência ou da privação.

Por meio dessa interface, a teoria bidimensional propunha, portanto, o deslizamento do modelo de identidade e autorrealização proposto por Honneth para um que tivesse como base as injustiças de classe e *status*, simultaneamente. Essa mudança, defendia Fraser (1997), era necessária para que fosse possível justificar as demandas por justiça partindo de uma base moral e não ética, como previa o pensamento honnethiano. Isso porque, segundo ela: “não há apenas uma concepção de ‘boa vida’ que possa atender a todos, universalmente” (FRASER, 2003, p. 30, tradução nossa). Pensando sob esse prisma, a autora observa que os efeitos do desrespeito ultrapassam os danos à identidade e da autorrealização, tal qual previa o debate empreendido por Honneth e Taylor, sob o pano de fundo da moral. Fraser (2003) acredita que a distorção da identidade não é, portanto, o foco central do dano, senão que esse prejuízo deve ser olhado a partir de outro conceito, o de paridade de participação, ou seja, a possibilidade de participar como par do processo de interação social.

Quando sofre danos nas dimensões do reconhecimento, da redistribuição e da representação, o sujeito tem negado a si o acesso à paridade de participação. Por outro lado, se consegue participar integralmente como igual entre os próprios pares no ambiente social, ele consegue percorrer o caminho que leva ao ideal normativo de justiça. A paridade, é, portanto, critério essencial para que uma luta por justiça seja justificável socialmente.

Honneth (2001) se defende das críticas de Fraser apontando que abrigar as formas possíveis de injustiça sob o guarda chuva econômico e cultural é reducionista. Ele também expõe a valorização da distribuição de recursos materiais como ferramenta necessária para o ideal normativo de justiça, mas acredita que essas demandas materiais também estão abrigadas em sua conceituação mais ampla sobre reconhecimento, de duas formas principais: 1) nas implicações normativas de igualdade diante da lei, que promete tratamento equânime a todos os membros de uma comunidade política; e 2) na ideia de que cada membro de uma sociedade democrática deve ter a chance de ser socialmente estimado por suas realizações pessoais (HONNETH, 2001, p. 53).

Exposto, de forma preliminar, o debate entre Fraser e Honneth, entendemos que os conceitos formulados pela autora nos oferecem os operadores teóricos

capazes de nos aproximar melhor do objeto que nos propomos a observar aqui. Principalmente porque Fraser passou a observar a luta por justiça a partir de um prisma essencial: o político.

Ainda que representasse um avanço importante ao trazer à tona a dimensão econômica como elemento indissociável da luta por justiça, o debate inaugurado por Nancy Fraser não ficou isento de críticas. Como vimos, a bidimensionalidade inicial da teoria desenvolvida por ela era considerada reducionista por alguns pesquisadores. Íris Young, por exemplo, acreditava que, ao priorizar as dimensões cultural e econômica, Fraser deixava de lado o aspecto político das demandas por justiça, fato que a autora reconhecia e com o qual já demonstrava certa preocupação (FRASER, 2008e, pp. 141-142):

Ao longo da década [de 1990] durante a qual desenvolvi a teoria original, muitas vezes encontrei leitores que me perguntavam: ‘E onde está o político?’ E a minha resposta foi sempre: ‘Ah, mas não vês que distribuição e reconhecimento são coisas políticas, por que ambos dizem respeito a assimetrias de poder e estruturas de subordinação? O político já está aí, nessas dimensões, o econômico e o cultural, da (in)justiça. Não é necessário tratá-lo como uma dimensão separada’. Entretanto, no fundo, eu estava preocupada com a inadequação da resposta.

Em 2000 Fraser começa a desenvolver com mais afinco a dimensão adicional de sua teoria de justiça, tendo como base as reflexões de Weber. Motivada pelo contexto mundial pós-guerra, a autora passa a reconhecer a necessidade de incluir a esfera política como igualmente essencial na busca por justiça. O político se soma às dimensões cultural do reconhecimento e econômica da redistribuição, estendendo os limites da teoria anteriormente bidimensional (MARTINS, 2021).

Esse reenquadramento da justiça se dá devido à globalização. Com a dissolução de fronteiras políticas, mudam também as demandas sociais reivindicadas por grupos. Se antes o debate empreendido dentro dos limites territoriais se dava no sentido de compreender o “que” deveria ser considerado justiça e para “quem” ela se destina, a análise agora precisa se debruçar sobre “como” esse processo ocorre dentro das interações sociais (FRASER, 2009).

Ficaria assim definida, portanto, a terceira dimensão de sua teoria de justiça:

Obviamente, distribuição e reconhecimento são políticos por natureza, no sentido de serem contestados e permeados por poder; e eles, frequentemente, têm sido tratados como elementos que demandam a tomada de decisão do Estado. Mas eu considero o político em um sentido mais específico, constitutivo, que diz respeito à natureza da jurisdição do Estado e das regras de decisão pelas quais ele estrutura as disputas

sociais. O político, nesse sentido, fornece o palco em que as lutas por redistribuição e reconhecimento são conduzidas. (FRASER, 2009, p. 19).

Esse palco seleciona de forma política aqueles que podem participar como pares dos processos de deliberação, em um critério de pertencimento social. Na medida em que determina as regras, a dimensão política “revela não apenas quem pode fazer reivindicações por redistribuição e reconhecimento, mas também como tais reivindicações devem ser introduzidas no debate e julgadas” (FRASER, 2009, p. 19). Aos danos já conhecidos à paridade de participação, de reconhecimento na dimensão cultural e de redistribuição na esfera econômica se somam, finalmente, os obstáculos de representação, que se realizam no campo político. Ao inserir a representação como ideal normativo de justiça, Fraser alerta que a dimensão política não é mais importante que as dimensões econômica e cultural. De novo, a autora defende o imbricamento dessas esferas mutuamente dependentes, que também podem se materializar de forma autônoma, mas que, via de regra, revelam demandas sociais com múltiplas origens. Isso ocorre porque, para se inserir no debate público, o indivíduo precisa ter representação nos processos de tomada de decisão, como também ter a chance de participar como par das relações que determinam a estrutura econômica e receber reconhecimento em suas interações sociais.

Tratando da representação a partir da inclusão ou exclusão de alguns atores, Fraser analisa, também, as formas como a injustiça se apresenta nesses termos por meio da falsa representação. Ela “ocorre quando as fronteiras políticas e/ou as regras decisórias funcionam de modo a negar a algumas pessoas, erroneamente, a possibilidade de participar como um par, com os demais, na interação social – inclusive, mas não apenas, nas arenas políticas” (FRASER, 2009, p. 21).

Considerando a justiça a partir de arranjos sociais que permitam a todos participarem como pares do processo de interação social, Fraser abre caminho para uma reflexão importante para pensar a luta por reconhecimento de grupos considerados minoritários. Primeiro porque observa a paridade de participação a partir do que ela chama de “noção de resultado”, ou seja, a observação efetiva de mecanismos que possam servir de avanço na busca por espaço de debate para todos os atores sociais. Ainda que o resultado tenha notável importância, o caminho

para a chegada até o ideal normativo de justiça também é essencial para a autora que vai além, dizendo que a participação de todos os atores também:

(...) envolve a noção de processo, que especifica um padrão procedimental pelo qual podemos avaliar a legitimidade democrática das normas: estas últimas só são legítimas se contarem com assentimento de todos os concernidos em um processo de liberação justo e aberto, em que todos possam participar como pares. (FRASER, 2009, pp. 36-37).

Essa dupla abordagem nos permite encontrar elementos que, no curso da busca por justiça, subjuguem grupos tendo como pano de fundo as demandas por justiça desses mesmos atores, em um processo complexo que ainda nos esforçaremos para descrever. Na próxima seção, usaremos as reflexões elencadas até aqui para compreender aspectos importantes dessa luta aplicada à realidade dos atletas com deficiência. Nosso objetivo é compreender como a representação simbólica de atletas paralímpicos na mídia se relaciona com as demandas por justiça desses atores.

2.1.1 Nadando contra a maré: a luta por reconhecimento, redistribuição e representação dos atletas com deficiência

A deficiência é uma característica indissociável do atleta paralímpico. Muito por isso, nos parece ser a partir dela que o indivíduo que se profissionaliza no esporte adaptado tem seu lugar definido no mundo. Desde que decide ser um esportista de elite, a pessoa com deficiência enfrenta obstáculos que representam desafios de reconhecimento, redistribuição e representação.

A primeira dessas dificuldades se apresenta de maneira fundamental, imposta pela condição física da pessoa com deficiência. Como já vimos, o preconceito tem raízes históricas, que impunham à pessoa com deficiência o isolamento e a invisibilidade. Sem que as lentes sociais os encontrem, esses atores ficam fadados a conviver com a falta de reconhecimento de sua luta por paridade, bem como pela valorização de suas diferenças, em um processo de subordinação cultural que, não raro, os imputam títulos que vão de improdutivos e infantilizados até a vítimas de uma vida presa à deficiência.

Essas barreiras que dificultam o acesso às estruturas sociais básicas para o desenvolvimento das pessoas com deficiência também são obstáculos para os atletas paralímpicos em sua busca por paridade de participação. Quando é visto a

partir dos padrões corporais, esses atores passam a ser comparados com atletas sem deficiência ou, com maior atenção, por meio de suas histórias particulares, pessoais ou médicas. Ser um atleta paralímpico é conviver com narrativas que vão de um extremo ao outro: desde a pessoa com deficiência que supera a falta de mobilidade com superação até à admiração pelas capacidades, expressa por meio das narrativas que tornam o atleta paralímpico um super-herói.

Esse elemento é facilmente encontrado em histórias que pontuam a extraordinariedade, como lembram Figueiredo e Novais (2010, p. 87):

De fato, a descrição dos paratletas alterna entre momentos em que apenas a deficiência está em evidência. O indivíduo é visto como coitadinho, mas ao se transformar em atleta de alto nível, recordista mundial, medalhista paraolímpico, o portador de deficiência é o herói, que superou suas próprias dificuldades. Tal constatação é consentânea com os resultados de Calvo (2001)¹⁵ que concluiu que para além de exíguas, as representações midiáticas das pessoas com deficiência, transmitem, frequentemente, a imagem do incapacitado que não consegue solucionar seus problemas, ou então a do “super-herói”, com algumas capacidades mais desenvolvidas em detrimento de outras, acabando por reforçar estereótipos, estigmas e posturas preconceituosas.

Ao evidenciar a deficiência do atleta paralímpico ou as características físicas que o diferenciam dos atletas olímpicos, em detrimento de seu esforço profissional, a arena social também impõe desafios na luta por justiça. Entendemos que, quando a capacidade profissional e a performance do atleta paralímpico são sobrepostos pela sua própria história particular, a narrativa calcada na superação representa um remédio com efeito limitado, ou seja, uma solução que oferece algum reconhecimento, mas não atua nos arranjos sociais necessários para a paridade de participação desses indivíduos. Dessa forma, é possível perceber que, ao mesmo tempo em que têm demandas por igualdade, os atletas paralímpicos também empreendem uma luta pelo reconhecimento das capacidades individuais que os tornam únicos frente ao desafio dos esportes de elite, ou, em última análise, pelo reconhecimento e valorização de suas diferenças. Pensar o reconhecimento a partir desse prisma representa um passo importante nas mudanças sociais necessárias para o desenvolvimento igualitário entre atletas com e sem deficiência.

Uma visão nascida no estereótipo gera problemas de reconhecimento porque nega aos atletas paralímpicos a possibilidade de participarem como pares das atividades que desempenham no esporte, principalmente quando essas

¹⁵CALVO, A. P. S. Desporto para Deficientes e Media. 2001. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto, 2001.

mudanças sociais não são ponto de atenção. Quando são vistos, majoritariamente, a partir dos padrões institucionalizados de valor cultural, esses atores acabam marginalizados a um papel distante do ideal normativo de justiça, ou seja, são excluídos da possibilidade de compor os espaços de poder e decisão a respeito daquilo que lhes poderia ser primordial na conquista de uma vida mais justa. Essa questão configura uma demanda por reconhecimento que se materializa, principalmente, por meio do desejo de receber valorização e respeito como outros esportistas de elite, para além da empatia pública com a sua condição física (FRASER, 2003; MARQUES, 2001b; SHELL; DUNCAN, 1999).

Na dimensão econômica, também é possível perceber injustiças no que diz respeito à redistribuição. Antes de se tornar um atleta paralímpico, a pessoa com deficiência convive com problemas estruturais como a falta de acesso à educação inclusiva, a ausência de um tratamento médico adequado à sua deficiência e a falha das estruturas urbanas que o permitam ter mobilidade e independência em sua vida social. Desde 1991, a lei garante que empresas com 100 trabalhadores ou mais precisem reservar vagas para pessoas com deficiência. Pelo texto, empresas com 100 a 200 empregados precisam reservar 2% de todos os postos para pessoas com deficiência; em empresas com 201 a 500, a reserva precisa ser de 3%; de 5001 a 1.000 empregados, de 4%; por fim, empresas com mais de 1.001 empregados precisam reservar 5% das vagas para pessoas com deficiência. O descumprimento da lei pode gerar multas que podem chegar a R\$ 228 mil¹⁶.

A garantia de postos, contudo, não representa certeza de emancipação econômica, já que pessoas com deficiência tendem a receber salários menores do que pessoas sem deficiência que ocupam a mesma função. Outro ponto a se observar é a variação de níveis de limitação dentro da deficiência — que também representa diferenças de tratamento e oportunidades ao longo da vida. Ao pesquisar o efeito da deficiência no emprego e no salário pago por hora do país, Becker (2019) comparou três grupos diferentes: pessoas sem deficiência, pessoas com deficiência e limitações e pessoas com deficiência sem limitações. O estudo mostrou que os trabalhadores com limitações mais severas têm desvantagem salarial face aos colegas sem deficiência ou com deficiência, mas sem limitações. A

¹⁶O texto completo da lei está disponível neste link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 07 de novembro de 2022.

pesquisa não reuniu evidências de que essa desvantagem seja fruto de uma menor produtividade ou do preconceito no mercado de trabalho, ainda que reconheça que:

(...) é possível que as barreiras impostas pela condição de saúde ou pela discriminação tenham dificultado o acesso à educação e a qualificação profissional das pessoas com deficiência e limitações da atividade, o que, provavelmente, resultou em uma desvantagem desse grupo no mercado de trabalho. (BECKER, 2019, p. 62).

Considerando a rotina de esportistas de elite, essa realidade não se altera de forma importante. Atletas paralímpicos também têm menos acesso a espaços adaptados para a prática esportiva e recebem salários e cotas de patrocínios menores, se comparados aos atletas olímpicos. Como consequência dessa desvantagem, esses profissionais ficam mais dependentes do financiamento público para poderem competir em alto nível. Na última edição dos Jogos Paralímpicos, em Tóquio 2021, quase 96% dos atletas paralímpicos contavam com apoio do Bolsa Atleta. Entre os atletas olímpicos, esse índice foi de 80% (O GLOBO, 2021)¹⁷.

O Bolsa Atleta é dividido em cinco categorias principais: Olímpicos/Paralímpicos; Internacional; Nacional; Base e Estudantil. Em 2022, 4.755 atletas, a maioria dos inscritos, aparece na categoria categoria Nacional e recebe R\$ 925 por mês. Na Internacional, com 845 representantes, o benefício pago é de R\$ 1.850. A sequência apresenta 292 contemplados na categoria de Base, com R\$ 370 de benefício; Estudantil, em que 241 atletas recebem R\$ 370 e, com menos representantes, a categoria Olímpico/Paralímpico, que paga R\$ 3.100 a 241 atletas¹⁸. A observação dessa tabela de benefícios nos permite perceber uma luta por redistribuição mesmo dentro do principal benefício voltado aos atletas do país. Mesmo aqueles que recebem o maior valor, de R\$ 3.100, precisam ter outras fontes de financiamento para manter a rotina de treinamentos e preparação para as grandes competições, o que, para os atletas paralímpicos, impõe uma série de desafios extras.

No que diz respeito à redistribuição, portanto, a luta por justiça dos atletas paralímpicos se dá por mais investimentos, principalmente do setor privado. Em uma reflexão importante sobre o esporte, o sociólogo Pierre Bourdieu (1990b, p.

¹⁷ Para mais detalhes, ver: <https://oglobo.globo.com/esportes/toquio-2020/noticia/2021/09/dependente-do-patrocínio-publico-esp-orte-paralimpico-tenta-abrir-os-olhos-do-setor-privado-1-25184816.ghtml>. Acesso em 03 de junho de 2022.

¹⁸Mais detalhes, em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2022/04/governo-federal-divulga-lista-da-bolsa-atleta-em-2022-com-6-374-contemplados>. Acesso em 07 de junho de 2022.

211) já adiantava que o ambiente esportivo precisa ser visto como um campo estruturado e constituído como um sistema de regras próprias ou um “lugar de forças que não se aplica só a ele”. Assim sendo, o autor reconhece que o campo esportivo também é uma arena de disputas reguladas pelos recursos financeiros. Marques (2010) caminha nessa direção ao apontar que o capital é que determina quão longe um atleta pode ir em sua performance. No entanto, mesmo depois da passagem do esporte para o que Bourdieu (1990) denomina esporte-espetáculo, os atletas paralímpicos não conseguem desfrutar das mesmas receitas publicitárias que os atletas olímpicos:

Enquanto o movimento olímpico baseia-se em verbas privadas, o paralímpico precisa avançar nesse sentido. Porém, é necessário cuidado nas mudanças e adaptações mercadológicas para que os eventos não percam o caráter de empoderamento e aceitação de diferentes atletas com deficiência, inclusive os mais comprometidos (SCHANTZ; GILBERT, 2001)¹⁹. Esse caráter deve ser mantido, pois é a principal identidade dos JP e o expoente do movimento paralímpico. Sem a exposição das diferenças e capacidades específicas, o esporte adaptado iguala-se demais ao convencional, perdendo sua riqueza e valor. (MARQUES, 2010, p. 178).

Essa luta por redistribuição é anterior, até, à criação do Comitê Paralímpico Brasileiro. Quando o esporte paralímpico ainda não havia se popularizado no país, a falta de uma única entidade representativa do esporte, entre os anos de 1958 e 1972, prejudicou a captação de recursos para o financiar os atletas paralímpicos do país (BARRETO *et al.*, 2016). Já na época, os praticantes de esportes adaptados experimentaram dificuldades financeiras na aquisição de materiais, na infraestrutura básica de treinamentos e práticas esportivas e a partir da inexistência de um salário fixo para os atletas. Essas incertezas tinham reflexo direto no desempenho dos atletas, já geravam “ansiedade, desmotivação, além de prejudicar o técnico sobre a prescrição do treinamento no período pré-competitivo” (IDEM, 2016, p. 122). A falta de acesso a recursos fazia, inclusive, com que o país tivesse dificuldade de mandar as delegações para os Jogos Paralímpicos: em 1980, na Holanda, o Brasil tinha apenas 15 atletas em sua delegação. Nenhuma medalha foi conquistada (ARAÚJO, 1998a).

Entendemos que a origem de parte dessa dificuldade de acesso a mais recursos privados, em especial aos patrocínios, se dê por causa da representação simbólica a que estão submetidos os atletas paralímpicos. Aqui, tratamos de uma

¹⁹SCHANTZ, O. J.; GILBERT, K. An ideal misconstrued: newspaper coverage of the Atlanta Paralympic games in France and Germany. *Sociology of Sport Journal*, 18, p. 69-94, 2001.

representação simbólica midiática, que até insere a questão paralímpica na esfera pública, mas que, ao mesmo tempo, constroi narrativas que não vão ao encontro do reconhecimento das diferenças e da exposição pelas demandas por redistribuição. Essa representação simbólica, que tende a priorizar mais os relatos pessoais a partir da deficiência, sem priorizar os resultados e a trajetória esportiva do atleta paralímpico, também pode ser considerada um obstáculo à representação política. Isso porque essa estratégia reproduz estereótipos que impedem a paridade de participação desses atores em um âmbito mais amplo, prejudicando sua visibilidade em espaços de debate de políticas públicas voltadas aos atletas com deficiência em âmbito nacional, por exemplo — o que, entendemos, também pode configurar uma interferência importante na superação dos obstáculos de ordem econômica, de redistribuição.

Esse problema ocorre porque, nesse processo, ignora-se justamente os arranjos sociais necessários para que esses atores tenham condições de participar do processo social como pares. Hoje, os atletas paralímpicos são representados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro — à exceção dos atletas com deficiência auditiva que são representados nacionalmente pela Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Ambas as entidades têm integrantes no Conselho Nacional do Esporte (CNE), um órgão colegiado criado em 2002 e, hoje, ligado ao Ministério do Esporte. Entre as atribuições do conselho está “buscar o desenvolvimento de programas que promovam a prática intensiva e planejada da atividade física para toda a população, além da melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do setor”. Ainda que os atletas paralímpicos sejam representados junto ao órgão, essa representação deliberativa parece não ser suficiente para garantir paridade de condições para a prática de esportes entre atletas com e sem deficiência no país.

A discussão no âmbito da redistribuição ganha outros aspectos quando se consideram atletas paralímpicos que obtiveram sucesso em suas carreiras. Sem o devido incentivo no início de suas trajetórias — e tendo sentido as dificuldades de se depender quase que exclusivamente do poder público para poder competir — esses atores passam a investir os próprios recursos a instituições filantrópicas de apoio a outros atletas (BRAZUNA; CASTRO, 2001). A esses atletas que conseguem acesso a patrocínios privados, porém, a carreira bem-sucedida pode trazer mais

que recursos, mas também reconhecimento, além de mudanças na forma como são vistos e representados simbolicamente.

O exemplo prático de como os investimentos surtem efeito nos resultados pode ser observado a partir da dominância de países como China e Estados Unidos, tanto na edição dos Jogos Olímpicos quanto nos Jogos Paralímpicos. Mas é importante observar como em países sem o poderio dessas duas potências, o capital econômico, ou de redistribuição, dos jogos se apresenta de outras formas:

(...) em países com menor capacidade de investimento em novas tecnologias, o avanço científico ligado a métodos de treinamento e preparação de atletas torna-se uma saída para a busca por desenvolvimento esportivo (...). Embora avanços tecnológicos venham melhorando as performances de atletas com deficiência, até aproximando-os de índices de outros do esporte convencional, o acesso a estas melhorias ainda é desigual, devido à distribuição econômica heterogênea. Uma melhor cadeira de rodas, por exemplo, possibilita melhores condições de participação numa prova de atletismo, inclusive de uma pista com piso sintético. (MARQUES, 2010, p. 176-177).

Quando se tem em vista os equipamentos com evolução tecnológica necessários para os treinamentos, é possível pensar na redistribuição não apenas em termos financeiros, mas, e principalmente, no acesso à justas oportunidades de acessar recursos médicos e terapias que possam trazer bom rendimento no esporte paralímpico (MARQUES, 2010).

A modernização e o acesso a diferentes tecnologias também representa um avanço ou entrave na busca por paridade de participação porque determina qual atleta vai ou não chegar ao esporte profissional. Em inícios de carreira sem apoio, muitos esportistas com deficiência treinam sem supervisão e acumulam prejuízos durante suas carreiras. Nesse contexto, eles sentem de forma intensa as falhas que nascem da falta de redistribuição, seja no alto custo de equipamentos específicos para a prática esportiva ou, ainda, na durabilidade desses itens ou na falta de um aparelho adaptado sob medida, como, por exemplo, as próteses (DE PAUW; GAVRON, 1995; WHEELER *et al.*, 1999).

2.1.1.1 A representação simbólica nos limites do falso reconhecimento

Tanto os problemas de reconhecimento quanto os de redistribuição que elencamos até agora representam subordinações que demandam um esforço maior desses atores para que eles possam desfrutar de um lugar de valorização e visibilidade no cenário esportivo nacional e internacional. Nesse contexto, o

não-reconhecimento que deriva de danos assim também constitui uma forma grave de violação da justiça. A solução sugerida pelo modelo de *status* para esse tipo de problema se apresenta em sentido mais profundo do que corrigir a desvalorização da identidade, senão que exige mudanças sociais amplas, capazes de superar tanto a subordinação cultural, quanto a econômica:

Diferentemente do modelo de identidade, portanto, o modelo de status considera o não-reconhecimento no contexto de uma compreensão mais ampla da sociedade contemporânea. Desta perspectiva, o status de subordinação não pode ser entendido isoladamente das organizações econômicas, nem o reconhecimento abstraído da distribuição. Contrariamente, apenas considerando ambas as dimensões juntas é que se pode determinar o que é paridade de participação impeditiva em qualquer caso particular; somente trazendo à tona as complexas imbricações do status com a classe econômica se consegue determinar a melhor forma de reparar a justiça. (FRASER, 2010, p. 126).

Ao encontro do que pensa Young (1990), Fraser (2010) argumenta que o modelo de identidade não age na valorização das diferenças, mas proporciona o que se pode chamar de reconhecimento universalista ou reconhecimento afirmativo da diferença, o que não representa o fim das injustiças. Para a correção desses danos, o foco das mudanças sociais precisa ser apontado para as estruturas sociais que perpetuam as injustiças. A partir da superação de obstáculos construídos cultural, econômica e politicamente é que seria possível superar o que o “status de subordinação” (FRASER, 2010, p. 123). A superação desses danos pode pavimentar o caminho para que novos padrões de paridade de participação sejam estabelecidos.

A correção de injustiças na esfera do reconhecimento e da redistribuição prevê a aplicação de remédios distintos (FRASER, 2003). O primeiro deles é o afirmativo, que, segundo ela, visa a correção de desigualdades sem, no entanto, mudar as estruturas fundamentais que as geram. Já o remédio transformativo tem caráter mais profundo e ataca as estruturas em que nascem as injustiças, como políticas públicas e leis específicas voltadas ao desenvolvimento do esporte paralímpico.

No entanto, em uma tentativa de abarcar ainda mais categorias analíticas normativas, Fraser incorporou às suas reflexões a dimensão política da justiça. Essa terceira dimensão se realiza por meio da representação, no sentido deliberativo, que garante a participação e a expressão política, além de um espaço em que cada sujeito possa expor e defender as próprias demandas sociais. Há pelo menos dois

níveis diferentes de injustiças dentro da esfera da representação: um deles se materializa por meio da falsa representação política-comum, quando as decisões do campo social negam aos incluídos nas demandas sociais uma chance de participar como pares do processo social; e o outro, mais severo, decorre do mau enquadramento, quando as fronteiras políticas estabelecidas excluem pessoas de participarem dos debates (FRASER, 2009).

A injustiça que decorre do mau enquadramento das demandas deságua em um tipo específico de “metainjustiça” (FRASER, 2009, p. 22), ou seja, um processo em que os indivíduos se veem sem chance de formular ou apresentar as próprias demandas no espaço público. Fraser completa que esse enquadramento pode representar um dano também quando “aqueles que são excluídos de uma comunidade política são incluídos como sujeitos da justiça em outra” (IDEM, 2009, pp. 22-23). Como resultado desse processo, os atores que sofrem esse tipo de injustiça ficam sujeitos à “caridade ou benevolência”, ou seja, “se tornam não-sujeitos em relação à justiça” (IBIDEM, 2009).

Esse debate nos parece especialmente interessante para a análise da representação simbólica dos atletas paralímpicos, no campo da visibilidade midiática. Não raro, a visibilidade concedida a esses atores é escassa e restrita às datas que antecedem ou sucedem a realização dos Jogos Paralímpicos. Também nos âmbitos social e midiático, esses atores tendem a ter suas histórias particulares mais valorizadas, em detrimento do trabalho que realizam, por meio de sua performance esportiva. A empatia com a vida pregressa do atleta é um elemento de humanização que, tantas vezes, determina a esse sujeito um lugar de fala difuso, despersonalizado. Em outras palavras, é como se todos os atletas paralímpicos se ocupassem das mesmas demandas por justiça e, na busca por paridade de participação, fossem observados como um grupo unitário, com demandas universalizadas, sem que haja preocupação com as diferenças que os tornam atores únicos e com demandas sociais variadas.

A falta de representatividade, ou representação simbólica, nos espaços midiáticos, portanto, pode ser entrave para a representação política com vistas à participação (FRASER, 2009). Isso porque a mídia é fundamental para a ampliação da representação política, na medida em que seu papel histórico e institucional é estimular o debate público. Quando não se sente visto e notado em suas demandas por meio da visibilidade que advém da representação simbólica, o indivíduo fica

sujeito a experimentar, assim, os três tipos de injustiça, reforçadas mutuamente, já que o reconhecimento, a redistribuição e a representação são esferas interligadas.

No contexto histórico, entendemos que a própria criação dos Jogos Paralímpicos representa um avanço importante na busca pela representação política desses atletas, por meio do desenvolvimento do esporte para pessoas com deficiência. Mas, na mesma medida, mesmo a exclusividade do evento se materializa de forma a separar do convívio atletas com e sem deficiência, já que se realiza em data diferente à versão olímpica. Defensores da unificação das duas edições argumentam que essa separação representa uma forma de discriminação. Já o Comitê Paralímpico Internacional observa que a realização dos Jogos Paralímpicos depois das Olimpíadas permite à organização se preparar melhor para adaptar espaços e minimizar erros de estrutura para receber os atletas paralímpicos²⁰. A seguir, mostramos como a criação dos Jogos Paralímpicos representou um primeiro passo para o aumento da visibilidade e da representação simbólica dos atletas com deficiência em âmbito mundial.

2.1.1.1.2 A criação dos Jogos Paralímpicos como ferramenta de representação política e simbólica

Os registros históricos apontam que a força do movimento paralímpico nasceu da vocação do esporte em recuperar a saúde de soldados feridos e mutilados, em atividades desenvolvidas durante o período entreguerras (MARQUES, 2010). Mas, antes disso, em 1888, clubes esportivos de Berlim, na Alemanha, já abriam suas portas para receber atletas com deficiência auditiva (BLAUWET E WILLICK, 2012). A primeira competição internacional voltada a atletas com deficiência foi realizada em 1924, após os Jogos Olímpicos de Paris, na França, e ficou conhecida como “Jogos do Silêncio”, já que contaram apenas com a participação de atletas com deficiência auditiva. A competição deu início ao que, hoje, configura a competição paralímpica mais importante para os surdos: a dos Jogos Surdolímpicos²¹.

²⁰ Essa discussão veio à tona, principalmente, durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Para mais detalhes, ver: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/movimento-defende-a-realizacao-simultanea-de-olimpiada-e-paralimpiada/>. Acesso em 07 de junho de 2022.

²¹ Mais informações em: <https://site.cbds.org.br/eventos/deaflympics/paralimpiadas-e-surdolimpiadas/>. Acesso em 21 de julho de 2022.

A realização da competição voltada a atletas surdos movimentou o cenário esportivo no mundo e, oito anos após o evento, foi inaugurada na Inglaterra a primeira associação esportiva voltada a pessoas com deficiência: a Associação de Jogadores de Golfe, que contava com atletas amputados (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Em meados do século XIX até metade do século XX, o esporte voltado para pessoas com deficiência ainda era analisado, majoritariamente, sob o prisma da recuperação e reabilitação. A virada de chave para o desenvolvimento de competições entre pessoas com deficiência só veio depois que o neurologista Ludwig Guttmann atendeu ao pedido do governo britânico para dirigir o Stoke Mandeville Hospital (CPB, 2016), um centro especializado em tratar lesões de medula óssea.

Nesse centro médico, a reabilitação também envolvia o esporte, praticado, inicialmente, em nível recreativo e, depois, desenvolvendo seu caráter competitivo. Relatos históricos apontam que, à época, Guttmann acreditava que a paraplegia era o problema mais negligenciado pela medicina e que poucos especialistas estariam habilitados para o seu tratamento (GOLD; GOLD, 2007). Essa suspeita de negligência se materializava em números da época: o índice de sobrevivência de pessoas com lesão na medula, na década de 1940, era de 1 a cada dez internados. Dez anos depois, com a introdução do esporte como ferramenta de reabilitação, esse índice passou a ser de nove para cada dez internados (SAINSBURY, 2004). Exatamente por esse motivo, a reabilitação ganhou papel central entre os governos envolvidos na Segunda Guerra Mundial, como forma de prestar contas à sociedade e tentar minimizar publicamente os efeitos dos combates (FLORENCE, 2009).

Em 1945, Guttmann comandou a implantação do primeiro programa esportivo voltado a pessoas em cadeira de rodas, também no Hospital de Stoke Mandeville (ARAÚJO, 1998a). A primeira competição oficial com atletas paralímpicos foi realizada três anos depois, com a participação de 16 militares, entre homens e mulheres com deficiência, que se revezaram em uma prova de tiro com arco. A partir do evento, o desenvolvimento do esporte paralímpico entrou em outro patamar: em 1952, militares da Holanda passaram a reivindicar espaço no esporte e a competição passou a ser internacional. A primeira edição dos Jogos Paralímpicos, já com a denominação que os acompanha até hoje, foi realizada em Roma, na Itália, em 1960, com a participação de 400 atletas de 23 países (CPB, 2016).

No Brasil, o esporte paralímpico começou a se desenvolver em 1957, depois que Robson Sampaio e Sérgio Del Grande criaram o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, e o Clube dos Paraplégicos, em São Paulo. A ideia veio depois de um período em que os dois passaram por uma reabilitação nos Estados Unidos (MIRANDA, 2011). Com o crescente interesse de atletas com deficiência em competições e as excursões de clubes para dentro e fora do país, em 1975 começou o debate sobre a criação de uma entidade que pudesse reunir todos os atletas paralímpicos brasileiros. Durante a realização dos Jogos Parapan-Americanos, naquele ano, no México, o Brasil levou duas delegações distintas para competir, dada a falta de comunicação entre as entidades paralímpicas da época. De um problema, nasceu o que poderia ser uma solução: a Associação Nacional de Desporto de Excepcionais (ANDE) (CIDADE; FREITAS, 2002; MIRANDA, 2011). O Comitê Paralímpico Brasileiro só seria fundado 20 depois, a pedido do próprio Comitê Paralímpico Internacional.

O desenvolvimento do esporte paralímpico no país recebeu impulso extra após a criação de instituições e organizações de representação dos atletas com deficiência. Essas instituições funcionam, ainda hoje, como representantes *advocacy*²² dos atletas e organizadores dos eventos esportivos que os reúnem a cada quatro anos. Elas também são responsáveis por padronizar, fiscalizar e organizar regras nas modalidades, bem como distribuir recursos recebidos de fontes públicas ou privadas para garantir a continuação do esporte (MORGAN, 2002).

Nesse sentido, foi fundado, em 1989, o Comitê Paralímpico Internacional (IPC). A entidade tinha como objetivo se tornar uma voz coletiva que visava a apoiar o crescimento dos esportes paralímpicos no mundo (BLAUWET; WILLICK, 2012, p. 852). A partir da criação do IPC e da integração da entidade com o Comitê Olímpico Internacional (COI) é que medidas como a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos ficou estabelecida na mesma cidade-sede. A entidade oficial passou a ganhar o reforço de outros movimentos a partir do momento em que as modalidades do esporte paralímpico aumentaram e trouxeram consigo a valorização da prática

²² Mafra (2014) explica que a noção deste conceito tem ganhado forma na democracia contemporânea, tanto porque representa determinadas práticas de grupos que lutam por causas sociais, quanto porque fala direto aos próprios grupos que atribuem a si mesmos a missão de advogar em favor de “sujeitos sem voz e vez nas arenas políticas formais, em condições de violação de direitos, de sofrimento moral e/ou de invisibilidade na cena pública” (MAFRA, 2014, p. 182).

esportiva como sendo fundamental para os ideais de inclusão, acesso à comunidade e igualdade de oportunidades.

Esse breve histórico nos permite observar a consolidação dos Jogos Paralímpicos, essencial arena de visibilidade dos atletas paralímpicos, como um fenômeno recente e ainda em desenvolvimento. Essa visibilidade, entendemos, parte de uma representação simbólica que caminha no sentido de conquistar, também, representação política para os atletas com deficiência. É inegável a importância do evento como um marco representativo de primeira grandeza na busca pelo objetivo de paridade de participação. No entanto, vejamos que os Jogos Paralímpicos têm apenas 62 anos de criação, enquanto que a edição olímpica da Era Moderna data de 1896, ou seja, existe há 126 anos — mais que o dobro da versão paralímpica. Esse subdesenvolvimento evidencia a falta de acesso a mecanismos de profissionalização do esporte, o que gera reflexos na forma como os atletas paralímpicos são valorizados — ou não — até hoje.

Se o passado de terror, marcado pelo extermínio, ficou para trás, há ainda alguns fantasmas que pairam sobre a vida da pessoa com deficiência. Como atleta paralímpico, esse ator enfrenta uma série de subordinações que podem impedi-lo de buscar condições igualitárias, respeitadas suas diferenças, na prática esportiva de alto nível. São problemas que demandam do atleta paralímpico um esforço consideravelmente maior para a chegada ao objetivo de respeito entre os representantes do esporte no país.

Para além do evento que reúne exclusivamente os atletas paralímpicos em nível mundial, compreendemos que outro espaço importante para a visibilidade dos atletas paralímpicos é o midiático. No próximo capítulo, vamos trazer algumas reflexões sobre como essa representação simbólica dos atletas paralímpicos costuma se realizar no espaço midiático e de que maneira a narrativa jornalística costuma enquadrar historicamente os atletas paralímpicos.

3 A MÍDIA E A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DO (IN)VISÍVEL

Uma série de estudos já refletem sobre a mídia como um espaço importante de disputas que se apresentam não só porque os meios de comunicação de massa são uma arena importante de visibilidade e exposição de demandas sociais de

grupos, como também porque, por meio da narrativa produzida por eles, surgem interpretações culturais e políticas capazes de contribuir para a construção de identidades e acesso aos processos de deliberação (CARPENTIER, 2011; HALL, 1997; SHOHAT; STAM, 1994). Quatro tradições distintas se debruçam, nesse sentido, a estudar as representações de mídia, como enumeraremos a seguir.

A primeira dessas linhas é traçada por meio das reflexões provenientes da linguística e da semiótica de Saussure e Pierce. Nela, os pesquisadores apontam que a mídia apresenta, por meio de suas materializações, a forma como são sujeitos e seus respectivos grupos podem ser observados. A linguagem, nesses termos, comporia um sistema objetivo, sem considerar outras variáveis culturais. A segunda tradição incorpora o debate proposto pela Escola de Chicago, por meio da perspectiva do interacionismo simbólico e da psicologia social. Nela, os *media* e seus elementos de produção são vistos como responsáveis por auxiliar na construção de sentidos socialmente compartilhados, considerando a bagagem cultural prévia da sociedade. Os estudos antropológicos e culturais de tradição britânica compõem a terceira tradição. Essa corrente diz que a representação dos *media* se realiza a partir de uma classificação prévia, que atribui papéis a sujeitos e grupos dentro de hierarquias sociais. Na quarta tradição, as atenções se voltam para os discursos veiculados na mídia. Ganha força o debate em torno da Análise Crítica do Discurso, que engloba o estudo dos textos e suas conexões com as estruturas sociais, em um contexto mais amplo (MAIA, 2018).

Ao explorar a ligação entre os estudos de representação midiática com reconhecimento, Maia (2018) reforça a necessidade de compreender o espaço midiático como uma arena de representações simbólicas, produzidas a partir de um discurso cultural e político dominantes na luta social. Esse esforço teórico, portanto, não se contenta apenas com a identificação dos significados produzidos na arena midiática, senão que joga luz em questões mais profundas sobre como esses sentidos são construídos socialmente. A perspectiva do reconhecimento permite, portanto, a observação da construção da narrativa midiática favorece representações a partir de diferentes tipos de injustiça:

Concordo com o argumento de que o conteúdo da comunicação de massa muitas vezes segue normas que favorecem padrões hegemônicos que, por sua vez, sustentam privilégios e subordinação nas sociedades contemporâneas. Se as assimetrias de poder - relacionadas com sexualidade, gênero, raça/etnia, classe, religião, nacionalidade, dentre outros - não podem ser facilmente alteradas por toda a sociedade, o

mesmo vale para o ambiente dos meios de comunicação de massa. (MAIA, 2018, p. 69).

A autora destaca pesquisas que, por um lado, analisam os efeitos da autopercepção a partir do discurso midiático e, de outro, observam como essa narrativa pode influenciar na forma como certos indivíduos ou grupos são vistos, a partir de modelos reproduzidos que influenciam a lógica cultural (MARTÍN-BARBERO, 2009; MITTEL, 2004). Nesse sentido, destacamos o debate empreendido por Hall (1997b), que defende a existência de padrões de representação reproduzidos ao longo do tempo, em um processo social e político. Outro aspecto político que coloca a mídia como arena essencial de visibilidade e reconhecimento mora no fato que esse espaço é perseguido por grupos e minorias que buscam o descortinar público das próprias demandas. O resultado dessa representação midiática também se insere no campo político, porque os discursos não são apenas uma atribuição de sentido unidirecional, senão que também são construídos e transformados ao longo do tempo (MAIA, 2018).

Os impactos da cultura na estrutura organizacional da sociedade também representam um campo importante nos estudos em comunicação. Dentro dessa lógica, a produção midiática também é alvo de lentes atentas que observam sua produção não mais apenas a partir de suas lógicas técnicas de produção, tampouco na recepção desses conteúdos, mas a partir de formas mais amplas. Uma delas considera o prisma do que é produzido, mas toma essa produção a partir das premissas políticas, sociais e econômicas capazes de reproduzir estigmas e discursos socialmente dominantes; e a outra vai ao encontro dos efeitos que esse discurso midiático pode gerar no sentido de moldar, junto à bagagem cultural prévia dos sujeitos, novos discursos dominantes e que invisibilizam as minorias.

O papel central da cultura dentro do repertório que compõe esses discursos foi analisado por autores como Stuart Hall (1997). A partir do entendimento dos padrões de representação, ele delimita que os discursos são, ao mesmo tempo, fruto e semente, ou seja, são consequência de disputas sociais e, concomitantemente, as influenciam.

[...] não devemos nos surpreender, então, que as lutas pelo poder deixem de ter uma forma simplesmente física e compulsiva para serem cada vez mais simbólicas e discursivas, e que o poder em si assuma, progressivamente, a forma de uma política cultural. (HALL, 1997, p. 20).

A busca pela forma simbólica com que essas lutas se apresentam é crucial para entender como a representação também tem força na organização social. A forma com que sujeitos ou minorias são representados tende a desenhar o lugar que esses atores vão ocupar na pirâmide social, em um processo de construção de identidade e constituição da vida como a conhecemos. Essa identidade seria forjada, portanto, a partir da subjetividade, mas também dentro dos elementos representativos que recebemos como tradução do mundo, por meio dos discursos (MORAES, 2019).

Quando observada dentro dos limites dos estudos culturais da comunicação, a arena midiática também é vista como um condensador de opiniões, debates e análises importantes para a discussão de demandas sociais. Como espaço de visibilidade, essa arena também é construída por discursos políticos e culturais que não podem deixar de ser observados. Entendemos a mídia como um espaço de representação simbólica que tende a reproduzir elementos narrativos que constituem padrões ao mesmo tempo em que é constituída por eles, em uma arena essencialmente movida por lutas por poder e busca por visibilidade.

Pontua Maia (2018, p. 69):

Muitas vezes, as organizações de defesa de direitos (*advocacy*) - ONGs, intelectuais e empreendedores morais que falam e agem em nome de sujeitos vulneráveis - buscam promover certos valores e políticas e enfrentam problemas de ação coletiva. Ao considerarmos a comunicação de massa como espaço de disputa, devemos estar sensíveis aos processos complexos e muitas vezes contraditórios que ali ocorrem

Cientes de que a representação simbólica deriva dos discursos majoritários, esses grupos atuam como agentes de pressão pela ocupação desses espaços simbólicos, em uma tentativa de forjar novas representações sociais. A construção de novos discursos sociais, portanto, também depende, muitas vezes, da força da atuação desses grupos minoritários, que, à margem, tentam transpor os obstáculos sociais e participarem como pares do delineamento de elementos para enfatizar demandas do próprio grupo. A representação simbólica, neste caso, também serve como capital importante ao dar a esses grupos os holofotes necessários para pavimentar um caminho que possa levar à representação política, com vistas à deliberação (FRASER, 2009).

Nesse meio permeado de interesses e disputas, a invisibilização, os estereótipos e a exclusão surgem como algumas das estratégias empregadas pelos meios de comunicação e que promovem representações distorcidas de indivíduos

ou grupos (MAIA, 2018) e que também configuram entrave à representação deliberativa. Ao negar espaço às demandas de grupos minoritários, a mídia acaba por invisibilizar a própria existência deles e minimiza, portanto, as chances de que esses grupos alcancem paridade de participação. Na outra estratégia, a que observa os sujeitos por meio de estereótipos, o efeito é a redução de um grupo a poucas características, que geralmente estão longe de dar conta da complexidade de questões que os constroem. Hall (1997b, p. 258) enumera pelo menos três características principais dessa postura, ao dizer que ela:

(...) 1) reduz, essencializa, naturaliza e fixa 'diferenças'; 2) ajuda a estabelecer fronteiras para o grupo e promover sua exclusão, agrupando as pessoas com base em categorias binárias estanques, tais como normal/anormal, aceitável/inaceitável, locais/forasteiros; 3) aplica padrões de avaliação dos grupos hegemônicos para classificar as normas que permitem a subordinação ou a exclusão dos outros.

A exclusão também está no foco do que as pesquisas entendem como uma estratégia midiática de tratamento em relação a determinados grupos minoritários. Larson (2006), por exemplo, aponta a exclusão a que minorias raciais ficam sujeitas nas representações junto aos veículos de comunicação de massa, em uma estratégia definida por ele como “exclusão seletiva” (LARSON, 2006, p. 16). Nela, os grupos são representados de uma forma homogênea, que ignora características específicas e não leva em conta diferenças culturais fundamentais em sua formação.

Considerando a forma como os atletas paralímpicos costumam ser representados simbolicamente pela mídia, é importante dizer que a estratégia não se realiza somente na exclusão da agenda midiática, mas sim na alienação de temas caros a esses atores, como acessibilidade, financiamento público e privado do esporte, estruturas de treinamento, entre outros assuntos. O alerta sobre estratégia de encobrir demandas também é observado por Maia (2018, p. 73):

Não somente estes programas falham em dar conta dos problemas que relevam das estruturas sociais e dos significados culturais, como também encobrem muito facilmente os obstáculos sociais à autonomia e à agência das pessoas marginalizadas. Em tais casos, a imagem que emerge dos filmes, programas de ficção e shows de TV sugere que a opressão não existe ou que ela é algo que, tendo existido no passado, já foi superada.

Na escolha de quais elementos salientar e quais invisibilizar, o profissional de comunicação atua como um elemento ativo no enquadramento noticioso. No entanto, para além desse papel, ele também acaba sendo receptor daquilo que os

discursos sociais traduzem e tende a agir no sentido de “selecionar alguns aspectos da realidade percebida, a qual se encontra em fluxo constante, uma vez que é impossível contar uma história sem seu devido enquadramento” (Maia, 2018, p. 73). Sendo esse um processo complexo, esses aspectos percebidos podem ser incompletos, na medida em que retratam indivíduos e grupos de forma simplificada e estereotipada. Quem experimenta essa forma de opressão costuma ser vítima de uma forma de injustiça que se materializa por meio da opressão e da marginalização. Ainda que empreenda essa reflexão, Maia (2018) compreende a dificuldade das pesquisas em comunicação encontram para entender se o que é publicado na arena midiática efetivamente é capaz de influenciar a percepção que as pessoas têm de si ou de determinado grupo ou se são as próprias interações sociais que acabam por definir a narrativa jornalística a respeito das minorias.

Estudos anteriores já se debruçaram a compreender como a mídia e as redes sociais fazem a representação de grupos considerados minoritários (ANACLETO, 2018; LARSON, 2006; SHOHAT; STAM, 1994; SODRÉ, 1999; VIMIEIRO; MAIA, 2011). Grande parte deles concluiu que a maneira como essa representação se dá tende a universalizar os grupos e as demandas desses atores, suprimindo a diversidade de cada um, em uma estratégia que, como vimos, representa um entrave na busca por justiça, porque não tem como objetivo promover a paridade de participação (FRASER, 2003; YOUNG, 1990). Sobre esse aspecto, como Maia (2018), entendemos que enquadrar as práticas midiáticas como “boas” ou “ruins” pode soar reducionista e que mais frutífero seria compreender as ferramentas por meio das quais o discurso midiático sujeita esses grupos a representações distorcidas .

Considerando esse debate, propomos, aqui, uma análise que tenta, ao menos em partes, dar conta dessa inquietação. Por um lado, temos como objetivo identificar como as ferramentas de enquadramento televisivo empregadas na representação simbólica de atletas paralímpicos se relacionam com o ideal de paridade de participação. Nas entrevistas com atletas paralímpicos, pretendemos justamente contrapor esses achados e compreender se essa narrativa identificada é percebida por esses atores e de que maneira eles acreditam que ela se relaciona com sua possível busca por justiça. Nossa análise longitudinal do objeto, feita ao longo de cinco anos, vai nos permitir, ainda, observar um fenômeno já apontado por Maia (2018): o da exclusão e marginalização de grupos minoritários, por meio de

formas mais indiretas e sutis de negação de acesso. A falta de uma agenda específica para os atletas paralímpicos, antes ou depois da realização dos Jogos Paralímpicos, evidencia a invisibilização das demandas desses atores fora do contexto do evento. Assim, entendemos que a falta de representação simbólica, por meio da visibilidade concedida pelos meios de comunicação, tem reflexos na falta de espaço representativo deliberativo, com vistas à paridade de participação.

Na próxima seção, vamos aprofundar o debate sobre como a narrativa midiática costuma retratar a pessoa com deficiência e de que forma essa representação simbólica se relaciona com a luta por reconhecimento, redistribuição e representação política desses indivíduos.

3.1 DE VÍTIMA DO DESTINO À GLÓRIA ESPORTIVA: A NARRATIVA DO SUPER-HEROI NA TRAJETÓRIA PARALÍMPICA

Estudos multidisciplinares, que vão da Sociologia à pela Antropologia, passam pela Educação Física e pela própria Comunicação, já se dedicaram a observar como os atletas paralímpicos são representados em suas relações pessoais, no ambiente esportivo e na mídia. (BATAGLION; MAZO, 2020; BRAZUNA E CASTRO, 2001; FIGUEIREDO E NOVAIS, 2010; MARTINS E BARSAGLINI, 2011). Alguns deles apontam que, embora a história recente tenha revelado recordes e resultados que mostram ao mundo atletas com deficiência de alto nível técnico e físico, essas conquistas não são suficientes para que eles sejam percebidos e enquadrados da mesma forma que os atletas sem deficiência, principalmente diante de patrocinadores e da mídia esportiva (BRAZUNA; CASTRO, 2001; FIGUEIREDO, 2019; FIGUEIREDO; NOVAIS, 2010; MARQUES, 2010; OLIVEIRA; POFFO; SOUZA, 2022).

Outras pesquisas mostram que, quando recebem atenção do jornalismo esportivo, os atletas com deficiência costumam ser descritos de forma distinta, estigmatizada. A trajetória esportiva e profissional não ficam no primeiro lugar do pódio das notícias, sendo esse destinado a registrar o caminho médico, as dificuldades físicas e a recuperação dos atletas antes do ápice como campeões. Calvo (2001), por exemplo, observa a questão de forma prática, ao descrever como o discurso jornalístico muda quando trata de uma pessoa com deficiência em transição para atleta paralímpico. Segundo ele, o ator em questão passa de

“coitadinho” para assumir a capa de “super-herói” (FIGUEIREDO, 2014). Nesse sentido, o enquadramento midiático tende a ignorar a performance do atleta e enaltecer, em seu lugar, as histórias de vida da pessoa com deficiência tal qual uma “vítima” que “supera o sofrimento” para se transformar em “super-herói do esporte” (FIGUEIREDO, 2014, p. 5).

Sobre esse tema, Oliveira, Poffo e Souza (2022) analisaram a percepção que cinco atletas com deficiência têm sobre a forma como os atletas paralímpicos são retratados pela mídia. Como resultado, as autoras observaram que os entrevistados rejeitam o rótulo de vítima, assim como não associam a deficiência ao sofrimento. Entendemos que na televisão, mais especificamente no noticiário esportivo, a transmissão do estigma se dá de maneira bastante particular. São estratégias que, na maioria das vezes, podem se confundir com a própria forma de produção dos conteúdos televisivos, mas que, geralmente, têm como base uma subjetividade que reforça os mitos que desafiam a dignidade das pessoas com deficiência. Compreendemos que esse processo pode se dar por meio de elementos como: imagens que exploram em demasia ou ignoram a deficiência dos atletas paralímpicos; narrativas que priorizam a história particular e, majoritariamente, o histórico médico desses atores; edição dirigida para TV, que lança mão de ferramentas sonoras e gráficas que geram proximidade e apelam para a emoção ou empatia, tendo a deficiência como o principal pano de fundo.

Em uma análise sobre a cobertura midiática durante os Jogos Paralímpicos de 2012, em Londres, Figueiredo (2014) observou que as reportagens foram dedicadas a personagens predominantemente masculinos; também analisou que a deficiência é, em geral, escondida das fotografias e, finalmente, viu que a narrativa jornalística tende a colocar o atleta paralímpico sempre como um exemplo de superação: antes de sua performance como profissional de elite, o foco da narrativa jornalística se dá muito mais no sentido de destacar sua trajetória de vida, em uma combinação de passado de sofrimento somado à ascensão como campeão.

Os atletas com deficiência, por exemplo, são retratados de forma diferente, e muitas vezes são ignorados, e o jornalismo esportivo geralmente age como se o esporte adaptado não fosse legitimado e competitivo. Os Jogos Paralímpicos assumiram-se como corolário e expoente máximo do desporto adaptado com um número crescente tanto de países como de atletas participantes em cada edição. Tais competições voltadas às pessoas com deficiência, até pela sua dimensão, têm conseqüentemente, vindo a merecer um incremento em termos da atenção midiática. Sendo inegável nesse respeito o contributo da mídia para a divulgação e promoção dos eventos esportivos, transformando as grandes competições em verdadeiros

espetáculos. Não obstante o seu potencial, o histórico de atuação da mídia em termos das representações e discursos adotados referentes à pessoa com deficiência, não raro, apenas replica os preconceitos e estereótipos sociais. (FIGUEIREDO, 2014, p. 2)

A reprodução desses estereótipos leva os meios de comunicação a invocar uma subjetividade que confirma mitos a respeito das pessoas com deficiência. Esses atores podem, por isso, serem tratados como tristes, marcados pela tragédia e responsáveis pela tristeza de quem convive com eles (MARQUES, 2001b). Outro discurso a agir nesse sentido é o que trata o atleta paralímpico como super-herói que supera obstáculos físicos, médicos e sociais (SHELL; DUNCAN, 1999; FIGUEIREDO, 2014). Nesse aspecto, é possível perceber que, dentro da esfera da estima social, o atleta paralímpico não recebe a valorização de suas capacidades individuais enquanto esportista de elite, mas experimenta valorização pela deficiência que possui.

O cuidado com a forma como esses atletas vão ser representados simbolicamente pela imagem se justifica em estudos anteriores. Martins e Barsaglini (2011) apontam que as próprias tecnologias assistivas, como próteses, acessórios e adaptadores usados pelas pessoas com deficiência e, por consequência, pelos atletas paralímpicos, podem ser associadas à perpetuação de uma visão tipificada pela mídia. Na análise de oito jornais impressos da França e da Alemanha, Schantz e Gilbert (2001) também observaram que as fotos utilizadas na cobertura tendiam a esconder a deficiência dos atletas paralímpicos durante os Jogos Paralímpicos de Atlanta de 1996. Outro estudo feito por Buysse e Borchering (2010) demonstrou que a deficiência era fator ocultado em 61% das matérias publicadas em 12 jornais impressos de cinco países durante os Jogos Paralímpicos de Pequim, em 2008. A pesquisa também verificou que, no caso das fotos em que as deficiências eram visíveis, os atletas em cadeira de rodas eram os mais representados com 46% das aparições.

Para Marques (2010, p. 181), parte dessa postura se explica, também, pelo preconceito. O autor defende que, durante a cobertura esportiva, as modalidades em cadeira de rodas, por exemplo, são mais valorizadas do que as outras tanto porque representam a imagem estereotipada da pessoa com deficiência quanto porque têm embutida em si a representação de atletas com corpos tidos como “mais próximos dos padrões sociais”.

O ato de esconder a deficiência ou explorá-la em demasia nas imagens é condenado pelo guia oficial de cobertura destinado a jornalistas pouco antes dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. No documento, assinado por diversas instituições e pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), há exemplos práticos de como uma escolha imagética pode reforçar o estigma contra o atleta paralímpico. Todos esses estudos permitem perceber que a deficiência, que distingue o atleta paralímpico e constitui sua identidade, é, ao mesmo tempo, evidenciada na narrativa e tornada invisível na escolha dos recursos imagéticos da mídia – em um processo controverso de construção da notícia e produção de sentido (CHARADEAU, 2015).

Dahl (1993) também traz reflexões importantes sobre a forma como a arena midiática oferece representações metafóricas das pessoas com deficiência, calcadas, geralmente, em formas culturais de expressão. A autora chama a atenção para a construção de personagens que despertam medo, emoção e sentimentos de pena, principalmente em transmissões televisivas. A análise é feita considerando personagens ficcionais, mas pode ser estendida, também, para ajudar na compreensão da forma como a narrativa jornalística trata esses atores. Ainda que considere que a mídia tende à perpetuação de estereótipos, Dahl (1993) reforça que não há evidências capazes de provar que os meios de comunicação manipulam atitudes ou opiniões de sua audiência. Seria possível pensar, dessa forma, que não há como, de fato, compreender o fluxo de sentido da narrativa jornalística do momento em que ela é concebida até o momento em que é recebida, de fato.

Em filmes e programas de televisão, as narrativas também atuam para representar a pessoa com deficiência de formas específicas, a partir de sete estereótipos principais: 1) digno de pena e patético; 2) super-herói; 3) criminoso; 4) melhor morto; 5) desajustado; 6) fardo; 7) incapaz de ter uma vida bem-sucedida (NELSON, 1994). Chama a atenção que os estereótipos quase sempre negativos tendem a relacionar a vida das pessoas com deficiência a acontecimentos tristes e sem perspectiva. Na cobertura jornalística, esses padrões de tratamento tendem a se repetir, mas com uma tendência a valorizar, ainda que exiguamente, as qualidades individuais que fazem das pessoas com deficiência um grupo digno de reconhecimento. Clogston (1994) divide a narrativa da imprensa em duas: 1) o modelo tradicional, em que se insere a ideia de super-herói; 2) o modelo progressivo, que vê os indivíduos como diferentes, com respeito e aceitação.

Ao apresentar características que não podem ser enquadradas em um padrão construído e idealizado socialmente - e reproduzido na arena midiática de representação simbólica - a pessoa com deficiência tende a sofrer com o capacitismo, definido por Vendramin (2019) como um sentimento que define esses atores como pessoas menos capazes. A autora cita Dias (2013) para argumentar que o capacitismo se relaciona com um padrão normativo e autoritário sobre o padrão corporal humano. Nessa esteira, corpos que não estejam alinhados a esse padrão são considerados abaixo da média de rendimento, sendo “(...) fixados como incapazes devido à sua condição, assim, sem que se faça menção aos fatores ambientais, relacionais, sociais e de variação de possibilidades” (VENDRAMIN, 2019. p. 17).

Por outro lado, nos estudos sobre a representação simbólica de pessoas com deficiência pela mídia, há pesquisas que apontam tanto a compaixão pela condição física do indivíduo quanto as narrativas que expressam admiração extrema têm como base comum uma postura calcada em pré-conceitos:

(...) tanto aquele que foi marginalizado pela visão pública de deficiência como aqueles que conseguiram (...) mostrar-se em condições de competitividade são de certa forma vistos publicamente como elementos não-humanos: um pela sua história e seu modo precário de vida, como elemento sub-humano, o outro pelo inverso da mesma moeda - da deficiência - como um super-humano. (MOURA, 1993, p. 46).

A prática que enaltece a capacidade de um atleta paralímpico exercer a própria profissão em comparação com esportistas sem deficiência é conhecida como *supercrip* (HARDIN; HARDIN, 2003). Ela “atribui ao atleta paralímpico valores mais ligados à deficiência e à superação de suas dificuldades do que aos seus feitos esportivos (MARQUES, 2016, p. 93), em um processo que pode surtir efeito contrário ao desejado e reafirmar a fragilidade a partir da deficiência, já que não considera o panorama da vida dos atletas a partir de sua performance.

A comparação da cobertura midiática dos Jogos Olímpicos com a realizada durante a edição paralímpica também acentua essa visão dicotômica com que são vistos os profissionais do esporte. Estudos feitos na década de 1990 já revelavam uma crescente tendência à valorização da performance dos atletas em detrimento de sua história particular ou de superação atribuída (DAVIS; FERRARA, 1995), mas esse crescimento ainda está longe de representar equilíbrio editorial. Marques (2010), por exemplo, resgatou a cobertura das imprensas francesa e alemã durante os Jogos Paralímpicos de 1996 para afirmar que houve pouco espaço dedicado à

performance dos atletas paralímpicos. O foco principal da cobertura foi restrito ao quadro de medalhas. Importante destacar que, à época, a popularidade do evento era consideravelmente menor do que a registrada nos dias atuais. Prova disso é o interesse da mídia no evento: em 1996, apenas quatro jornais estiveram *in loco* para a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Atlanta a convite do CPB.

Considerando essas reflexões, entendemos que a representação simbólica dos atletas paralímpicos a partir de sua deficiência constitui uma narrativa que pode perpetuar o preconceito, o que configura subordinações que se imbricam nas dimensões cultural, econômica e política. Sem o reconhecimento das capacidades que os definem como atletas de elite, esses indivíduos têm menos acesso a recursos que poderiam servir de arranjo para pavimentar seu caminho em busca de paridade de participação e, por consequência, oferecer palco para a exposição de suas demandas em âmbito mais amplo.

No caso específico dos atletas paralímpicos, percebemos que o reconhecimento pretendido vai além do respeito à sua condição de pessoa com deficiência e chega à sua conquista como atleta de elite, que dedica tempo, recursos e esforço físico em seus objetivos dentro do esporte.

Essa relação complexa, que coloca, lado a lado, a luta pela valorização das diferenças e a busca pela paridade de participação pode dar origem a uma tensão que pode promover o que Fraser (2017) chama de falso reconhecimento, como veremos a seguir.

3.1.1 A superação como elemento de falso reconhecimento

Quando tem, na arena midiática regida por escolhas políticas, a deficiência colocada acima de suas capacidades individuais e de suas demandas na esfera do reconhecimento, da redistribuição e da representação, o atleta paralímpico experimenta a invisibilização pública de seus obstáculos para a paridade de participação na arena midiática. Entendemos que a narrativa de superação empreendida como ferramenta a representação simbólica pode oferecer o que Fraser (2017) chama de falso reconhecimento.

Para a autora, o falso reconhecimento não nasce, apenas, no menosprezo materializado em atitudes conscientes ou crenças mentais, mas:

Trata-se, antes, de ter negado o status de parceiro integral nas interações sociais e de ser impedido de participar como um igual na vida social – não como consequência de uma desigualdade distributiva (como não receber a sua justa parte de recursos ou “bens primários”), senão como consequência de padrões institucionalizados de interpretação e avaliação, que constituem alguém como comparativamente indigno de respeito ou estima. (FRASER, 2017, p. 279).

Ao evidenciar, na história de atletas paralímpicos, seus capítulos pregressos calcados na deficiência, a narrativa midiática pode oferecer falso reconhecimento. São padrões institucionalizados de interpretação que se fixam na tentativa de enaltecer características pessoais desses atores, mas que podem acabar por condená-los a papéis secundários, idealizados e distantes da paridade de participação necessária para o alcance da justiça normativa.

Fraser (2017) explica que o falso reconhecimento se materializa por meio de padrões de desrespeito institucionalizados em políticas de bem-estar social, na cultura popular e até no exercício da medicina. O falso reconhecimento, é, portanto, iniciativa institucionalizada e não um “estado psicológico” (FRASER, 2017, p. 279). O objetivo da autora ao demarcar essa posição é evitar possíveis fronteiras conceituais impostas pelo modelo criado por Axel Honneth, que entende o reconhecimento como uma questão ligada à autorrealização. Diz Fraser (2007): “quando o não-reconhecimento é identificado com distorções internas na estrutura da autoconsciência do oprimido, basta apenas um pequeno passo para culpar a vítima”.

Quando aponta um caminho realizável a partir da abolição do modelo de status e com vistas à paridade de participação como critério essencial para a busca por justiça, Fraser (2007, p. 114) constroi bases para que também o falso reconhecimento seja verificável e “externamente manifestado” para além dos efeitos que possam exercer na subjetividade dos atores oprimidos. Em nosso objeto de pesquisa, entendemos que a presença da narrativa de superação pode não ter, em seu cerne, o objetivo de oprimir ou secundarizar o papel dos atletas paralímpicos. Dessa maneira, entendemos que os elementos articulados pelo jornalismo esportivo na construção das histórias contadas em televisão, embora tenham a intenção de enaltecer o atleta paralímpico, podem, também, representar entrave para a paridade de participação, já que também fazem parte da estrutura de subordinação a que esses atores são sujeitos.

Quando analisamos as narrativas jornalísticas sobre os atletas paralímpicos, entendemos que discursos que tenham como prioridade o destaque do histórico médico sobre o esportivo podem contribuir para a transmissão do estigma travestido de boa intenção. Isso se realiza por meio da narrativa de superação de obstáculos ou toda sorte de sofrimentos. Boltanski (1993) toma emprestado o conceito de política da piedade, de Hannah Arendt, para refletir sobre as regras que regulam o sofrimento como elemento narrativo da mídia. Ao se questionar em que condições a exposição do sofrimento aceitável, do ponto de vista moral, o autor acredita justamente na política da piedade como um elemento que ensaia essa justificação, já que ela tem como pressuposto, mais do que expor a emoção como forma de conexão entre realidades afastadas pelo privilégio, ações que possam trazer fim ao sofrimento.

Esse chamado para a responsabilidade, entende Chouliaraki (2006) é o que torna essa política capaz de promover transformações mais profundas nas estruturas sociais que promovem a desigualdade e o sofrimento. Entendemos que essa estratégia, usada em narrativas voltadas aos atletas paralímpicos, no entanto, não surte o efeito desejado, à medida em que reforça a representação desses atores como seres mais dignos de pena pela superação de obstáculos do que sujeitos de direitos garantidos em políticas públicas de reconhecimento, redistribuição e representação política. Em outras palavras, entendemos que a narrativa de sofrimento predominante acaba por ocupar o espaço que poderia ser usado para a exposição de lutas por paridade de participação tanto na dimensão cultural, do reconhecimento, quanto na econômica, ligada à redistribuição e na política, de representação.

Outro fator importante a ser observado no âmbito da construção de quadros de sentido midiático e sua relação com o reconhecimento, redistribuição e representação política é a falta de espaço garantido na pauta — seja ela esportiva ou abrigada em outras editorias. A invisibilização dos atletas paralímpicos, além de uma injustiça cometida na dimensão política da representação, à medida em que não oferece espaços de debate e exposição com vistas à deliberação, também pode ser considerada um enquadramento possível, que marginaliza as demandas desse grupo, negando reconhecimento a esses atores, como se eles não fossem dignos de menção fora de períodos muito específicos, como a proximidade dos Jogos Paralímpicos ou outros eventos maiores do esporte adaptado. Como a análise que

empreendemos é longitudinal, ela deve nos permitir observar que os atletas paralímpicos só começam a ser assunto mais discutido no noticiário esportivo conforme se aproxima o início da realização dos Jogos Paralímpicos.

Cunha e Pinto (2017) invocam Saker (2010) para argumentar que a reprodução do estigma pelos meios de comunicação não é intencional, mas fruto das próprias lógicas impostas pela rotina profissional. No entanto, as duas compreendem que o discurso midiático colabora para a autopercepção desses grupos e para o reconhecimento público da pessoa com deficiência. Quando se pergunta se é possível esperar reconhecimento dos meios de comunicação de massa, Maia (2008) oferece algumas respostas com as quais também dialogamos aqui. Uma delas é a que reconhece que o esforço por oferecer reconhecimento também está presente na prática midiática. Nosso objetivo não se esgota, portanto, na crítica pura e simples sobre as formas de produção jornalística, permeadas por pressões de lado a lado, mas na compreensão sobre como as ferramentas usadas pelo jornalismo esportivo podem contribuir para a perpetuação de uma imagem estereotipada dos atletas paralímpicos.

Propomos, portanto, a reflexão sobre como a visibilidade que advém dessa imagem estereotipada não pavimenta o caminho desses atores rumo à paridade de participação, também na esfera da representação. Entendemos que a narrativa midiática também é responsável por compor a representação simbólica necessária para o alcance da paridade de participação em âmbito político. E que, como ponte importante nesse sentido, precisa dispor de ferramentas que sejam capazes de oferecer arranjos sociais necessários para esse ideal normativo de justiça — entre atletas com e sem deficiência.

Tendo exposto o referencial teórico que nos guia nessa empreitada, passamos a detalhar a metodologia que pretendemos inaugurar neste estudo e expor, ainda, as potencialidades e limites do enquadramento multimodal como metodologia possível para análise de materiais audiovisuais.

4 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO: ALCANCES E LIMITES

Historicamente, o conceito de enquadramento, ou *framing*, começou a ser empregado na Sociologia, com origem atribuída a pesquisadores como Erving Goffman (1974) e Kahneman e Tversky (1984), sendo apropriado a partir da década de 1980 pela comunicação (SOARES 2006; VIMIEIRO; MAIA, 2011). Em essência, o enquadramento abriga estudos que aprofundam o entendimento a respeito da constituição das representações no âmbito jornalístico. Entman (2007, p. 164, tradução nossa) define enquadramento como:

um processo de selecionar alguns elementos da realidade percebida e montar uma narrativa que realce ligações entre eles para promover uma interpretação particular. Quadros totalmente desenvolvidos desempenham normalmente quatro funções: definição do problema, análise causal, julgamento moral, e promoção de soluções (ENTMANN, 1993, 2004)²³.

A partir desses elementos interligados, Entman (2007) entende que a narrativa jornalística é capaz de criar molduras que salientam certas ideias, enquanto invisibilizam outras. A construção de sentido que deriva desse processo não nasce apenas do fazer jornalístico, mas se relaciona, também, com a realidade percebida e é, ainda, capaz de interagir com esquemas cognitivos sociais já existentes, o que pode influenciar na forma como certos assuntos são discutidos e debatidos na esfera pública. Tankard (2001) dialoga com essa definição, ao atribuir ao conceito de enquadramento noticioso um importante papel no entendimento dos efeitos que a mídia tem sobre a audiência. O autor argumenta que o conceito é complexo, porque propõe uma análise que vai além da compreensão dicotômica dos conteúdos, ao acrescentar uma dimensão cognitiva à observação dos fenômenos midiáticos: “o enquadramento reconhece a habilidade de um texto - ou apresentação de mídia - de definir a situação, as questões e estabelecer os termos do debate²⁴” (TANKARD, 2001, p. 96, tradução nossa).

Como método, o enquadramento apresenta alguns limites conceituais já conhecidos e discutidos por estudos anteriores, ainda que outras pesquisas também se esforcem para oferecer possibilidades de operacionalização do conceito (VIMIEIRO; MAIA, 2011; MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Porto (2004) defende que

²³ (...) as the process of culling a few elements of perceived reality and assembling a narrative that highlights connections among them to promote a particular interpretation. Fully developed frames typically perform four functions: problem definition, causal analysis, moral judgment, and remedy promotion.

²⁴ (...) framing recognizes the ability of a text — or a media presentation — to define a situation, to define the issues, and to set the terms of a debate.

um dos obstáculos mais sérios na aplicação do enquadramento nas pesquisas em comunicação se apresenta no fato de o conceito ser usado de múltiplas formas, com sentido variados e para definir diferentes objetos, o que impede a formação de um marco teórico claro.

Esse mesmo limite foi identificado por Vimieiro e Dantas (2009, p. 2), que analisaram publicações sobre o tema e observaram a fragilidade metodológica que emerge de um “subjetivismo extremado” em pesquisas abrigadas na mesma tradição teórica. Vimieiro e Maia (2011) explicam parte desse problema ao defenderem que o conceito representa uma variável de difícil identificação na análise de conteúdo, o que leva a pesquisa a percorrer caminhos metodológicos difusos e limitados no sentido da validade. Em outra direção, Gamson e Modigliani (1989, pp. 3-4) propõem um caminho indireto que leva à observação do enquadramento. Os dois lançaram mão do conceito de “pacotes interpretativos” capazes de “construir significados ao longo do tempo, incorporando novos eventos aos seus enquadramentos interpretativos”. Dessa forma, os autores fogem da definição estagnada e dicotômica do conceito, já que, segundo eles, os enquadramentos não se resumem a posições contra e a favor de determinado assunto.

Quando avaliamos a aplicação do enquadramento para os estudos de televisão, percebemos outro limite importante, que esperamos superar ao longo do desenvolvimento desta tese. Parte dos estudos se dedica a fazer uma descrição exaustiva dos modos de operação da notícia televisiva, sem dedicar tanto esforço para observar a definição de sentidos que derivam do conteúdo televisivo, principalmente no que diz respeito à combinação entre texto, imagem e recursos de edição (COUTINHO; OLIVEIRA FILHO, 2015; GOMES, 2006; GOMES, 2011). Entendemos que parte dessa dificuldade parte justamente da escassez de uma bibliografia específica no Brasil e de uma metodologia capaz de abarcar a complexidade que advém dessa observação. Importante destacar, aqui, no entanto, o esforço teórico em compreender as nuances comunicativo-sociais da televisão enquanto meio que influencia e é influenciado pelo contexto histórico e social. França e Trindade (2009), por exemplo, analisam a linguagem televisiva a partir de seu potencial de interação e consequente produção de sentido. O olhar a partir das contribuições da etnometodologia e do interacionismo simbólico representa um avanço importante nas observações dos efeitos da narrativa audiovisual.

Nosso objetivo, aqui, foi compreender a dimensão das ferramentas usadas no enquadramento televisivo a respeito de atletas com deficiência e de que forma elas podem ser discutidas à luz das reflexões sobre reconhecimento, redistribuição e representação desses atores. Nosso intuito foi tentar perceber de que forma essas ferramentas se combinam e integram a construção de quadros de sentido que salientam ou invisibilizam as demandas dos atletas. Reconhecemos o tamanho do desafio de responder a esta questão de pesquisa tendo como base a metodologia de enquadramento multimodal. Isso porque poucos trabalhos conseguem trazer uma delimitação satisfatória do conceito de *frame*, principalmente quando as pesquisas se voltam à análise televisiva.

Para tentar atenuar possíveis problemas, consideramos necessário partir de uma delimitação conceitual proposta por Porto (2004). O autor argumenta que o enquadramento noticioso é diferente do enquadramento interpretativo. Enquanto o primeiro é baseado nos padrões de seleção usados por jornalistas na organização dos relatos, o segundo opera no nível de interpretação promovido por atores sociais diversos. Nosso objetivo, nessa análise específica, encontra abrigo na primeira linha, já que nosso olhar se debruça sobre a forma como a televisão promove quadros de sentido a respeito dos atletas com deficiência, em suas saliências e ausências narrativas.

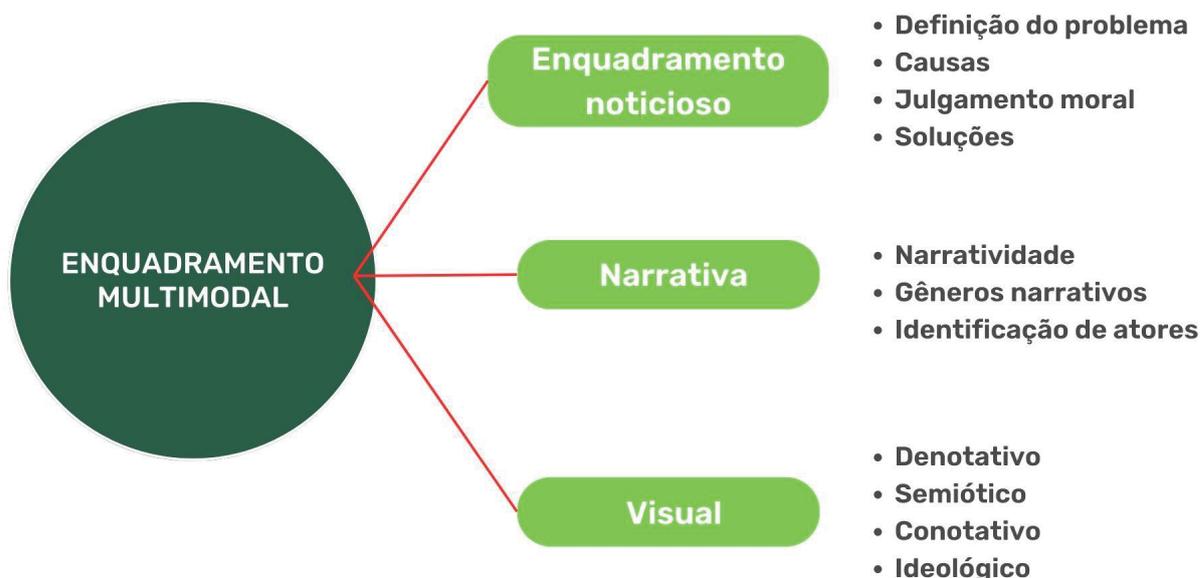
O tema já foi discutido em estudos como o de Vimieiro (2010), que lançou mão de uma metodologia combinada e adaptada para analisar os enquadramentos midiáticos sobre a deficiência nos veículos Folha de S. Paulo, O Globo e Veja, no período de 1960 a 2008. Ainda que o trabalho tenha conseguido captar um possível processo de mudança no aprendizado social ao longo do tempo, em um reflexo possível de ser confirmado em estudos de recepção, nosso objetivo aqui se limita a compreender as formas pelas quais a deficiência do atleta paralímpico e sua própria história são enquadradas pelo Esporte Espetacular ao longo do ano de realização da última edição dos Jogos Paralímpicos, em Tóquio — isso a partir da combinação de ferramentas de texto, imagem, som e efeitos de edição audiovisual.

Entendemos que o método que mais se aproxima dos objetivos que assumimos como missão cumprir no início desta pesquisa é o enquadramento multimodal, que apresentaremos na seção a seguir.

4.1 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL: A OBSERVAÇÃO COMBINADA DOS QUADROS MUDIÁTICOS

Entendemos que a metodologia que mais se aproxima das respostas que procuramos é o enquadramento multimodal, desenvolvido por Wosniak *et al.* (2015). O método foi aplicado pela primeira vez na análise dos quadros de sentido sobre as mudanças climáticas em jornais da Alemanha, Índia, África do Sul e Estados Unidos. A metodologia se ancora na análise integrada de três dimensões distintas, mas complementares do conteúdo noticioso: o enquadramento, a narrativa e a representação visual:

FIGURA 1 - ESQUEMA ANALÍTICO DE ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL



Fonte: a autora, com base em Wosniak *et al.* (2015)

Segundo os autores, observar os quadros de sentido a partir dessas dimensões é essencial, já que:

As narrativas ligam o debate político sobre os problemas e as soluções às experiências e identidades dos utilizadores dos meios de comunicação social, oferecendo sistemas simbólicos duradouros (Bird & Dardenne, 1997) e exemplos de identificação. As imagens, por sua vez, podem fornecer uma ligação à memória colectiva, recorrendo a representações icónicas que se tornaram atalhos familiares para dar sentido a questões complexas como

as alterações climáticas (Hannigan, 1995; O'Neill, 2013). (WOSNIAK et al., 2015, p. 471, tradução nossa)²⁵.

Na dimensão do *enquadramento*, os autores têm como base a conceituação de Entman (1993), que o compreende a partir de quatro elementos principais: definição do problema; interpretação da causa; avaliação moral e recomendação de tratamento. A metodologia tem como base a abordagem de Matthes e Kohring (2008), em que “os quadros não são medidos de forma holística” (WOSNIAK et al., 2015, p. 477). Assim, cada variável é percebida a partir de uma análise que agrupa declarações em quadros de sentido e analisada individualmente.

Já a dimensão *narrativa* é compreendida no método de Wosniak et al. (2015) como um conceito gradual, construído a partir de três aspectos principais: o grau de narratividade inerente à construção da notícia a partir do uso de recursos de linguagem, o gênero narrativo e, por fim, a identificação do papel dos atores representados.

Para medir o grau de narratividade da notícia, os autores usam as categorias elencadas por Glaser et al. (2009), a partir de reflexões nascidas na teoria narrativa e nos modelos psicológicos de impacto, mas com adaptações para a observação das mudanças climáticas. São elas: a) dramatização, que se refere à estrutura tradicional de uma história com começo, meio e fim; b) emoção, em que a emoção de um ator é evidenciada na notícia; c) personalização narrativa, em que a história é centrada em atores individuais, coletivos ou institucionais como causadores de eventos ou afetados por circunstâncias criadas por outros agentes; d) ficcionalização: quando a notícia agrupa elementos de ficção em sua construção.

O gênero narrativo é observado a partir da ideia de que “os acontecimentos incertos e os fatos do mundo real são ‘pistas’ que precisam de ‘suposições de gênero’ para que o significado possa ser construído, diminuindo a complexidade e fornecendo implicações para a formação de opiniões”²⁶ (WOSNIAK et al., 2015, pp. 479-480). Assim, os autores dividem esses gêneros, a partir de Smith (2012) e Schwarze (2006), tendo em vista o tema geral; o tom da notícia e os resultados

²⁵ Narratives connect political debate about problems and solutions with media users' experiences and identities by offering enduring symbolic systems (Bird & Dardenne, 1997) and exemplars for identification. Images, in turn, can provide a connection to collective memory by drawing on iconic representations that have become familiar shortcuts in making sense of complex issues such as climate change (Hannigan, 1995; O'Neill, 2013).

²⁶ (...) that uncertain events and real world facts are “clues” that need “genre guesses” so that meaning can be constructed by reducing complexity and providing implications for the formation of opinions.

esperados. Em relação aos temas, os conteúdos podem se dividir em: a) cotidiano, quando uma história se apresenta de forma habitual; b) romântico/cômico, quando há o triunfo de um herói sobre a adversidade apresentada; c) trágico, quando há o retrato de um esforço que falha; d) apocalíptico, quando a luta é o elemento central da notícia; e) melodramático: quando há conflito social ou político. O tom da notícia é mensurado a partir de cinco elementos: a) fatalístico; b) otimista; c) neutro; d) apaixonado e e) pessimista. Por fim, os resultados esperados são analisados a partir da resolução ou não do conflito. (WOSNIAK *et al.*, 2015).

Os autores em destaque na notícia também são categorizados dentro da dimensão narrativa em a) vítima; b) vilão e c) herói. Tais categorias foram elencadas inicialmente por Schwarze (2006) de quem os autores tomaram os conceitos necessários para definir a categoria narrativa melodramática.

A terceira dimensão de análise é a visual. Versam DiFrancesco e Young (2011) que “os elementos visuais e o texto devem ser considerados juntos como co-construtores de narrativas ambientais que, combinados, transmitem mensagens complexas e multidimensionais” (DIFRANCESCO; YOUNG, 2011 *apud* WOSNIAK *et al.*, 2015, p. 481). A compreensão do trajeto percorrido pela notícia na construção dos quadros de sentido exige, portanto, uma metodologia que analise o conteúdo textual e visual simultaneamente. Wosniak *et al.* (2015) buscam em Rodriguez e Dimitrova (2011) uma forma de operacionalizar essa observação. As autoras propõem a análise dos elementos de imagem em quatro níveis distintos: a) denotativo: em que são observados os objetos e elementos componentes das imagens; b) estilístico/semióticos: em que são observadas as escolhas estilísticas na composição visual; c) conotativo: em que são evidenciadas as ideias ligadas aos objetos retratados e d) ideológico: que analisa criticamente a junção de símbolos por trás das representações simbólicas.

Wosniak *et al.* (2015) compreendem que a análise visual representa o desafio mais evidente no método. Assim, os autores optaram apenas por codificar os elementos denotativos das imagens. Isso porque enquanto a dimensão do enquadramento encontra base mais sólida na padronização analítica, materializada em livros de códigos, por exemplo, as dimensões narrativa e visual ainda tendem a ser ancoradas no paradigma interpretativo do pesquisador. Dessa forma, eles defendem que, ao tentar operacionalizar a análise dessas dimensões, a pesquisa pode sofrer perdas. Esses limites metodológicos impostos pelo rigor analítico da

codificação, porém, seriam compensados por três vantagens essenciais. A primeira delas diz respeito à codificação confiável, que está menos interessada em todas as leituras possíveis sobre o fenômeno do que, necessariamente, no aspecto dominante observado no decorrer da análise. A segunda vantagem diz respeito à possibilidade de estabelecer interrelações entre os *frames*, narrativas e aspectos visuais a partir de vários objetos de análise. Por fim, os autores defendem que a observação padronizada dos quadros permite comparações éticas de discursos de vários países, com diferentes culturas, tendo como base um critério comum (WOSNIAK *et al.*, 2015).

Nesta tese, tivemos como um dos objetivos centrais adaptar o enquadramento multimodal para que ele também pudesse pavimentar um caminho de análise possível de materiais audiovisuais. Nosso intuito foi avançar no sentido de compreender como elementos sonoros e visuais também podem representar ferramentas na construção de quadros de sentido. A partir de algumas adaptações ao método que acabamos de apresentar aqui, operacionalizamos a análise conjunta de enquadramento, narrativa e elementos audiovisuais do Esporte Espetacular para se referir aos atletas paralímpicos, no que denominamos enquadramento multimodal audiovisual.

Tendo discutido o referencial teórico que nos guia, passaremos a apresentar, agora, o objeto e a metodologia que podem nos ajudar a esclarecer as indagações que propusemos até aqui.

4.2 ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL: UM MÉTODO EM MOVIMENTO

Ainda que apresente limites para as questões que nos impulsionam nesta pesquisa, o enquadramento multimodal é o método que mais se aproxima do nosso objetivo de entender de que forma a televisão combina ferramentas narrativas e audiovisuais para enquadrar os atletas paralímpicos a partir de sua deficiência, já que “as notícias de televisão e vídeos de notícia online oferecem composições multimodais de imagens em movimento, linguagem falada e som, reforçado por inserções de textos escritos” (WOSNIAK *et al.*, 2015, p. 424, tradução nossa²⁷). De antemão, eles acreditam que essa análise simultânea é a mais global no que se

²⁷ Television news and online news videos offer multimodal compositions of moving images, spoken language, and sound, enhanced by written text inserts.

refere à observação de quadros de sentido construídos pelos jornais, mesmo que a dimensão visual e narrativa tenham elementos subjetivos que possam prejudicar sua confiabilidade. Justamente por compreender que a narrativa textual não pode ser separada das imagens na construção do material televisivo, propomos uma adaptação ao método original²⁸.

Para tentar atenuar tais problemas, as variáveis a seguir foram codificadas por dois codificadores, a proponente desta tese, que trabalha em televisão há 11 anos e outro jornalista com experiência profissional de 23 anos, também em televisão. Após quatro treinamentos, efetuamos o teste de confiabilidade²⁹ a partir do alpha de Krippendorff para cada variável (SAMPAIO; LYCARIÃO, 2021).

Para empreendermos nossa análise por meio do enquadramento multimodal audiovisual, promovemos mudanças nas dimensões *narrativa*, com a inserção de categorias de análise específicas a partir da literatura sobre atletas com deficiência que acionamos na pesquisa, e *visual*, com a inserção de duas novas categorias dentro da variável semiótico-conotativa, em que inserimos unidades de análise audiovisual: a de trilha sonora e a de efeitos de edição.

Construímos nosso livro de códigos a partir dos estudos feitos pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa), pioneiro no uso de enquadramento multimodal como método de análise noticiosa no país. O grupo formatou um livro de códigos específico para análise de enquadramento de diferentes jornais a respeito do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 2016³⁰.

Em um dos artigos construídos a partir do livro de códigos e da metodologia sistematizada pelo Compa, Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017) analisaram 308 reportagens publicadas pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo sobre o *impeachment* de Dilma. A observação da cobertura dos dois jornais a partir das dimensões de enquadramento noticioso, narrativa e visual, permitiu aos pesquisadores perceber que o quadro de sentido predominante trata o golpe contra a presidente como fato corriqueiro do cotidiano político nacional. O *impeachment* foi esvaziado de seu significado político e enquadrado como disputa ordinária entre

²⁸ O livro de códigos está disponível neste link: <https://tinyurl.com/33psuf2m>.

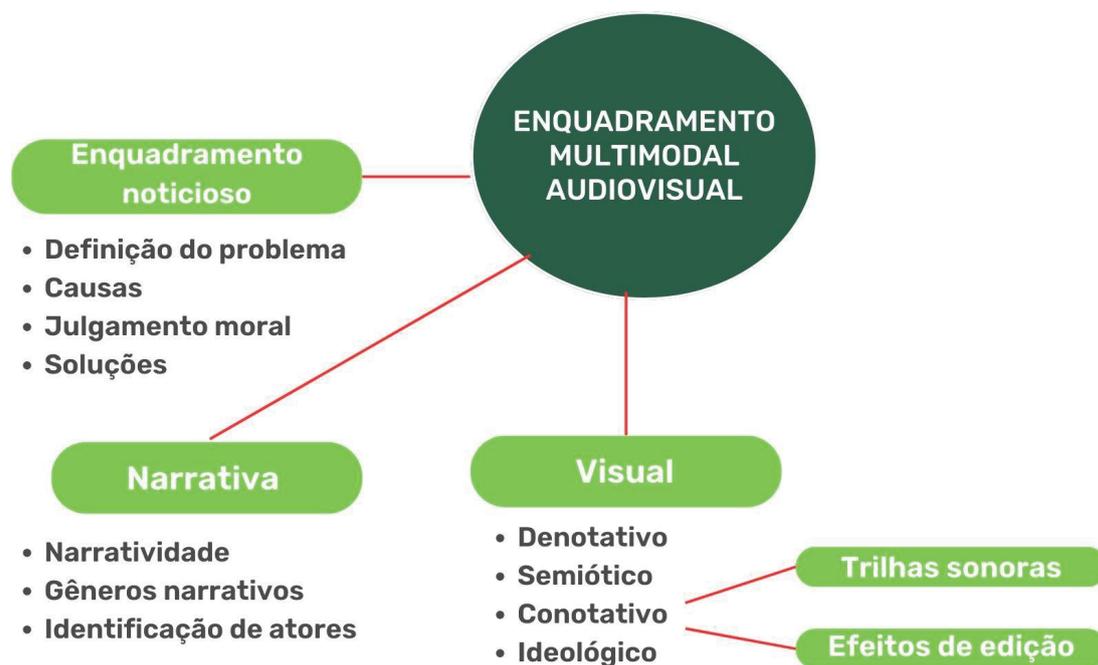
²⁹ V7 (0,719); V8 (0,855); V9 (0,634); V10 (0,682); V11 (0,84); V12 (0,779); V13 (0,809); V14 (0,90); V15 (0,848); V16 (0,835).

³⁰ O livro de códigos do Compa está disponível neste link: <https://bdc.c3sl.ufpr.br/handle/123456789/27>. Acesso em 18 de junho de 2023.

grupos rivais, sem que os jornais oferecessem, diante de um grande momento nacional, interpretações mínimas necessárias para a compreensão do panorama turbulento da política do país. A análise dos autores inaugurou um novo momento nos estudos em comunicação, porque introduziu o enquadramento multimodal como método possível para análise de materiais jornalísticos. O avanço metodológico combinou elementos essenciais para a compreensão sistemática da cobertura jornalística — avançando em limites antes impostos pela observação única dos *framing effects*.

Com adaptações, também construímos um livro de códigos embasado no Compa para observar as reportagens do Esporte Espetacular, a partir das variáveis e categorias a seguir. O esquema analítico do método está representado na figura a seguir:

FIGURA 2 - ESQUEMA ANALÍTICO DE ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL



Fonte: a autora (2023).

O primeiro passo da análise contempla a codificação de dados gerais a respeito das reportagens analisadas, a partir da: 1) identificação da matéria; 2)

codificador; 3) título da matéria; 4) data de publicação; 5) do componente enquadrado na reportagem, a partir das categorias deficiência; esporte; estrutura; direitos; Jogos Paralímpicos; vida pessoal e outros e 6) dos atores com espaço de fala na notícia, categorizados em: atletas com deficiência; profissionais de saúde; profissionais do esporte; profissionais do direito; familiares ou amigos; representantes *advocacy* e outros.

4.2.1 Enquadramento noticioso

Na dimensão de *enquadramento noticioso*, o método que apresentamos aqui também usa as definições de Entman (1993). As reportagens do Esporte Espetacular foram codificadas a partir de quatro variáveis essenciais: *definição do problema*; *causas*; *juízo moral* e *soluções*. Na variável de *definição do problema* (V7), a pesquisa identificou o subtópico que apareceu mais proeminentemente na reportagem analisada. Ainda que pudessem ser identificados mais de um, a codificação apontou o mais representativo. As reportagens foram categorizadas em: adaptação à deficiência; os desafios no esporte; dificuldades da vida pessoal; realização dos Jogos Paralímpicos; problemas estruturais ou de acesso a recursos e outros. As *causas* (V8) do problema, quando identificadas, foram categorizadas em: deficiência; lesões; preparação esportiva; falta de inclusão; negação de direitos; motivos familiares e outros. O *juízo moral* (V9), quando existente na reportagem, recebeu as seguintes categorias: o atleta supera obstáculos; o esporte paralímpico como prática de elite; a falta de estrutura prejudica o atleta; o atleta paralímpico precisa de representação e visibilidade. A variável *soluções* (V10), em que são oferecidas recomendações de tratamento para o problema tratado durante a reportagem, foram assim analisadas: reconhecimento; empatia; políticas públicas; redistribuição de recursos; mas representação em órgãos específicos.

4.2.2 Narrativa

Ainda que a metodologia original apresente grande parte das categorias que vamos analisar como parte de uma única variável, entendemos que essa forma de análise não se aplica aos materiais audiovisuais. Isso porque, muitas vezes, é

impossível eleger uma única categoria para definir a reportagem — que, por padrão, sempre costuma englobar várias histórias dentro de uma única, com múltiplos recursos e diversas ferramentas narrativas. Testamos a metodologia com categorias englobadas em uma única variável durante o período de qualificação e sentimos, ao final, que informações importantes para a análise acabaram ficando fora da observação por força da eleição de uma única categoria, o que prejudicou os resultados preliminares. Tomamos por base os estudos de Grabe *et al.* (2001) e Hendriks Vettehen *et al.* (2005), que analisaram o sensacionalismo no telejornalismo norte-americano e holandês, respectivamente. Em ambos os trabalhos, a metodologia considera a presença ou ausência de algumas categorias dentro de cada dimensão variável.

As categorias tecnicamente mensuráveis, como as que dizem respeito às imagens, seus enquadramentos e planos, e o aparecimento de efeitos de edição, além do uso de trilhas também foram analisados dessa forma, mas tiveram sua frequência contabilizada para posterior ranqueamento.

Portanto, na dimensão *narrativa*, a análise se debruça sobre a identificação da presença ou ausência de categorias dentro da variável *narratividade* (V11) com base em recursos narrativos da reportagem; também a presença de categorias englobadas nos gêneros narrativos (V12); e, finalmente, os respectivos papéis (V13) desempenhados pelos atores em análise na pesquisa, os atletas com deficiência.

4.2.2.1 Narratividade

Para compreender os recursos narrativos utilizados, vamos considerar, além das categorias elencadas em narratividade por Wosniak *et al.* (2015), outros níveis de observação usados por Poffo *et al.* (2017) para analisar reportagens sobre os Jogos Paralímpicos na Folha de S. Paulo, entre os anos de 1992 e 2012: *supercrip*, *vitimização*, *infantilização* e *trivialização*.

Considerando a literatura específica sobre a análise narrativa de atletas paralímpicos e o enquadramento multimodal que pavimenta esta tese, empreendemos a análise da *narratividade* (V11) com base na identificação da presença ou ausência das seguintes categorias: dramatização; emoção; ornamentação estilística; supercrip; vitimização; infantilização e trivialização.

A dramatização diz respeito à história contada independentemente dos preceitos jornalísticos que preconizam a informação mais importante primeiro. Nesse tipo de recurso, a história segue uma lógica cronológica, com começo, meio e fim. A emoção, por sua vez, está ligada à exploração de elementos emotivos, que demonstram o estado de espírito dos atores retratados. A ornamentação estilística aparece quando o jornalista usa o estilo literário, com jogos de palavras, em detrimento da descrição objetiva dos fatos (RIZZOTTO; PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017; WOSNIAK *et al.*, 2015).

A primeira das categorias que inserimos nesta dimensão de análise narrativa é o *supercrip*, que diz respeito à narrativa que define as pessoas com deficiência a partir da perspectiva da superação (HARDIN; HARDIN, 2004; SILVA; HOWE, 2012). Retratados como “super deficientes”, esses atletas são retratados pela mídia como “heróis que, ‘apesar’ de suas desvantagens devido aos seus comprometimentos advindos da deficiência, conseguem superar barreira e realizam feitos tratados como extraordinários” (POFFO *et al.*, 2017, p. 1355).

Já a narrativa da vitimização tem espaço quando os atletas são retratados como vítimas de suas deficiências (FIGUEIREDO, 2014; HARDIN; HARDIN, 2004; MARQUES *et al.*, 2014; SCHELL; DUNCAN, 1999), em um reforço que subjuga os atletas com deficiência a um papel de inferioridade e fragilidade porque “centra nas deficiências e na tragédia pessoal dos atletas”, definindo-os a partir disso (HILGEMBERG, 2014). Segundo Poffo *et al.* (2017, p. 1355), essa narrativa tende a “evocar sentimentos de pena e compaixão em relação aos atletas”.

A infantilização é um recurso narrativo que dá aos atletas com deficiência traços que remetem às crianças ou seres dependentes e frágeis. Versam Poffo *et al.* (2017, p. 1355) que expressões como “garotos”, “garotas”, “meninas”, “jovens meninas” ou, ainda, o uso de diminutivos podem servir de exemplo (DE LÉSÉLEUC; PAPPOUS; MARCELLINI, 2010; DUNCAN, 2006).

Por fim, a trivialização nos parece de bastante valia na análise que empreendemos porque, segundo os autores, pode ser identificada quando as notícias “não retratam os feitos atléticos dos desportistas ou, quando os retratam, estes ficam em segundo plano” (POFFO *et al.*, 2017, p. 1355), o que tende a ocorrer de forma significativa quando os atletas paralímpicos são destaque na mídia esportiva. A trivialização, portanto, pode ser definida como uma narrativa que tem como foco a vida cotidiana dos atletas e seus relacionamentos com a família e

amigos, por exemplo (DE LÉSÉLEUC; PAPPOUS; MARCELLINI, 2009). Outros exemplos podem ser percebidos quando as reportagens enfatizam assuntos triviais como beleza, estética ou, ainda, atributos sexuais dos atletas. “(...) esse tipo de narrativa não estigmatiza os desportistas, mas em nada contribui para a construção de imagens que reforçam as capacidades esportivas dos atletas e/ou com processos de desestigmatização destes.” (POFFO *et al.*, 2017, p. 1355).

4.2.2.2 Gêneros narrativos

Wosniak *et al.* (2015) definem os gêneros narrativos a partir dos conceitos de Smith (2012) e Schwarze (2006). Segundo os autores, ambos argumentam que acontecimentos noticiosos precisam de suposições de gênero que sejam capazes de simplificar seu significado para facilitar a formação de opinião. Wosniak *et al.* (2015) dividem os gêneros narrativos em: *factual*, *trágico*, *romântico/comédia*; *apocalíptico* e *melodramático*.

A partir da discussão teórica que empreendemos e da análise prévia do nosso objeto empírico, optamos por identificar a presença ou ausência dos seguintes *gêneros narrativos* (V12): *factual*; *trágico*; *romântico* e *melodramático*.

No *factual*, tentamos identificar a presença do enfoque no acontecimento cotidiano, com vistas à informação sobre que ocorreu há pouco tempo. Já no gênero *trágico*, a observação se deu no sentido de identificar a valorização de acontecimentos trágicos sobre o atleta com deficiência, em uma narrativa de fracasso diante de algo. Na categoria *romântico*, foram codificadas reportagens que retratam o atleta com deficiência como herói que luta, mas vence adversidades. No *melodramático*, foram enquadradas reportagens que descrevem conflitos políticos ou sociais do atleta com deficiência.

4.2.2.3 Identificação de papéis

Por fim, a dimensão narrativa observa os *papeis* (V13) associados aos atletas com deficiência elencados nas reportagens a partir de três unidades analíticas: *vítima*; *herói* e *vilão*. Embora a metodologia original se debruce a analisar o papel de cada ator com lugar de fala na reportagem, nos limitamos aqui, a observar essencialmente o papel atribuído aos atletas com deficiência entrevistados

pelo Esporte Espetacular no recorte por entender que a identificação de outros papéis não teria efeitos na análise que promovemos aqui.

4.2.3 Análise visual e audiovisual

Originalmente, o método de enquadramento multimodal de Wosniak et al. (2015), fonte que nos pavimentou grande parte do caminho, se dedica à análise de fotografias em notícias — o que transformou a dimensão visual que vamos observar aqui no maior desafio do desenvolvimento da metodologia de enquadramento noticioso audiovisual. No entanto, concordamos com DiFrancesco e Young (2011) na defesa de que elementos visuais e textuais precisam ser observados juntos, em sua união complexa e capaz de gerar sentidos igualmente complexos.

Antes de mais nada, é necessário percorrer um caminho prévio para compreender de que maneira as imagens conseguem se relacionar com a produção de significados. Um possível primeiro passo é considerá-las um tipo de linguagem, capaz de expressar e comunicar significados a partir da interação. A semiótica se encarrega, em grande parte, de oferecer mecanismos de análise nesse sentido. Ao tentar compreender como o modo de produção de sentido se relaciona com as interpretações é possível ir além da análise técnica dos recursos visuais. Observando as imagens a partir da semiótica, Joly (1996) defende que o sentido delas mora nas interpretações, já que, sozinhos, os signos não poderiam ser alçados à categoria de expressão de ideias.

O primeiro grande princípio a reter é sem dúvida, na nossa opinião, que aquilo a que chamamos uma imagem é algo de heterogêneo. O que quer dizer que ela reúne e coordena, no âmbito de um quadro (de um limite) diferentes categorias de signos: imagens no sentido teórico do termo (signos icônicos, analógicos), mas também signos plásticos: cores, formas, composição interna ou textura, e a maior parte do tempo também signos lingüísticos, da linguagem verbal. É a sua relação, a sua interação, que produz o sentido que aprendemos mais ou menos conscientemente a decifrar e que uma observação mais sistemática nos ajudará a compreender melhor. (JOLY, 1996, p. 42).

A autora argumenta que, mesmo as imagens mais realistas, como as que supostamente são veiculadas na televisão, por exemplo, apresentam diferenças substanciais em relação à realidade representada. Dessa forma, caberia ao analista a missão de decifrar os significados das mensagens visuais a partir de uma perspectiva denotativa, em que são observados os elementos em seu sentido

conhecido, dentro do padrão referencial e, ainda, a partir de um olhar conotativo, considerando recursos “manifestamente subjetivos” (JOLY, 1996, p. 64).

Inegavelmente, a observação sistêmica das imagens em movimento desafia a pesquisa. Gomes (2004) já discutiu a falta de meios operacionalizáveis na análise fílmica, debatendo a desconfiança metódica que ronda os estudos da área do cinema. Defende o autor que:

Cada analista vê o que pode ou quer ver e, pelo menos em princípio, poderia falar de algo diferente do que fala outro analista, segundo a ordem que lhe aprouver e com a ênfase que quiser. Na ausência de qualquer disciplina hermenêutica capaz de oferecer garantias demonstrativas suficientes para produzir qualquer convicção, para além do limite do subjetivo e do íntimo, e de qualquer disciplina capaz, além disso, de oferecer um terreno público e leal para a disputa interpretativa, a análise acaba por depender inteiramente das qualidades peculiares do analista, isto é, do seu talento, da sua cultura, da sua habilidade iterativa, da sua sorte - ou da falta de todas elas. (GOMES, 2004, p. 87, tradução nossa³¹).

Diante dessa encruzilhada hermenêutica, Gomes (2004) argumenta que a subjetividade interpretativa que, quase sempre, permeia a análise de filmes não pode ser entrave para a construção de um ideal metodológico normativo, já que isso poderia representar um risco para a própria face científica das análises, considerando as perspectivas de replicabilidade do conhecimento. A alternativa, ele argumenta, nasceria a partir da definição conceitual de poética do cinema. O programa metodológico inaugurado a partir desse conceito permitiria a identificação de elementos que compõem a experiência fílmica ou “aquilo que o filme faz com seus espectadores, de aquilo que emerge da cooperação entre intérprete e texto³²” (GOMES, 2004, p. 97, tradução nossa), em um pacote único, embrulhado por “sensações, sentimentos e sentidos³³” (IDEM, 2004, p. 97, tradução nossa). O autor compreende que, ao enumerar e avaliar os sentimentos gerados pela película, é possível também identificar os mecanismos responsáveis por gerá-los, segundo códigos internos de construção de efeitos de cada filme.

³¹ Cada analista ve lo que puede o quiere y, por lo menos en principio, podría hablar de una cosa diferente de lo que hable otro analista, según el orden que le agrade y con el énfasis que desee. Frente a la ausencia de cualquier disciplina hermenéutica capaz de ofrecer garantías demostrativas suficientes para producir alguna convicción, más allá del límite de lo subjetivo y de lo íntimo, y de cualquier disciplina capaz, además, de ofrecer un terreno público y leal para la disputa interpretativa, el análisis acaba por apoyarse completamente en las cualidades peculiares del analista, o sea, en su talento, su cultura, su habilidad literaria, su suerte - o en la falta de todos ellos.

³² (...) aquello que la película hace con sus espectadores, de aquello que emerge de la cooperación entre intérprete y texto.

³³ sensaciones, sentimientos y sentidos.

Do cinema, algumas pesquisas em Comunicação se dedicam a compreender a relação entre as produções televisivas e os telespectadores, por meio do conceito de modo de endereçamento (GOMES, 2011). Essa análise se realiza através da identificação de ferramentas específicas de um programa e a maneira como essas ferramentas são elencadas com a missão de estabelecer relação com a audiência. Gomes (2011, p. 33) explica que:

A análise do modo de endereçamento associada ao conceito de gênero televisivo deve nos possibilitar entender quais são os formatos e as práticas de recepção solicitadas e historicamente construídas pelos programas jornalísticos televisivos. Na nossa perspectiva, o conceito de modo de endereçamento tem sido apropriado para ajudar a pensar como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um estilo, que o identifica e que o diferencia dos demais.

Ainda que esse não seja o objetivo das nossas observações, aqui, essa introdução é necessária porque, do ponto de vista do debate metodológico, o cinema e as produções audiovisuais, jornalísticas ou não, enfrentam os mesmos dilemas analíticos. Rose (2002) já reconhecia que a aplicabilidade de qualquer método que se debruce sobre os meios audiovisuais encontra dificuldades devido ao complexo modo de produção de sentido que resulta da união entre imagens, técnicas, composições de cena, etc. A autora coloca a transcrição como ferramenta possível de análise, ainda que reconheça que ela possa acarretar em perdas importantes já que “a dimensão visual implica técnicas de manejo de câmera e direção, que são apenas secundariamente texto. Elas produzem sentidos, certamente, mas esses sentidos são gerados por técnicas de especialistas” (ROSE, 2002, p. 345).

A análise de conteúdo de imagens visuais é tensionada, ainda, por Bell (2001). A autora aponta que, ainda que represente a forma mais básica de fazer afirmações gerais sobre a representação imagética, o método exige muita técnica e pode não ser suficiente para responder a determinadas questões de pesquisa. “A análise de conteúdo, por si só, raramente é capaz de apoiar afirmações sobre o significado, os efeitos ou o sentido interpretado de um domínio de representação” (BELL, 2001, p. 16).

Outro aspecto que complexifica a observação da televisão enquanto objeto de pesquisa é o papel que ela tem enquanto discurso capaz de construir representações simbólicas sociais (FRANÇA; TRINDADE, 2009; GOMES, 2006).

Quando a análise recai sobre a veiculação de notícias na TV, o telejornalismo, Gomes (2006) argumenta que ele se realiza dentro dos limites de formação econômica, social e cultural — ao mesmo tempo em que influencia essas dimensões de forma importante. Grande parte dessa característica se deve às imagens. “A imagem alterou os processos de seleção e de organização editorial das notícias, a ponto de que algumas notícias ganham prioridade na estrutura do programa porque são acompanhadas de imagens (GOMES, 2006, p. 10).

As imagens se materializam em forma de atributo de credibilidade: quando observa a realidade retratada, o telespectador sente que não há mediação capaz de alterar o fato televisionado. No entanto, como veremos, as ferramentas que vão desde a escolha de imagens até a trilha sonora que embala as histórias e os efeitos de edição seguem tanto lógicas narrativas quanto critérios mercadológicos de produção audiovisual. Ainda que abra a possibilidade de múltiplas interpretações, essa lógica permite a observação de ferramentas específicas e que se repetem no tratamento de determinados assuntos. Uma dessas ferramentas é o sensacionalismo.

Grabe *et al.* (2001) observam que o nível de estímulo psicológico e emocional atrelado às notícias de televisão está ligado ao conceito de sensacionalismo. Essa forma de empacotar conteúdos jornalísticos também pode se manifestar em programas de infotainment, que misturam informação e entretenimento. O sensacionalismo, entendem os autores, está ligado ao ato de despertar respostas emocionais ao conteúdo exibido. Isso pode ocorrer de duas formas distintas: a primeira delas tem relação com o conteúdo, que pode ser de violência, desastres, sexo. A segunda, que nos interessa de forma mais pontual nesta análise, se relaciona com as características estruturais ou, em outras palavras, com o modo de fazer televisão. Algumas delas são: ritmo de edição; movimentos e enquadramentos de câmera; trilhas sonoras. Esses elementos combinados, e que tem a imagem como ponto focal, seriam responsáveis por determinar inclusive o nível de atenção dos telespectadores em relação às notícias (GRABE *et al.*, 2001).

No enquadramento multimodal de Wosniak *et al.* (2015), a análise visual se dirige a fotografias. Os autores têm como base as reflexões de Rodriguez e Dimitrova (2011). como a junção de símbolos formam ideias de representação por trás das imagens. As autoras defendem que os aspectos visuais, assim como texto,

também possuem ferramentas de enquadramento que podem ser enquadradas como metáforas, representações e símbolos, o que, de acordo com Entman (1991) facilita o entendimento a respeito da saliência de uma ideia:

Os recursos visuais ajudam a transformar uma grande quantidade de pormenores em quadros práticos que são relevantes e apropriados para a compreensão do mundo cotidiano pelas pessoas. Neste sentido, os recursos visuais canalizam as possibilidades discursivas para dar sentido aos fenômenos sociais; legitimam (e, portanto, facilitam) as bases sobre as quais algumas interpretações podem ser favorecidas e outras impedidas. (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 51, tradução nossa³⁴)

Decodificar essas interpretações ainda é um trajeto longe de ser vencido pelas pesquisas de Comunicação. Em referência a Messaris e Abraham (2001), Rodriguez e Dimitrova (2011) apontam três características da imagem que representam, concomitantemente, desafios e oportunidades para os pesquisadores: a qualidade analógica das imagens, que considera que, para reconhecer os objetos representados não é necessário conhecimento prévio, já que o que está em destaque tem a mesma aparência dos objetos reais; a indexicalidade das imagens, que, segundo o trabalho conceitual de Peirce (1868) são a garantia mais próxima de representação simbólica do real, a ponto de se tornarem provas de realidade e, finalmente, a falta de uma sintaxe proposicional explícita das imagens, já que os recursos visuais tendem a não ser tão claros quanto as manifestações textuais (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

Diante desses desafios, as autoras apresentam quatro níveis possíveis de análise de enquadramento possível de imagem: o *denotativo*, em que a observação se debruça a descrever quem aparece na imagem e quais elementos fazem parte do ambiente em cena; o *semiótico*, em que são percebidos os aspectos técnicos da imagem como ângulo e plano; o *conotativo*, em que “pessoas e objetos mostrados não só denotam um determinado indivíduo, coisa ou lugar, mas também as ideias ou conceitos ligados a eles” (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 56); e o *ideológico*, que analisa o porquê por trás das representações percebidas nas outras dimensões de observação:

De acordo com Pieterse (1992), quem procura enquadramentos a este nível está à procura de respostas a questões relacionadas com o acesso e a

³⁴ Visuals help render a large amount of detail into practical frameworks that are relevant and appropriate to people’s understanding of the everyday world. In this sense, visuals channel discursive possibilities for making sense of social phenomena; they legitimize (and thus facilitate) the grounds upon which some interpretations can be favored and others impeded.

ideologia: 'Que interesses estão a ser servidos por estas representações? Que vozes estão a ser ouvidas? Que ideias dominam?' Estas questões referem-se não só a interesses económicos e políticos mensuráveis, mas também a 'relações de natureza mais sutil nas esferas cultural, emocional e psicológica, e às várias formas em que estas relações figuram no fenómeno da subordinação' (PIETERSE, 1992, p. 10). (RODRIGUEZ.; DIMITROVA, 2011, p. 57, tradução nossa³⁵).

A dimensão ideológica foi substancialmente importante para esta pesquisa, porque permitiu o acionamento de toda a reflexão sobre justiça, reconhecimento e representação invocada até aqui. Isso pavimentou o caminho para que fosse possível tensionar os achados práticos à reflexão sobre os fenómenos sociais que advêm da representação simbólica de atletas paralímpicos pelo principal programa esportivo do país e como essa representação pode ter reflexos na luta por justiça nas dimensões cultural, económica e política.

Nesta pesquisa, propusemos adaptações ao método original de análise de imagens, com a inserção das categorias analíticas de *trilha sonora* e *efeitos de edição* na dimensão conotativa. Entendemos que esses recursos não podem ser analisados à parte, porque, em conjunto com a imagem, representam mensagens únicas no jornalismo televisivo.

Nossa unidade de análise visual será o *take*, ou seja, a tomada de imagem. A cada mudança, a análise se dirigirá à nova unidade. Além de analisarmos a presença ou ausência da categoria, também vamos promover a contagem de vezes em que cada uma delas aparece nas reportagens observadas. Esse esforço metodológico se dá no sentido de tentar operacionalizar, da forma mais objetiva possível, a análise de um grande número de materiais.

4.2.3.1 Dimensão denotativa da análise visual

Nesta dimensão, Rodriguez e Dimitrova (2011) apontam que os enquadramentos recaem sobre a observação de objetos e elementos visuais a partir de temas específicos, em que podem ser agrupados a partir de sua representação, semelhança ou proximidade. No âmbito denotativo, nos importa observar apenas

³⁵According to Pieterse (1992), those in search of frames at this level are looking for answers to questions related to access and ideology: "What interests are being served by these representations? Whose voices are being heard? What ideas dominate?" These questions refer not only to measurable economic and political interests but also to "relations of a subtler nature in cultural, emotional and psychological spheres, and to the various ways in which these relations figure in the phenomenon of subordination" (Pieterse, 1992, p. 10).

como o atleta com deficiência é retratado simbolicamente a partir dos elementos materiais que o cercam. Assim, cada *take* ou tomada de câmera em que o atleta com deficiência aparece é retratado representa uma unidade de análise. Nesta fase, analisamos o cenário em que o atleta com deficiência aparece.

Reiteramos que a escolha por analisar a ausência e presença de elementos materiais se deu pela impossibilidade de observar as categorias analíticas de forma isolada em reportagens audiovisuais longas. A contagem da frequência desses elementos nos pareceu mais frutífera, considerando os objetivos que propusemos aqui.

Dividimos a categorização das *imagens denotativas* (V14) em: esporte, quando o atleta aparece em competições ou treinamentos, com elementos esportivos; conquistas, em que ele é mostrado em pódios, celebrando vitórias com medalhas ou troféus; deficiência, quando a deficiência é colocada em evidência, em imagens de close ou que mostrem próteses, cadeiras de rodas, tapa-olhos ou amputações; pessoais, quando o atleta é mostrado em casa, compartilhando momentos pessoais com a família ou amigos; ação genérica, quando o atleta aparece fazendo outras atividades como caminhar, estudar, ler e conversar. As entrevistas são enquadradas neste código; passividade, quando o atleta aparece parado ou quando não é possível identificar nenhuma ação aparente. Fotografias usadas nas reportagens também são analisadas de acordo com essas categorias.

4.2.3.2 Dimensão semiótica da análise visual

Na dimensão *semiótica* (V15), observamos a frequência dos ângulos e planos de câmera com que o atleta com deficiência foi representado. A variável é importante dado que os registros visuais “são percebidos como intimamente análogos à realidade, pois fornecem uma correspondência de um para um entre o que é capturado pela câmera e o que é realmente visto no mundo real” (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 53, tradução nossa³⁶).

Os ângulos foram contabilizados a partir de três categorias: *plongée*, quando a câmera mostra o atleta de cima para baixo; normal, quando o ângulo está alinhado com a cabeça do atleta; *contra-plongée*, quando o ângulo mostra o atleta

³⁶ (...) are perceived as closely analogous to reality, they provide a one-to-one correspondence between what is captured by the camera and what is actually seen in the real world.

de baixo para cima. Os planos de enquadramento também foram contabilizados a partir de três categorias distintas: aberto, quando o atleta é enquadrado de corpo inteiro e é possível reconhecer o cenário em seu entorno; médio, quando ele aparece enquadrado acima da cintura; fechado, close ou detalhe, quando o atleta é mostrado acima dos ombros ou em detalhes do corpo ou rosto.

4.2.3.3 Dimensão conotativa da análise audiovisual

Na dimensão *conotativa* (V16) da análise audiovisual, o olhar da pesquisa se voltou não apenas para a percepção de elementos materiais das imagens, mas para conceitos e signos associados a eles em conjunto a outros recursos. A variável é compreendida a partir das seguintes categorias: trilhas sonoras e efeitos de edição. Analisamos o número de ocorrências de cada categoria em cada matéria. Por definição, a observação dos fenômenos nessa dimensão se aprofunda mais porque “os enquadramentos evoluem através de uma análise crítica dos sinais percebidos para as suas interpretações mais complexas, muitas vezes ligadas à cultura” (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 56, tradução nossa³⁷).

Entendemos que, nos materiais audiovisuais, essas interpretações mais aprofundadas dependem da observação dos elementos sonoros e de pós-produção. Quando observadas em conjunto com as imagens e o texto, as trilhas e os recursos de edição são ferramentas responsáveis por construir sentido nos materiais jornalísticos audiovisuais. Essas variáveis foram adaptadas do método de pesquisa já utilizado por Grabe *et al.* (2001) e Hendriks Vettehen *et al.* (2005), que estão entre os estudos que reúnem as variáveis da análise telejornalística que nos amparam nesta tese e que explicaremos melhor a partir de agora.

A partir do conceito de sensacionalismo, Grabe *et al.* (2001) analisaram comparativamente as ferramentas audiovisuais de forma e conteúdo dos jornais *60 minutes* e *Hard Copy*. Na operacionalização da pesquisa, essas variáveis foram escolhidas a partir do potencial de estimular os telespectadores emocionalmente e prender a atenção de quem assiste. Em relação à forma das notícias, as categorias de análise empregadas pelas autoras foram divididas em duas direções distintas: considerando as chamadas *manobras de vídeo* e os *efeitos decorativos*. Enquanto a

³⁷(...) Frames evolve by critically examining the perceived signs for their more complex, often culture-bound interpretations.

primeira diz respeito às operações de câmera, ou seja, às formas de gravação, a segunda é referente aos efeitos de pós-produção ou “dispositivos que não são fundamentalmente responsáveis por capturar uma notícia no vídeo” (GRABE *et al.*, 2001, p. 641, tradução nossa³⁸).

Quanto a esses efeitos, as autoras os dividem em outras três categorias analíticas: manipulações de áudio, que incorporam efeitos de som, trilhas sonoras e o tom de voz do repórter; os efeitos transicionais, técnicas de edição que separam duas tomadas de imagem colocadas em sequência e os *não-transicionais*, referentes a todas as outras manobras de edição colocadas a serviço do material audiovisual, conforme detalharemos melhor a seguir.

A partir da observação prévia das reportagens do Esporte Espetacular, optamos por incorporar à dimensão conotativa do enquadramento multimodal audiovisual três categorias analíticas utilizadas por Grabe et al. (2001). Na variável *conotativa* (V17), observamos uma categoria relacionada aos recursos de áudio (trilha sonora) e outras duas ligadas a efeitos de edição (*fade* e *slow motion*).

4.2.3.3.1 Dimensão conotativa: trilha sonora

A música está no centro de pesquisas que a colocam como ferramenta de linguagem e construção de significado emotivo (SEIDMAN, 1981). Considerando uma semiótica da canção, Sekeff (1998, p. 36) analisa a música como:

(...) um sistema de signos, promovendo comunicação e expressão. Sistema sintático de semântica autônoma, é linguagem portadora de qualidades, linguagem icônica, que só fala dela mesma, e, por isso, com um alto poder de sugestão. Com um corpo de regras, princípios, leis e teorias que garantem sua legitimidade e sua identidade, seu gênero, estilo, e forma, a música é uma linguagem assentada em sistemas repertoriados em uma cultura.

Almeida (2007) caminha nesse sentido ao observar as implicações da música no cinema contemporâneo. A partir da decodificação dos sistemas de significado culturalmente atribuídos a cada estilo musical, os seres humanos ganham capacidade de relacionar as músicas às sensações vividas, como suspense, dor ou aventura. Dessa forma, entende ele, a música também é:

(...) capaz de gerar prazer estético meramente pelos elementos musicais e até mesmo conduzir o ouvinte a uma experiência fenomenológica de secundidade (sensação, subsequente ao puro sentir) de Peirce, que

³⁸ (...) devices which are not fundamentally responsible for capturing a news event on video.

emocione este ouvinte na medida em que gera possíveis significações relacionadas ao patriotismo, nacionalismo. No entanto, quando à linguagem musical funde-se com as imagens do filme, surgem novas significações. (ALMEIDA, 2007, p. 5).

O papel da música também já foi tema de estudos que procuram compreender o papel de impulsionador de emoções psicológicas que ela tem na condução de documentários, filmes e também no jornalismo (BUCCI, 2011; CALEGARI, 2012; CRUZ, 2014; ERTHAL, 2017; SÁ, 1999). Mujica e Bachmann (2015), por exemplo, observaram as diferenças entre a cobertura noticiosa do Chile, em emissoras comerciais e públicas tendo como guia os estudos culturais sobre o melodrama. Além dos elementos visuais como a mudança de velocidade nas tomadas da imagem, as mudanças de cor e de zoom, elas também elencam o uso de músicas dramáticas na cobertura jornalística como elementos de emocionalização (MUJICA; BACHMANN, 2015, p. 218).

A sonorização na divulgação das notícias em formato audiovisual está intimamente relacionada aos efeitos que, junto com a imagem, são possíveis de serem causados pela notícia em exibição. Esses efeitos, nas reportagens esportivas exibidas pelo Esporte Espetacular, foram analisados com maior afinco por Calegari (2012).

A autora aponta que:

No Esporte Espetacular vemos (...) a música dialogando com o repórter, sendo utilizada como um substituto ou complemento ao discurso jornalístico e auxiliando na construção da história, sendo responsável por envolver e atrair a atenção do telespectador. No jornalismo esportivo, no entanto, a música flerta de forma intensa com a ficção e assume característica de espetáculo, sendo um verdadeiro show dentro do que se esperaria ser notícia (CALEGARI, 2012. p. 24).

Essa técnica é, segundo Sá (1999), empregada pela TV no sentido de alinhar o texto dramático à dramaticidade musical. É possível pensar na trilha sonora, portanto, como um tijolo na construção do cenário em que o personagem desfila a própria história televisionada.

Reconhecemos que a codificação da trilha sonora pode ser afetada pela subjetividade, já que ela depende das sensações despertadas durante a observação das reportagens. No entanto, elementos básicos da música, como a melodia e a harmonia, podem remeter a sentimentos específicos.

Os ritmos mais rápidos remetem à sensação de alegria. E os ritmos muito variados remetem à sensação de caos. O ritmo está mais associado à ideia de movimento físico, enquanto a melodia está relacionada a uma comoção gerada pela música. Na música, a atribuição de sentidos é flexível, variando

de acordo com a situação e com o ouvinte. A música tem o poder de sugerir ou acentuar o significado e o sentido das imagens. A música exerce uma função dramática e psicológica para quem ouve, variando conforme a imaginação e a sensibilidade dos espectadores. Somada com a imagem, a música busca sugerir e ampliar os sentimentos e as emoções de quem está assistindo. (CALEGARI, 2012, p. 43)

Considerando a análise feita por Calegari (2012), observamos a presença e a ausência de trilhas sonoras do EE, de acordo com os seguintes gêneros: clássico; rock; pop e dramático. Em clássico, codificamos trilhas lentas, com presença de pianos, violinos e instrumentos de corda. Essa trilha remete a triunfos, vitórias sobre adversidades, final feliz. A rock, por sua vez, é pesada, com guitarras, baterias e distorções. Elas remetem à ação, conquistas, trajetória de sucesso. Na categoria pop, enquadrados trilhas leves, com presença de violão e ritmo mais acelerado. Normalmente, essas trilhas são usadas para ambientar ações cotidianas, divertidas e de aventura. Em dramático, estão enquadradas trilhas que remetem a suspense, tristeza, dor, incerteza, drama e derrota. Podem ter presença de piano, violino e outros instrumentos clássicos.

4.2.3.3.2 Elementos simbólicos: efeitos de edição

Por fim, na variável dos elementos simbólicos (V15) observamos a frequência de dois efeitos de edição: o uso de *slow motion* e *fade* nas reportagens do Esporte Espetacular.

Para compor essa análise, também consideramos os estudos prévios de Grabe *et al.* (2001) que elencaram, na própria pesquisa, pelo menos 13 efeitos de edição não-transicionais, ou seja, não usados para fazer a transição entre uma tomada e outra de câmera. Entre estes todos, elegemos o *slow motion*, ou câmera lenta, por entender esse elemento como essencial em materiais de profundidade. Dada a ausência de estudos empíricos suficientes sobre os recursos técnicos de edição, entendemos ser possível associar a ocorrência desse efeito à discussão teórica que empreendemos até aqui, principalmente no que diz respeito à emocionalização dos conteúdos.

O uso do *slow motion*, ou câmera lenta, na televisão pode se dar quando não há imagens suficientes para a cobertura do material, já que o recurso exhibe ações em velocidade menor, o que aumenta a duração dos cliques de imagem (GRABE *et al.*, 2001). Considerando o elemento esportivo, o *slow motion* também

pode ser compreendido como elemento de dramatização, já que, por meio da câmera lenta, é possível perceber a performance competitiva no detalhe, em uma “estética esportiva que valora elementos modernos, porque coaduna com o esquadramento do corpo do atleta para o rendimento máximo” (ARAÚJO; DIAS; CABRAL, 2021, p. 4). Nesse caso, os elementos de emoção e drama podem ser enfatizados caso as imagens sejam exibidas em *slow motion*.

Como elemento transicional, ou seja, usado para fazer a passagem de uma tomada de câmera para outra, elegemos o *fade*, efeito em que a imagem começa ou termina a partir da tela totalmente preta, representa, metaforicamente, a abertura ou fechamento de uma cortina de teatro — o que dramaticamente pode apontar o começo ou fim de uma sequência (ZETTL, 1991).

Nesta camada de análise, codificamos a ocorrência numérica de um desses efeitos nas reportagens.

4.2.3.4 Dimensão ideológica da análise audiovisual

Esta última etapa de observação diz respeito à *análise ideológica audiovisual* (V16). Ela reúne os achados que reunimos nas fases anteriores em uma espécie de mergulho final no objeto de pesquisa, a partir do enquadramento, da narrativa e dos aspectos audiovisuais. A análise ideológica configura-se, segundo Rodriguez e Dimitrova (2011), a partir da perspectiva do poder embutido às escolhas imagéticas — leia-se, nesta pesquisa, escolhas audiovisuais:

De acordo com Pieterse (1992), quem procura enquadramentos a este nível está à procura de respostas a questões relacionadas com o acesso e a ideologia: "Que interesses estão a ser servidos por estas representações? Que vozes estão a ser ouvidas? Que ideias dominam?" Estas questões referem-se não só a interesses econômicos e políticos mensuráveis, mas também a "relações de natureza mais sutil nas esferas cultural, emocional e psicológica, e às várias formas em que estas relações figuram no fenômeno da subordinação" (Pieterse, 1992, p. 10). (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, p. 57, tradução nossa³⁹).

Aqui, portanto, fizemos uma descrição sobre os elementos preponderantemente encontrados na análise do EE, em relação aos quadros de

³⁹According to Pieterse (1992), those in search of frames at this level are looking for answers to questions related to access and ideology: "What interests are being served by these representations? Whose voices are being heard? What ideas dominate?" These questions refer not only to measurable economic and political interests but also to "relations of a subtler nature in cultural, emotional and psychological spheres, and to the various ways in which these relations figure in the phenomenon of subordination" (Pieterse, 1992, p. 10).

sentido, narrativas e escolhas audiovisuais. Esses achados foram confrontados com a teoria que nos guiou, a discussão sobre reconhecimento, redistribuição e representação simbólica e política dos atletas com deficiência.

5 O ENQUADRAMENTO MULTIMODAL AUDIOVISUAL DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE ESPETACULAR

O Esporte Espetacular é o programa esportivo mais antigo da TV Globo, apresentado, hoje, por Barbara Coelho e Lucas Gutierrez. Segundo a própria definição da emissora, o dominical tem “formato leve e dinâmico” e “acompanha a história dos atletas, os melhores momentos e os bastidores das competições, e os recordes mundiais”⁴⁰. O programa foi ao ar pela primeira vez em 1973, ainda com a proposta de apresentar eventos esportivos pouco difundidos no Brasil, como o esqui, o pólo e a patinação no gelo. As transmissões eram resultado de um pacote, comprado à época do programa *Wide World of Sports*, da rede norte-americana ABC. No início, o programa tinha apresentações tão formais quanto às que eram feitas por jornalistas que trabalhavam na editoria geral da emissora⁴¹, mas, hoje, o formato é muito mais descontraído, solto, com apresentação bastante fincada no entretenimento, em uma prática que já é estudada e definida como infotainment (GOMES, 2008), em que ficam difusas as fronteiras entre a prestação de serviço por meio da informação e o compromisso com o entretenimento da audiência.

O programa mescla características que vão de um extremo ao outro. Durante a exibição do programa, a marca registrada são as grandes reportagens, trabalhadas em textos e imagens diferenciadas, envolvidas com brilho em uma edição bastante carregada de esforço estético. Ainda que dedique parte do tempo à divulgação de resultados, gols da rodada e notas menos aprofundadas, a tônica do programa se baseia em produções com mais tempo e que têm como pano de fundo a história humanizada dos personagens que retrata. Esses motivos fizeram com que nosso olhar se voltasse para o programa com curiosidade, já que a combinação do fator tempo de reportagem e trabalho diferenciado no tratamento das notícias pode trazer achados interessantes para as questões que ainda discutiremos com mais afinco nesta tese.

Nosso primeiro passo foi analisar todas as 240 edições do Esporte Espetacular exibidas entre 01 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2021. A coleta foi feita diretamente no site da emissora, o *Globoplay*. A filtragem começou

⁴⁰ Disponível em:

<https://memoriaglobo.globo.com/esporte/telejornais-e-programas/esporte-espetacular/>. Acesso 01 de setembro de 2021.

⁴¹ Idem.

em seguida, quando a busca foi delimitada somente às reportagens que mencionaram atletas com deficiência, excluindo todas as outras que não falavam sobre o tema.

Após a filtragem inicial, restaram 98 reportagens com a temática envolvendo os atletas com deficiência, durante os cinco anos de análise. Os materiais estão assim distribuídos: 27 reportagens em 2017; 17 reportagens em 2018; 22 reportagens em 2019; 10 reportagens em 2020 e, finalmente, 22 reportagens em 2021, conforme quadros a seguir:

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2017

n	2017	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	1 jan.	Esporte Espetacular vai acompanhar dez promessas para os jogos de Tóquio 2020	https://globoplay.globo.com/v/5548834/
2	29 jan.	Esporte é usado como instrumento de ressocialização de detentos	https://globoplay.globo.com/v/5610924/
3	12 fev.	Após 15 anos, atleta do futebol de 5 volta à Angola e tem encontro emocionante com a mãe	https://globoplay.globo.com/v/5647273/
4	26 fev.	Sobre Rodas explora o fundo do mar do Arquipélago de Abrolhos	https://globoplay.globo.com/v/7407221/
5	19 mar.	Tecnologia desenvolvida na Globo pilota carro de F-1 com a força da mente	https://globoplay.globo.com/v/5736486/
6	02 abr.	Sobre rodas #01: Fernando Fernandes encara a travessia do Salar de Uyuni, na Bolívia	https://globoplay.globo.com/v/5771507/
7	02 abr.	Eu curti: Neto, Follmann e Alan Ruschel mostram clima de amizade em noite de pizza	https://globoplay.globo.com/v/5771531/
8	09 abr.	Sobre Rodas #02: Fernando Fernandes corre rali de bicicleta na Floresta Amazônica	https://globoplay.globo.com/v/5788598/
9	16 abr.	A gaiola que liberta: Esporte Espetacular mostra a história de superação de Íris Assis	https://globoplay.globo.com/v/5805655/
10	21 mai.	Sobre Rodas #03: Fernando Fernandes se aventura nas montanhas da Noruega	https://globoplay.globo.com/v/5884507/
11	04 jun.	Sobre rodas #04: Fernando Fernandes encara aventura de canoa no interior do Tocantins	https://globoplay.globo.com/v/5916470/
12	18 jun.	Sobre Rodas #05: Fernando Fernandes rema nas águas geladas da Noruega	https://globoplay.globo.com/v/5948169/

13	25 jun.	Nascido prematuro, Gabriel encontra no basquete em cadeira de rodas sua fonte de superação	https://globoplay.globo.com/v/5964197/
14	02 jul.	Skatista perde a visão mas continua andando de skate e sonha com o esporte na Paralimpíada	https://globoplay.globo.com/v/5980199/
15	09 jul.	Projeto Tóquio acompanha promessas para os próximos Jogos Olímpicos	https://globoplay.globo.com/v/5995535/
16	16 jul.	Petrucio Ferreira brilha no Mundial de atletismo paralímpico e quebra recorde mundial	https://globoplay.globo.com/v/6011238/
17	30 jul.	Lesão faz atleta promissora mudar de esporte e buscar recomeço na carreira	https://globoplay.globo.com/v/6043153/
18	30 jul.	Rumo ao Ápice: Adriele treina, com prótese, para disputa de ironman	https://globoplay.globo.com/v/6043181/
19	30 jul.	Rumo ao ápice: Conheça os outros dois atletas que estão no desafio de conquistar o Ironman	https://globoplay.globo.com/v/6043225/
20	13 ago.	Sobre Rodas #06: Fernando Fernandes se aventura em corredeira radical em Minas Gerais	https://globoplay.globo.com/v/6075354/
21	13 ago.	"Rumo ao Ápice": treinados por Fernanda Keller, atletas lutam para competir no Iron Man	https://globoplay.globo.com/v/6075466/
22	20 ago.	Rumo ao Ápice: após meses de treino, atletas participam de prova de Ironman	https://globoplay.globo.com/v/6091403/
23	24 set.	Com custo de R\$300 milhões, CT paralímpico é exemplo de excelência esportiva	https://globoplay.globo.com/v/6170522/
24	01 out.	Conheça os segredos do campeão paralímpico Petrucio Ferreira	https://globoplay.globo.com/v/6186933/
25	01 out.	Petrucio Ferreira vence desafio dos 100 metros no Rio de Janeiro	https://globoplay.globo.com/v/6186936/
26	15 out.	Menino de Goiás supera problemas físicos e se torna um campeão de ciclismo	https://globoplay.globo.com/v/6219202/
27	22 out.	Sobre Rodas #07: Fernando Fernandes anda de hand-bike nos Lençóis Maranhenses	https://globoplay.globo.com/v/6235542/
28	19 nov.	Projeto Tóquio: Conheça a rotina de treinos do velocista paralimpico Petrucio Ferreira	https://globoplay.globo.com/v/6299736/
29	10 dez.	Valor em jogo: O esporte usado como ferramenta de inclusão para pessoas com deficiências	https://globoplay.globo.com/v/6347761/

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2018

n	2018	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	07 jan.	Você viu? Thomas Winkler quer ser 1º skatista amputado a competir com perna mecânica	https://globoplay.globo.com/v/6405094/
2	14 jan.	"Valor em jogo": menino de sete anos encontra no caratê a superação de uma doença pulmonar	https://globoplay.globo.com/v/6421052/
3	28 jan.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes apresenta o wakeboard adaptado	https://globoplay.globo.com/v/6455602/
4	28 jan.	Lais Souza se aventura em desafio nas montanhas voando de parapente	https://globoplay.globo.com/v/6455711/
5	01 abr.	Depois de preconceito do pai, ginasta com deficiência encontra irmã medalhista olímpica	https://globoplay.globo.com/v/6627041/
6	22 jul.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes encara corredeiras nas Cataratas do Iguaçu	https://globoplay.globo.com/v/6889475/
7	05 ago.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes vai ao encontro de vulcão no Havaí	https://globoplay.globo.com/v/6923445/
8	05 ago.	Experiência desafiadora! Keila Costa aceita saltar de olhos vendados	https://globoplay.globo.com/v/6923451/
9	19 ago.	Nadadora paralímpica estrela nova abertura do Fantástico	https://globoplay.globo.com/v/6956343/
10	02 set.	Triatleta relembra momentos de superação após acidente que o fez amputar a perna	https://globoplay.globo.com/v/6990858/
11	09 set.	Fernando Fernandes faz a travessia oceânica mais difícil do mundo em "Sobre Rodas"	https://globoplay.globo.com/v/7006927/
12	09 set.	"Projeto Tóquio": Petrucio Ferreira quer se tornar o atleta paralímpico mais rápido	https://globoplay.globo.com/v/7006935/
13	07 out.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes é o primeiro brasileiro a praticar o kitesurfe adaptado	https://globoplay.globo.com/v/7071019/
14	14 out.	Após perder as pernas em acidente, Felipe Nunes se torna referência no skate internacional	https://globoplay.globo.com/v/7087638/
15	14 out.	Menino que perdeu braço com ataque de tigre mostra talento na natação paralímpica	https://globoplay.globo.com/v/7087655/
16	04 nov.	Leandro Padovani supera drama de fratura na coluna no futebol iraniano para se reerguer	https://globoplay.globo.com/v/7137284/
17	30 dez.	Relembra a história do menino que teve o braço arrancado por um leão e se tornou promessa da natação	https://globoplay.globo.com/v/7266207/

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2019

n	2019	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	06 jan.	Recomeço: após perder visão aos 16 anos, Elias "Figue" mostra que surfe não tem limites	https://globoplay.globo.com/v/7280243/
2	06 jan.	Sobre Rodas: Saiba como funciona o snowkite adaptado	https://globoplay.globo.com/v/7280183/
3	13 jan.	Recomeço: a história emocionante de Octavio Soares, músico que encontrou o esporte após levar um tiro em assalto	https://globoplay.globo.com/v/7296391/
4	20 jan.	Cinco anos após a tragédia que a deixou tetraplégica, Laís Souza fala da recuperação e sonha em construir uma família	https://globoplay.globo.com/v/7313745/
5	03 fev.	Recomeço: mesmo sem movimentos nas pernas, Danielle Nobile mostra garra no Iron Man de Fortaleza	https://globoplay.globo.com/v/7351226/
6	10 fev.	Deficientes visuais se superam e sonham com sucesso no esporte	https://globoplay.globo.com/v/7370317/
7	17 fev.	"Recomeço": Conheça a história de superação de Aline Cabral	https://globoplay.globo.com/v/7388809/
8	24 fev.	Sobre Rodas explora o fundo do mar do Arquipélago de Abrolhos	https://globoplay.globo.com/v/7407221/
9	17 mar.	Após acidente nas férias, Petrúcio Ferreira busca recuperação para voltar aos treinos visando os Jogos Paralímpicos de 2020	https://globoplay.globo.com/v/7462704/
10	17 mar.	Sobre Rodas - Fernando Fernandes em aventura na Patagônia com o rafting adaptado	https://globoplay.globo.com/v/7462674/
11	07 abr.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes se aventura no parapente em cenário paradisíaco do Balneário Camboriú	https://globoplay.globo.com/v/7521010/
12	21 jul.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes participa de experiência única no Xingú	https://globoplay.globo.com/v/7781647/
13	28 jul.	Fernando Fernandes vai ao Rio Grande Sul e se emociona com projeto social	https://globoplay.globo.com/v/7799654/
14	11 ago.	Verônica Hipólito vence obstáculos e mostra como é importante se superar a cada dia	https://globoplay.globo.com/v/7835067/
15	18 ago.	Conheça Emanuel, um garoto de Manaus e um goleiro espetacular	https://globoplay.globo.com/v/7852248/
16	01 set.	Educação física faz a diferença na vida de menina que nasceu com falta de oxigênio no cérebro	https://globoplay.globo.com/v/7888663/
17	15 set.	Saiba como o esporte mudou a vida de João	https://globoplay.globo.com/esporte-espetac

		Pedro e Maria José através da natação	ular/t/Jm2mfGZHfq/data/15-09-2019/
18	06 out.	Sobre rodas em Bananalama, interior de Santa Catarina	https://globoplay.globo.com/v/7979382/
19	03 nov.	Rodolpho Riskalla tenta façanha de ser o primeiro brasileiro a disputar Olimpíadas e Paralimpíadas	https://globoplay.globo.com/v/8056917/
20	10 nov.	Bob Burnquist vence a MegaRampa e cadeirante completa salto pela primeira vez	https://globoplay.globo.com/v/8075887/
21	22 dez.	Em aventura cheia de história e adrenalina, Fernando Fernandes pedala pela terra sagrada de Israel	https://globoplay.globo.com/v/8184778/
22	29 dez.	Pelé Cego: as razões que fazem de Ricardinho um fenômeno do futebol de 5	https://globoplay.globo.com/v/8199225/

QUADRO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2020

<i>n</i>	2020	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	05 jan.	Mulheres Espetaculares: Com uma história de superação, Mônica Santos sonha em participar dos Jogos Paralímpicos	https://globoplay.globo.com/v/8213498/
2	05 jan.	Jovem piloto que perdeu as pernas em acidente vence barreiras para manter sonho vivo	https://globoplay.globo.com/v/8213496/
3	05 jan.	Sobre Rodas: Fernando Fernandes pratica wakeboard e kitesurf em Israel	https://globoplay.globo.com/v/8213444/
4	05 jan.	Conheça Daniel Londes, o multiatleta que passou por 112 cirurgias depois de sofrer uma descarga elétrica	https://globoplay.globo.com/v/8213458/
5	12 jan.	Dias de luta - A história do atleta de MMA que luta com apenas um dos braços	https://globoplay.globo.com/v/8230725/
6	22 mar.	Receio de contágio do novo coronavírus afeta atletas paralímpicos do Brasil	https://globoplay.globo.com/v/8421395/
7	25 out.	Fernando Fernandes sobrevoa o Cristo Redentor no Rio de Janeiro	https://globoplay.globo.com/v/8968702/
8	08 nov.	Fernando Fernandes explora as belezas de Cabo Frio no "Sobre Rodas"	https://globoplay.globo.com/v/9006062/
9	06 dez.	Zion Clark: Com doença genética rara, ele sonha com Tóquio-2021	https://globoplay.globo.com/v/9079655/
10	06 dez.	Fernando Fernandes encara o maior cânion em extensão do Brasil	https://globoplay.globo.com/v/9079629/

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS REPORTAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR EM 2021

n	2021	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	17 jan.	Nadador paralímpico Daniel Dias anuncia que dará adeus às piscinas após Tóquio	https://globoplay.globo.com/v/9185711/
2	21 mar.	A luta dos jogadores de futsal down por visibilidade para a modalidade	https://globoplay.globo.com/v/9368792/
3	25 abr.	André Brasil fala da decepção de estar fora dos jogos paralímpicos	https://globoplay.globo.com/v/9463808/
4	16 mai.	Após vencer a Covid, Antônio Tenório busca sétima medalha paralímpica e não pensa em aposentadoria	https://globoplay.globo.com/v/9520422/
5	04 jul.	Jovem que nasceu sem os braços se destaca no esporte no litoral	https://globoplay.globo.com/v/9659228/
6	15 ago.	Cinco tenistas mineiros vão em busca de uma medalha nas paralimpíadas de Tóquio	https://globoplay.globo.com/v/9771001/
7	15 ago.	Conheça Luiza Fiorese, destaque da seleção brasileira de vôlei sentado	https://globoplay.globo.com/v/9770808/
8	22 ago.	Fernando Fernandes e Lais Souza fazem voo duplo de paramotor	https://globoplay.globo.com/v/9790535/
9	22 ago.	A nova vida de Jackson Follmann, sobrevivente do acidente da Chape	https://globoplay.globo.com/v/9790372/
10	22 ago.	Brasil busca 100ª medalha de ouro nas Paralimpíadas de Tóquio	https://globoplay.globo.com/v/9790382/?s=0s
11	22 ago.	Paralimpíadas: o peão de rodeio que virou campeão mundial de canoagem	https://globoplay.globo.com/v/9790351/
12	29 ago.	Ex-atleta que faz entregas em cadeira de rodas reencontra o esporte	https://globoplay.globo.com/v/9811137/
13	29 ago.	Mulheres conquistam 3 medalhas no judô e Tenório fica fora do pódio	https://globoplay.globo.com/v/9811127/
14	29 ago.	Brasil conquista medalhas na natação nas Paralimpíadas	https://globoplay.globo.com/v/9811049/
15	29 ago.	Paralimpíadas inspiram a pequena Malu, de cinco anos, a fazer esportes	https://globoplay.globo.com/v/9811073/
16	05 set.	Paralimpíadas de Tóquio celebram a diversidade e dão adeus aos Jogos em festa de encerramento	https://globoplay.globo.com/v/9831905/
17	19 set.	Aposentado das piscinas, Daniel Dias agora cumpre promessa que fez aos filhos	https://globoplay.globo.com/v/9872535/
18	26 set.	Do treino por vídeo aos pódios em Tóquio, as histórias de Gabrielzinho que ganhou três medalhas nas Paralimpíadas	https://globoplay.globo.com/v/9893568/
19	10 out.	Escolinhas paralímpicas voltam depois de um ano	https://globoplay.globo.com/v/9935494/

		e meio	/
20	10 out.	Gabriel teve a perna amputada, mas não desistiu do sonho de ser jogador	https://globoplay.globo.com/v/9935413/
21	10 out.	Carol Santiago colhe os frutos depois do sucesso em Tóquio	https://globoplay.globo.com/v/9935349/
22	21 nov.	Primeiro Campeonato Brasileiro de Paraskate reúne atletas em São Paulo	https://globoplay.globo.com/v/10060132/
23	26 dez.	Primeiro time feminino de futebol de amputados do país busca adversários	https://globoplay.globo.com/v/10159720/

A distribuição cronológica das reportagens aponta que a cobertura envolvendo atletas com deficiência é longe de ser recorrente no EE. O maior número de reportagens (27) foi registrado em 2017. Uma hipótese para essa cobertura mais ostensiva pode estar na realização dos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016. Na esteira do investimento feito, principalmente, pelo SporTV, canal pago da TV Globo, a popularidade do esporte para pessoas com deficiência nunca foi tão alta no Brasil. No início do ciclo olímpico, o EE lançou o Projeto Tóquio, em que acompanhou atletas que seriam promessas para a edição dos Jogos Paralímpicos no Japão. Entre os atletas eleitos para fazer parte do projeto, apenas Petrócio Ferreira, do atletismo, representou os atletas paralímpicos. Petrócio foi retratado em sua preparação, a partir de sua rotina de treinamentos no Centro Paralímpico Brasileiro e teve, ainda, os resultados em campeonatos mundiais exibidos pelo EE. Outra reportagem do dominical — e que compõe nosso *corpus* — mostrou um acidente sofrido pelo atleta e que representou um entrave para a preparação dele, em 2019.

A cobertura do Esporte Espetacular se deu, principalmente, a partir de quadros que traziam atletas com deficiência em competições de dificuldade. No quadro Rumo ao Ápice, por exemplo, o foco foi a preparação de atletas com deficiência para competir no *Iron Man*, a prova de triathlon mais conhecida do mundo. No quadro Superação, o EE também trouxe a história de um ciclista que começou a praticar o esporte depois de descobrir uma deficiência nas pernas aos 7 anos. Ambos os quadros tinham como pano de fundo a superação.

Outro ponto de destaque, ainda em 2017, é a estreia de um dos quadros que representaram, ao longo do recorte analisado, o símbolo da cobertura de esportes adaptados no EE: o Sobre Rodas. Em 2017, oito das 27 reportagens sobre

atletas com deficiência, foram do quadro protagonizado por Fernando Fernandes, ex-participante do BBB, ex-modelo e canoísta paralímpico, que ficou paraplégico⁴², após sofrer um acidente de carro, em 2009. No Sobre Rodas, o apresentador é representado simbolicamente como um super atleta, que supera desafios extremos, como o de atravessar com uma bicicleta adaptada toda a extensão do Salar do Uyuni ou descer as corredeiras das Cataratas do Iguaçu. Fernando Fernandes é representado como um atleta com deficiência idealizado: um exemplo de superação de obstáculos, que se dedica a aventuras ao redor do mundo.

Em 2018, a cobertura a partir dos quadros persiste, mas em número consideravelmente menor (17). Grande parte das reportagens exibidas, neste ano, explora elementos da vida pessoal dos atletas com deficiência. Como exemplos, é possível destacar as matérias que têm como foco a ex-ginasta Laís Souza, que ficou tetraplégica ao sofrer um acidente de esqui enquanto se preparava para as Olimpíadas de Inverno de Sochi, na Rússia⁴³, e as que mostram Vrajamany Fernandes Rocha, menino atacado por um tigre em Cascavel⁴⁴, em 2014, e sua transformação em paratleta da natação.

No ano seguinte, 2019, o EE volta a tratar da preparação dos atletas com deficiência, considerando a proximidade com os Jogos Paralímpicos de Tóquio. Em 22 reportagens, a cobertura se voltou a acompanhar algumas promessas como Petrúcio Ferreira e Verônica Hipólito, do atletismo, e Ricardinho, do futebol de cegos. No entanto, mesmo com a chegada do maior evento da categoria, o Sobre Rodas, de Fernando Fernandes, ainda se sobressai, com cinco das 22 reportagens com temática envolvendo atletas com deficiência exibidas pelo EE.

Em 2020, a pandemia trouxe desafios mundiais para o esporte. Em um ano crítico, a cobertura do esporte para pessoas com deficiência praticamente desapareceu (10). Até março, com a confirmação da pandemia no Brasil, foram apenas três reportagens — duas delas em semanas seguidas, destacando as

⁴² Fernando Fernandes foi apresentador de No Limite, também conhecido por desafiar os participantes à aventura e ao improvável. Mais detalhes em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/01/07/fernando-fernandes-acidente-paraplegico.htm>. Acesso em 20 de junho de 2022.

⁴³ Mais detalhes em: <https://ge.globo.com/olimpiadas-de-inverno/noticia/lais-souza-recorda-acidente-de-esqui-ha-oito-anos--parte-da-minha-historia.ghtml>. Acesso em 06 de junho de 2022.

⁴⁴ Mais detalhes em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2019/11/29/pai-de-menino-que-teve-braco-amputado-a-pos-ser-atacado-por-tigre-em-cascavel-e-condenado-pela-justica.ghtml>. Acesso em 01 de julho de 2023.

histórias pessoas de Daniel Londes, multiatleta que perdeu um dos braços após um choque elétrico, enquanto trabalhava como eletricista, e Marney Maxx, um lutador de MMA que pratica o esporte com apenas um braço. A terceira trouxe a preocupação de atletas paralímpicos com a contaminação pelo coronavírus e o imprevisto na preparação esportiva, em casa. Com o adiamento dos Jogos Paralímpicos de Tóquio, os atletas paralímpicos não voltaram à pauta do EE. A partir de outubro, quando o atleta com deficiência voltou a ser assunto no dominical, o Sobre Rodas representou três das quatro reportagens exibidas até o fim do ano.

No último ano do recorte, 2021, a cobertura voltou a ter uma presença maior do esporte paralímpico na pauta (22). Pela primeira vez, em cinco anos, o EE abriu espaço para outros atletas paralímpicos, como Daniel Dias, Antônio Tenório, Luiza Fiorese, André Brasil, Maria Carolina Santiago, entre outros. Mais da metade das reportagens (13) foram exibidas durante os meses de realização dos Jogos Paralímpicos, em agosto e setembro. Essa distribuição evidencia que o interesse do EE sobre o esporte paralímpico vai ao encontro do factual, já que, mesmo que haja competições e desafios que se apresentam durante todo o ciclo de preparação do atleta, não há cobertura suficiente em outros períodos do ano ou, ainda, em anos que antecedem os Jogos Paralímpicos.

Após a observação de todas as reportagens, fizemos nossa análise final de enquadramento multimodal audiovisual a partir de uma amostra que contemplou todos os anos do recorte. A amostra foi selecionada a partir da escolha de uma reportagem por bimestre de 2017 a 2021, recorte temporal em que a pesquisa se baseia. Em 2020, não houve nenhum registro de matérias sobre os atletas com deficiência entre abril e setembro, o que nos obrigou a sortear amostra apenas no primeiro, segundo, quinto e sexto bimestres do ano. As reportagens analisadas estão no quadro a seguir:

QUADRO 6 - RELAÇÃO DE REPORTAGENS DO EE ANALISADAS (2017-2021)

<i>n</i>	DATA	TÍTULO DA REPORTAGEM	LINK DA REPORTAGEM
1	12/02/2017	Após 15 anos, atleta do futebol de 5 volta à Angola e tem encontro emocionante com a mãe	https://globoplay.globo.com/v/5647273/
2	02/04/2017	Sobre rodas #01: Fernando Fernandes encara a travessia do Salar de Uyuni, na	https://globoplay.globo.com/v/5771507/

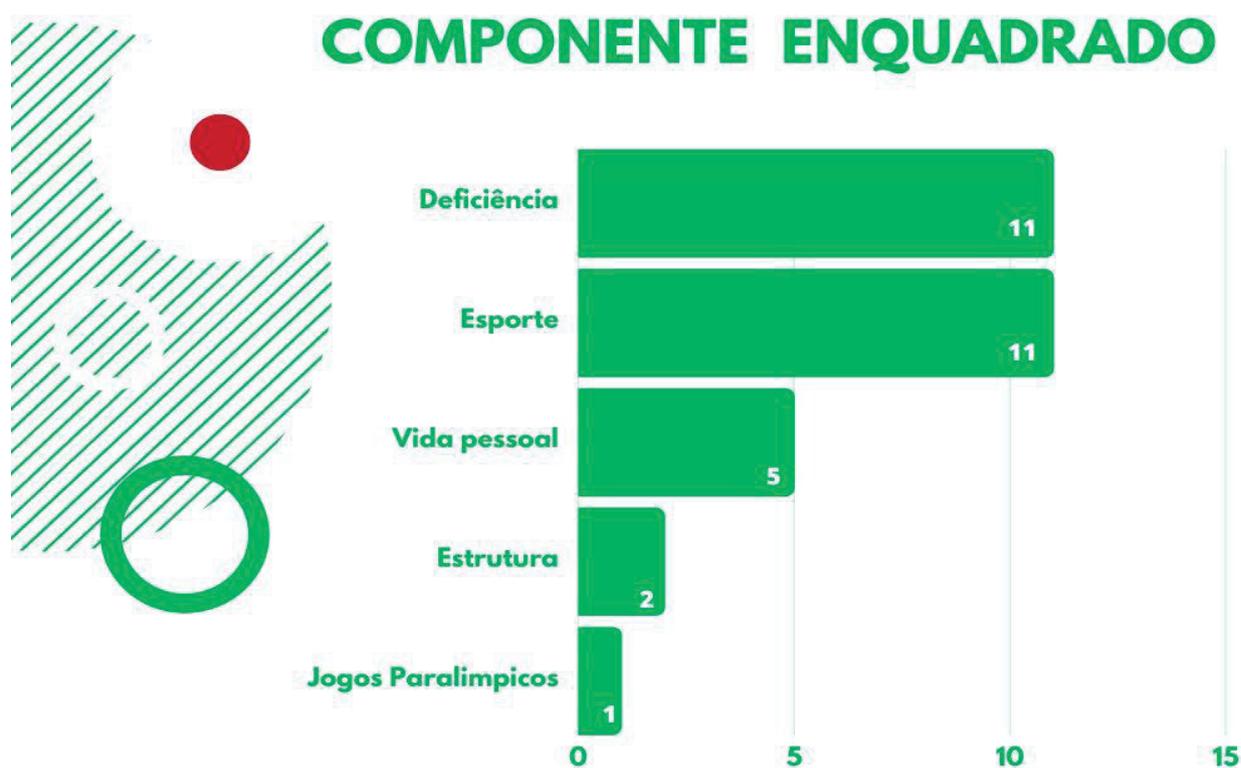
		Bolívia	
3	25/06/2017	Nascido prematuro, Gabriel encontra no basquete em cadeira de rodas sua fonte de superação	https://globoplay.globo.com/v/5964197/
4	09/07/2017	Lesão faz atleta promissora mudar de esporte e buscar recomeço na carreira	https://globoplay.globo.com/v/6043153/
5	24/09/2017	Com custo de R\$300 milhões, CT paralímpico é exemplo de excelência esportiva	https://globoplay.globo.com/v/6170522/
6	19/11/2017	Projeto Tóquio: Conheça a rotina de treinos do velocista paralímpico Petrucio Ferreira	https://globoplay.globo.com/v/6299736/
7	07/01/2018	Você viu? Thomas Winkler quer ser 1º skatista amputado a competir com perna mecânica	https://globoplay.globo.com/v/6405094/
8	01/04/2018	Depois de preconceito do pai, ginasta com deficiência encontra irmã medalhista olímpica	https://globoplay.globo.com/v/6627041/
9	22/07/2018	Sobre Rodas: Fernando Fernandes encara corredeiras nas Cataratas do Iguaçu	https://globoplay.globo.com/v/6889475/
10	19/08/2018	Nadadora paralímpica estrela nova abertura do Fantástico	https://globoplay.globo.com/v/6956343/
11	02/09/2018	Triatleta relembra momentos de superação após acidente que o fez amputar a perna	https://globoplay.globo.com/v/6990858/
12	30/12/2018	Menino que perdeu braço com ataque de tigre mostra talento na natação paralímpica	https://globoplay.globo.com/v/7087655/
13	10/02/2019	Deficientes visuais se superam e sonham com sucesso no esporte	https://globoplay.globo.com/v/7370317/
14	17/03/2019	Após acidente nas férias, Petrucio Ferreira busca recuperação para voltar aos treinos visando os Jogos Paralímpicos de 2020	https://globoplay.globo.com/v/7462704/
15	04/08/2019	Patrick e Leo se unem para auxiliar Gabriel, vítima de linha com cerol do futebol de amputados	https://globoplay.globo.com/v/7817540/
16	11/08/2019	Verônica Hipólito vence obstáculos e mostra como é importante se superar a cada dia	https://globoplay.globo.com/v/7835067/
17	03/11/2019	Rodolpho Riskalla tenta façanha de ser o primeiro brasileiro a disputar Olimpíadas e Paralimpíadas	https://globoplay.globo.com/v/8056917/

18	29/12/2019	Pelé Cego: as razões que fazem de Ricardinho um fenômeno do futebol de 5	https://globoplay.globo.com/v/8199225/
19	05/01/2020	Conheça Daniel Londes, o multiatleta que passou por 112 cirurgias depois de sofrer uma descarga elétrica	https://globoplay.globo.com/v/8213458/
20	12/01/2020	Dias de luta - A história do atleta de MMA que luta com apenas um dos braços	https://globoplay.globo.com/v/8230725/
21	22/03/2020	Receio de contágio do novo coronavírus afeta atletas paralímpicos do Brasil	https://globoplay.globo.com/v/8421395/
22	25/10/2020	Fernando Fernandes sobrevoa o Cristo Redentor no Rio de Janeiro	https://globoplay.globo.com/v/8968702/
23	06/12/2020	Zion Clark: Com doença genética rara, ele sonha com Tóquio-2021	https://globoplay.globo.com/v/9079655/
24	06/12/2020	Fernando Fernandes encara o maior cânion em extensão do Brasil	https://globoplay.globo.com/v/9079629/
25	17/01/2021	Nadador paralímpico Daniel Dias anuncia que dará adeus às piscinas após Tóquio	https://globoplay.globo.com/v/9185711/
26	25/04/2021	André Brasil fala da decepção de estar fora dos jogos paralímpicos	https://globoplay.globo.com/v/9463808/
27	16/05/2021	Após vencer a Covid, Antônio Tenório busca sétima medalha paralímpica e não pensa em aposentadoria	https://globoplay.globo.com/v/9520422/
28	29/08/2021	Mulheres conquistam 3 medalhas no judô e Tenório fica fora do pódio	https://globoplay.globo.com/v/9811127/
29	10/10/2021	Escolinhas paralímpicas voltam depois de um ano e meio	https://globoplay.globo.com/v/9935494/
30	26/12/2021	Primeiro time feminino de futebol de amputados do país busca adversários	https://globoplay.globo.com/v/10159720/

5.1 ENQUADRAMENTO NOTICIOSO DO ESPORTE ESPETACULAR

O enquadramento noticioso foi avaliado a partir de seis variáveis: componente enquadrado; atores com espaço de fala; definição do problema; causas; julgamento moral e recomendações de tratamento ou soluções. A partir da observação das 30 reportagens sobre atletas com deficiência, exibidas entre 2017 e 2021 no Esporte Espetacular, o *componente enquadrado* (V5) ficou assim distribuído:

GRÁFICO 1 - COMPONENTE ENQUADRADO NO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

Os dados sugerem um enfoque central que valoriza, na mesma medida, o desempenho esportivo do atleta paralímpico, ao dar ênfase à preparação, resultados e conquistas que celebra, e a deficiência, já que também enfatiza a condição pregressa do atleta, ao destacar de onde vem a condição física que o acompanha e o que ela representa para os sonhos profissionais. Nesse caso, é possível pensar na deficiência como uma espécie de “cartão de visita” que acompanha o atleta, uma espécie de rótulo que o marca e o representa simbolicamente para o mundo, a partir da arena midiática. De todos os anos analisados, o número de quadros de sentido que dizem respeito ao esporte só

superou os referentes à deficiência em 2021, ano de realização dos Jogos Paralímpicos de Tóquio.

A partir disso, a representação simbólica parece se desenhar a partir de uma perspectiva híbrida, em que o atleta paralímpico é retratado como um ser humano que, em primeiro plano, supera obstáculos provenientes da própria deficiência e, só depois disso, consegue triunfar na profissão que escolheu. Sendo a vida pessoal um enquadramento também observado com frequência durante a análise, é possível perceber que o EE oferece as características familiares e cotidianas do atleta como uma forma de gerar conectividade com a audiência.

Esse reforço nos soa problemático, à medida que perpetua o estereótipo de sofrimento que pode negar ao atleta paralímpico o acesso aos elementos necessários para sua paridade de participação (FRASER, 2003), principalmente quando comparada à cobertura feita sobre os atletas olímpicos ou de outras modalidades que não tenham deficiência alguma. Em outras palavras, os quadros de sentido construídos pelo EE no recorte analisado dão ênfase às diferenças em um contexto em que a paridade poderia ser melhor celebrada, considerando a própria realização dos Jogos Paralímpicos como uma ferramenta de reconhecimento com vistas à paridade de participação.

Outro ponto importante a se considerar é a notória invisibilização das demandas por redistribuição ou representação política com vistas à busca por direitos na definição dos problemas. Ainda que o EE não tenha como missão editorial mostrar reportagens de denúncia ou investigação jornalística, já que prioriza a exibição de histórias de vida, percebemos, durante a análise que, mesmo em 2020, quando a pandemia impôs desafios estruturais importantes para todos os que praticam esportes, os atletas paralímpicos tiveram essa demanda representada apenas uma vez, ainda em março. Ao longo do ano, porém, o EE se dedicou a mostrar, algumas vezes, prejuízos de clubes e jogadores de futebol⁴⁵.

Nossa hipótese é de que a representação simbólica da superação, a que são submetidos os atletas paralímpicos retratados no EE, acabou sendo globalizada para todos os atletas, o que girou para estes últimos os holofotes das demandas por redistribuição. Assim, é como se, diante das dificuldades do mundo esportivo, as demandas materiais dos atletas paralímpicos fossem menos importantes e ficassem

⁴⁵ Mais detalhes em: <https://globoplay.globo.com/v/8727721/>. Acesso em 06 de julho de 2021.

em segundo plano. Uma pesquisa feita pela Universidade de Stanford, com 131 atletas dos Estados Unidos, apontou que 7 em cada dez atletas paralímpicos demonstravam preocupação com a própria situação financeira durante a fase mais aguda da pandemia⁴⁶. Mesmo assim, essa problemática não pareceu atraente para a pauta do Esporte Espetacular às vésperas dos Jogos Paralímpicos de Tóquio. Esse apagamento da luta por redistribuição dos atletas paralímpicos contribui para a representação simbólica de que o atleta não é suficientemente profissional para ter sua demanda estrutural exibida no principal programa esportivo do país. Essa invisibilização é um entrave evidente à paridade de participação.

Dentro desses quadros que analisamos, os *atores* (V6) com maior espaço de fala foram os seguintes:

GRÁFICO 2 - ATORES COM ESPAÇO DE FALA NO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

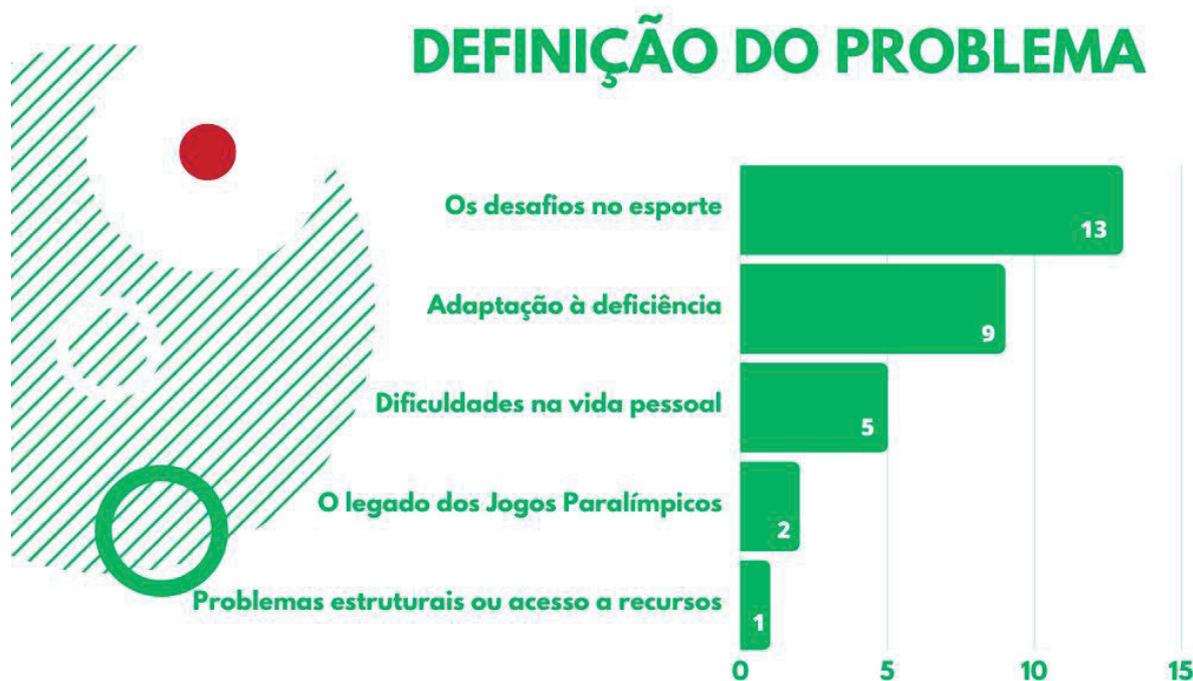
Depois dos atletas com deficiência, os atores com maior espaço de fala nas reportagens analisadas são os profissionais de saúde. Esse número aponta uma

⁴⁶ Mais detalhes do estudo podem ser vistos em: <https://blog.strava.com/pb/press/stanford-pro-athlete-study/>. Acesso em: 19 de junho de 2022.

receita seguida pelo EE, quando a pauta diz respeito ao esporte adaptado: o de explicar a origem e as consequências da deficiência. Médicos são ouvidos constantemente, como autoridades que afirmam, e muitas vezes enaltecem, a deficiência como exceção, em uma alusão clara aos preceitos componentes do modelo médico. Os profissionais do esporte vêm em seguida, muitas vezes para falar sobre a preparação do atleta com deficiência, mas, também, para destacar elementos de superação na adaptação do esporte. Familiares e amigos ganham espaço de fala nas reportagens em que há foco nos feitos cotidianos e pessoais, em depoimentos que têm como elemento central a emoção. Os representantes *advocacy*, representados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), têm a fala registrada em assuntos variados, que vão desde homenagens a algum atleta paralímpico específico, ao destaque dado — ainda que de forma discreta — ao novo Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro ou, ainda, às questões envolvendo a classificação de atletas. Em outros, foram encontrados entrevistados que são, essencialmente, atletas sem deficiência entrevistados para falar sobre a performance de atletas com deficiência. Entre eles, Pelé, César Cielo e Fagner, jogador do Corinthians. Ainda que fossem uma categoria prevista na variável, os profissionais do Direito não aparecem nenhuma vez entre os entrevistados no recorte analisado.

Em relação à *definição do problema* (V7), as reportagens analisadas tiveram os seguintes resultados:

GRÁFICO 3 - DEFINIÇÃO DO PROBLEMA ENQUADRADA NO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

Conforme esperado de um programa esportivo, os desafios do esporte estão no centro do enquadramento noticioso do EE, no recorte analisado. Nessa categoria, estão reportagens que falam do atleta paralímpico ou paratleta, que nunca participou de uma edição dos Jogos Paralímpicos, a partir do seu trajeto como profissional do esporte. No entanto, algumas nuances nesta categoria nos chamam a atenção, porque, ao mesmo tempo em que o EE enquadra problemas que estão dentro do âmbito esportivo, e que podem representar entrave para a busca por paridade de participação no trajeto profissional de atletas paralímpicos, esses desafios também servem para representar simbolicamente um atleta idealizado, como no caso de Fernando Fernandes, que protagoniza o quadro Sobre Rodas.

Mesmo enquadrando parte das reportagens do quadro na dimensão esportiva da definição do problema, as lentes com as quais esses problemas são traduzidos pelo EE parecem ser diferenciadas a depender do caso: enquanto nas reportagens sobre os atletas paralímpicos a deficiência ganha destaque, mesmo em narrativas puramente profissionais, nas matérias que têm Fernando Fernandes como protagonista, a deficiência é, muitas vezes, ignorada — mesmo que Fernando seja paraplégico e pratique a totalidade das atividades em cadeira de rodas ou

ferramentas adaptadas. Ou seja, de um lado a deficiência é salientada, como elemento que diferencia o atleta que pratica esportes em alto nível e, de outro, acaba invisibilizada como forma de enaltecer a força no esporte, quando se trata de personagens específicos como Fernando Fernandes. Essas duas formas de tratar os problemas no mesmo enquadramento noticioso do problema nos fazem refletir sobre uma possível luta por reconhecimento empreendida por atletas paralímpicos dentro de sua própria categoria profissional, já que essa representação simbólica que diferencia e afasta pares na atividade profissional não aparenta ter compromisso com a construção de um caminho de paridade.

A adaptação à deficiência também foi destaque nas reportagens analisadas. Nelas, ficaram em evidência as dificuldades enfrentadas pelos atletas paralímpicos no que diz respeito à adaptação à condição física a partir da deficiência. Nelas, a narrativa principal se dedicou a descrever a vida do atleta a partir das limitações físicas. Das nove reportagens enquadradas nesta categoria, seis tratavam de atletas que tiveram algum membro amputado. Mesmo no caso de Rodolpho Riskalla, cavaleiro que competiu no esporte convencional até 2015 e, depois de uma meningite, perdeu partes da perna e da mão (R17), o foco da reportagem não foi nas conquistas esportivas do passado ou na promessa de bons resultados no esporte paralímpico, mas nos desafios impostos pela deficiência.

Outro fio condutor da categoria de adaptação à deficiência diz respeito ao debate sobre questões que envolvem a inclusão. Ainda que feito de forma superficial, essa discussão serviu como pano de fundo de algumas reportagens enquadradas sob esta categoria. Algumas delas — como as que falam sobre o cavaleiro Rodolpho Riskalla (R17) e o triatleta Marcelo Collet (R11) — tratam de atletas que tiveram sua história pregressa no esporte convencional e que, ao se depararem com a deficiência, tiveram desafios para continuar na rotina de atletas. Outras apontam para o esforço de atletas com deficiência em encontrar adversários ou espaços para exercerem sua atividade, como nas matérias que contam a história do menino Gabriel, que pratica basquete em cadeira de rodas com os amigos da escola (R3), e Zion Clark, um atleta dos Estados Unidos que nasceu sem as duas pernas e, sem opções para competir no esporte paralímpico, compete em lutas contra atletas sem nenhuma deficiência (R23). Nenhum desses exemplos, no entanto, pavimentou o caminho para um debate mais aprofundado a respeito das

condições necessárias para a prática esportiva desses atores. Pelo contrário: o enfoque foi menos no debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência no esporte, ainda que o problema tenha sido trazido à tona, do que nas dificuldades de percurso, sob o ponto de vista mais pessoal. Nem o reconhecimento ao atleta como um profissional de elite, tampouco a observação de problemas de redistribuição foram enquadrados nesta categoria.

Os problemas que menos receberam menção na análise empreendida pela pesquisa foram o legado dos Jogos Paralímpicos e, finalmente, os problemas relacionados a estruturas ou acesso a recursos. Sobre o legado, as duas menções em todo o recorte tiveram o Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro como destaque, ao enaltecer a estrutura (R5) e, depois, ao mencionar que as escolinhas paralímpicas para crianças voltaram a funcionar depois de um ano e meio fechadas por causa da pandemia (R29). As duas reportagens não ofereceram um olhar crítico a respeito do funcionamento dessas estruturas, ainda que elas sejam de grande valia para a preparação de atletas paralímpicos de todo o país. Pelo contrário: as reportagens tiveram grande apelo positivo e institucional. Não houve discussão ou debate sobre a ampliação de atendimentos ou, por exemplo, a possibilidade de levar a unidade de treinamentos para outras regiões do país.

A única reportagem enquadrada na categoria de problemas estruturais e acesso a recursos foi veiculada em março de 2020, no início da pandemia (R21). A matéria mostrou os improvisos feitos por atletas que estavam prestes a disputar competições importantes e que tiveram que começar a treinar em casa, devido ao avanço do coronavírus.

FIGURA 3 - TRECHO DA REPORTAGEM “RECEIO DE CONTÁGIO DO NOVO CORONAVÍRUS AFETA ATLETAS PARALÍMPICOS DO BRASIL”



Fonte: Esporte Espetacular (2020)

A reportagem não aprofundou a discussão redistributiva sobre o futuro de incerteza de grande parte dos atletas, que, sem acesso a estruturas básicas ou patrocínios, também tinham questões materiais importantes para serem debatidas. O foco da reportagem, além dos improvisos para os treinamentos, foi, mais uma vez, a deficiência: nesta matéria, um médico foi entrevistado para falar sobre o porquê de atletas paralímpicos pertencerem ao grupo de risco para a covid.

Ao não oportunizar aos atletas paralímpicos a possibilidade de ter as próprias demandas por reconhecimento e redistribuição discutidas na arena midiática, o EE parece optar por centralizar a deficiência no papel de protagonista do esporte adaptado, sem, no entanto, oferecer-se como mediador do debate sobre as condições em que esse esporte é praticado. Mesmo representando simbolicamente os problemas dos atletas paralímpicos a partir do prisma esportivo, o dominical não se coloca como intermediário dos interesses desses atores e nega a eles um espaço de visibilidade realmente capaz de promover debates que possam gerar as mudanças sociais necessárias para a paridade de participação. Mesmo quando retrata os atletas a partir de seu âmbito pessoal, da deficiência, o debate tampouco chega a questões que são caras aos atletas, como as que dizem respeito à acessibilidade, aos direitos ou a mudanças estruturais para auxiliar pessoas com deficiência, por exemplo.

Identificados os problemas enquadrados pelo EE, apresentamos a seguir as *causas* (V8) avaliadas pelas reportagens observadas:

GRÁFICO 4 - CAUSAS ENQUADRADAS PELO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

A deficiência lidera o enquadramento das causas levantadas pelo EE a partir dos problemas dos atletas paralímpicos. Em pelo menos cinco reportagens enquadradas nesta categoria de causa, a deficiência está no centro do sofrimento pessoal, geralmente associada à interrupção de sonhos, o que ajuda a construir a representação simbólica do atleta paralímpico como alguém que, apesar dessa condição, consegue superar as adversidades para se realizar profissionalmente. Essa narrativa representa dano na busca por paridade de participação já que condiciona, muitas vezes, o atleta paralímpico à superação da condição física como critério essencial para o sucesso na carreira esportiva. Nesse sentido, o enredo da história se desenha tendo na deficiência um ponto de preocupação e desafio, que causa tristezas ao atleta paralímpico.

Boltanski (1993) avalia a forma como a mídia se apropria do discurso de sofrimento ao propor reflexões sobre as condições em que o discurso sobre o sofrimento pode ser considerado efetivo. A partir da discussão sobre o que chama

de crise da piedade, o autor argumenta que a mídia tem sido alvo de desconfiança pública ao cair na tentação de produzir um discurso de sofrimento com vistas ao espetáculo. Essa postura coloca também em cheque a eficácia do discurso, dado que pode colaborar para o “ceticismo em relação a qualquer forma de ação política orientada para um horizonte de ideais morais” (BOLTANSKI, 1993, p. 15). Dessa forma, compreendemos que a saliência da face de sofrimento não representa, sozinha, um mecanismo que pavimenta o caminho que leva à paridade de participação, tampouco à superação dos padrões de subordinação cultural e política a que atletas com deficiência estão sujeitos.

Na esteira da deficiência, a segunda causa mais evidente no enquadramento noticioso do EE foi a preparação esportiva. Considerando que os atores em questão são atletas paralímpicos, profissionais de alto nível no esporte que praticam, nos parece evidente que esta pudesse ser uma das causas mais observadas. Mesmo sem intenção embutida, as matérias enquadradas nesta categoria ofereceram certo reconhecimento aos atletas paralímpicos ao vê-los como esportistas de elite, que, ao se dedicarem ao esporte, ficam sujeitos a viverem os desafios da preparação para grandes competições.

As lesões foram a terceira causa mais enquadrada pelo EE. Em três reportagens enquadradas nesta causa, os atletas Verônica Hipólito (R16), Antônio Tenório (R27) e Petrócio Ferreira (R14) foram observados a partir das lesões que o atrapalharam no trajeto até a disputa dos Jogos Paralímpicos. Ainda que essas matérias fossem mais factuais e estivessem focadas no fato cotidiano do esporte, em uma tentativa que também foi ao encontro do reconhecimento do atleta paralímpico como profissional do elite, em todas elas houve emprego de uma narrativa emocional. No caso de Verônica Hipólito, por exemplo, as doenças preexistentes da atleta foram exaustivamente descritas, inclusive com o uso de infográfico para explicar a localização dos tumores que a levaram a fazer dezenas de cirurgias (FIGURA 4).

FIGURA 4 - TRECHO DA REPORTAGEM “VERÔNICA HIPÓLITO VENCE OBSTÁCULOS E MOSTRA COMO É IMPORTANTE SE SUPERAR A CADA DIA”



Fonte: Esporte Espetacular (2019)

No âmbito do sofrimento, também é possível destacar a causa identificada como motivos familiares. Nelas, as histórias pessoais dos atletas eram o foco central, sem que o esporte fosse de fato mencionado com grande importância. Um exemplo é a reportagem especial — e mais longa do *corpus*, com 16 minutos de duração — em que o repórter Marcos Uchôa acompanha a viagem do atleta cego Maurício Dumbo até Angola, onde reencontra a família, após 15 anos vivendo no Brasil (R1). A reportagem mostra o trajeto e a visita à família a partir de diversos elementos narrativos emocionais. A trajetória de Dumbo como atleta paralímpico, ganhador de uma medalha de ouro no futebol de 5, para atletas com deficiência visual, recebe menção, mas não é o foco central da reportagem (FIGURA 5).

FIGURA 5 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS 15 ANOS, ATLETA DO FUTEBOL DE 5 VOLTA À ANGOLA E TEM ENCONTRO EMOCIONANTE COM A MÃE”



Fonte: Esporte Espetacular (2017)

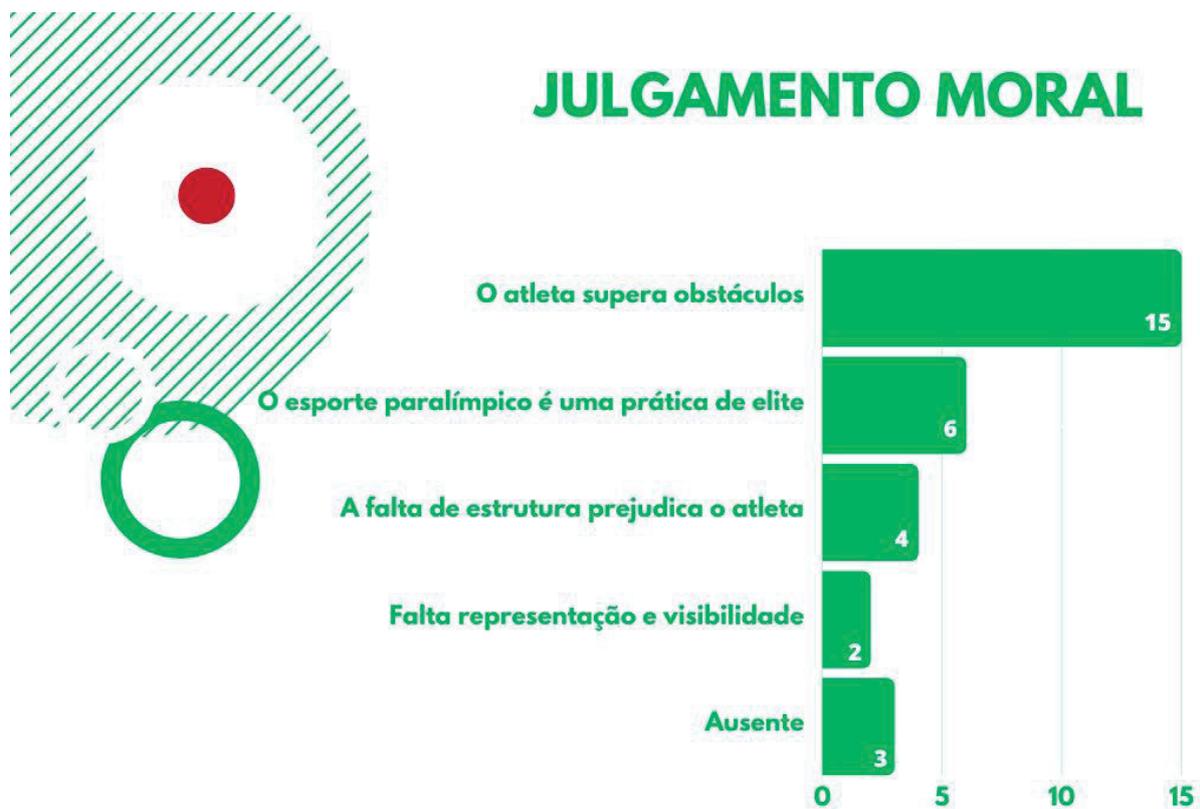
Mais uma vez, a dimensão econômica e dos direitos não foi mencionada tantas vezes como causa dos problemas do atleta paralímpico, com apenas uma ocorrência para cada, dentro da amostra analisada. As escolhas editoriais, dentro da amostra que a pesquisa analisou, demonstram que, ainda que esteja interessado em aprofundar aspectos pessoais da vida do atleta com deficiência, o EE não se esforça em jogar luz às causas de tantos problemas de subordinação cultural, econômica e política desses atores.

É possível identificar, nesse ponto, que há uma ênfase na diferença, mas sem o ideal de busca por empoderamento. Isso se realiza porque os atletas paralímpicos são vistos como pessoas com deficiência dentro de um universo de diferenciação que não os coloca na posição dos cidadãos comuns, que demandam mudanças importantes nas estruturas sociais, materiais e políticas. Entendemos que esse tipo de invisibilização tem efeito contrário: ao compreender os atletas paralímpicos como indivíduos que não precisam de espaço na agenda pública para debater problemas estruturais e sociais relacionados à deficiência, o EE não se coloca como elemento mediador na busca por paridade de participação (FRASER, 2003), ao pressupor que as características que tornam o atleta paralímpico digno de ser um exemplo de inspiração são suficientes para colocá-lo acima da luta por

reconhecimento, redistribuição e representação política. Esse reforço das características positivas, portanto, não pavimenta o caminho na busca por empoderamento desses atores, senão que o condenam a um papel insuficiente em sua busca por justiça.

A partir dos problemas e causas enquadradas pelo EE, o *juízo moral* (V9) das reportagens observadas foram distribuídas da seguinte forma:

GRÁFICO 5 - JULGAMENTO MORAL ENQUADRADO PELO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

A superação está no centro do julgamento moral enquadrado pelo EE, nas reportagens analisadas. Na metade do *corpus* observado, o pano de fundo é a resiliência do atleta paralímpico e, em primeiro plano, o julgamento moral aponta para a capacidade de superação das dificuldades que a deficiência traz. A saliência desse enquadramento aponta para a representação simbólica de um atleta paralímpico que merece ser valorizado, primeiramente, a partir da capacidade de conviver com a deficiência e não por sua performance esportiva. Embora, em alguma medida, essa categoria possa representar um reforço positivo às

características individuais do atleta, já que o observa a partir de sua característica indissociável, também é possível pensar nesse enquadramento como um reforço que se realiza nos limites do falso reconhecimento (FRASER, 2017).

Isso porque, ao definir o atleta a partir de sua característica física e a força que ele teve para superar as limitações impostas por ela, e não com base nos resultados esportivos apresentados por ele, o jornalismo pode reproduzir uma narrativa que aprisiona esses indivíduos a um papel secundário, como se a atividade que eles exercem fosse menos importante e não pudesse ser observada da mesma forma que a praticada por outros atletas de elite. Assim, esses atletas têm negado a si o direito de participarem como pares nas interações sociais, não só por conta de injustiças abrigadas nas dimensões distributivas, mas porque podem ser, se comparados aos atletas olímpicos, menos dignos de estima.

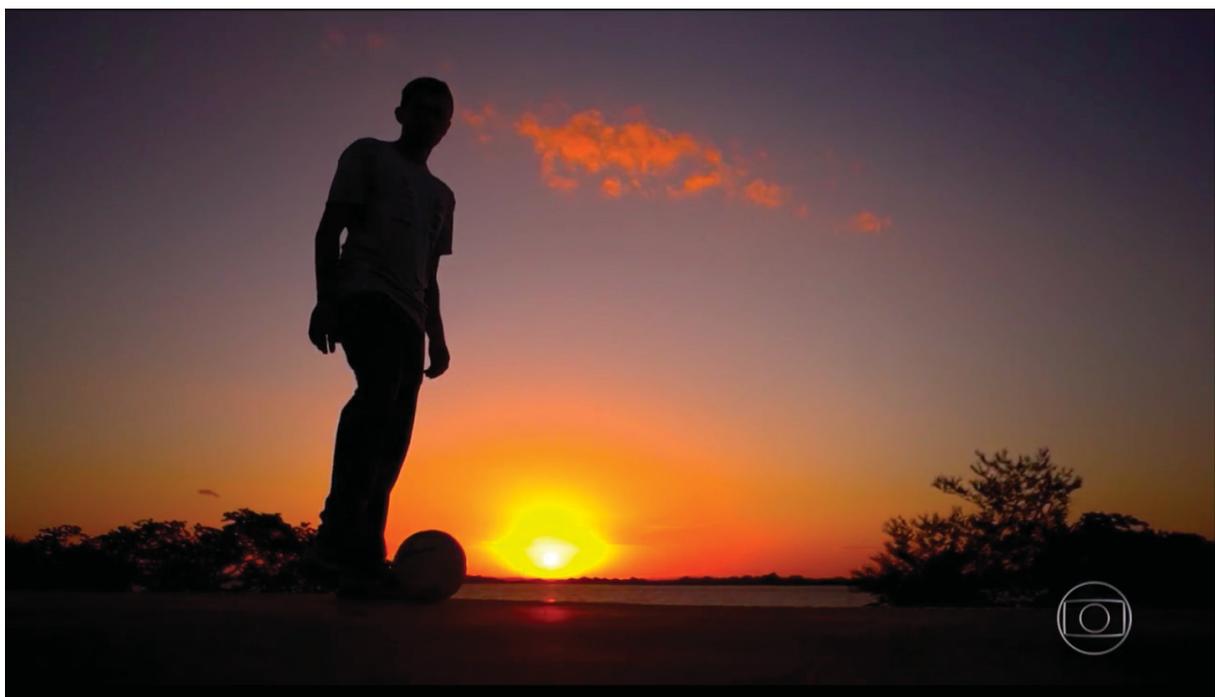
Sendo a observação das diferenças um passo essencial para a construção de caminhos que levam à paridade de participação (FRASER, 2003), entendemos que enaltecê-las pode ser uma via importante, desde que esse processo apresente estruturas viáveis para que todos os indivíduos possam ter condições igualitárias de participar do processo dialógico social. No entanto, a análise mostra que a mesma narrativa que reconhece o atleta paralímpico como um profissional de elite, digno de reconhecimento, é também constituída por elementos, como os que colocam o esporte como elemento de salvação da própria vida do atleta, que podem contribuir para aumentar a distância entre atletas com e sem deficiência.

O segundo enquadramento mais frequente nesta variável vai ao encontro do que se pode considerar um ideal normativo de reconhecimento para os atletas com deficiência. Ao enquadrar o esporte paralímpico como prática de elite, as reportagens enquadram o julgamento moral a partir da observação das conquistas, medalhas, resultados — em uma lente que não diferencia as trajetórias de atletas com e sem deficiência. Três das seis reportagens enquadradas nesta categoria foram exibidas durante a realização dos Jogos Paralímpicos de Tóquio. Nossa hipótese é que, diante do factual, o EE opta por manter uma linha que salienta mais elementos esportivos do que pessoais, tanto no enquadramento dos problemas e das causas, quanto, também, nos julgamentos morais que exprime nos materiais.

Um exemplo de reportagem enquadrada nesta categoria é a que tem como personagem principal o jogador Ricardinho, do futebol de 5, para pessoas com

deficiência visual (R18). Ricardinho é considerado o principal jogador da seleção brasileira de futebol de 5. O atleta, que ficou cego ainda na infância, impressiona pela habilidade em quadra. A reportagem fala sobre aspectos da vida pessoal, se debruça a enumerar as conquistas de Ricardinho, exhibe suas jogadas em competições importantes, e, curiosamente, faz um experimento médico com o atleta, pedindo a um neurologista que avalie o cérebro do jogador para identificar de onde podem vir os estímulos que lhe dão tanto talento. Assim, ainda que exprima um julgamento moral a respeito da performance esportiva de Ricardinho, a reportagem também o coloca como um super-herói, que supera a própria deficiência para jogar como Pelé: o “Pelé Cego”.

FIGURA 6 - TRECHO DA REPORTAGEM “PELÉ CEGO: AS RAZÕES QUE FAZEM DE RICARDINHO UM FENÔMENO DO FUTEBOL DE 5”



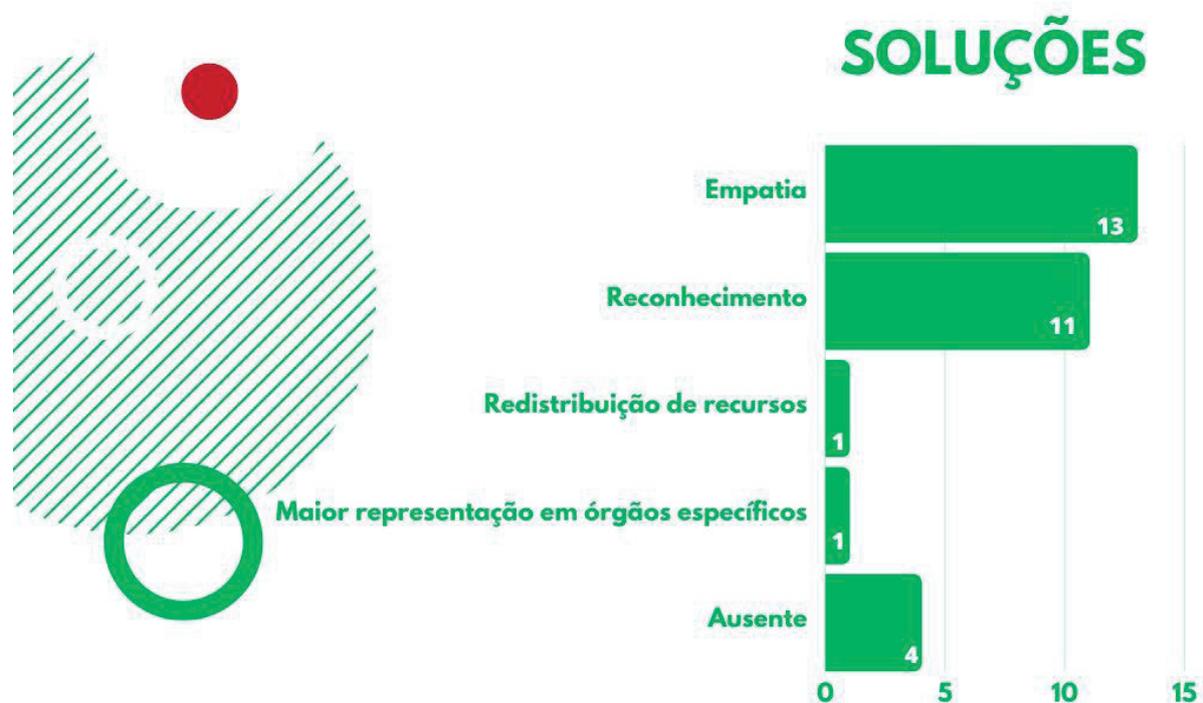
Fonte: Esporte Espetacular (2019)

A comparação entre atletas com e sem deficiência pode representar um entrave na luta por justiça dos esportistas do movimento paralímpico. Isso porque é necessário observar as diferenças para construir os arranjos necessários à promoção da paridade de participação. Observar atletas com e sem deficiências a partir da mesma lente social pode contribuir para que estes últimos não tenham suas próprias demandas consideradas em sua totalidade e, com isso, se vejam

cada vez mais longe do ideal de paridade de participação. Essa comparação, no entanto, é menos tensionada quando os problemas estruturais, de visibilidade ou de representação política estão enquadrados. Essas categorias foram as que menos apareceram na variável de julgamento moral — o que nos aponta, mais uma vez, para uma invisibilização das questões materiais e de representação política do atleta com deficiência.

As *recomendações de tratamento* ou *soluções* (V10) encontradas no enquadramento noticioso das reportagens do EE foram as seguintes:

GRÁFICO 6 - SOLUÇÕES ENQUADRADAS PELO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

A divisão quase dicotômica entre as categorias empatia e reconhecimento apontam para uma receita seguida pelas reportagens do EE analisadas. Em todas as reportagens enquadradas nestes códigos, de um extremo a outro, houve emprego de uma narrativa emocional — ainda que o tema tivesse relação com a problemática esportiva. Considerando isso, é possível perceber que, mesmo quando abre espaço para que o atleta paralímpico fale sobre as próprias conquistas esportivas, recomendando como solução o reconhecimento a suas capacidades

como profissional de elite, o EE prioriza reportagens que aprofundem as dimensões pessoais, deixando na audiência uma narrativa que aponta como saída menos a resolução real dos problemas mostrados do que a conexão a partir dos relatos de sofrimento causado pela deficiência. Essa estratégia faz com que o EE não consiga alcançar camadas mais profundas de debate no que diz respeito aos remédios necessários para a correção dos problemas enfrentados pelos atletas.

Ainda que a empatia seja também necessária para a busca de caminhos que possam levar à paridade de participação, entende-se que jogar luz a ações concretas, voltadas a transformar as estruturas sociais que geram injustiças são mais efetivas na construção dos arranjos sociais necessários. A mídia que, em essência, representa uma arena de visibilidade e debates, tem como premissa o ato de pavimentar esse caminho possível, já que, por meio dos quadros de sentido que expressa, consegue influenciar e ser influenciada. O reconhecimento, segunda categoria que mais ocorre nesta variável, caminha neste sentido porque observa no atleta paralímpico tanto aquilo que o diferencia enquanto um esportista de elite quanto aquilo que deveria fazer tê-lo iguais condições de participar como par do contexto esportivo, no que entendemos ser um dilema da representação simbólica.

As demandas materiais, mais uma vez, não tiveram espaço como possíveis soluções apontadas pelo EE. As políticas públicas não foram mencionadas como possível solução nas reportagens. Já redistribuição de recursos enquanto solução, também necessária para promover paridade de participação entre atletas com e sem deficiência, foi abordada apenas uma vez pelo dominical — mesmo considerando um ano crítico como 2020, em que atletas paralímpicos do mundo inteiro pararam de competir e conviveram com a falta de estrutura adequada de treinamentos e patrocínios para continuar se mantendo durante a pandemia.

Ainda nesse contexto, não houve destaque para a representação política dos atletas paralímpicos junto a órgãos *advocacy*. Ainda que o CPB apareça de forma constante como fonte de informações, a entidade não é apontada como um alvo de possível representação dos atletas — um órgão em que é possível ao atleta expor e debater suas demandas materiais e sociais. A única reportagem em que essa representação é mencionada como possível solução é a que mostra o drama do nadador paralímpico André Brasil, multimedalista paralímpico (R26).

FIGURA 7 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

Após uma reclassificação promovida pelo Comitê Paralímpico Internacional, André não conseguiu mais competir nas classes em que disputava e ganhava medalhas na natação (R26). A questão chegou a ser judicializada e André, na ocasião, contou com a medição do CPB para levar os recursos às instâncias superiores.

5.2 NARRATIVA DO ESPORTE ESPETACULAR

A dimensão narrativa das reportagens foi observada a partir de três variáveis: *narratividade*; *gêneros narrativos* e *identificação do papel* do atleta com deficiência nas reportagens do EE. As duas primeiras variáveis foram avaliadas a partir de sua presença e ausência em cada matéria observada.

5.2.1 Narratividade

Na variável *narratividade* (V11), consideramos categorias híbridas, adaptadas dos métodos Wosniak *et al.* (2015) e Poffo *et al.* (2017), que analisaram

justamente a forma como atletas com deficiência foram observados pelo jornal Folha de S. Paulo, entre os anos de 1992 e 2012. Como explicamos, nossas categorias de análise são as seguintes: emoção; dramatização; vitimização *supercrip*, vitimização, infantilização e trivialização. Explicaremos cada uma dessas unidades de análise a seguir.

A ocorrência dessas categorias elencadas dentro da variável narratividade foi a seguinte:

TABELA 3 - CATEGORIAS DE NARRATIVIDADE NO ESPORTE ESPETACULAR

NARRATIVIDADE	presente	ausente
Emoção	90%	10%
Dramatização	54%	46%
Vitimização	53%	47%
<i>Supercrip</i>	47%	53%
Infantilização	40%	60%
Ornamentação estilística	23%	77%
Trivialização	23%	77%

O recurso narrativo mais usado pelo EE para se referir aos atletas paralímpicos foi a emoção. Nove em cada dez reportagens usaram algum elemento emotivo para se referir a esses atores — independentemente do tema em tela. Os recursos de emoção foram utilizados tanto em reportagens que falavam de atletas amadores, que tinham no esporte algum elemento de reabilitação, quanto em matérias que falavam de atletas renomados no esporte paralímpicos, como Verônica Hipólito, Petrócio Ferreira e André Brasil, campeões em suas respectivas modalidades.

A dramatização foi o segundo recurso mais registrado, principalmente quando a condição física do atleta foi evidenciada a partir da deficiência. Para conseguir explicar a origem da deficiência, o EE costuma seguir a receita de voltar no tempo, para contar a história do atleta desde seus capítulos iniciais. Um exemplo desse recurso pode ser percebido na reportagem que contou a história de Vrajamany Fernandes Rocha, um paratleta iniciante na natação (R12). Como já citamos, o jovem perdeu um braço ao ser mordido por um tigre em Cascavel, no

Paraná. Ao voltar no tempo para contar de onde veio a deficiência de Vrajamany, o EE recuperou imagens feitas por frequentadores do zoológico, que mostravam Vrajamany, ainda criança, correndo diante do tigre e interagindo com o animal por meio da tela de proteção, em uma área onde o acesso não era permitido.

FIGURA 8 - TRECHO DA REPORTAGEM “MENINO QUE PERDEU BRAÇO COM ATAQUE DE TIGRE MOSTRA TALENTO NA NATAÇÃO PARALÍMPICA”



Fonte: Esporte Espetacular (2018)

A prática de contar histórias com começo, meio e fim, presente na dramatização, não é usual em reportagens factuais de TV, já que elas costumam começar com um *off* acessório para, em um segundo momento, apresentar o *lead*, ou seja, o assunto principal da reportagem em questão. De maneira geral, observa-se que a dramatização está mais presente em reportagens em que o contexto pessoal é necessário para a construção narrativa, geralmente marcada pela emocionalização do conteúdo. Entendemos que o próprio meio de produzir conteúdo jornalístico para televisão impõe uma plástica menos sujeita às regras do jornalismo digital ou impresso. Contar a história pelo fim e, logo depois, levar o telespectador pelo trajeto que culminou no capítulo inicial é uma tática narrativa bastante aplicada ao esporte, principalmente considerando conteúdos audiovisuais.

A vitimização também foi utilizada como recurso narrativo em mais da

metade das reportagens observadas. Nela, o atleta paralímpico, mesmo aquele que triunfa em suas competições, foi observado a partir das lentes da inferioridade, como um ator que sofre, batalha, luta contra o inesperado para, só depois, conquistar resultados como profissional. Nas reportagens que tratavam de atletas amadores, esse recurso foi utilizado como forma de mostrar o trajeto até o início da prática esportiva, tendo, na maioria dos casos, a deficiência como fio condutor da história.

O *supercrip*, narrativa que retrata o atleta com deficiência como um super-herói, com superpoderes de superação dos obstáculos da deficiência, apareceu em pouco menos da metade das reportagens observadas. Essa categoria, em especial, nos surpreendeu por aparecer em frequência menor do que a esperada na hipótese que levantamos inicialmente na pesquisa. O *supercrip* é uma narrativa presente que explora a história do atleta com deficiência a partir da superação ostensiva de obstáculos, em detrimento de sua performance esportiva (HARDIN; HARDIN, 2003; GONÇALVES, ALBINO; VAZ, 2009; FIGUEIREDO 2014). No entanto, ele se realiza nos limites do que podemos considerar falsa representação (FRASER, 2009), já que, ao mesmo tempo em que reforçam características positivas sobre o atleta paralímpico, que o fazem servir como inspiração, também podem fazer com que esse ator tenham jogada sobre si uma série de expectativas e não contribui materialmente para a superação da subordinação cultura, econômica e política (FRASER, 2009). Outro ponto a ser considerado é a extensão dessas expectativas para outras pessoas com deficiência que podem se sentir excluídas ou culpabilizadas por não conseguir alcançar a mesma trajetória dos chamados heróis do esporte (SILVA; HOWE, 2012).

Nesta categoria, predominou o enquadramento de atletas paralímpicos conhecidos do público como Daniel Dias e, ainda, Fernando Fernandes, atleta que protagoniza o quadro Sobre Rodas. Diante de desafios esportivos extremos, Fernando é observado como um superatleta, que, muitas vezes, nem tem a deficiência evidenciada. A respeito do Sobre Rodas, argumentam Vasconcellos e Machado (2021, p. 333):

(...) notamos uma ação de normalização por meio do esporte, pois Fernando é exibido como uma pessoa com deficiência que, com uma adaptação física nos equipamentos, consegue praticar qualquer esporte. Não há dificuldade – há superação. Fernando, com o uso dos materiais

adaptados, vai até o limite e supera sua condição e as dificuldades impostas por ela. Fazendo isso, aproxima-se da curva de normalidade, torna-se normal, por alguns instantes e em alguns níveis, ao realizar aquela prática esportiva.

O que as autoras denominam normalização, nós entendemos ser a invisibilização da deficiência, que, neste caso, transforma o ex-BBB em um baluarte do esporte paralímpico, que pratica esportes de alto nível de complexidade a partir de adaptações que não estão no centro do debate sobre demandas materiais dos atletas com deficiência.

Outra forma observada de uso do *supercrip* diz respeito à saliência de características acessórias dos atletas, como em dois casos específicos: o de Daniel Londes, um multiatleta que acabou tendo que amputar um dos braços após um choque elétrico (R19) e o de Zion Clark, um lutador dos Estados Unidos que nasceu sem as duas pernas (R23) (FIGURA 9). Nesses dois casos, os personagens são mostrados em seus atributos esportivos, mas também como pessoas com múltiplos talentos, como a música e outras atividades sem relação com o esporte.

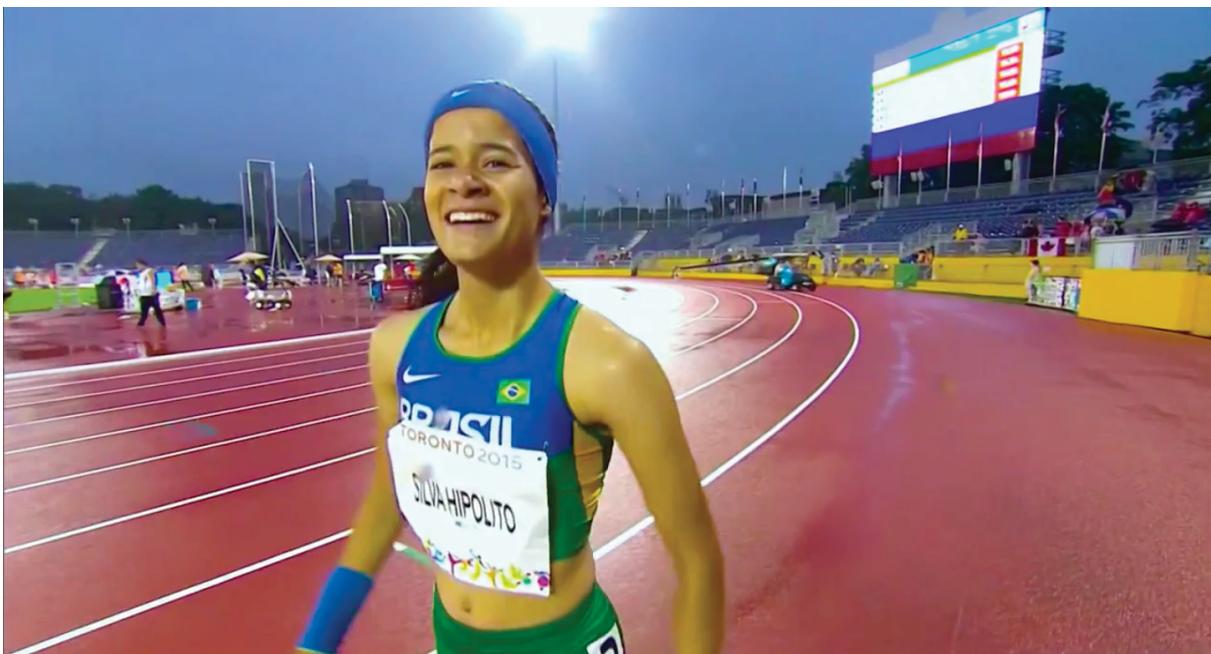
FIGURA 9 - TRECHO DA REPORTAGEM “ZION CLARK: COM DOENÇA GENÉTICA RARA, ELE SONHA COM TÓQUIO-2021”



Fonte: Esporte Espetacular (2020)

A infantilização também foi um recurso recorrente nas reportagens analisadas. O recurso foi usado, em grande parte, nas matérias que tinham como tema atletas amadores. No entanto, registramos a presença da infantilização em três reportagens que tratavam de atletas paralímpicos, com tema voltado à prática esportiva. Numa delas, Verônica Hipólito fala sobre a recuperação de problemas de saúde durante o ciclo paralímpico (R16) (FIGURA 10). Em um dado momento da reportagem, a atleta é mostrada chorando nos braços de uma componente da equipe técnica e o texto faz menção à “menina” que luta contra os obstáculos para voltar a competir em alto nível. Na ocasião da exibição da reportagem, Verônica tinha 23 anos. Em outra, exibida durante os Jogos Paralímpicos de Tóquio, atletas paralímpicas que ganharam medalhas são colocadas sob a sombra da influência de Antônio Tenório, que se despediu da edição japonesa dos jogos sem pódio. Mesmo experientes, as atletas são retratadas como uma nova geração que ainda precisa amadurecer para se tornar referência no esporte (R28).

FIGURA 10 - TRECHO DA REPORTAGEM “VERÔNICA HIPÓLITO VENCE OBSTÁCULOS E MOSTRA COMO É IMPORTANTE SE SUPERAR A CADA DIA”



Fonte: Esporte Espetacular (2019)

Neste sentido, cabe destacar que em 20% das reportagens em que a infantilização foi identificada, as personagens principais da matéria eram mulheres.

A demarcação de gênero dentro das reflexões sobre deficiência não é mera coincidência, senão que já configura como objeto de estudos — ainda que de forma escassa. Dantas *et al.* (2014) se apoiaram nessa intersecção e usaram a história oral para compreender o empoderamento de pessoas com deficiência em relação à própria sexualidade. Versam as autoras que:

As relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres com deficiência, pois, devido ao histórico processo de infantilização e dependência familiar em que estão submersas, as características de fragilidade feminina são intensificadas. Assim, elas são superprotegidas pela família em razão de violência e abuso sexual; e, frequentemente, são vistas como incapazes de exercer os papéis que são atribuídos às mulheres sem deficiência, tais como constituir família, cuidar dos filhos e das atividades domésticas. No entanto, consideramos que ser homem e mulher com deficiência depende de contextos históricos diferenciados, relações étnico-raciais, socioeconômicas, fazendo com que as identidades não sejam fixas (HALL, 1992) e eles/elas assumam diferentes papéis. (DANTAS *et al.*, 2014, s/p)

A ornamentação estilística apareceu em duas a cada dez reportagens observadas. Ela diz respeito ao texto do repórter que opta por não só descrever os acontecimentos, mas incorporar nele elementos literários, como jogo de palavras que casam, em sentido, com a escolha da imagem certa. Na reportagem que conta a trajetória de Ricardinho, do futebol de 5 (R18), modalidade para atletas com deficiência visual, o repórter Guilherme Roseguini escreve o seguinte texto:

Essa é a história de um atleta fadado a viver nas sombras. Só que, quando o destino lhe tirou a capacidade de enxergar, Ricardinho decidiu encher os olhos de quem pode lhe ver com a bola nos pés.⁴⁷

Esse trecho evidencia o uso do recurso metafórico de *sombras*, para falar da deficiência visual de Ricardinho. Outro jogo de palavras é escolhido para casar com imagens do atleta paralímpico em quadra, em lances de habilidade: *encher os olhos de quem pode lhe ver com a bola nos pés*. A ornamentação estilística é bastante comum em textos mais elaborados de TV, porque pressupõe que, com a ajuda das imagens, não é necessário fazer uma descrição exaustiva do que o telespectador vê. Segundo Paternostro (1999, p. 73):

Para se associar à imagem — sem redundância —, o texto precisa basicamente identificar os elementos fundamentais da notícia. (...) A esses ingredientes, devemos acrescentar algo que muitas vezes está no próprio jornalista: a emoção. Na prática do trabalho com a imagem, a sensibilidade também se desenvolve. Juntar imagem, emoção e informação é uma boa saída para transmitir a notícia com qualidade ideal. E assim, cada um que

⁴⁷ Reportagem completa disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8199225/>. Acesso em 01 de março de 2022.

escreve para a TV deve ainda encontrar um estilo próprio, pessoal, intransferível de forma a se destacar do estilo padronizado que encontramos (...).

Por fim, destacamos a trivialização, recurso menos recorrente, mas também utilizado pelo EE. Nesta forma narrativa, a trajetória esportiva do atleta com deficiência fica em segundo plano e o que ganha destaque é sua vida pessoal, junto à família ou amigos, como explicam Poffo *et al.* (2017, p. 1.362):

Um dos problemas com a abordagem da “trivialização”, conforme lembra Marques (2016), é que, ao se deixar em segundo plano aspectos relacionados com a prática esportiva e esportividade dos atletas, desperdiça-se a oportunidade de se desafiar determinados estigmas e de, com isto, contribuir para com a promoção da inclusão social e esportiva de pessoas com deficiência.

Entre os exemplos identificados, destacamos a reportagem que mostra a decisão de Daniel Dias, então nadador paralímpico, de se aposentar das piscinas. Ainda que exalte as competências esportivas do medalhista, a reportagem também explora momentos de Daniel Dias junto aos filhos e à esposa.

FIGURA 11 - TRECHO DA REPORTAGEM “NADADOR PARALÍMPICO DANIEL DIAS ANUNCIA QUE DARÁ ADEUS ÀS PISCINAS APÓS TÓQUIO”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

Essa forma simbólica de representar o atleta paralímpico nos parece ter mais relação com a tentativa do dominical de estabelecer uma conexão pessoal

com esses atores, a partir da empatia, do que com o compromisso de oferecer a arena midiática para que ele possa expor as demandas que tem em sua trajetória como atleta de elite. Pensada, portanto, a partir das reflexões sobre reconhecimento, redistribuição e representação com vistas à deliberação, trivializar questões, dando saliência às questões pessoais em detrimento de discussões que poderiam ser feitas, mesmo em formato mais leve — característica que marca o EE como uma revista semanal de esportes —, representa, a nosso ver, um entrave para o debate sobre justiça para os atletas com deficiência.

5.2.2 Gêneros narrativos

Considerando os *gêneros narrativos* (V12) como suposições que ajudam a simplificar temas para facilitar a formação da opinião pública, usamos as categorias definidas por Wosniak *et al.* (2015) para identificar a presença ou ausência das seguintes categorias nesta variável: factual, trágico, romântico e melodramático. As ocorrências destas categorias ficou dividida da seguinte forma:

TABELA 4 - CATEGORIAS DE GÊNEROS NARRATIVOS NO ESPORTE ESPETACULAR

GÊNEROS NARRATIVOS	presente	ausente
Romântico	77%	23%
Trágico	50%	50%
Melodramático	33%	67%
Factual	30%	70%

O gênero mais recorrente nas reportagens analisadas é o romântico, que mostra o atleta paralímpico como um ator que luta, mas triunfa diante dos desafios. Esse gênero foi mais recorrente em 2018, no meio do ciclo paralímpico, quando as reportagens exibidas pelo EE se dedicaram a mostrar a história de atletas amadores ou estrangeiros. O enfoque principal, nestes casos, foi mostrar a deficiência como algo curioso, como nas reportagens que mostravam o skatista Thomas Winkler, que pretendia ser o primeiro do mundo a competir com uma prótese na perna (R7) e a acrobata norte-americana que nasceu sem as pernas e descobriu ser irmã de uma

campeã olímpica da ginástica olímpica dos Estados Unidos (R8).

O gênero trágico — que mostrava o atleta paralímpico como um ator que luta, mas fracassa diante dos desafios — apareceu em metade das reportagens observadas. Esse gênero foi aplicado tanto em reportagens que tinham o atleta paralímpico como personagem principal, quanto em matérias que falavam de atletas amadores ou estrangeiros.

O gênero melodramático, terceiro mais recorrente, mostra diferentes lutas sociais ou conflitos políticos vividos pelo atleta com deficiência. Um exemplo é a reportagem que mostra o caso de Maurício Dumbo, do futebol de 5, para atletas com deficiência visual (R1). A matéria traz o contexto político de Angola quando o atleta precisou deixar o próprio país para recomeçar a vida no Brasil.

FIGURA 12 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS 15 ANOS, ATLETA DO FUTEBOL DE 5 VOLTA À ANGOLA E TEM ENCONTRO EMOCIONANTE COM A MÃE”



Fonte: Esporte Espetacular (2017)

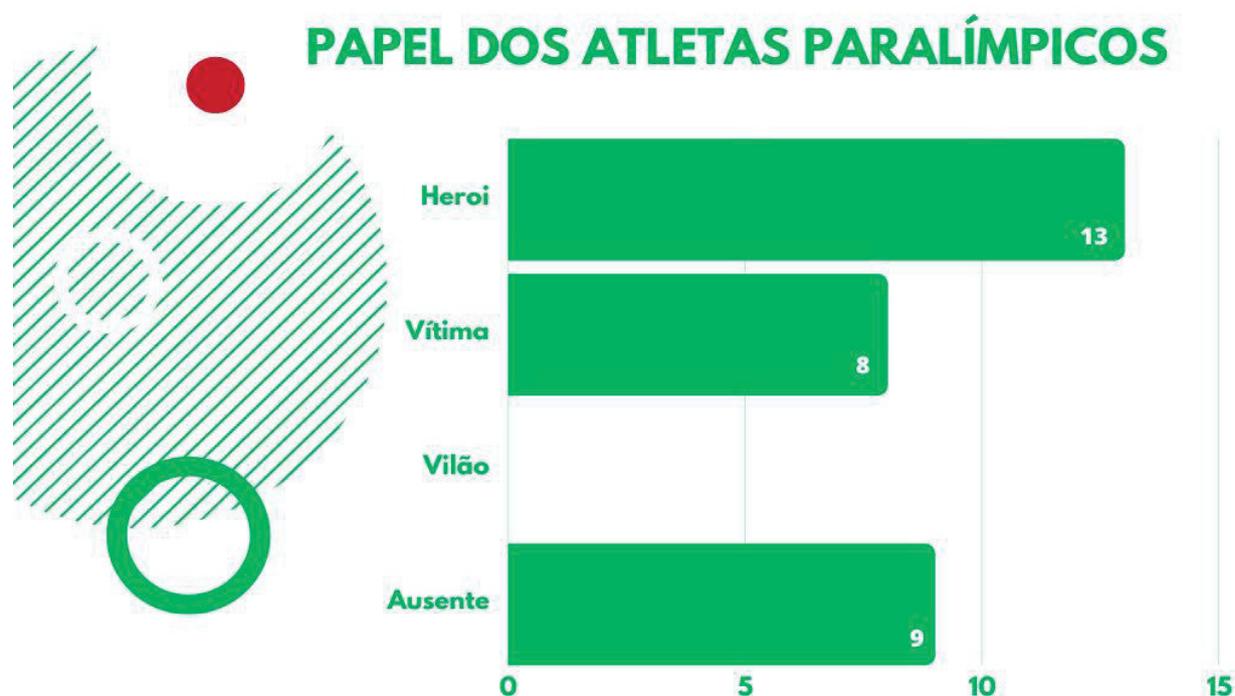
Ainda que a segunda maior incidência de reportagens sobre o esporte para pessoas com deficiência tenha sido registrada em 2021, ano de realização dos Jogos Paralímpicos, o gênero factual, que prioriza fatos cotidianos, foi o menos utilizado pelo EE. Esse gênero, embora pressuponha um menor aprofundamento de questões materiais e sociais que cercam o atleta paralímpico, também poderia representar uma maior visibilidade em relação à presença dos esportes adaptados

na pauta do programa, o que não se realizou.

5.2.3 Identificação do papel do atleta com deficiência

A última variável da dimensão narrativa observa os *papeis do atleta com deficiência* (V13) a partir de quatro categorias: ausente; vítima; heroi e vilão. A observação das reportagens retornou os seguintes resultados:

GRÁFICO 7 - PAPEL DOS ATLETAS PARALÍMPICOS NO ESPORTE ESPETACULAR



Fonte: a autora (2023)

Majoritariamente, o atleta com deficiência é enquadrado como um heroi que supera as deficiências que o limitam fisicamente para poder prosperar no esporte. Entre os nomes enquadrados neste código estão, mais uma vez, Fernando Fernandes, atleta que lidera o quadro Sobre Rodas; Ricardinho, do futebol de 5 e Daniel Dias, maior medalhista paralímpico da história do Brasil, que se aposentou em 2022 (R25). Em oito oportunidades, o atleta paralímpico foi retratado como uma vítima de sua condição física. Quando explorada em sua dimensão pessoal, a deficiência costuma servir como justificativa central para que o atleta paralímpico seja observado como prisioneiro de suas limitações. Em nenhuma das reportagens analisadas, o atleta foi considerado um vilão.

Essa divisão de papéis confirma uma série de estudos já feitos na interface do esporte com a comunicação. Figueiredo (2014) analisou reportagens da mídia brasileira e portuguesa entre os Jogos Paralímpicos de 2000, em Atenas, e 2008, em Pequim. Como resultado, a pesquisadora observou que tanto o papel do herói quanto o da vítima são preponderantes em ambas as coberturas. Kama (2004) observa que esse fenômeno tem raízes mais profundas e se realiza na objetificação do corpo da pessoa com deficiência, como se ela a definisse como indivíduo. Hardin e Hardin (2003) também caminham nesse sentido ao compreenderem a narrativa que eleva o atleta paralímpico a herói como prejudicial de duas maneiras: primeiro ao colocar a deficiência como possível de superar por meio da dedicação e, segundo, ao culpabilizar, de forma indireta, outras pessoas com deficiência que não têm a mesma performance dos paralímpicos (FIGUEIREDO, 2014).

Entendemos que ambas as narrativas não caminham no sentido de observar as diferenças fundamentais que separam, inclusive, atletas com deficiência — considerando, essencialmente, o nível de deficiência de cada classe nas competições. Também é possível refletir sobre o papel que essas duas formas de representar simbolicamente o atleta paralímpico têm em relação à construção de um caminho capaz de fornecer os arranjos sociais para a paridade de participação. Ao colocar o atleta paralímpico em um papel de herói, que, com os próprios esforços físicos, consegue se superar e trazer para si conquistas esportivas, a mídia pode colaborar com o discurso de que o sucesso está ao alcance de qualquer pessoa com deficiência que siga a mesma receita, desconsiderando características e condições materiais específicas para cada caso.

5.3 ANÁLISE VISUAL E AUDIOVISUAL DO ESPORTE ESPETACULAR

A unidade de análise na dimensão visual do enquadramento foi o *take*, ou seja, a tomada de imagem. Foram codificadas tomadas com duração igual ou maior a três segundos, já que *flashes* com duração menor que essa desafiam a codificação e poderiam comprometer os resultados. Ao todo, foram codificadas 1.929 imagens ($n = 1.929$). Nesta dimensão, além da análise da presença ou ausência de cada categoria material, também mensuramos quantas vezes cada uma dessas categorias apareceu nas reportagens observadas e sua porcentagem

em relação ao total de imagens. Foram codificadas apenas imagens que representavam atletas com deficiência.

5.3.1 Dimensão denotativa da análise visual

Na variável *denotativa* (V14), as imagens foram observadas a partir dos elementos materiais presentes nas imagens (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011). Diante da impossibilidade de codificar cada reportagem a partir de um único elemento preponderante, já que se tratam de materiais audiovisuais com múltiplas imagens, contabilizamos a ocorrência das seguintes categorias: esporte, conquistas, deficiência, pessoais, ação genérica e passiva.

Na tabela a seguir, apresentamos o nível de presença e ausência de cada categoria nas reportagens observadas e, em seguida, a porcentagem de categoria diante do total de imagens codificadas ($n = 1.929$).

TABELA 5 - CATEGORIAS DE IMAGENS DENOTATIVAS NO ESPORTE ESPETACULAR

IMAGENS DENOTATIVAS	presente	ausente	% total ($n = 1.929$)
Esporte	97%	3%	45%
Ação genérica	100%	0	32%
Conquistas	70%	30%	8%
Pessoais	47%	53%	5%
Passiva	80%	20%	6%
Deficiência	60%	40%	4%
	TOTAL		100%

As imagens denotativas que remetem ao esporte são as mais presentes nas reportagens analisadas. Logo depois, vêm as imagens que mostram ações genéricas, presentes em todas as reportagens. Elas incluem o atleta conversando, caminhando, lendo, etc. Em terceiro lugar no índice de ocorrência vêm as imagens que mostram o atleta comemorando conquistas, com medalhas, troféus ou em pódios (FIGURA 13). Finalmente, entre as categorias de imagens menos usadas

pelo EE estão as que incluem o atleta em momentos pessoais, com família e amigos; as que o retratam de forma passiva, sem ação aparente e a menos recorrente é a que enfoca a deficiência do atleta paralímpico.

FIGURA 13 - TRECHO DA REPORTAGEM “PROJETO TÓQUIO: CONHEÇA A ROTINA DE TREINOS DO VELOCISTA PARALÍMPICO PETRÚCIO FERREIRA”



Fonte: Esporte Espetacular (2017)

É com imagens gravadas, naturalmente, no ambiente esportivo, que o EE opta por cobrir grande parte das reportagens que exhibe sobre os atletas paralímpicos. São escolhas imagéticas que, quando analisadas na totalidade, conseguem caminhar no sentido do reconhecimento às capacidades esportivas do atleta paralímpico, ao retratá-lo em seu ambiente profissional. Essas imagens estão em consonância com o que preveem Pappous e Souza (2016), em um guia de mídia com orientações para jornalistas que cobriram a edição carioca dos Jogos Paralímpicos. Os pesquisadores dizem que, visando a responsabilidade de promover o empoderamento dos atletas, a produção jornalística de imagens deve priorizar o registro desses atores dentro do campo de competição; com roupas esportivas; em ação e com expressões faciais que mostrem a vivência da competição, sem esconder ou focar a deficiência (PAPPOUS; SOUZA, 2016, p. 13).

No guia, os autores definem, ainda, que a narrativa deve sempre colocar o atleta em primeiro lugar, sem ignorar, mas sem explorar a deficiência que ele tem. Também apontam que a deficiência não é equivalente a sofrimento e que ela não deve se sobrepor aos feitos esportivos desses atores. Em relação às imagens, os pesquisadores expõem uma série de orientações referentes à produção de fotos, mas que também podemos observar a partir das imagens em movimento, produzidas para materiais audiovisuais. No guia, os dois defendem que a cobertura deve evitar: posições passivas que possam enfatizar a deficiência; imagens que foquem em falhas dos atletas; que mostrem apenas partes do corpo dos atletas, sem mostrar seus respectivos rostos. Para eles, esse tipo de abordagem imagética tende a “transmitir uma sensação de tristeza e limitação” (PAPPOUS; SOUZA, 2016, p. 8).

Os autores também alertam que a produção não deve nem esconder, nem enfatizar unicamente a deficiência, porque:

Da mesma forma que seria estranho mostrar fotos de só um pé ou uma mão de atletas olímpicos, o mesmo se aplica a atletas paralímpicos. Deve-se evitar a objetificação do corpo deficiente. Deve-se focar não no que está faltando, mas nos pontos fortes e nas capacidades dos atletas (PAPPOUS; SOUZA, 2016, p. 10).

Nas imagens codificadas dentro da categoria deficiência, percebemos uma presença maior de elementos simbólicos como a cadeira de rodas (FIGURA 14). Uma análise de fotografias publicadas pelo Globoesporte.com durante a cobertura dos Jogos Paralímpicos de Londres, em 2012, feita por Figueiredo (2014), apontou a maior predominância na representação de atletas cadeirantes, seguidos pelos atletas com deficiência visual e, em terceiro lugar, atletas com amputação. A presença majoritária de cadeiras de rodas entre os elementos simbólicos mais presentes, em detrimento, por exemplo, de próteses, usadas por atletas com alguma amputação ou, ainda, bengalas ou máscaras usadas por atletas com deficiência visual mostram que há, mesmo dentro do movimento paralímpico, uma luta por reconhecimento das próprias especificidades.

Ao padronizar a cobertura, considerando representativo apenas o atleta em cadeira de rodas, o EE parece não delimitar essas diferenças dentro do movimento paralímpico. Essa tentativa de representar as pessoas com deficiência como iguais, a partir de sua condição física, tende, como já discutimos, a acentuar as injustiças, à medida em que não considera as demandas específicas de cada grupo e, ainda,

nega espaço de representação para uma pluralidade maior de atletas participantes dos Jogos Paralímpicos.

FIGURA 14 - TRECHO DA REPORTAGEM “NASCIDO PREMATURO, GABRIEL ENCONTRA NO BASQUETE EM CADEIRA DE RODAS SUA FONTE DE SUPERAÇÃO”



Fonte: Esporte Espetacular (2017)

Ainda que grande parte das imagens da deficiência codificadas na análise tenham sido feitas em plano fechado, com objetivo central de focar seu aspecto físico, no detalhe, outra parte significativa das imagens codificadas apontam a priorização da ação esportiva como pano de fundo da narrativa visual, tendo o corpo com deficiência apenas como meio de passar a mensagem. Em referência a Archer *et al.* (1983), Rodriguez e Dimitrova (2011) destacam uma técnica chamada de índice de “faceísmo”, que, segundo elas, aponta para as pesquisas qual é a proeminência do rosto nas fotografias. As pesquisadoras dizem que a exibição mais ostensiva do rosto “leva a percepções mais elevadas de inteligência e ambição”, enquanto que “se o corpo é exibido de forma mais proeminente, o sujeito é percebido como tendo mais qualidades não-intelectuais, tais como atratividade ou emoção” (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011, pp. 55-56, tradução nossa⁴⁸).

⁴⁸ (...) leads to higher perceptions of the person’s intelligence and ambition. On the other hand, if the body is displayed more prominently, the subject is perceived as having more non-intellectual qualities such as attractiveness or emotion.

O retrato, ou seja, a técnica de mostrar o rosto do personagem, também é utilizado em reportagens especiais como as exibidas pelo EE — principalmente quando a matéria trata de atletas mais conhecidos como Daniel Dias, multicampeão da natação paralímpica, Ricardinho, do futebol de 5 e Petrúcio Ferreira, do atletismo (FIGURA 15).

FIGURA 15 - TRECHO DA REPORTAGEM “PELÉ CEGO: AS RAZÕES QUE FAZEM DE RICARDINHO UM FENÔMENO DO FUTEBOL DE 5”



Fonte: Esporte Espetacular (2019)

No entanto, na maioria das vezes em que esses atletas são representados simbolicamente, eles estão em ação, durante competições ou treinamentos — o que evidencia escolhas imagéticas feitas pelo EE a partir da observação das capacidades esportivas de cada atleta e não, necessariamente, com foco na deficiência.

5.3.2 Dimensão semiótica da análise visual

Na variável *semiótica* (V15), observamos a frequência dos ângulos e planos de câmera com que o atleta com deficiência foi representado. Em ângulos, cada imagem foi codificada a partir das seguintes categorias: *plongée*, normal e

contra-plongée. Já os planos de enquadramento foram codificados a partir de três categorias distintas: aberto, médio, e fechado. As tabelas a seguir mostram a quantidade identificada e incidência de cada categoria diante da totalidade de imagens codificadas ($n = 1.929$).

TABELA 6 - ÂNGULOS DE IMAGENS NO ESPORTE ESPETACULAR

ÂNGULOS	ângulo normal	ângulo plongée	ângulo contra-plongée
n.º de unidades	1356	335	238
% total (n = 1.929)	70%	18%	12%

TABELA 7 - PLANOS DE CÂMERA NO ESPORTE ESPETACULAR

PLANOS	plano médio	plano aberto	plano fechado
n.º de unidades	945	745	238
% total (n = 1.929)	49%	39%	12%

Sobre os ângulos de câmera, predomina o normal, que enquadra o atleta paralímpico na altura dos olhos, seguido pelo *plongée*, que o retrata com a câmera posicionada acima da cabeça, e o *contra-plongée*, que o representa a partir de um ângulo inferior (FIGURA 16). Interessante perceber que, mesmo lançando mão de uma narrativa textual com grande valorização dos feitos dos atletas paralímpicos ancorados na superação de obstáculos, o EE não segue a mesma linha quando se trata do enquadramento visual, dado que é o *contra-plongée* o ângulo que tem como característica colocar o personagem retratado em posição de superioridade. Por outro lado, as imagens que representam o atleta paralímpico a partir do *plongée* também foram registradas, ainda que em menor número (FIGURA 17). Esse ângulo de câmera, que observa os atores a partir de um ângulo superior, denota inferioridade e submissão do ator em tela, já que diminui seu tamanho representado (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

FIGURA 16 - TRECHO DA REPORTAGEM “SOBRE RODAS #01: FERNANDO FERNANDES ENCARA A TRAVESSIA DO SALAR DE UYUNI, NA BOLÍVIA”



Fonte: Esporte Espetacular (2017)

FIGURA 17 - TRECHO DA REPORTAGEM “APÓS VENCER A COVID, ANTÔNIO TENÓRIO BUSCA SÉTIMA MEDALHA PARALÍMPICA E NÃO PENSA EM APOSENTADORIA”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

Rodriguez e Dimitrova (2011, pp. 55-56) apontam que a escolha entre as ações representadas nos quadros de imagem criam uma “interação” entre os

espectadores e os personagens retratados em “atos de imagem” que se relacionam com as “ofertas” e “exigências” dos espectadores. Como exemplo, as duas citam personagens enquadrados de forma a olhar diretamente para os olhos dos espectadores. Para elas, nesses casos, “o contato e a conexão direta entre os dois são prontamente estabelecidos”. Considerando a predominância do ângulo normal para retratar os atletas paralímpicos, é possível pensar nessa tentativa de conexão mais direta, não só pela construção da narrativa textual, por meio dos recursos que já analisamos, mas, também, por meio da escolha da imagem.

Em relação aos planos escolhidos, as imagens são mostradas, majoritariamente, a partir dos planos médio e aberto, usados para mostrar o atleta em ação nas arenas de competição, de forma mais ampla. Identificamos que o plano fechado (FIGURA 18) é usado para retratar o atleta em momentos de maior emoção, como a conquista no pódio ou quando há algum elemento de emoção envolvido.

FIGURA 18 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

Na análise de Rodriguez e Dimitrova (2011), as observações que advêm desse nível de análise indicam intimidade, no plano fechado; relação pessoal, no plano médio e a importância do contexto, nas imagens abertas (RIZZOTTO; PRUDENCIO, SAMPAIO, 2017).

5.3.3 Dimensão conotativa da análise audiovisual

Na dimensão conotativa da análise audiovisual, observamos como a variável *elementos simbólicos* (V16) colabora com a produção de determinados quadros de sentido de representação simbólica de atletas com deficiência.

5.3.3.1 Trilhas sonoras

Esta variável tem categorias em dois níveis distintos: o sonoro e o de edição. No primeiro nível, codificamos a presença ou ausência de cada gênero de trilha sonora nas reportagens observadas, conforme a tabela a seguir:

TABELA 8 -TRILHAS SONORAS NO ESPORTE ESPETACULAR

TRILHAS SONORAS	presente	ausente
Pop	90%	10%
Dramática	87%	13%
Clássica	63%	37%
Rock	53%	47%

As trilhas sonoras com gênero pop foram as mais usadas pelo EE em reportagens sobre atletas com deficiência. Pietroforte (2021) define o gênero a partir de algumas características como: é ligado a temas restritos às dores da vida ou celebrações, com a predominância de guitarras, baixos e teclados elétricos. Calegari (2012) vai no mesmo sentido ao compreender o gênero a partir de suas notas, ritmo, melodia, harmonia e timbre. É a partir desses elementos básicos que é possível pensar em uma semiótica da canção. Sendo a atribuição de sentidos a cada uma delas um processo especialmente subjetivo, principalmente considerando a junção do texto narrativo do EE, entendemos que esse gênero foi usado em reportagens que enaltecem o esporte, a movimentação do corpo e o ambiente de competições.

De todas as reportagens analisadas, as únicas que não tiveram registro de

trilhas sonoras do gênero pop foram as que falaram sobre as promessas olímpicas e paralímpicas para os Jogos de Tóquio; a aventura de Fernando Fernandes no maior cânion do Brasil e a matéria que trouxe o drama do nadador paralímpico André Brasil, multimedalhista que foi impedido de nadar nas categorias em que nadava após uma reclassificação. Nossa hipótese para essa ausência é de que, em se tratando de esportistas reconhecidos pelo valor profissional, a trilha pop deu lugar à trilha rock, que tem, inclusive, a menor incidência entre todas as trilhas observadas na análise.

Em referência a Morais (1983), Silva (2005) observa que há pelo menos três formas de se ouvir uma música: a física, a emocional e a intelectual. A segunda forma nos importa mais para esta análise, porque, segundo a autora, diz respeito a um “ouvir emotivamente” (SILVA, 2005, p. 6). A partir dessa maneira atenta de decifrar o que está por trás da música é possível dar às trilhas rótulos como triste, alegre, dramática, etc.

É este modo de escuta que acabou sendo muito utilizado na sonoplastia tanto de cinema como de televisão para criar o chamado “clima ambiental”. No terceiro modo, ocorre um “ouvir intelectualmente” em que a estrutura musical é colocada em destaque. A música é pensada como linguagem, organização de certos pressupostos como a escolha de sons e a maneira de articulá-los. (SILVA, 2005, p. 6).

Essa maneira de articulação dos sons com as imagens é que nos permite observá-los enquanto ferramentas poderosas na construção de sentido em materiais audiovisuais. Uma forma de observá-las em ação, na análise do EE, foi na identificação da segunda trilha mais registrada: a dramática. A presença desta categoria foi codificada mesmo em reportagens que tinham como tema principal a performance esportiva do atleta com deficiência. Assim que os recursos narrativos de dramatização ou vitimização são acionados, a trilha escolhida pelo EE vai ao encontro da intenção de acionar a emoção. Esse processo, segundo Silva (2005, p. 7) ocorre a partir de elementos como:

A melodia do som e seu caráter situacional, ou seja, a forma como é geralmente trabalhada como fundo musical que contextualiza a diegese, ou a que dirige o estado psicológico do espectador para a situação dramática através da emoção, ou ainda, que faz parte desta diegese.

No cruzamento de dados, percebemos que a presença da trilha dramática também agrupou, em sua categoria: o maior número absoluto de: imagens em plano fechado ($n = 236$); imagens em contra-*plongée* ($n = 238$); imagens denotativas no

esporte ($n = 869$) e de recurso narrativo *supercrip* ($n = 14$), em comparação com os outros gêneros de trilha codificados. Dessa forma, é possível perceber que a trilha dramática encabeça um enquadramento de *superiorização do atleta* já que, quando invocada, ajuda na construção da representação simbólica de valorização, tanto a partir da forma como o atleta é enquadrado pela câmera, visto de baixo, em um ângulo que o coloca como dominante, quanto pela narrativa por meio da qual se faz conhecido pelo público — que o coloca como um super-herói que triunfa sobre a deficiência.

Contrariando as expectativas iniciais, a trilha clássica, que remete a triunfos e conquistas, não esteve entre as mais recorrentes, ainda que as imagens esportivas tenham sido as mais contabilizadas após a categoria de ação genérica. Nossa hipótese é de que ela acabou sendo preterida face à trilha pop, que retrata simbolicamente o atleta paralímpico a partir do esporte, mas sem oferecer, narrativamente ao menos, um espaço maior de visibilidade às conquistas que o colocam em lugar de destaque. Essa reflexão ganha mais força quando se considera a trilha menos registrada, que é a do gênero rock. Associada ao movimento, à superação de desafios mais difíceis, essa trilha ficou restrita, por exemplo, à ilustração sonora de matérias com Fernando Fernandes, Daniel Dias, Antônio Tenório, entre outros atletas de elite, reservando a estes a sonorização narrativa de movimento e sucesso no esporte de alto rendimento a que remete.

5.3.3.2 Efeitos de edição

No segundo nível, codificamos a presença e o número de vezes em que foram usados efeitos decorativos de edição como o *slow motion* e o *fade*. A incidência de cada efeito também foi calculada a partir do número total de efeitos identificados ($n = 442$).

TABELA 9 - EFEITOS DE EDIÇÃO NO ESPORTE ESPETACULAR

EFEITOS DE EDIÇÃO	presente	ausente	n.º de unidades	% total (n = 442)
<i>slow motion</i>	87%	13%	272	62%
<i>fade</i>	73%	27%	170	38%

Ainda que haja poucos estudos empíricos sobre o *slow motion*, recurso de edição mais utilizado pelo EE entre as categorias que analisamos, pesquisas enumeradas por Grabe *et al.* (2001) apontam que o uso das imagens em câmera lenta promovem envolvimento do telespectador. As autoras citam Gianetti (1999, p. 181), cujo argumento é de que o *slow motion* “ritualiza e soleniza o movimento” (GRABE *et al.*, 2001, p. 644). Dessa forma, acreditamos que, quando usado a serviço da emocionalização do conteúdo, o *slow motion* tem como objetivo destacar a ação em curso e, além disso, prolongar a atenção e o sentimento de conexão entre o telespectador e o personagem enquadrado.

Na análise que empreendemos aqui, o uso de imagens em câmera lenta só não esteve presente em quatro reportagens observadas no recorte: uma delas mostra Fernando Fernandes nas corredeiras das Cataratas do Iguaçu; outra mostra o drama do triatleta Marcelo Collet, que, após sofrer um acidente, precisou amputar a perna; a de Daniel Londes, que sobreviveu a um acidente como eletricitista e se transformou em multiatleta (FIGURA 19) e, finalmente, em uma reportagem que mostra um time de atletas amputadas que busca por times para jogar contra.

Nota-se que nenhuma dessas reportagens têm como gênero narrativo o factual, que serviria como justificativa para compreender a ausência do recurso de edição — dado o tempo menor entre a produção e a veiculação do material.

Em relação ao *fade*, usado em sete a cada dez reportagens observadas, Zettl (1991) define o efeito como uma cortina que se abre e se fecha para novos capítulos da história contada, como uma forma de conduzir o telespectador entre as camadas narrativas. Na análise das reportagens do EE, o *fade* está associado, majoritariamente, a histórias que contenham a emoção, a dramatização e a infantilização como recursos narrativos — o que evidencia seu uso para contar histórias que demandem uma volta no tempo para maiores explicações a respeito da vida pregressa do atleta com deficiência.

FIGURA 19 - TRECHO DA REPORTAGEM “CONHEÇA DANIEL LONDES, O MULTIATLETA QUE PASSOU POR 112 CIRURGIAS DEPOIS DE SOFRER UMA DESCARGA ELÉTRICA”



Fonte: Esporte Espetacular (2020)

Quando associado às imagens, o efeito de transição aparece mais em planos fechados, ângulos *plongée* e *contra-plongée* do que o *slow motion*. Nas reportagens em que não há incidência de *fade*, a ocorrência de recursos narrativos como vitimização e ornamentação também são zerados. Isso pode evidenciar que o recurso é usado, essencialmente, para incrementar narrativas que demandem mais emocionalização.

5.3.4 Dimensão ideológica da análise audiovisual

A dimensão *ideológica* (V17) da análise visual, que faremos de forma descritiva, nos desafia a ver o que Rodriguez e Dimitrova (2011, p. 57) definem como “símbolos e características estilísticas de uma imagem em uma interpretação coerente que fornece o ‘porquê’ por trás das representações⁴⁹”. Em referência a Pieterse (1992), as autoras apontam que essa análise mais aprofundada busca respostas relacionadas à ideologia e aos interesses por trás dessas representações.

⁴⁹ It draws together the symbols and stylistic features of an image into a coherent interpretation which provides the “why” behind the representations.

São questões que, segundo as autoras, não mensuram apenas as dimensões políticas e econômicas do interesse, senão que também se relacionam com as esferas cultural, emocional e psicológica, podendo figurar, ainda, dentro do fenômeno da subordinação (RODRIGUEZ; DIMITROVA, 2011).

Entendemos que, em um material jornalístico audiovisual, esses símbolos podem ser materializados por meio da combinação dos recursos de imagem, narrativa e edição. Tendo exposto nosso esforço em compreender os elementos narrativos usados pelo Esporte Espetacular para representar os atletas paralímpicos, vamos passar, agora, a analisar como a junção de alguns recursos narrativos e de imagem serve para construir quadros de sentido sobre os atletas paralímpicos.

Conforme vimos, grande parte das reportagens conta com imagens em plano geral e médio. Essa característica aponta para uma cobertura imagética menos pessoal e íntima, ainda que a narrativa textual seja bastante incisiva no sentido de enaltecer a dimensão pessoal do atleta paralímpico, a partir de sua deficiência. Em substituição ao plano detalhe, que poderia explorar a deficiência de uma maneira mais invasiva, o EE lança mão de outros recursos, como trilhas sonoras específicas para expressar emoção, alegria e tensão — o que auxilia a construção de quadros de sentido em cada um dos capítulos contados da história, dentro de uma mesma reportagem. Em substituição a imagens mais fechadas, são as trilhas que parecem conduzir o telespectador nas diferentes camadas da vida de um atleta com deficiência: desde a descoberta da limitação física até o triunfo como atleta de elite.

Em relação aos ângulos, as imagens em *contra-plongée*, que representam o atleta paralímpico em posição de superioridade, foram mais usadas em reportagens que têm como personagens principais atletas conhecidos do movimento paralímpico como Daniel Dias e Ricardinho, além de Fernando Fernandes, do Sobre Rodas. O ex-BBB também é o personagem que mais aparece retratado em *imagens denotativas no esporte*: três das cinco reportagens com maior número de imagens codificadas nesta categoria são do quadro protagonizado por ele (FIGURA 20). Em relação à *trilha rock*, utilizada em reportagens que remetem à trajetória de sucesso, matérias do Sobre Rodas representam 25% do total de unidades em que esse gênero de trilha foi identificado.

FIGURA 20 - TRECHO DA REPORTAGEM “SOBRE RODAS: FERNANDO FERNANDES ENCARA CORREDEIRAS NAS CATARATAS DO IGUAÇU”



Fonte: Esporte Espetacular (2018)

A partir disso, é possível pensar que, ideologicamente, parece haver pelo menos dois grupos de atletas com deficiência na distribuição de pautas do EE: os que são representados a partir de sua deficiência, a superação de suas limitações físicas e sua história pregressa e os que têm a deficiência invisibilizada, por serem considerados esportistas de elite, com conquistas que os credenciam a ser vistos apenas a partir de seu desempenho esportivo. São personagens que venceram a barreira do estigma em um processo ambíguo e paradoxal, pois o reconhecimento que recebem nas pautas do EE é entregue por meio do apagamento de sua deficiência, por meio de uma narrativa anti-estigma e estigmatizante, ao mesmo tempo.

Assim, entendemos que, em alguns casos, o combo textual, narrativo e imagético representa uma narrativa de exceção, principalmente no que diz respeito à forma como alguns atletas são representados simbolicamente. Ao longo da análise, percebemos que nomes como Daniel Dias e Fernando Fernandes estão no *hall* de atletas que não têm evidenciada a própria limitação imposta pela condição física — tanto em imagens quanto em recursos narrativos. É como se a trajetória dos dois os credenciasse a conquistar um lugar na pauta do EE reservado a atletas que são celebrados e lembrados apenas pelos resultados e não pela superação

atribuída à sua prática esportiva — ainda que esse elemento também apareça. A deficiência, nesse caso, é praticamente invisibilizada, dando lugar ao enaltecimento da história esportiva do atleta paralímpico, em uma narrativa que corrobora com os objetivos de reconhecimento desses atores, e, por consequência, de redistribuição e representação simbólica — mas que, como vimos, não se estende a todos os atletas.

Um exemplo mais completo sobre como as ferramentas audiovisuais são combinadas em narrativas complexas como a que dizem respeito a esse grupo seletivo de atletas está em R25, que trata da aposentadoria de Daniel Dias, nadador recordista em medalhas nos Jogos Paralímpicos. Nesta reportagem, identificamos que, quando o atleta fala da despedida das piscinas, o elemento de narrativa é pautado na emoção: enquanto a voz de Daniel aparece, em *off*, uma trilha de emoção e imagens em *slow motion* ajudam a construir a apresentação do atleta como um super-herói. Uma trilha leve introduz a vida de Daniel em família, quando ele comenta que a decisão para a aposentadoria tem como peso principal ter mais tempo com a esposa e os filhos. A partir do momento em que a narrativa muda para a história de sucesso do atleta nas piscinas, outra camada narrativa é incluída e uma trilha animada passa a embalar o trecho em que aparecem *clases* de comemorações e medalhas de Daniel. Na narrativa do repórter, identificamos o *supercrip* (HARDIN; HARDIN, 2003; HOWE, 2012) no trecho em que ele diz:

Daniel é um exemplo para as pessoas com ou sem deficiência. O esporte, nesse caso, é só um jeito de passar a mensagem⁵⁰.

Na reta final da reportagem, uma trilha de emoção é novamente acionada para que Daniel fale dos planos futuros. Neste trecho, o combo de imagens segue sendo o do nadador no pódio, comemorando e mostrando medalhas — o que também nos faz perceber que, para a televisão, as medalhas têm um papel quase tão importante que a própria imagem do atleta em ação. A reportagem termina com uma narrativa que coloca Daniel como um indivíduo que triunfa diante dos obstáculos impostos pela deficiência. Enquanto o nadador pede a valorização das capacidades individuais das pessoas com deficiência, afirmando que elas precisam de visibilidade para poder sair de casa, a trilha é de emoção e as imagens combinam planos fechados de Daniel Dias no pódio e realizando coisas cotidianas

⁵⁰ Reportagem disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9185711/>. Acesso em 01 de julho de 2021.

como colocar a filha no carro, com a deficiência nas mãos aparente (FIGURA 21). A última cena é da família de Daniel Dias se despedindo da câmera.

FIGURA 21 - TRECHO DA REPORTAGEM “NADADOR PARALÍMPICO DANIEL DIAS ANUNCIA QUE DARÁ ADEUS ÀS PISCINAS APÓS TÓQUIO”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

A narrativa age no sentido de colocar Daniel Dias como super-herói. Um personagem que, ao mesmo tempo em que é reconhecido mundialmente por suas capacidades como atleta de elite, pede empatia para pessoas com deficiência que ainda não conseguem conviver com as limitações físicas. Essa receita do EE, pautada pela escolha de imagens em que Daniel aparece vencendo e trilhas que conduzem a seu exemplo de sucesso, no entanto, parece se esgotar na própria história do atleta: ao eleger atores como Daniel Dias e Fernando Fernandes como baluartes da superação, o EE não se coloca como intermediário no debate de questões que poderiam pavimentar o caminho da paridade que permitiria a outros atletas — amadores ou não — pleitear a mesma trajetória de sucesso.

Para o primeiro grupo, reservado a atletas que não conquistaram esse *status* na pauta do EE, os quadros de sentido se dividem entre os papéis de herói e vítima. Em reportagens que mostram momentos de sofrimento ou descoberta da deficiência, por exemplo, a trilha sonora que acompanha a história costuma ser mais tensa, triste e é combinada a imagens em *slow motion* ou fora de contexto, como a

R26, que mostra o nadador André Brasil chorando no pódio, enquanto, no texto, ele lamentava por ter sido retirado das provas que nadava. Nesse caso, especificamente, a imagem foi usada para ilustrar a tristeza do atleta, vitimizado pela situação, mas André, na verdade, havia acabado de sair do pódio e chorava de emoção (FIGURA 22).

FIGURA 22 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

Essa vitimização ocorre de várias outras formas. A mesma reportagem abre mão do início tradicional com *off* para dar voz ao atleta. Em plano geral, André se senta em uma poltrona, como se estivesse prestes a abrir o coração. Em seguida, o plano fechado revela a deficiência do nadador. Quando pergunta: “*o que eu fiz de errado? Porque isso (câmera alterna para plano fechado na perna de André) não vai mudar*” (FIGURA 23), o atleta quer justamente chamar a atenção para o que considera desrespeito na esfera do reconhecimento, na medida em que tem negada sua condição de pessoa com deficiência ao ser banido de provas em que já foi campeão.

FIGURA 23 - TRECHO DA REPORTAGEM “ANDRÉ BRASIL FALA DA DECEPÇÃO DE ESTAR FORA DOS JOGOS PARALÍMPICOS”



Fonte: Esporte Espetacular (2021)

A edição, tanto neste material em específico como em tantos outros, ajuda a construir os gêneros trágico e romântico ao combinar trilhas com melodias mais tristes e imagens fechadas de André Brasil enxugando as lágrimas, em uma estratégia noticiosa que se realiza nos limites da compaixão. Como se, mesmo sendo um sujeito de direitos, o atleta paralímpico não tivesse condições de protagonizar os debates em causa própria na esfera pública.

Em comparação com as reportagens reservadas ao grupo de atletas reconhecidos por sua trajetória esportiva, como Fernando Fernandes e Daniel Dias, André Brasil, multimedalhista, é representado simbolicamente como vítima de sua condição física — o que não ocorre com os dois primeiros personagens. Ideologicamente, portanto, o EE promove um tratamento diferenciado para atletas que considera mais dignos de reconhecimento pela trajetória esportiva, representando os que não fazem parte desse grupo a partir de uma narrativa mais voltada à emoção e à vitimização, na escolha de imagens e trilhas sonoras.

Outra observação possível, dentro da dimensão ideológica nos remete a pesquisas já exploradas nesta tese: a de que os jornais tendem a esconder a deficiência de atletas paralímpicos, principalmente os amputados. Durante a análise que empreendemos aqui, vimos que as imagens da deficiência não estão entre as

mais escolhidas pelo EE. Em menor número, elas aparecem de forma hierarquizada: a deficiência física, a partir do uso de cadeira de rodas e próteses, é muito mais representada simbolicamente nas imagens do que a que remetem a elementos ligados às deficiências visual ou mental, por exemplo. Esses achados apontam para a possibilidade de uma luta por reconhecimento dentro do próprio movimento paralímpico, no que diz respeito à visibilidade de demandas específicas de cada grupo dentro das dimensões cultural, econômica e política.

Sendo o jornalismo uma arena que, por definição, se configura como um espaço de representação simbólica com vistas à representação política, já que tem em seu cerne o papel institucional do debate público, nota-se que o EE assume como missão explorar as histórias de vida sem, no entanto, se comprometer com as questões ligadas à diversidade. A reflexão sobre o papel do jornalismo na difusão de diferentes discursos é resumida por Freitas e Benneti (2017, p. 13):

é importante reforçar que os jornalistas possuem um papel social institucionalizado e legitimado na configuração da diversidade e, diante desse compromisso de produzir discursos de (re)conhecimento sobre determinada cultura, trabalham com o singular, o particular e o universal, adaptando os acontecimentos tanto aos padrões culturalmente aceitos pela audiência, quanto às interpretações consensuais ou hegemônicas. Nessa perspectiva, nos é oportuna “a percepção do ‘eu-jornalista/jornal’ frente ao ‘outro-fonte-sujeito’ – considerados relevantes, interpretados, mimetizados e construídos pelo jornalismo.

Ao não trazer para si a possibilidade de visibilizar um debate mais plural, em personagens e demandas, o dominical se ancora em narrativas que se conectam com a audiência a partir de elementos pessoais, mas parecem não fazer um chamado à ação concreta que poderia mudar padrões de comportamento que representam entrave à paridade de participação dos atletas e pessoas com deficiência.

Em linhas gerais, percebemos que há, por trás do enquadramento noticioso audiovisual do EE, um paradoxo que nasce da tensão entre a saliência e a invisibilidade da deficiência. Essa tensão se realiza de uma forma ambígua: ao mesmo tempo em que oferece reconhecimento à face esportiva do atleta por meio da escolha majoritária de imagens dele em ação, nas arenas e competições, o EE opta por empregar recursos narrativos emocionais que evidenciam a deficiência — colocando-a em primeiro plano, mas a partir das histórias pessoais. Ainda no trajeto da ambiguidade, e contrariando parte dos quadros de sentido que usa para representar simbolicamente parte dos atletas paralímpicos, o programa parece

eleger personagens com capital simbólico específico, materializado em conquistas e na trajetória vitoriosa no esporte, para entregar a eles o reconhecimento ancorado no apagamento de sua condição física. São personagens que, tendo superado suas limitações, recebem reconhecimento em uma narrativa anti-estigma que ignora a deficiência e que se transforma, nesse processo, em uma narrativa também estigmatizante, em si.

Nesse processo ambíguo de construção de quadros de sentido, a dimensão redistributiva não encontra espaço para frutificar. Isso porque a representação simbólica dos atletas paralímpicos construída pelo EE é de mérito individual. A agenda paralímpica se pauta, quase que exclusivamente, em histórias individuais. Essa escolha editorial não permite que esses atletas sejam vistos enquanto uma categoria profissional, com demandas específicas de grupo. A nosso ver, isso também representa uma barreira para o reconhecimento desses atletas enquanto classe e, ainda, um obstáculo importante na dimensão representativa, já que os atletas paralímpicos não são retratados como sujeitos de direitos, com interesses individuais e coletivos, mas como pessoas com limitações físicas e políticas, incapazes de levar sozinhos as próprias demandas ao debate público.

Essas ambiguidades aparecem quando colocamos os enquadramentos noticioso, narrativo e audiovisual em perspectiva. Entre as reportagens com narrativas constituídas a partir do gênero trágico, por exemplo, o enquadramento noticioso mostra como problema mais recorrente a adaptação à deficiência e a causa principal a própria deficiência. O julgamento moral aponta para um atleta que, a despeito da deficiência, supera obstáculos e, por isso, merece ser visto com empatia. Na dimensão textual e narrativa, a construção desse atleta que sofre diante dos desafios impostos pelas limitações físicas, no entanto, contrasta com escolhas imagéticas, que vão no sentido contrário, já que a maior parte das imagens usadas para ilustrar essas reportagens mostram o atleta em ação, no esporte — a maioria em ângulo *plongée*, ou seja, em posição de inferioridade. Essa representação simbólica híbrida dá reconhecimento ao atleta em sua dimensão imagética, ao retratá-lo em sua atividade profissional, ainda que em posição de inferioridade, mas nega a ele uma condição de independência ao construir, em texto, uma narrativa que o vitimiza e o aponta como digno de compaixão.

Na outra ponta, quando analisamos as reportagens em que há a presença da narrativa *supercrip*, que pressupõe a transformação do atleta paralímpico em um

super-heroi, que supera as limitações da deficiência, notamos que a narrativa também se constroi de forma ambígua. O enquadramento noticioso predominante aponta os desafios no esporte como problema central, com causa ancorada na deficiência. No julgamento moral que oferece, a maioria das reportagens defendem o esporte como prática de elite, mas os remédios sugeridos se dividem, quase que de forma equânime, entre o reconhecimento e a empatia. Na narrativa que mais se aproxima de um atleta com deficiência idealizado, é possível pensar que o EE oferece a ele um valor simbólico contestado. Como se, mesmo ao ser considerado um atleta dotado de capacidades especiais que o colocam acima dos outros, ele precisasse ser tutelado, dirigido, amparado. Mais uma vez, a narrativa audiovisual corrobora com essa contradição. O ângulo mais proeminente após o normal é o *plongée*, que retrata o atleta em posição de submissão ou inferioridade, e a trilha mais utilizada para embalar a história de superação atribuída a ele é a de drama. Esses dois recursos audiovisuais parecem constituir uma narrativa independente, que valoriza a face dramática do atleta paralímpico, a despeito da narrativa textual que constroi sobre ele a idealização de um atleta dotado de superpoderes.

Mesmo quando a narrativa enquadra a vida pessoal como elemento principal, a reportagem combina as ferramentas noticiosas para apontar a superação como julgamento e a empatia como solução. O gênero romântico, predominante, se ancora majoritariamente no recurso da emoção. Mas, nesse caso, os papéis protagonizados pelos atletas paralímpicos se dividem entre heroi e vítima. Mais uma vez, as escolhas imagéticas apontam para a predominância do esporte, com a combinação de trilhas de drama e clássica, que apontam para o triunfo sobre as adversidades. O efeito decorativo de edição mais usado, nesta situação, é o fade — o que aponta a mudança de capítulos como ferramenta narrativa. Nossa hipótese é de que, quando enquadra a vida pessoal do atleta em primeiro plano, a cobertura também se divide em duas: a primeira delas tenta conectar o esportista com a audiência a partir de suas dores, pintando um quadro de sentido que o destaca como dependente, triste e desprovido de autonomia. Todas as histórias enquadradas dessa forma também apontam para uma individualização das histórias pelo EE, o que também evidencia que o programa não oferece reconhecimento aos atletas paralímpicos enquanto grupo, senão que se aproveita do que considera mais emotivo em cada história para ancorar as reportagens que produz.

6 ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE: UM MERGULHO NA NARRATIVA DO REAL

Parte dos achados que elencamos até agora parte de uma observação detalhada dos mecanismos estratégicos de produção jornalística e de entretenimento do Esporte Espetacular, durante os cinco anos de acompanhamento que empreendemos. No decorrer desta pesquisa, porém, entendemos que apenas essas análises não seriam suficientemente objetivas sem que os próprios atores representados simbolicamente a cada domingo e os produtores das reportagens analisadas pudessem ser ouvidos, sob pena de esta tese também se transformar em uma ferramenta de interpretação ao oferecer uma nova representação simbólica dos atletas paralímpicos.

O objetivo central desta etapa é compreender a maneira como os próprios atores em destaque enxergam a própria trajetória, para além das representações com que se confrontam nas telas ao longo da carreira esportiva. Essa compreensão

do mundo da vida é apontada por Gaskell (2002) como um elemento indissociável da entrevista qualitativa. O método tem como base uma entrevista individual ou em grupo com participantes dispostos a compartilhar mais de sua visão a respeito de questões específicas. O aprofundamento destas questões permite ao pesquisador a exploração de perspectivas, experiências e opiniões pessoais, em um mergulho nos sentimentos e motivações.

Combinada a outros métodos, a entrevista qualitativa pode ainda refinar a interpretação dos fenômenos sociais, na medida em que descortina questões ainda invisíveis ao pesquisador. Nesse sentido, Robert Farr (1982, p. 287, tradução nossa) percebe a entrevista como: “uma técnica ou método essencial para o desenvolvimento ou descoberta de perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”⁵¹. Bourdieu (1997) argumenta que as regras que regem a entrevista devem ser sempre explicitadas. A principal ferramenta para auxiliar na condução da entrevista é o tópico guia, que não configura uma lista extensa de perguntas, senão que se fundamenta:

(...) na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo (que poderá incluir observações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas experientes, e algum pensamento criativo. (GASKELL, 2002, p. 66)

O tópico guia serve, portanto, como um apoio ao entrevistador, no sentido de lembrá-lo sobre os temas relevantes para a pesquisa e que precisam ser levados a debate com o entrevistado. A análise das entrevistas que fizemos nesta pesquisa se debruçou a compreender os seguintes pontos: as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação política dos atletas paralímpicos; suas percepções a respeito da representação simbólica promovida pelo jornalismo esportivo; as percepções sobre os mesmos quadros de sentido construídos pelo Esporte Espetacular e a relação de suas deficiências com o esporte que praticam. Com o ex-editor-chefe do EE, procuramos entender: a linha editorial do programa em relação ao esporte paralímpico; o emprego de ferramentas narrativas a para construção de quadros de sentido; a justificativa para a ausência da agenda paralímpica na pauta do programa.

A utilização da entrevista como método pode levar o pesquisador a pensar que o método serve para “legitimar a fala de interlocutores ou para ‘dar voz’ a

⁵¹ It is an essentially a technique or method for establishing or discovering that there are perspectives or viewpoints on events over than those of person that initiating the interview.

comunidades silenciadas, oprimidas, vítimas de arbitrariedades, etc.” (DUARTE, 2004, p. 217). na mesma medida em que recebe as informações de que precisa para compor a pesquisa, o entrevistador também tem a possibilidade de fazer com que o entrevistado consiga refletir sobre as questões levantadas:

Quando realizamos uma entrevista, atuamos como mediadores para o sujeito apreender sua própria situação de outro ângulo, conduzimos o outro a se voltar sobre si próprio; incitamo-lo a procurar relações e a organizá-las. Fornecendo-nos matéria-prima para nossas pesquisas, nossos informantes estão também refletindo sobre suas próprias vidas e dando um novo sentido a elas. (DUARTE, 2004, p. 220).

Como formas possíveis de análise, Duarte (2004) aponta a releitura de todas as transcrições feitas e, a partir de pressupostos que já guiaram a pesquisa, a reorganização dos fragmentos de fala no que ela chama de “unidades de significação” (DUARTE, 2004, p. 221). Nossas unidades se dividem em: o paradigma da diferença; reconhecimento; redistribuição; representação política e representação simbólica.

Esse procedimento ajuda na interpretação de cada unidade e ajuda o pesquisador a conseguir interpretar as falas a partir de possíveis articulações desses fragmentos de fala. Gaskell (2002) também caminha nesse sentido. A partir da observação das falas, sem perder de vista o referencial teórico, é possível que o pesquisador consiga construir tensões, articulações e até encontrar contradições entre as vivências e relatos que ouviu.

6.1 DA IDEALIZAÇÃO À REALIDADE: O ATLETA PARALÍMPICO FORA DAS TELAS

Vários estudos no campo da comunicação lançaram mão da entrevista em profundidade como método para complementar o debate a respeito dos fenômenos sociais relacionados ao reconhecimento e aos problemas de justiça. Alguns deles nos nortearam de forma especial, ainda que não dialoguem com a dimensão conceitual de reconhecimento que optamos por eleger como guia.

Em uma destas pesquisas, Rocha (2006) ouviram adolescentes que vivem em favelas a respeito da representação simbólica percebida por eles na série de TV *Cidade dos Homens*, tendo como pano de fundo o debate sobre reconhecimento e identidade, inaugurado por Axel Honneth e aprimorado nos estudos de Nancy Fraser, Iris Young e Judith Butler. A discussão feita por Axel Honneth também sustenta Cal (2014) no debate sobre justiça e o trabalho infantil doméstico. Em sua

tese de doutorado, a autora confronta relatos colhidos em um grupo focal para debater os limites entre reconhecimento e reconhecimento ideológico. A deficiência é o fio condutor do debate feito por Garcez (2015), em pesquisa que investigou a representação política dos posicionamentos sobre o melhor modelo de educação para surdos e que também usou entrevistas semiestruturadas como parte do método.

Nesta pesquisa, entendemos que as entrevistas podem contribuir para que os achados que elencamos aqui possam ser confrontados com o que pensam os atores literalmente em tela. Dessa forma, nos interessa menos promover uma caça às bruxas da estratégia noticiosa promovida pelo EE do que, essencialmente, compreender a forma como os próprios atletas paralímpicos constroem suas representações simbólicas e de que forma se percebem representados pelo programa esportivo.

Após a apresentação de toda a discussão que norteou a pesquisa até aqui, entrevistamos quatro atletas paralímpicos e um ex-editor chefe do EE. Nossos objetivos nesta etapa eram: compreender a forma como os atletas paralímpicos avaliam os quadros de sentido com que são representados simbolicamente no Esporte Espetacular; perceber a forma como o próprio atleta reproduz sua história de vida e como ela perpassa a prática do esporte; analisar a forma como o próprio atleta gostaria de ter suas demandas por reconhecimento, redistribuição e representação simbólica e política retratadas pela mídia.

Elegemos atletas com histórico de maior visibilidade e conquistas paralímpicas justamente por compreender que, ao serem mais retratados durante os anos de programa observados na pesquisa, esses atores poderiam contribuir de forma mais definitiva com os objetivos desta tese. Após eleger os atletas paralímpicos que gostaríamos de entrevistar, passamos a fazer contato com assessorias de imprensa que os representam, como no caso de Daniel Dias; com os próprios atletas, por meio das redes sociais, no caso de Maria Carolina Santiago e Verônica Hipólito e por telefone, a partir de contatos em comum, no caso de Tiago Silva.

A busca pelo contato de um representante que pudesse falar em nome do Esporte Espetacular foi feita por meio da plataforma Globo Universidade. As tratativas começaram em fevereiro de 2022 e foram concretizadas em 2023. Ainda

que não fosse mais editor-chefe do EE, Afonso Garschagen foi indicado pelo diretor de Esportes da TV Globo, Renato Ribeiro, para ser entrevistado nesta tese.

Após serem aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da UFPR, as entrevistas foram feitas por meio de videoconferência, à exceção de Maria Carolina Santiago que, em meio à disputa de competições importantes do ciclo paralímpico, optou por colaborar com a pesquisa por meio de áudios enviados pelo *Whatsapp*, a partir de um questionário encaminhado pelo celular.

Após realizadas, todas as entrevistas foram transcritas por meio do *Google Pinpoint* e revisadas, em seguida, para corrigir possíveis erros de transcrição. As entrevistas também tiveram trechos separados a respeito dos temas delimitados pelos blocos de perguntas do questionário, que, para os atletas paralímpicos, englobam perguntas nas seguintes dimensões: deficiência e esporte; consumo de notícias; mídia e representação e planos para o futuro. Para o representante do EE, as dimensões do questionário foram: linha editorial; cobertura do esporte paralímpico; ferramentas editoriais e planos para o futuro. A seguir, apresentaremos os personagens entrevistados. A análise de cada entrevista parte de grifos feitos na fala que se conectam com a literatura acionada durante a tese. A seguir, apresentaremos os entrevistados nesta pesquisa.

Daniel Dias é ex-atleta paralímpico de Natação nascido em Campinas (SP), em 24 de maio de 1988, com uma malformação congênita nos membros superiores e na perna direita. Aos 14 anos, Daniel descobriu o esporte paralímpico ao ver na TV o nadador Clodoaldo Silva, durante a disputa dos Jogos Paralímpicos de Atenas, em 2004. Como nadador paralímpico, Daniel disputou quatro edições dos Jogos Paralímpicos, em Pequim (2008), Londres (2021), Rio (2016) e Tóquio (2021) e, nelas, consagrou-se como o maior medalhista paralímpico da história do Brasil: foram 27 medalhas, sendo 14 de ouro, sete de prata e seis de bronze. Também foi o único atleta do país a receber três vezes o Prêmio Laureus, maior condecoração concedida a esportistas em todo o mundo. Depois dos jogos disputados no Japão, Daniel anunciou a aposentadoria do esporte (CPB, 2021)⁵². Na época, o atleta se dirigiu principalmente às crianças, ao dizer adeus ao esporte paralímpico:

⁵² Para mais detalhes, ver:

<https://cpb.org.br/noticia/detalhe/3542/major-medalhista-paralimpico-brasileiro-daniel-dias-se-despede-das-piscinas-em-4o-lugar-nos-50m-livre>. Acesso em 03 de junho de 2023.

Gostaria de agradecer a Deus pelo dom que me deu, por tudo que me deu no esporte. Obrigado. A palavra é gratidão. É difícil conseguir falar. Espero que muitas crianças, com deficiência ou sem, estejam vendo e assistindo. Acreditem no sonho de vocês. A deficiência não define quem somos. Gratidão é o principal sentimento agora (DIAS, 2021, s/p)⁵³.

Depois da aposentadoria, Daniel Dias passou a atuar como membro do Conselho Nacional de Atletas e da Assembleia Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Também trabalha dando palestras em todo o país e se dedica, ainda, ao Instituto Daniel Dias, fundado em 2014. O instituto oferece treinamentos de natação para pessoas com deficiência em Bragança Paulista⁵⁴.

Maria Carolina Santiago nasceu em Recife (PE), em 02 de agosto de 1985, mas foi criada em Caruaru, no interior de Pernambuco. A atleta paralímpica de natação nasceu com uma síndrome rara chamada de *Morning Glory*. A doença, que atinge o sistema nervoso, reduziu a capacidade de visão de Carolina para 30%. A prática do esporte começou ainda criança, com quatro anos de idade. Oito anos depois, a atleta já passou a competir entre esportistas com deficiência em mar aberto. Aos 17 anos, Carolina ficou completamente cega e só voltou a praticar natação dez anos depois. Aos 33, a atleta se reencontrou com piscinas, em um clube de natação paralímpica de Porto Alegre. Três anos depois, aos 36, Carolina estreou nos Jogos Paralímpicos de Tóquio. E foi uma estreia arrasadora: Maria Carolina Santiago subiu ao pódio cinco vezes e conquistou três medalhas de ouro no Japão. Entre todos os atletas que estiveram nesta edição dos jogos, a pernambucana só ficou atrás de dois atletas da natação em número de medalhas.

Verônica Hipólito nasceu em 02 de junho de 1996, em São Paulo (SP). Aos 12 anos, passou pela primeira cirurgia da vida, para retirar um tumor na cabeça. Aos 14, teve um AVC, mesmo sem nenhuma doença preexistente e nenhum caso na família, e, depois dele, ficou com a parte direita do corpo paralisada. Em 2013, Verônica entrou para o movimento paralímpico, no atletismo. Foi campeã mundial com 17 anos, logo na estreia que fez na competição - a quarta dela como atleta profissional. Em 10 anos de carreira, Verônica já somou títulos de campeã mundial dos 200m rasos, vice-campeã mundial dos 100m rasos; sete vezes medalhista em jogos Parapanamericanos e duas vezes medalhista em Jogos Paralímpicos, prata nos 100m rasos e bronze nos 400m nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Mais detalhes em: <https://danieldias.esp.br/daniel-dias/>. Acesso em 03 de junho de 2023.

Tiago Silva nasceu em Pinhais (PR) em 28 de setembro de 1995. O atleta é ala defensivo na seleção brasileira de Futebol de 5, para jogadores com deficiência visual. Tiago nasceu com alta miopia e, aos 2 anos, sofreu um descolamento de retina no olho esquerdo. Pouco depois, aos 5, o mesmo ocorreu com o olho direito e o atleta ficou completamente cego. Depois de passar pela natação, atletismo e goalball⁵⁵ Tiago começou a praticar futebol para atletas com deficiência, o Futebol de 5, em 2009, depois de conhecer o esporte no Instituto Paranaense de Cegos, em Curitiba (PR). Quatro anos depois, Tiago Silva foi convocado pela seleção brasileira pela primeira vez. Há dez anos, o atleta faz parte do apanhado brasileiro que disputa competições internacionais. Entre as principais conquistas ao longo da carreira estão títulos como o Parapan de Toronto (2015) e Lima (2019); o Campeonato Mundial de Madri (2018) e o ouro nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro (2016) e Tóquio (2021).

Afonso Garschagen nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) em 3 de abril de 1977. Depois de cursar Direito por três anos, entrou na faculdade de Comunicação Social, onde acabou se formando. Em 2000, começou a estagiar no SporTV, sendo contratado três anos depois como editor do RJTV2 e Jornal da Globo, da TV Globo. Em 2005, seguiu para o Bom Dia Brasil, onde “teve um importante papel na renovação de linguagem do conteúdo esportivo exibido pelo telejornal” (MEMÓRIA GLOBO, 2021)⁵⁶. Em 2008, Afonso foi convidado a compor a equipe do Globo Esporte. Como editor-chefe, participou de coberturas importantes e o desenvolvimento de programas especiais. Passou, ainda, pela chefia do Esporte Espetacular e, desde 2007, atua como gerente de programas do Esporte da TV Globo.

6.1.1 Histórias de vida, esporte e deficiência

Antes de ser observado com as lentes midiáticas que tantas vezes veem a realização do impossível, o atleta paralímpico precisa superar obstáculos abrigados

⁵⁵ O esporte também é exclusivamente praticado por atletas com deficiência visual. Os jogadores são arremessadores e defensores ao mesmo tempo, em uma disputa de bola feita com a mão. A bola, aliás, tem um guizo que sinaliza a direção para os jogadores. O objetivo do jogo é marcar gols. Mais informações em: <https://www.cpb.org.br/modalidades/56/goalball>. Acesso em 17 de junho de 2023.

⁵⁶ Mais detalhes em: <https://memoriaglobo.globo.com/perfil/afonso-garschagen/noticia/afonso-garschagen.ghtml>. Acesso em 17 de junho de 2023.

na vida real. São histórias vividas, mais do que histórias de vida idealizadas em tela pela narrativa televisiva. O primeiro desses obstáculos diz respeito ao reconhecimento da deficiência como característica intrínseca à identidade. A dimensão do reconhecimento guarda lutas que visam à superação dos padrões culturais de subordinação (FRASER, 2003). Para os atletas paralímpicos, essa superação passa, primeiro, pela vivência a partir das características que os diferenciam — e grande parte dessas características é observada a partir da deficiência. Congênita ou adquirida, a deficiência impõe a esses atletas uma realidade de obstáculos não só durante a prática esportiva, mas, e principalmente, no trajeto até a realização do sonho de viver do esporte.

De todos os atletas que entrevistamos, apenas Daniel Dias nasceu com deficiência — o restante acabou adquirindo-a ainda criança ou já na pré-adolescência. Ao mencionar seu trajeto antes de se transformar no maior campeão paralímpico da história do país, o nadador aposentado se apresenta já a partir da deficiência, em sintonia com a experiência do esporte, mesmo sem nem sonhar, à época, com o futuro nas piscinas.

Eu sempre fui uma criança muito ativa, sempre gostei de esporte, gostava de praticar esporte, eu continuo gostando, mesmo após Tóquio. E o esporte sempre esteve presente na minha vida. Na realidade, eu vivia em Camanducaia, uma cidade do interior de Minas, e **eu achava que, sendo bem curto e grosso, no sentido de dizer: eu achava que era o único deficiente que praticava esporte, porque eu não via isso, né?** Claro, ali no meu ambiente, na minha realidade (Daniel Dias).

A invisibilização da deficiência como elemento de pluralidade e diversidade social também fez com que Verônica Hipólito não cogitasse o esporte paralímpico como possibilidade real, após descobrir que as sequelas de um AVC seriam permanentes.

Eu não tinha visão do que era o esporte paralímpico. **Eu nem sabia o que eram pessoas com deficiência, porque é uma coisa que eu falo muito hoje. Você não vê.** Se você não visse mulheres na televisão, nós não saberíamos que nós poderíamos estar lá. Se nós não víssemos mulheres médicas, não saberíamos que poderíamos estar lá. (...) **Naquela época, quando falaram para mim, olha, eu acho que você pode entrar no movimento paralímpico. Eu e a minha mãe ficamos assustadas, porque o movimento paralímpico são pessoas com deficiência e, espera, eu não sou uma pessoa com deficiência. Porque, qual é a primeira imagem que a gente tem? Uma pessoa parada, assim, dura, em uma cadeira de rodas. Uma pessoa amputada** (Verônica Hipólito).

Antes de alcançar o atleta, o estereótipo é também a realidade da pessoa com deficiência. Quando nasce ou adquire uma deficiência ao longo da vida, o

sujeito passa a ser visto como uma vítima do destino, agora presa ao corpo e dependente de outras pessoas para realizar atividades cotidianas, em uma imagem que o torna digno de pena (NELSON, 1994). No decorrer da história, as pessoas com deficiência sempre foram tratadas a partir da diferença, do medo e da superstição. Na antiguidade, eram sujeitos fora do “tipo ideal” e não tinham a mesma valorização social que pessoas sem deficiência (MARQUES, 2010, p. 97).

Entender a deficiência a partir da construção social que deriva desses estereótipos faz com que muitas pessoas acometidas por ela neguem sua condição, por medo de também sofrerem os mesmos estigmas. Mesmo tendo nascido com uma baixa visão severa, Maria Carolina Santiago, por exemplo, chegou a evitar o esporte paralímpico.

Não tive nenhum contato, nunca tinha visto uma prova paralímpica sequer. Na verdade, eu mesma tinha um grande preconceito. **Eu não queria ser paralímpica, né? Então eu nunca nem procurei saber.** Mas eu acredito que eu posso te falar que, assim que eu entrei, eu via que o esporte paralímpico tinha atletas grandes atletas de nome, né? Tipo Daniel Dias, tinha o André Brasil, que eram um grandes referências. Pessoas que eram muito medalhistas (Maria Carolina Santiago).

A inspiração em quem já estava no movimento paralímpico é apontada como essencial para superar o estigma da compaixão a que são submetidas as pessoas com deficiência. Wheeler *et al.* (1999) apontam que a carreira de um atleta paralímpico pode ser dividida em três fases: na primeira delas, há a iniciação no esporte, formal ou informalmente. Nesta primeira etapa, o atleta começa a desenvolver identificação com o esporte, além de autoestima e consciência corporal. Nesta etapa, a iniciação esportiva permite à pessoa com deficiência aumentar seu círculo social. No entanto, já neste início, surgem os primeiros enfrentamentos a problemas de redistribuição:

Quando eu cheguei e falei para os meus pais que eu queria aquilo, a gente sabia que ia ser difícil, né? **No começo, a gente tinha que desembolsar bastante, com questões de passagem, às vezes, para treinos também. No começo foi bem bem sofrido, porque na época que eu comecei, não tava bem evoluído, o futebol ainda estava caminhando, né?** A turma quase não ouvia falar do esporte paralímpico, no geral. O esporte paralímpico, ele foi crescer mesmo, na minha visão, principalmente depois do Rio 2016 (Tiago da Silva).

Foi assim também com o próprio Daniel Dias, que, no início da carreira, precisava sair do estado mineiro, em que vivia, e ir até Bragança Paulista para conseguir treinar.

Eu tinha que fazer essa viagem todos os dias. E aí, era onde que demandava um custo. (...) **E eu sempre falo do "paitrocínio", né? Meu pai que bancava, mas era muito difícil. Então, tinha muita coisa que eu não conseguia fazer, que hoje eu vejo que existe uma realidade diferente.** Mas, às vezes, a gente se apega muito ao que acontece no Comitê Paralímpico Brasileiro, mas **eu sei que, na realidade, no interior, nas cidades que tentam desenvolver o esporte, essa é a grande dificuldade, ainda. A gente vê aqui. Eu tô muito próximo de São Paulo, em Atibaia, no meu projeto social... Como é difícil. É difícil você conseguir que os pais tragam os filhos, porque os pais não têm condições** (Daniel Dias)

Esses prejuízos materiais também podem ter como causa o estigma a que pessoas com deficiência são comumente sujeitas. Ao serem observadas como incapazes e improdutivas, elas podem experimentar o isolamento social e, na mesma medida, a vulnerabilidade econômica ao não conseguir se colocar no mercado de trabalho (FIGUEIREDO, 2014). Mas os problemas na dimensão redistributiva não excluem os vividos pelas pessoas com deficiência no âmbito do reconhecimento. Depois de começar no movimento paralímpico em 2013 e disputar o Campeonato Mundial ainda no começo da carreira, a velocista Verônica Hipólito foi não só campeã, como também recordista mundial já na estreia que fez na competição. A virada de chave como profissional também abriu os olhos da atleta para os problemas sociais que ela enfrentava como pessoa com deficiência.

Foi muito louco, porque, pelo meu tempo, quando cheguei lá, não era para eu ter passado a eliminatória. Só que eu comecei a melhorar muito, no que a gente chama de fator competição (...). Em todas as grandes competições, eu não cheguei com os melhores tempos. E todos eu fiz lá. **Após a vitória, eu entrei como uma atleta de altíssimo rendimento. Eu entendi o que era capacitismo. Entendi mais o que era ser pessoa com deficiência, o movimento da pessoa com deficiência. Hoje eu sou atleta, gestora, militante, o que você puder imaginar...** (Verônica Hipólito).

Ao encontrar espaços de visibilidade social a partir de capacidades que a tornavam uma atleta de elite — Verônica Hipólito viu o esporte marcar o que pode se considerar o início da busca pela superação de padrões culturais e econômicos de subordinação. O esporte, assim, virou trampolim para lutas por reconhecimento e redistribuição em âmbitos ainda maiores, já pensando nas pessoas com deficiência enquanto grupo, não mais de maneira individualizada. Para muitos, a principal ferramenta de evolução na busca por justiça e paridade de participação repousa no direito:

(...) E aí, a verdade é que, assim, você vai pesquisando, você vai conversando com um, conversando com outro... **E aí, eu fui descobrindo que o deficiente não paga passagem. Então, eu preciso fazer isso aí. Como que eu faço isso? Aí é aquela questão de novo, você conversa um, conversa com outro: ó, dá entrada nisso aqui, porque tem que ir**

para Brasília. É claro que não era tão tecnológico como é hoje. Então, você tinha que mandar por correio, levava uns dois meses para ter uma resposta e a resposta chegava, às vezes falava: ó, tá faltando a documentação tal. Aí, você tem que fazer o processo de novo até conseguir. **Eu consegui o passe livre, né? Eu consegui para fazer uma viagem que eu não pagaria a passagem, mas, até esse momento, foi bem difícil. E eu volto a falar: são esses momentos, aí, que são cruciais, onde a gente ainda pede bastante talento, porque a tendência é que essa pessoa não continue, a família não consegue** (Daniel Dias).

Então, eu não usava os meus direitos. Porque eu ficava assim: putz, eu estou usando isso como privilégio. Depois, eu passei a entender que se eu quiser entrar na cota de pessoas com deficiência, eu vou entrar porque eu sou. Se eu quiser utilizar a vaga de pessoa com deficiência, eu vou utilizar, porque eu sou. Eu estou seguindo a lei. **Eu tenho meu carro PCD, tenho o papelzinho. Enfim, se eu quiser entrar na fila de prioridade, eu vou entrar, porque eu sou e porque está lá na lei.** Ontem mesmo eu tive um problema na faculdade. Eu estacionei meu carro na vaga PCD, como sempre estaciono. Veio um segurança falar que estava denunciada, porque estava estacionando sempre lá. Eu falei eu sempre estaciono aqui. Ele falou: “ah, mas aqui é pra pessoa com deficiência. ah, mas você é?”. Sou, tá aqui o papel. **Antes, eu tinha medo. Hoje, eu mostro e ainda falo: se a pessoa que me denunciou vier, alguém vir um pouco arrogante e dizer isto aqui é para pessoas com deficiência, eu falo: eu sou** (Verônica Hipólito)

Essa autodemarcação social a partir da deficiência, enquanto um elemento de grupo, pode ser considerada, também, uma ferramenta de empoderamento para a busca por paridade de participação. Isso porque o reconhecimento do que os torna comuns, mesmo tendo em vista as suas diferenças abre caminhos para um debate possível, que considere as demandas de todos, mas, ao mesmo tempo, de cada um. Nos parece, a partir das entrevistas, que o elo que une os atletas paralímpicos a partir de sua condição física parte do pressuposto de um obstáculo comum a todos: perceber a deficiência como característica, antes de imaginar caminhos possíveis para prosperar no esporte. Essa percepção se configura, pois, como o primeiro obstáculo na luta por reconhecimento: o auto-reconhecimento como pessoa com deficiência. Esse aspecto não é englobado pelo enquadramento multimodal audiovisual do EE porque, em geral, as reportagens privilegiam a dramatização a partir das histórias individuais, em detrimento de seus problemas comuns.

Debater questões de interesse social é um dos pressupostos do jornalismo no que diz respeito a seu papel fiscalizador e transformador. O papel central que a narrativa jornalística tem em um contexto de mudanças sociais e estruturais necessárias será discutido na seção a seguir.

6.1.2 Luz, câmera... (super)ação! O atleta paralímpico no centro de uma luta invisível

O espaço midiático representa, por essência, uma arena que produz quadros de sentido simbólicos a partir de discursos dominantes na luta social (MAIA, 2018). Pensando dessa forma, ao seguir padrões hegemônicos sociais e reproduzir injustiças em quaisquer dimensões, o jornalismo também pode colaborar para a perpetuação de estigmas importantes — que subjugam pessoas com deficiência e representam entrave na luta desses atores por condições de participação como pares do processo dialógico social.

A visibilidade, dentro desses espaços midiáticos, é, portanto, ferramenta indispensável na busca por paridade de participação. Nosso recorte apontou uma presença maior de reportagens sobre o tema paralímpico no período imediatamente após a realização dos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016, e em 2021, ano da edição de Tóquio. A ausência na pauta em anos importantes como 2020, quando o mundo em pandemia fechou as portas e abriu grandes vazios sociais evidenciou uma cobertura não-recorrente sobre temas caros aos atletas com deficiência, fato reconhecido pelo então editor-chefe do EE:

É difícil, porque eu acho que é uma falha. Eu acho que a gente deveria aprimorar. É tão difícil de olhar para as nossas falhas e, tão facilmente, ter uma resposta objetiva para isso. O porquê não sei, não sei, acho que é algo que precisa melhorar. Não vou negar que a presença de Fernando Fernandes, ela tinha esse olhar também. **O Fernando Fernandes era um produto muito bom** (Afonso Garschagen)

A fala evidencia o que os números e nossa análise de enquadramento multimodal audiovisual comprovam: das 98 reportagens coletadas durante o recorte, 21 eram do Sobre Rodas, quadro protagonizado por Fernando Fernandes. É possível pensar que a presença do quadro agiu serviu tanto para preencher, ainda que de forma não-intencional, a lacuna deixada pela falta de cobertura do alto rendimento no esporte paralímpico, quanto porque tinha potencial de ser explorado financeiramente. Além de servir como vitrine de um atleta com deficiência idealizado — apresentado sem os problemas advindos da deficiência, da dura rotina de treinos ou da falta de recursos materiais para exercer a própria profissão, por exemplo — o quadro Fernando Fernandes também se mostrava interessante do ponto de vista mercadológico, já que alguns episódios chegaram a ser patrocinados:

(...) parte dele foi patrocinado pela Volkswagen. Depois dele já existir sem patrocínio e teve um momento que foi patrocínio Amarok, mas depois também não foi mais. É como se a gente tivesse o Sobrerodas, aí Amarok se interessou em patrocinar x número de episódios, com uma pegada específica. Adoraria que estivessem patrocinado tudo, mas não foi o caso. O que de certa forma, também me deixa também feliz é poder dizer que algo que a gente investiu tem dois lados fundamentais: o produto era muito bom. Eu, particularmente, era muito fã do produto, achava, assim, incrível, muito bom. Ele é uma figura muito legal, interessante. E a cara do EE, essa pegada de aventura. (...) Em segundo lugar, porque, assim, **era um espaço que, para mim, era quase perfeito para ter uma pessoa com deficiência, porque era tudo aquilo que a gente acha que tem que ser** (Afonso Garschagen)

Como figura central do quadro Sobre Rodas, Fernando Fernandes superou o próprio estigma ao ser representado como um atleta que supera desafios, a despeito de sua deficiência. O reconhecimento, neste caso, é oferecido por meio do apagamento de sua deficiência, em uma narrativa anti-estigma e que se aproxima, na maioria das vezes, do *supercrip*.

Essas estratégias, no entanto, não se aplicam ao restante dos atletas paralímpicos, profissionais do esporte que representam o país em competições ao redor do mundo. A diferença fundamental está, primeiro, na visibilidade oferecida a este grupo. Na avaliação de Afonso, o oferecimento de um espaço maior para agenda paralímpica ainda é um caminho em construção.

Eu acho também está muito ligado, hoje, a uma construção conjunta que a gente tem que fazer com o interesse da sociedade, né? **O esporte paralímpico**, de maneira geral, a gente não vê esse interesse espontâneo, **a gente não vai na padaria e vê o pessoal comentando**. Então, eu acho que são dois lados. **Eu acho que a gente faz, sim, a nossa parte. A gente dá** (Afonso Garschagen).

A fala aponta para a sobreposição do interesse mercadológico, que, naturalmente, rege toda e qualquer produção audiovisual, sobre as demandas sociais de um grupo minoritário. No entanto, a partir da análise de enquadramento encontramos indícios de que, enquanto a pauta paralímpica tem seu interesse público questionado, o EE aposta em trazer histórias de vida com a certeza de que, a partir desse aspecto, há conexão com a audiência.

Nossa análise de enquadramento multimodal audiovisual identificou também que, como padrão, a narrativa do EE é construída de forma ambígua: ao mesmo tempo em que enaltece a prática esportiva em suas escolhas imagéticas e dá visibilidade à deficiência, por meio de narrativas de emoção que encontram amparo nas histórias pessoais dos atletas paralímpicos, o programa elege personagens que

têm sua condição física demarcada pela deficiência ignorada. Como já explicamos, essa prática se realiza em casos específicos, como os de Fernando Fernandes e Daniel Dias, por exemplo. Essa estratégia noticiosa vai ao encontro do reconhecimento individual das capacidades, não pavimenta debates necessários que possam perpassar os atletas com deficiência enquanto grupo. Afonso reconhece essa individualização do tema paralímpico, centralizado em Fernando Fernandes, um personagem que beira a idealização do atleta com deficiência.

Ele era um cara que desafiava seus limites e, raramente, a deficiência dele aparecia como protagonista. Quando aparecia, era em um momento específico, em que ele fazia questão de colocar, de maneira muito orgânica, pra dizer: eu preciso disso, eu preciso daquilo. Ele falava isso sempre de forma muito natural, orgânica na construção da história e passava longe daquela posição, que a gente sempre tem um medo, da pena, que mistura com capacitismo, enfim. Mas aí, você tem um extremo, né, que é o Fernando Fernandes, mas, às vezes, a gente tem outros extremos, em que a história de vida daquela pessoa, escolhida por ela, como narrativa dela própria, tem a deficiência como ponto fundamental. Ela coloca dessa forma. Ela mostra como o esporte, né, e eu citei aqui o esporte como elemento transformador, como o esporte como ferramenta de transformação na vida dela foi fundamental até para se ressocializar, por conta da sua deficiência (Afonso Garschagen).

Há, em foco, um dilema difícil de resolver: o papel central da deficiência nas narrativas jornalísticas também é apontado como um problema pela velocista Verônica Hipólito. Mas, ao mesmo tempo em que pede um distanciamento do foco único e exclusivo na condição física, ela compreende que as dimensões distributivas que permeia a trajetória do atleta paralímpico precisam ser percebidas de maneira diferenciada, sob pena de se oferecer remédios iguais para injustiças com gravidades distintas.

Tudo bem você explicar a deficiência no início, mas, pô, fazer dez matérias explicando a mesma deficiência. Então, **já expliquei a amputação da perna, como ele teve, por que não explicar agora quantas medalhas ele conquistou?** Por que não fazer uma matéria mais polêmica: será que prótese ajuda ou não ajuda? **Por que a gente não fala de custo de material, que pra uma criança e um jovem começar a querer correr ou fazer algum esporte é R\$ 20 mil? No que isso entra em política pública?** Por que a gente não fala de deficiências visíveis e invisíveis? Eu não vou pegar você, Helen, e falar assim: porque você é preta, eu vou fazer dez matérias falando toda hora, porque você é preta, o que você sente sendo preta. Eu posso fazer dez vezes, mas eu posso falar sobre várias outras características suas e muitas outras coisas da sua jornada. Por isso que eu falo: **é capacitista**. Porque me diz uma matéria, uma, não to pedindo nem duas, do movimento paralímpico, que você tenha visto que não tenha focado absurdamente na deficiência (Verônica Hipólito)

Essa ambiguidade narrativa é também encontrada no enquadramento multimodal audiovisual que fizemos das reportagens do EE. No entanto, a

exposição dessas demandas distributivas não encontra amparo na pauta do programa, porque a valorização das histórias individuais se sobrepõe à observação de problemas comuns ao grupo dos atletas paralímpicos. Para esses atores, a visibilidade na mídia é capaz de oferecer remédios para as injustiças experimentadas nas três dimensões: econômica, cultural e de representação política (FRASER, 2007). A primeira delas diz respeito ao acesso a recursos financeiros, que podem vir de políticas públicas ou de patrocínios. Ao serem vistos em ação, retratados pelo jornalismo, os atletas paralímpicos podem pleitear melhores condições de trabalho, como explica Daniel Dias.

A visibilidade é dindin no bolso para o atleta, porque o esporte é caro, gente. Esporte de alto rendimento é caro, porque, às vezes, é, pô, nadar. O cara precisa de uma sunga, o cara precisa de uma touca... Realmente ele precisa disso também, mas ele tem toda uma suplementação, ele tem a preparação que ele faz. Então, não são todos que conseguem ter uma equipe multidisciplinar parceira, ali, que faz uma parceria com ele. Ele precisa tirar do bolso para ele ter os melhores profissionais. Então, tudo isso gera um custo para o atleta. E é, assim como você falou, né, de visibilidade na questão do jornalismo, vamos dizer, assim é para as empresas, porque o que que acontece? As empresas passam e dizem: ah, é verdade! (...) A visibilidade, ela vai trazer esse benefício para o atleta, de empresas patrocinarem, falarem: poxa, é rentável patrocinar um cara desse, porque ele tá ali. O esporte paralímpico está sendo lembrado. Porque, no final das contas, é número (Daniel Dias)

E esses números apontam para diferenças fundamentais em quantidade e qualidade da cobertura midiática sobre atletas olímpicos e paralímpicos e para outra tensão: a ideia de que, talvez, uma visibilidade que se realize nos limites capacitistas seja melhor que nenhuma visibilidade. A reflexão aponta para a necessidade de negociações políticas com vistas à representação simbólica. Enquanto Daniel Dias parece compreender o que está em jogo, dado que, hoje, ocupa um cargo no Comitê Paralímpico Brasileiro, atletas que ainda competem, como Verônica Hipólito, parecem ter uma visão mais unilateral, mesmo já tendo trabalhado como comentarista dos Jogos Paralímpicos de Tóquio, no SporTV.

Eu vi que algumas coisas não aconteciam porque as pessoas [jornalistas] não tinham poder de fala e não somente por falta desse poder, mas porque elas realmente não sabiam a fundo como explicar. E aí, eu tenho uma dúvida até hoje: elas não falavam porque elas achavam que não estavam no lugar de fala? Ou elas não falavam e não produziam matérias sobre porque se vende muito mais colocando uma música de violino e piano ao fundo do que explicando algo e empoderando? (Verônica Hipólito)

Sobre as diferenças de cobertura, Figueiredo (2017) que uma das estratégias narrativas da mídia em relação aos atletas paralímpicos repousa na

comparação. A autora observou a presença de *slogans* que comparavam Ricardinho, do futebol de 5, a Lionel Messi — na pesquisa que empreendemos, Ricardinho foi comparado a Pelé, sendo, inclusive, chamado de “Pelé Cego” — e comparações entre o então nadador Daniel Dias e o norte-americano Michael Phelps.

É até engraçado, se você pegar algumas entrevistas minhas no início, lá, quando começam a comparar com ele, a minha resposta era bem seca assim, sabe? Não, sou Daniel Dias, sabe? E aí, depois eu já começo a brincar sobre essa... porque daí eu fui entendendo. Meu, olha que incrível, isso. É o Phelps paralímpico, saía em alguns lugares, né? E que bom. E que bom, porque isso vai dar visibilidade para o movimento paralímpico. Pelo menos vai abrir portas, para que eu possa falar do esporte paralímpico (Daniel Dias)

Ainda que possam representar até uma certa forma de prestígio, do ponto de vista do reconhecimento, essas comparações podem ser um entrave na luta por redistribuição, principalmente quando se comparam os assuntos em pauta nas coberturas olímpicas e paralímpicas.

Primeiro, a gente fala do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, que é um dos cinco maiores e melhores centros de treinamento do mundo. Se fosse olímpico, provavelmente teriam várias pessoas, várias marcas querendo colocar lá a marca porque é um dos cinco maiores melhores do mundo. Por que não se coloca? Por que não se fala sobre isso? Segundo ponto: antes do alto rendimento, nós temos a base e a transição, por que a gente não fala sobre o quanto que vem de imposto em cima de próteses, órteses, cadeiras de corrida, que são feitas de fibra de carbono e, por isso, a gente pode falar sobre saúde, sobre desenvolvimento de tecnologia nacional... a gente pode falar sobre políticas públicas e a gente fala sobre esporte de alto rendimento básico. Porque, desculpa, já é difícil comprar uma prótese de R\$ 20 mil que é para uma criança, porque quando é um jovem adulto, a gente fala de R\$ 50 mil para cima. Imagine uma cadeira acima de R\$ 100 mil (Verônica Hipólito).

Quando considerada para além do limite das telas, essa diferença na cobertura tem impactos também na captação de recursos por meio de patrocínios — o que também sinaliza um problema de disparidade de participação entre atletas olímpicos e paralímpicos.

Atletas do movimento olímpico, que eu falo que são atletas sem deficiência, eles ganham a medalha... cai palestra para eles, caem recebidos para eles, cai patrocínio para eles, cai baile da Vogue para eles... Me diz um atleta paralímpico, e eu vou falar de campeão paralímpico para cima, recordista mundial, que tenha sido convidado para o baile da Vogue? Que tenha sido chamado para um patrocínio grande? Os nossos patrocínios normalmente são 30, 40% menores do que o patrocínio de pessoas com muito menos medalhas e conquistas do que nós (...) Teve uma empresa que me ligou esses dias, uma empresa grande, quando eu falo grande é muito grande, é banco, e falou assim pra mim: a gente queria muito você aqui para fazer uma palestra na quarta feira, para duzentas e não sei quantas pessoas. Aí eles falaram assim: mas a gente queria você como amiga Aí eu: ok, eu vou

como amiga, vocês só me paguem o valor que têm que pagar. Será que se fosse qualquer outro atleta, olha, vou pegar minhas conquistas: vice campeã olímpica, terceiro lugar numa Olimpíada, campeã mundial... o Alison, porque lembra muito, o Alison foi terceiro lugar nas Olimpíadas e foi campeão mundial, tô tirando até medalha minha, para me equiparar a ele. Será que iam pedir para ele ir de graça? (Verônica Hipólito).

A não-escolha por temas que tenham como foco principal os problemas estruturais do atleta paralímpico é justificada por Afonso a partir da observação de linha editorial do EE.

A gente já fez reportagens de denúncias sobre escoamento de dinheiro olímpico. Para onde vai, pra onde não vai. Mas isso tem sido menos olhado, tem focos menores para esse tipo de pegada no EE. Até porque aí também é uma zona cinzenta. **Quando o assunto não é esportivo, a gente compete, por exemplo, com o jornalismo. (...) tem outras, como por exemplo, o dinheiro do Bolsa Atleta. A gente fez há uns três anos uma reportagem grande, com Marcos Uchôa, há uns três ou quatro anos, talvez antes da pandemia sobre a grana do Bolsa Atleta.** Acho que foi no EE, mas poderia ser uma reportagem do Fantástico, porque talvez seja mais a cara do Fantástico tratar disso e, cá entre nós, apesar do ambiente ser esportivo, o tema principal não é. Seja qual for o gasto público do Bolsa Atleta, corrupção no Bolsa Atleta, até escoamento de dinheiro. Mas talvez isso seja um foco jornalístico, com o esporte como pano de fundo. **E a gente focou no EE muito mais nas histórias mais leves. É um programa realmente mais leve para a histórias de vida do esporte, esporte como elemento transformador, entretenimento esportivo** (Afonso Gaschagen)

A fala evidencia uma escolha editorial que aponta para o entretenimento em detrimento do conteúdo jornalístico, mas entendemos que isso não se aplica a todos os grupos, já, em outras ocasiões, já foram exibidos materiais com assuntos que não vão ao encontro da definição de histórias de vida ou pautas mais leves. Entre essas reportagens, estão a apuração de crimes de assédio moral⁵⁷ e denúncias de manipulação de resultados no futebol⁵⁸, que receberam espaço no EE.

Pensando a partir da perspectiva do reconhecimento, vários estudos têm se dedicado a compreender como a mídia tem como comportamento usual representar os atletas com deficiência a partir de suas diferenças em estratégias narrativas que vão de um extremo a outro (FIGUEIREDO, 2017; HARDIN; HARDIN, 2003; SHELL; DUNCAN, 1999). Essas narrativas podem ser observadas a partir de sua produção de sentido e sua conseqüente capacidade de abrir ou travar caminhos que levam à paridade de participação.

⁵⁷ Em 2020, o EE levou ao ar a denúncia de atletas da ginástica brasileira sobre assédio moral na seleção brasileira. Mais informações em: <https://globoplay.globo.com/v/9117095/>. Acesso em 01 de julho de 2021.

⁵⁸ Em 2023, a possível manipulação de resultados na Série B do Campeonato Brasileiro também foi pauta no EE: <https://globoplay.globo.com/v/11461668/>. Acesso em 11 de julho de 2023.

Usado como remédio para conectar a audiência ao atleta paralímpico, algumas estratégias de representação simbólica podem, ao exacerbar o lado pessoal desses atores, fazer surtir justamente o efeito contrário à paridade: quando observados unicamente sob o foco da diferença causada pela deficiência, os atletas paralímpicos podem ter direcionados para si comportamentos de piedade e inspiração, no chamado paradigma do coitadinho (KAMA, 2004; NELSON; 1994).

Por outro lado, quando lança mão de uma narrativa que coloca o atleta paralímpico como um mito, uma entidade que supera a própria deficiência em nome do esporte, a mídia pratica o que a literatura aponta como *supercrip* (HARDIN; HARDIN, 2003; GONÇALVES, ALBINO; VAZ, 2009; FIGUEIREDO, 2017; VASCONCELLOS; MACHADO, 2021). Nessa forma de contar histórias, há o reforço de características pessoais e positivas do atleta paralímpico, que o colocam como uma inspiração pelo exemplo. A narrativa da superação acaba por embutir nesse ator um rótulo de perfeição que o coloca acima de qualquer crítica, como se o esporte que ele praticasse não fosse digno de análises negativas por parte da mídia especializada.

Sejam críticos com qualquer pessoa, não é porque eu tenho uma deficiência que você vai chegar pra mim e dizer: “putz, tá tudo bem errar, você não correu bem”. Exige. É isso que eu exijo dos meus profissionais (Verônica Hipólito).

Ao analisarem a cobertura do esporte paralímpico pela rede de televisão norte-americana CBS, Schell e Duncan (1999) identificaram justamente esse padrão mais compassivo em relação à performance esportiva do atleta paralímpico. Quando a derrota ocorre, o fracasso não é evidenciado — ao contrário do que é registrado nos esportes praticados por pessoas sem deficiência. No caso paralímpico, a derrota representava, em si, também uma chance de agradecer pela oportunidade de ter a experiência no esporte.

Argumentamos que essa narrativa vai na contramão do reconhecimento, ao negar a esses atletas a valorização de seu papel como profissional do esporte de alto rendimento, colocando esses atores na condição de praticantes de esporte de reabilitação. O enquadramento multimodal audiovisual do EE aponta justamente para esta característica ao representar o atleta simbolicamente a partir de uma percepção de que eles são sujeitos pouco autônomos politicamente e que precisam ser tutelados.

Essa cobertura exigente, que cobra mais performance do atleta, também não está no centro do que o Esporte Espetacular entende como linha editorial. O programa, que abriga o objeto de pesquisa desta tese, tem características bastante particulares no que diz respeito à forma com que trata os assuntos em pauta. Conhecido pelas grandes reportagens, que abordam temas em profundidade, o dominical é assim definido por Afonso Garschagen:

É um programa que reúne, como linguagem, informação, entretenimento com três pitadas, eu diria assim, fundamentais: brasilidade, focar muito no Brasil, que é uma pegada em geral da TV Globo, leveza e bom humor, como ferramentas também muito ligadas ao domingo e à manhã de domingo (...). Então, o esporte como elemento transformador também é muito importante. **Histórias de vida em que o esporte é apenas um pano de fundo, uma ferramenta para contar a história de vida daquelas pessoas que não são tão ligadas ao esporte.** Em linhas gerais, eu sempre acho isso, são quatro pilares: brasilidade, leveza, bom humor, esporte transformador, informação, entretenimento (Afonso Garschagen).

A observação de cinco anos de EE nos permite dizer que o programa, de fato, prioriza as histórias de vida tendo o esporte como principal fio condutor. No caso específico de atletas com deficiência, essa escolha editorial parece ainda mais evidente, já que, como receita, o EE opta por priorizar aspectos pessoais desses atores para se conectar com a audiência — mesmo aquela que não vê no esporte diário um objeto de interesse. O esporte parece, nesse contexto, mais um meio do que o fim, em si, em uma estratégia que pode ter origem no interesse de atrair o público e fazê-lo conectar-se com o esporte e os atletas. Figueiredo (2017) alerta, no entanto, para a necessidade de diferenciar histórias de vida de histórias de interesse humano. A autora argumenta que “enquanto a primeira relata situações e acontecimentos da vida do atleta, a segunda trata de indivíduos que realizam algum feito para demonstrar que não são deficientes e sim ‘desafiados fisicamente” (FIGUEIREDO, 2017, p. 171).

Enquanto a primeira forma de contar histórias se realiza nos limites do que analisamos como trivialização da notícia, a segunda representa uma forma de estigmatizar o atleta a partir do estereótipo do super-herói. Daniel Dias, um dos atletas que mais aparece enquadrado sob essa representação simbólica do *supercrip*, lembra de inúmeras reportagens que o colocaram na condição de superatleta. Uma delas, em especial, marcou uma mudança de atitude do próprio atleta:

Pô, fizeram uma narrativa, né, de que, ah, o super-herói. É... aquele cara sobrenatural... Mas não tava para o lado esportivo, que é o que eu queria.

Pô, o cara, beleza, sobrenatural, pô, o cara ganhou nove medalhas nos jogos, entendeu? O cara é bom, meu, o cara é fera. O cara é super-herói. Até aí, beleza. Mas não era nesse sentido. **E aí me mostra, assim, meio que, sabe, colocando a prótese... Aquela coisa bem... E aí eu falei, pô, eu não quero mais isso. Herói, dessa maneira, não. E aí, eu também passo a mudar a minha narrativa, porque, às vezes, tende a você também ser conduzido, ali.** E você, na sua narrativa, você diz: ah não, é verdade, pô, eu sofri. Nossa, precisa ver a minha infância. Se eu contar para você aqui, Helen, você chora. Mas tá, o intuito não é esse. O intuito é: tá bom, eu tô contando isso aqui para você, Helen, porque eu quero que você entenda o seguinte: dificuldade, a gente tem na vida, problema a gente tem na vida. A gente vai passar por isso e não é porque eu tenho deficiência que eu sofri mais que você. **Então, eu sempre tentei pensar, vou trazer para esse contexto, porque o jornalista vai vir, às vezes, com uma pergunta assim, que você vai ter que ter o jogo de cintura, ali, de falar: não, é isso. é, foi difícil, mas eu consegui. O esporte transformou minha vida. O esporte fez com que eu pudesse, hoje, estar no alto rendimento, mostrar minha habilidade, mostrar o dom** (Daniel Dias)

Eu acredito que super-herói somos todos, no geral, porque, hoje, você levantar e sair para trabalhar, ir atrás das suas conquistas tá difícil. O mundo, a gente tá vendo como tá e é difícil para todo mundo, seja a pessoa com deficiência ou não. **Então, eu não vejo muito problema, se não abordar essa questão de superação. Porque todos vão ter as suas dificuldades, independentemente da área, independentemente do esporte, né? Mas o que é legal é a conquista? Sim, é a conquista. Mas também é legal você dar uma ênfase, um pouquinho, na questão da trajetória, do que você fez para chegar até ali, né?** A gente batalha todo dia, todo dia. Eu mesmo treino de segunda a sábado para buscar algo, para dar o meu máximo quando chegar os campeonatos (Tiago da Silva)

Outro recurso narrativo criticado por Verônica Hipólito, e encontrado em algumas reportagens analisadas na pesquisa, é a infantilização, que retrata o atleta paralímpico como frágil, que precisa de proteção, como uma criança (Poffo *et al.*, 2017):

Não é porque a gente é muito bom que estão pensando isso, é porque a nossa deficiência era tão grande, mas tão grande, mas tão grande que nós superamos uma deficiência, não precisa superar a minha deficiência, porque a deficiência tá comigo comigo pro resto da minha vida. **Anjo é uma das coisas que eu mais fico brava quando eu vejo na televisão, fico assim. “Ah, meu filho é um anjo que Deus colocou na minha vida”. Essa imagem, sabe? Essa coisa angelical é porque traz essa noção de uma pessoa com deficiência inocente, frágil. E, quando o atleta paralímpico vai competir, esse anjo, esse super herói fica tão batido na cabeça.** E não é assim. Caramba! Correu muito bem, saltou muito bem, fez uma marca muito boa, mas é o quanto que essa pessoa superou aquela deficiência que já faz parte dela. E aí depois virão mais coisas. Isso vira uma cadeia. Então você faz isso no esporte, que é o momento de força, resiliência, enfim, e na hora de falar sobre sexo? E na hora de falar sobre gênero? E na hora de falar sobre outras coisas? Então, eu falo que esporte é o início de tudo (Verônica Hipólito).

A vitimização, também encontrada nos quadros de sentido que identificamos ao longo dos cinco anos observados, foi lembrada por Maria Carolina Santiago:

hoje as reportagens são muito mais interessantes do que propriamente de te fazer mais sensível e procurar tirar um um choro daquela pessoa que tá vendo, ali. Virou muito mais uma informação de uma realização, né? **E mostrando a deficiência não como algo triste, medonho, mas como algo que faz parte daquele ser humano e aquele ser humano é um atleta que realiza. Desse jeito eu me sinto muito bem representada.** Inclusive quando eu participo dessas dessas reportagens. Eu sempre faço questão de dizer: gente, eu gosto muito de fazer reportagens, mas eu gosto de fazer todas para o lado bastante esportivo, mesmo, falando do que eu faço, do meu trabalho, da realização, da performance, né? Eu gosto muito desse tipo de matéria e assim eu me sinto muito mais representada (Maria Carolina Santiago)

Os grifos apontam que a demanda dos atletas paralímpicos é por reconhecimento como esportistas de elite e como atletas com deficiência. Entendemos que repousa nesta questão o choque entre a representação simbólica oferecida pelo EE e as demandas expressadas pelos atores, durante as entrevistas.

O esporte paralímpico visibilizado pela mídia representa, no contexto do empoderamento, uma possibilidade de o atleta paralímpico emitir mensagem direta contra os estereótipos sociais construídos a partir do modelo médico:

Eles acham que a gente tem que ficar em casa, sendo sustentado por alguém, e tal, e não é bem assim. **A gente tem capacidade, né? Até mesmo não só no esporte, mas no trabalho em geral, de fazer as coisas.** Uma vez, eu estava na academia e uma moça falou assim: olha, eu admiro muito você. Falei: por que? Ela disse assim: mesmo você sendo cego, até você tá aqui, desde cedo, treinando, tal. Eu falei: moça, eu sou uma pessoa normal, tem dia que eu também sinto preguiça de estar aqui. Só que esse é meu trabalho, né? Eu me dedico a isso, eu dependo disso. Então, hoje, na academia todos à minha volta chegam, conversam normal, como se não tivesse nada. A gente só tem deficiência, mas a gente é uma pessoa normal, né? Então, quando as entrevistas acontecem, eu fico feliz, justamente por isso. Porque a sociedade vai começando a mudar o seu ponto de vista sobre a pessoa com deficiência (Tiago da Silva)

A emoção foi o recurso mais identificado dentro do enquadramento narrativo que empreendemos, a partir de reportagens do EE. Mesmo nas narrativas em que o esporte ou a performance esportiva eram o foco central, texto e imagem convergiram, inúmeras vezes, na construção emotiva da história do atleta paralímpico. A estratégia é, segundo Afonso, uma marca do EE, independentemente do tema.

O esporte tem muito esse lado emocional na construção das nossas reportagens. E **a gente tem elementos que levam, encaminham para essa emoção. Por exemplo, a música que a gente usa para a trilha, as**

palavras que são escolhidas, até as pausas em que a gente vai. Enfim, você conhece muito bem o audiovisual, **a escolha das imagens. Existe uma construção natural para algumas histórias, para a gente buscar a emoção.** Eu estou falando histórias que nada tem a ver, às vezes, com pessoas com deficiência (Afonso Garschagen)

Essa receita que leva o atleta paralímpico a protagonizar histórias de superação e inspiração a partir de sua deficiência é percebida por Verônica Hipólito:

O movimento paralímpico até brinca: quando vai fazer uma matéria, tem gente que tem até medo: putz, eu vou falar e como eles vão mostrar? Esse é o primeiro ponto. E o segundo ponto, eu sempre brinco que é: eles vão te perguntar uma coisa, eles vão insistir muito na deficiência, **vai ter a música de violino ou de piano ao fundo e vai ter uma imagem em câmera lenta, com um fundo mais azulado, mais acinzentado.** É isso que vai acontecer. **É uma receita.** E por mais que a gente fala assim: não façam isso, as pessoas acabam fazendo (Verônica Hipólito)

Considerando a mídia como espaço de representações simbólicas, também é possível destacar seu papel em selecionar e invisibilizar de forma política alguns atores — como a definir quem pode ou não participar dos processos de deliberação. A dimensão política da luta por justiça revela, segundo Fraser (2009), quem pode ter suas demandas por redistribuição e reconhecimento expostas e de que maneira elas são introduzidas e julgadas na arena pública de debates. Para os atletas paralímpicos, as demandas por representação têm no Comitê Paralímpico Brasileiro um ponto de encontro, já que, para se inserir de forma deliberativa no debate, é preciso, primeiro, contar com representação nos processos de tomada de decisão.

Ainda que essa seja uma demanda menos mencionada pelos atletas paralímpicos entrevistados, ela apareceu imbricada no contexto esportivo durante a fala de Tiago Silva em relação à cobertura feita pela mídia.

Quando se tem um campeonato, eu acho que o jornalismo deveria, digamos, pesquisar um pouco mais sobre as Confederações do Brasil, para ver datas e questões de campeonatos. Até mesmo fases de treinamento da seleção, por exemplo, que é algo que chama bastante atenção, que a turma procura bastante em São Paulo, né? Onde fica o Centro de Treinamento Paralímpico do Brasil. Buscar um pouco mais, né? Poxa, buscam tanto principalmente o futebol no Brasil, que é algo forte, digamos assim, né? O futebol convencional, eles vão atrás de tudo, todas as informações do dia a dia, o tempo todo, seja onde for, dentro do Brasil, fora do Brasil. Então, acho que se o jornalismo ficasse um pouco mais atento às Confederações, ao Comitê Paralímpico Brasileiro, eu acho que seria bem legal, né? (Tiago Silva)

O papel do CPB também recebeu destaque na fala de Maria Carolina Santiago, em relação à captação de novos atletas com deficiência em todo o país —

o que evidencia um papel não só representativo, mas também de manutenção do esporte paralímpico no país, desde a base, em uma demanda por institucionalização.

É um grande trabalho que o Comitê Paralímpico Brasileiro vem fazendo, né? É o departamento de natação, principalmente porque eles estão conseguindo chegar em todos os estados do Brasil, n ? Em dizer: olha, tem isso aqui, tem esporte paralímpico, vamos fazer um festival. Vamos levar o atleta que é desse estado para ir lá para mostrar o que   a natação. É um caminho, n ? (Maria Carolina Santiago)

Considerando a justiça a partir de arranjos sociais que permitam a todos participarem como pares do processo de interação social, esse processo precisa, segundo Fraser (2009) ter como amparo o que ela chama de noção de resultado, ou seja, uma observação de mecanismos efetivos que sirvam de avanço nas questões demandadas. Esses mecanismos podem se desenhar nos limites dos valores democráticos, a partir de ferramentas de políticas públicas, que também poderiam ser melhor debatidas pela m dia especializada.

Falando de política, a política tem que ser de estado, gente. Tem que parar com esse negócio de política partidária. Eu sou do partido tal. Gente, **se a gente não fizer política de estado, as coisas não acontecem. E   nisso que eu vejo o papel do jornalismo ajudar, entendeu?** Aí, não é criar o herói, mas é falar: p , o cara treina numa piscina de 12 metros e ele chegou lá, vamos dizer. Porque você vai ver essas histórias, também. (...) mas é trazer nesse gancho da reportagem, assim: p , acorda, prefeitura, sabe? Acorda, estado, olha aí, meu. Não pode isso. Aí o que eles fazem: eles levam esse cara para São Paulo. T  errado. Deixa ele na casa dele, traga uma estrutura, crie um projeto, crie uma política de estado que você possa melhorar as condições, porque se ele tá ali tem mais gente, tem mais crianç s. Você pega esse caso aí, que você acha que é isolado e leva ele com uma estrutura. Vai dar certo? Claro, ele vai ter uma estrutura melhor e tudo, mas pode dar muito errado também, porque ele vai estar longe da família.(...) Então, para mim, a política, ela tem que ser de estado e a hora que os governantes pensarem nisso, eu tenho certeza que vai ser diferente (Daniel Dias).

O fortalecimento de políticas públicas e do próprio representante *advocacy*, necessidade presente nas falas dos atletas, apontam para uma busca maior por paridade de participação do que pelo reconhecimento realizado nos limites da identidade. Há demandas por redistribuição, representação política, reconhecimento profissional, sendo o jornalismo colocado como possível parceiro de lutas, desde que atento às questões consideradas relevantes para o grupo — o que não parece se realizar no principal programa esportivo do país.

Daniel Dias, hoje, é membro do Conselho Nacional de Atletas e da Assembleia Geral do Comitê Paralímpico Brasileiro. Vive, portanto, a terceira fase

enumerada por Wheeler *et al.* (1999) na carreira do atleta paralímpico. Dizem os autores que, quando se aposenta do esporte, muitos atletas passam a ser porta-vozes das causas universais das pessoas com deficiência, buscando a correção de injustiças. Essa luta, que se desenvolve nas três dimensões nomeadas por Fraser (2009), representa uma forma de usar a visibilidade e o respeito conquistado ao longo da carreira como forma de se manter no esporte.

Ter essa transição de carreira não é fácil, a gente muda muito a rotina. É uma decisão difícil para o atleta, quando ele decide. Aí você tá lá competindo, cê fala: pô, mas acho que dava para ir. Mas aí depois você diz: não, parei mesmo, né? (...) o maior medalhista... que bom que tem esse título, porque ele nos traz essa visibilidade e eu posso falar do movimento paralímpico. Eu posso falar até mesmo do que a gente tava falando aqui antes. Conhecimento para as pessoas conhecerem as pessoas com deficiência, né, saber das deficiências. Pô, tem um programa que diz que nós, o WeThe15, **nós somos 15%, né**. 15% da população mundial tem alguma deficiência. Isso é gigantesco e onde estão essas pessoas? **Então, quando eu falei tem muita gente em casa... Tem muita gente em casa, não é pouca não, tem muita gente. Ser um medalhista me dá uma visibilidade para que eu possa falar de tudo isso. Diversidade, inclusão, esporte paralímpico, pessoa com deficiência** (Daniel Dias)

Daniel Dias evidencia na fala uma missão atribuída a si dentro da dimensão representativa (FRASER, 2009). A partir da visibilidade como um dos atletas paralímpicos mais vencedores de todos os tempos, o ex-nadador reivindica um papel protagonista na construção de caminhos que possam levar a ações concretas para as pessoas com deficiência — enquanto grupo. A partir do acúmulo de capital simbólico como atleta, Daniel compreende suas atribuições políticas e sua força para compor o palco em que as demandas por redistribuição e reconhecimento de atletas paralímpicos e pessoas com deficiência podem ser apresentadas e debatidas.

Atletas que ainda estão em ação como profissionais ainda parecem ancorar suas expectativas na dimensão do reconhecimento e esperam, por meio do esporte, expor as próprias demandas na arena midiática a partir de uma representação simbólica ancorada em suas conquistas esportivas.

Eu acho que seria muito legal, por exemplo, as pessoas saberem que a gente também tá indo em busca do hexa esse ano, né? E que sem a conquista dele ou ficar entre os três, Paris para a gente fica bem complicado. Porque depois, em novembro, tem o Parapan, que também cede uma vaga para Paris. Mas eu ficaria muito feliz se existisse uma cobertura maior de todos os campeonatos, não só do futebol. Eu brigo pela pessoa com deficiência, né? Eu brigo pelo esporte paralímpico, então, acho que, no geral, eu ficaria muito feliz (Tiago Silva)

Eu queria muito que essa preparação para os jogos fosse algo constante na mídia. Eu acho que é muito importante que as pessoas saibam o que a gente está fazendo e como a gente está fazendo e como a gente tá se dedicando e que as pessoas participem disso para que elas torçam com propriedade, né, durante os jogos. E eu espero, também, que os jogos sejam passados, como foram passados os jogos de Tóquio. Porque foi uma coisa realmente incrível, foi uma coisa muito bem feita sabe, assim, de qualidade. Até hoje, as pessoas que me encontram falam naquilo ali, né, de terem acompanhado, terem torcido, de a gente poder trazer uma medalha pro Brasil e tocar o hino nacional e as pessoas aqui terem escutado. Quantas crianças a gente não é não atingiu, né? Quantos adolescentes, quantas pessoas começaram a praticar esporte, enfim... (Maria Carolina Santiago)

Eu espero que não me retratem somente como uma pessoa com deficiência. Que me retratem como uma pessoa com deficiência, como uma mulher, como uma atleta que conquistou tudo o que eu conquistei em uma época em que eu fiz várias cirurgias. (...) Então, eu quero ser considerada uma gigante, quero que me tratem como eu devo ser tratada, com resiliência, com força. **E se acontece comigo, acontece com todo o movimento.** (...) Eu espero também, que, com isso, já que a gente vai estar mostrando mais, **que a gente fale mais sobre problemas estruturais, atitudinais, arquitetônicos** que existem. É bizarro a gente falar sobre pessoas que fazem marcas incríveis e que elas não conseguem atravessar a rua porque não tem sinal sonoro, porque não tem elevador, rampa, porque tem alguém estacionando na vaga da pessoa com deficiência. (Verônica Hipólito)

Ao observar a forma como atletas com deficiência são retratados na televisão, Vasconcellos e Machado (2021, p. 332) dizem que o esporte se apresenta como um “aliado para que as pessoas com deficiência enfrentem suas dificuldades e superem os limites que ela lhes impõe”. No entanto, ainda que realmente existam na vida real, esses limites não devem estar no centro de uma cobertura midiática que se pretenda justa. Na observação dos atletas que entrevistamos, a deficiência precisa ser considerada principalmente a partir de seus aspectos relacionados à dimensão redistributiva e de representação. No que diz respeito ao reconhecimento, o atleta paralímpico parece rejeitar as lentes com as quais a mídia televisiva sua trajetória: esses atores querem ser vistos para além das limitações, como representantes do esporte de elite, com necessidades específicas, mas muito mais conquistas a comemorar que motivos para lamentar.

Como vimos na primeira etapa da análise, a cobertura do EE se baseia em uma tensão entre a invisibilidade e a saliência da condição física do atleta paralímpico: a deficiência é ora evidenciada por meio de histórias pessoais, ora invisibilizada quando há em tela algum personagem digno de reconhecimento por suas capacidades esportivas. Ao ouvir esses atores, compreendemos que essa demanda vai ao encontro da valorização de suas capacidades esportivas na mesma

medida em que se orienta pelo reconhecimento de sua condição física, a partir da deficiência, em um processo carregado de ambiguidade.

A dimensão da redistribuição, praticamente invisibilizada pelo EE, aparece na fala dos atletas paralímpicos, que se percebem enquanto grupo minoritário — em contraponto à visão individualizada oferecida pelo programa em relação a esses atores. Em relação à representação simbólica, a fala desses atores evidencia esperança de que, por meio da visibilidade disponível no espaço midiático, é possível levar seus interesses à esfera pública — em um processo que deveria terminar com a conquista de direitos. Para que isso se realize, no entanto, estes atletas apontam ajustes de rota que passam tanto pela forma de produzir notícia, quanto pelo conteúdo escolhido para compor a agenda paralímpica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta tese com mais perguntas do que respostas. O percurso que começou ainda no mestrado mostra a linha de chegada bem longe, no horizonte. Interpretar os fenômenos que orbitam em uma questão tão complexa quanto a deficiência trouxe, primeiro, a certeza de que, como sociedade, precisamos nos manter constantemente vigilantes em relação à narrativa empregada para construir quadros de sentido sobre grupos e, principalmente, sobre pessoas. Depois, esse caminho nos faz pensar também que o jornalismo, descredibilizado por interesses políticos que se veem fortalecidos na difusão do que é falso, ainda é visto com esperança por aqueles que precisam de voz na arena política e que, diante dessa responsabilidade tão grande, a atividade profissional

precisa retomar para si o papel de intermediário de demandas — se apresentem elas em quaisquer dimensões.

A metodologia que desenvolvemos aqui, de enquadramento multimodal audiovisual, mostrou contradições importantes na cobertura midiática feita pelo EE. Ainda que se apresente como um programa de entretenimento, mais interessado em histórias com forte apelo emocional, humano, e que tenham como pano de fundo o esporte como elemento transformador, os quadros de sentido apontam para um esvaziamento das demandas por reconhecimento, redistribuição e representação dos atletas paralímpicos. Esses atores são percebidos, majoritariamente, como heróis da própria história, mas sempre sob uma base que não os empodera, não os apresenta socialmente como capazes de representar os próprios interesses na esfera pública. Essa estratégia, reforçada nas dimensões noticiosa e narrativa, caminha na direção contrária quando as imagens e trilhas sonoras são colocadas em perspectiva: essas, sim, representam avanço no sentido do reconhecimento ao retratar atletas em ação, em seus espaços de competição, com melodias que geram no telespectador sensações que vão de enaltecimento pela realização do próprio trabalho ao triunfo diante de adversidades.

Dessa forma, compreendemos que alguns operadores, embora bem intencionados no sentido de enaltecer a carreira do atleta, por meio dos quadros de sentido construídos dentro da dimensão esportiva, parecem apenas travestidos apenas de boa intenção, já que também acabam por promover, na narrativa contextual, a representação simbólica de um atleta que não pertence a um grupo, senão que só tem valor quando observado de forma individual, a partir de sua história pregressa, balizada pela condição de pessoa com deficiência.

Os cinco anos observados nesta tese, depois da realização dos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016, marcam o que todos os atletas entrevistados consideram o melhor momento do esporte paralímpico no país, no que diz respeito à visibilidade. Mesmo assim, a cobertura do EE parece não ter avançado no sentido de valorizar a profissionalização de atletas, pelo contrário. As estratégias noticiosas do programa se baseiam em um paradoxo evidenciado na análise de enquadramento: existe uma tensão entre a saliência dada para a condição da deficiência e seu apagamento em casos específicos. Identificamos que essa tensão surge de acordo com o capital simbólico assumido por determinados atletas, medido pelas conquistas, pela trajetória e até pela fama. Quanto maior esse capital, menor

é a incidência da marca da deficiência na narrativa. Há, portanto, eleitos que parecem ter vencido a barreira do estigma em um processo ambíguo: a invisibilização da deficiência é oferecida pelo EE como marca de reconhecimento, empacotada em uma narrativa que se apresenta como anti-estigma, mas que também pode ser estigmatizante ao mesmo tempo, já que separa do atleta a característica que embasa, fundamentalmente, sua atividade profissional.

O enquadramento das reportagens também aponta para a falta de interesse da pauta do EE em relação às questões abrigadas na dimensão da redistribuição. Ausentes, essas demandas parecem não ter encontrado espaço na arena de debates do programa, porque a prioridade das reportagens repousa no mérito individual. Enquanto a luta pela superação de padrões econômicos de subordinação parece ser fortalecida pela valorização da demanda de grupos, quando estes ganham representação na esfera pública, o EE esvazia este atributo essencial quando prioriza as histórias individuais de superação.

Essa forma de observar o atleta paralímpico representa um obstáculo para o reconhecimento e uma barreira importante, ainda, para a representação. Ao ser representado simbolicamente a partir de sua história individual, com quadros de sentido que o subjugam como um ator que sofre e é vitimizado por sua condição física, o atleta paralímpico vê também sua representação política prejudicada nos espaços de tomadas de decisão. O atleta é vítima e herói (SCHELL; DUNCAN, 1999), mas nunca autossuficiente. Essa observação parte da percepção do papel do próprio Comitê Paralímpico Brasileiro, ouvido de forma decorativa, mais para demarcar a presença institucional como representante *advocacy* do que para propor ações concretas em prol dos atletas paralímpicos. Na dimensão representativa, portanto, os quadros de sentido não mencionam o atleta paralímpico como um sujeito de direitos, mas como alguém limitado física e politicamente: o atleta que vence seus desafios esportivos e recebe reconhecimento por isso é, na mesma medida, majoritariamente apresentado como um ator que, sem autonomia, precisa ser tutelado e embalado pela compaixão.

Defendemos que o reconhecimento das diferenças é um elemento essencial para a paridade de participação (FRASER, 2003). No entanto, como observamos, o EE não se utiliza dessa narrativa para buscar respostas às demandas sociais e estruturais dos atletas enquanto grupo — senão que a observa a partir do que considera interesse humano. A diferença, em grande parte das reportagens

analisadas, é enaltecida dentro dos limites da representação simbólica da superação física, nunca como elemento que baliza as injustiças na dimensão redistributiva. Nos parece que as escolhas do EE se baseiam, nesse sentido, em um paradoxo com vistas à exploração das histórias sob o pano de fundo emocional, não a partir do papel atribuído ao jornalismo. O programa não se assume como intermediário de questões fundamentais para a paridade de participação. Por isso, ainda que atribua a si o rótulo de produto feito dentro dos limites do entretenimento, o EE parece ignorar, ao menos nos assuntos relacionados aos atletas com deficiência, sua missão jornalística enquanto arena de debates públicos, construída a partir de sua capacidade de reproduzir simbolicamente quadros de sentido com vistas à representação política.

Todas essas questões estão abrigadas na fala dos atletas entrevistados nesta pesquisa. Em um movimento também complexo, esses atores demarcam a necessidade de reconhecimento de suas diferenças ao mesmo tempo em que demandam valorização do grupo que representam no debate público. As entrevistas apontam para uma luta que nasce no autorreconhecimento, porque tem origem na autopercepção enquanto pessoa com deficiência. A aceitação da identidade, nesse sentido, parece abrir caminhos para o desenvolvimento de uma carreira como atleta paralímpico. Essa questão, no entanto, é invisibilizada no enquadramento multimodal audiovisual, já que as reportagens privilegiam a dramatização das histórias a partir do personagem individualizado e não do contexto que o define socialmente como pessoa com deficiência.

As falas também evidenciam uma demanda por institucionalização, já que há, por parte dos atletas, confiança nos ideais de paridade de participação a partir da representação política feita pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e das confederações representativas do esporte. A luta por paridade, nesta dimensão, parece se sobrepôr à própria demanda por reconhecimento da identidade do atleta enquanto pessoa com deficiência. Os atletas entrevistados demonstraram a necessidade de olhares atentos às questões relacionadas às políticas públicas, à redistribuição de recursos e ao reconhecimento voltado a si, mas do ponto de vista profissional, não pessoal. Ao se colocarem como protagonistas dessa luta, eles apontaram o jornalismo como aliado na exposição de demandas sociais, desde que as narrativas passem por ajustes necessários à observação justa destas questões.

Entre os atletas entrevistados, notamos que Daniel Dias, ex-nadador paralímpico, reconhece o valor simbólico de suas conquistas e se coloca como porta-voz em busca de visibilidade para as questões de grupo. Desafiando as narrativas individualizantes que ao longo de toda a sua trajetória o retrataram simbolicamente como um herói do esporte, hoje ele se coloca à disposição para representar politicamente os interesses não só dos atletas paralímpicos, mas das pessoas com deficiência enquanto grupo social.

Compreendemos que a tentativa de operacionalizar conceitos tão diversos e densos como os ligados à deficiência e à justiça, a partir do paradigma da igualdade e da diferença, representa um desafio de imensas proporções. Nesse sentido, o esforço de tentar materializar um método de análise possível para imagens televisivas se deu no sentido de esclarecer as tensões políticas que decorrem de escolhas visíveis, mas nem sempre percebidas nos produtos telejornalísticos. As respostas que não conseguimos elaborar a partir da observação das reportagens foram, grande parte, alcançadas nas entrevistas que complementaram a análise, principalmente em relação às formas de produção do EE — a partir da fala do então editor-chefe do programa.

Esperamos que o desenvolvimento do método de enquadramento multimodal audiovisual possa auxiliar outras pesquisas que também assumam como desafio observar como as ferramentas audiovisuais produzem quadros de sentido socialmente relevantes. Observada aqui como uma lente que enquadra os atletas paralímpicos e suas demandas por justiça, essa forma de operacionalização de análise pode servir para observar outros grupos minoritários ou, ainda, questões presentes na arena midiática de debates. Uma possibilidade de avanço nas reflexões que propusemos aqui seria a comparação noticiosa, narrativa e imagética entre atletas paralímpicos e olímpicos ou, ainda, uma análise comparativa entre grupos com deficiência, mas que não pertencessem ao movimento esportivo paralímpico. Se a narrativa estigmatizante observada nesta pesquisa tem como meio e fim o próprio esporte, que tipo de quadros de sentido seriam construídos se ele não fosse o elemento central?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isac Rodrigues de. Trilha sonora e implicações significativas no Cinema—Análise a partir do Filme “1984”. 2007.

ALMEIDA, Luciana Alves Drumond. Deficiência e desigualdades no Brasil: pobreza, inserção no mercado de trabalho e renda. Tese apresentada Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 387 p. 2019.

AMIRALIAN, Maria L. T. et al. Conceituando deficiência. Revista de Saúde Pública, v. 34, p. 97-103, 2000.

ANNE DIFRANCESCO, Darryn; YOUNG, Nathan. Seeing climate change: The visual construction of global warming in Canadian national print media. cultural geographies, v. 18, n. 4, p. 517-536, 2011.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. In: Revista do Ministério Público do Trabalho, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001.

ARAÚJO, Allyson Carvalho de. DIAS, Maria Aparecida; CABRAL, Breno Guilherme de Araújo Tinoco. Marathon: notas sobre a representação do esporte moderno. Esporte e Sociedade, n. 19, 2021.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/INDESP, 1998.

ARCHER, Dane et al. Face-ism: Five studies of sex differences in facial prominence. Journal of Personality and social Psychology, v. 45, n. 4, p. 725, 1983.

ASSIS, Cássia Lobão. Jogos Mundiais Indígenas e o possível exercício da alteridade midiática. Comunicare. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 152-162, 2018.

BADER, Veit et al. Misrecognition, power, and democracy. Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory, p. 244-246, 2007.

BARNES, C. Rehabilitation for disabled people: a „sick” joke? Scand J Disabil Res. vol.5, n.1, p. 7-23, 2003.

BARNES, C.; MERCER G.; SHAKESPEARE, T. Exploring Disability. A Sociological Introduction. Cambridge: Polity Press, 1999.

BARNES, Colin; BARTON, Len; OLIVER, Mike. Disability studies today Cambridge: Polity Press. 2002.

BARNES, Colin; MERCER, Geof. Disability, work, and welfare: Challenging the social exclusion of disabled people. Work, employment and society, v. 19, n. 3, p. 527-545, 2005.

BARRETO, M. A. et al. Esporte paralímpico brasileiro: vozes, histórias e memórias de atletas medalhistas (1976 a 1992). 2016.

BARRY, Brian. Culture and equality: An egalitarian critique of multiculturalism. Harvard university press, 2002.

BECKER, Kalinca Léia. Deficiência, emprego e salário no mercado de trabalho brasileiro. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 49, p. 39-64, 2019.

BELL, P. (2001). Content analysis of visual images. In C. Jewitt & T. Van Leeuwen (Eds.), The handbook of visual analysis (pp. 10–34). Thousand Oaks, CA: Sage.

BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 2435-2445, 2012.

BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. Deficiência, políticas públicas e bioética: percepção de gestores públicos e conselheiros de direitos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, p. 2435-2445, 2012.

BLAUWET, Cheri; WILLICK, Stuart E. The Paralympic Movement: using sports to promote health, disability rights, and social integration for athletes with disabilities. *Pm&r*, v. 4, n. 11, p. 851-856, 2012.

BOLTANSKI, L. (1993) *Suffering at a Distance: Humanitarian Morality, Media and Politics*. Métailié, Paris.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. CATANI, A. M.; NOGUEIRA, M. A. (org.) Petrópolis: Vozes, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: Bourdieu, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, pp. 207-220, 1990b.

BRACHT, V. *Aprendizagem social no esporte*. Porto Alegre: Magister, 1997.

BRAZUNA, M. R.; CASTRO, E. M. A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. *Motriz*, v. 7, n. 2, p. 115-123, 2001.

BRESSIANI, Nathalie. Redistribuição e reconhecimento-Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth. *Caderno CRH*, v. 24, p. 331-352, 2011.

BUCCI, Eugênio. *A Imprensa e o dever da liberdade*. Editora Contexto, 2011.

BUCHALLA, Cassia Maria. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. *Acta fisiátrica*, v. 10, n. 1, p. 29-31, 2003.

BUYSSE, Jo Ann M.; BORCHERDING, Bria. Framing gender and disability: a cross-cultural analysis of photographs from the 2008 Paralympic Games. *International Journal of Sport Communication*, v. 3, n. 3, 2010.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. *Configuração política e relações de poder no trabalho infantil doméstico: tensões nos discursos dos media e de trabalhadoras*. 2014.

CAL, Danila Gentil Rodriguez. *Comunicação e trabalho infantil doméstico: política, poder, resistências*. Edufba, 2016.

CALADO, Ana Margarida. História da Teratologia: A evolução da história dos Monstros (Teratologia). História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, v. 25, p. 305-319, 2022.

CALEGARI, Gabrielle Hoff. A sonorização como produtora de sentido no telejornalismo esportivo do Esporte Espetacular. 2012.

CALVO, A. P. S. Desporto para Deficientes e Media. 2001. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto. Porto, 2001

CARPENTIER, Nico. Media and participation: A site of ideological-democratic struggle. Intellect, 2011.

CERIGNONI, Francisco Núncio; RODRIGUES, Maria Paula. Deficiência: uma questão política. São Paulo: Paulus, p. 70, 2005.

CHARAUDEAU, P. Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CHOULIARAKI, Lilie. The spectatorship of suffering. Sage, 2006.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração, Brasília, v. 14, p. 26- 30, 2002.

CLOGSTON, J. L. Disability Coverage in American newspapers, in J. A. Nelson, The Disabled, yhe media and the information age, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 45-53, 1994.

CORRER, R. Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003.

COUTINHO, Iluska; OLIVEIRA FILHO, José Tarcísio. Cobertura televisiva da corrupção em anos eleitorais: uma análise do enquadramento do caso petrolão nos noticiários de emissoras pública e comercial. Media & Jornalismo, v. 14, n. 26, p. 149-166, 2015.

CRUZ, J. A trilha sonora como produtora de sentido no telejornalismo: uma análise da utilização de sons no Esporte Espetacular e no Jornal Nacional; 2014; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora; 2014.

CUNHA, Maria João; PINTO, Paula Campos. Representações mediáticas da deficiência: um estudo longitudinal na imprensa. Sociologia, Problemas e Práticas, n. 85, p. 131-147, 2017.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 4, p. 555-568, 2014.

DAHL, Marilyn. The role of the media in promoting images of disability: Disability as metaphor, the evil crip. *Canadian Journal of Communication*, v. 18, n. 1, p. 75, 1993.

DALBONI, Gláucia Lima et al. *Concepções e atitudes de graduandos e profissionais de fisioterapia em relação à deficiência*. 2021.

DAVIS, R. W.; FERRARA, M. S. *Sports medicine and athletes with disabilities*. Depauw K, Gavron SJ. *Disability and sport*. Champaign: Human Kinetics, p. 133-49, 1995.

DEPAUW, K.; GAVRON, S. *Sport and disability*. Champaign, IL: Human Kinetics, 1995.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/ Diversitas/USP Legal – São Paulo*, 2013.

DUARTE, E.; SANTOS, T.P. *Adaptação e inclusão*. In: DUARTE, E.; LIMA, S.M.T. *Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225. Editora UFPR. 2004.

ENTMAN, Robert M. Framing US Coverage of International. *Journal of communication*, v. 41, p. 4, 1991.

ENTMAN, Robert M. Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of communication*, v. 57, n. 1, p. 163-173, 2007.

ERTHAL, Natasha Bouvier. *Sons que falam: a trilha sonora como despertadora de sentidos em documentários ambientais criados por meio de processos educacionais*. 2017.

FARR, Robert. *Interviewing: the social psychology of the inter-view*. *Psychology and People: A Tutorial Text*, p. 287-305, 1982.

FIGUEIREDO, T. H. Gênero e Deficiência: uma análise da cobertura fotográfica dos Jogos Paralímpicos de 2012. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 11, n. 2, p. 484-497, 2014.

FIGUEIREDO, T. H.; NOVAIS, R. A. A visão bipolar do pódio: olímpicos versus paraolímpicos na mídia on-line do Brasil e de Portugal. *Logos*, v. 17, n. 2, p. 78-89, 2010.

FIGUEIREDO, T. H. “Atleta Real x Atleta de Papel”: A perspectiva individual dos atletas paralímpicos e sua representação na mídia impressa 2017. 221 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FLORENCE, R. B. P. Medalhistas de ouro nas paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FONTES, M. Uma Leitura do Culto Contemporâneo ao Corpo. *Contemporânea*, v. 4, n. 1, p. 117-136, 2006.

FORESTI, Taimara; BOUSFIELD, Andréa Barbará da Silva. A compreensão da deficiência a partir das teorias dos modelos médico e social. *Revista Psicologia Política*, v. 22, n. 55, p. 654-667, 2022.

FOUCAULT, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (11a ed., M. T. da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque, trads.). Rio de Janeiro: Graal.

FRANÇA, Vera Veiga; TRINDADE, Vanessa Costa. Televisão e quadros de sentido: o trabalho de enquadramento em programas de entrevista. *Revista FAMECOS*, v. 16, n. 38, p. 69-78, 2009.

FRASER, N. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age” In *Justice Interruptus. Critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York & London: Routledge, 1997.

_____. Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta à Judith Butler. *Idéias*, v. 8, n. 1, p. 277-294, 2017.

_____. La política del enmarque: una entrevista con Nancy Fraser. In: FRASER, N. (org.). *Escalas de justicia*. Tradução: Antoni Martínez Riu. Barcelona, Espanha: Herder Editorial, p. 139–156, 2008e.

_____. Reconhecimento sem ética. *Lua Nova* 7, p. 101-138, 2007.

_____. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova: revista de cultura e política*, p. 11-39, 2009.

_____. Repensando o reconhecimento. *Enfoques: Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, v. 9, n. 1, 2010.

FRASER, N.; HONNETH, A. Redistribution or recognition?: a political-philosophical exchange. Verso, 2003.

FREITAS, CAMILA; BENETTI, MARCIA. ALTERIDADE, OUTRIDADE E JORNALISMO: do fenômeno à narração do modo de existência. Brazilian Journalism Research, v. 13, n. 2, 2017.

GAMSON, William A.; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: A constructionist approach. American journal of sociology, v. 95, n. 1, p. 1-37, 1989.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Representação política e lutas sociais: quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos. 2015.

GARCÊZ, Regiane Lucas de Oliveira. Representação Política e Lutas Sociais: Quem fala em nome de quem no debate sobre a educação de surdos. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado)–Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Belo Horizonte.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático, v. 2, p. 64-89, 2002.

GIANNETTI, Louis D.; LEACH, Jim. Understanding movies. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1999.

GLASER, M., Garsoffky, B., & Schwan, S. Narrative-based learning: Possible benefits and problems. Communications, 34, 429–447, 2009.

GOFFMAN, Erving. Frame analysis: An essay on the organization of experience. Harvard University Press, 1974.

_____. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1988.

GOLD, J. R.; GOLD, Margareth, M. Access for all: the rise of the Paralympic Games. The journal of the Royal Society for the Promotion for Health, v127, n3, p 133-141, 2007.

GOMES, Itania Maria Mota. Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, v. 18, n. 1, p. 111-130, 2011.

GOMES, Itania Maria Mota. O embaralhamento de fronteiras entre informação e entretenimento e a consideração do jornalismo como processo cultural e histórico. In: DUARTE, Elizabeth Bastos & CASTRO, Maria Lília Dias (Org.). Em torno das Mídias: práticas e ambiências. Porto Alegre: Sulina, p. 95-112, 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. Telejornalismo de qualidade Pressupostos teórico-metodológicos para análise. In: E-Compós. 2006.

GOMES, Wilson. La poética del cine y la cuestión del método en el análisis fílmico. Revista Significação (UTP), Curitiba, v. 21, n. 1, pp. 85-106, 2004.

GONÇALVES, Gisele Carreirão; ALBINO, Beatriz Staimbach; VAZ, Alexandre Fernandez. O herói esportivo deficiente: aspectos do discurso em mídia impressa sobre o Parapan-Americano 2007. Observando o Pan Rio/2007 na mídia. Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 149-167, 2009.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com necessidades especiais. Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri: Manole, p. 532-568, 2005.

GRABE, Maria Elizabeth; ZHOU, Shuhua; BARNETT, Brooke. Explicating sensationalism in television news: Content and the bells and whistles of form. Journal of Broadcasting & Electronic Media, v. 45, n. 4, p. 635-655, 2001.

GRABE, Maria Elizabeth; ZHOU, Shuhua; BARNETT, Brooke. Explicating sensationalism in television news: Content and the bells and whistles of form. Journal of Broadcasting & Electronic Media, v. 45, n. 4, p. 635-655, 2001.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. Representation: Cultural representations and signifying practices, v. 1, p. 13-74, 1997.

HARDIN, J.; HARDIN, M. Conformity and conflict: Wheelchair athletes discuss sport media. Adapted Physical Activity Quarterly, v. 20 n. 3, p. 246-259, 2003.

HENDRIKS VETTEHEN, Paul; NUIJTEN, Koos; BEENTJES, Johannes. News in an age of competition: The case of sensationalism in Dutch television news, 1995–2001. Journal of Broadcasting & Electronic Media, v. 49, n. 3, p. 282-295, 2005.

HONNETH, A. Teoría crítica. Teoría social hoje. São Paulo: UNESP, p. 503-552, 1999.

_____. Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003a.

_____. Recognition as ideology. In: BRINK, Bert van den; OWEN, David (Eds.). Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory. Cambridge: Cambridge University Press, p. 323-347, 2007.

_____. Recognition or Redistribution? Changing Perspectives on the Moral Order of Society. Theory, Culture & Society, London, v. 18, n. 2-3, p. 43-55, 2001.

HOWE, P. David. Sport, professionalism and pain: ethnographies os injkury and risk. New York: Routledge, 2004.

JANOWSKI, Daniele Andrea; DE MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso. Corpo social e capital corporal: considerações a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 9, n. 2, p. 283-293, 2018.

JOLY, Martine. Introdução à análise da imagem. Papirus editora, 1996.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, v. 4, p. 90-113, 2002.

KAHNEMAN, D. and TVERSKY, A. Choices, Values, and Frames. *American Psychologist*, 39, 341-350, 1984.

KAMA, A. Supercrip versus the pitiful handicapped: reception of disabling images by disabled audience members. In: *Communications*, 29, p. 447-466, 2004

KRIPPENDORFF, K.. Agreement and information in the reliability of coding. *Communication Methods and Measures*, 2011.

KUNZ, Elenor. As dimensões inumanas do esporte de rendimento. *Movimento*. Porto Alegre. vol. 1, n. 1 (set. 1994), p. 10-19, 1994.

LARSON, Stephnie G. Representations of racial-minority Mass Politics. In: _____. *Media and minorities. The politics of race in new and entertainment*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2006, p.13-21 e 81-93

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. *São Paulo em perspectiva*, v. 14, n. 2, p. 51-56, 2000.

MAFRA, Rennan Lanna Martins. Comunicação, ocupação, representação: três olhares sobre a noção de advocacy em contextos de deliberação pública. *Compólitica*, v. 4, n. 1, p. 181-204, 2014.

MAIA, Rousiley CM; CAL, Danila. Reconhecimento como ideologia e democracia: o Trabalho Infantil Doméstico. *ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, v. 8, p. 1-26, 2012.

MAIA, Rousiley. *Mídia e lutas por reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018.

MARKS, D. *Disability: Controversial debates and psychosocial perspectives*. London and New York: Routledge: 1999

MARQUES, C. A. Mídia e deficiência: a violência estampada nas páginas dos jornais. *Lumina: revista da Faculdade de Comunicação da UFJF, Juiz de Fora: Ed. UFJF*, v.4, n.2, p. 215-231, jul./dez. 2001b.

MARQUES, R. F. R. et al. O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu. 2010.

MARTINS, J.; BARSAGLINI, Ri. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 15, n. 36, 2011.

MARTINS, Pedro. Revisitando a teoria da justiça de Nancy Fraser, velhas e novas questões. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 247 p., 2021.

MEDEIROS, C. C. C. de. Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Movimento, Porto Alegre*, v.17, n.01, p.281-300, janeiro/março de 2011

MENDONÇA, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PORTO, Nathália França Figuerêdo. Reconhecimento ideológico: uma reinterpretação do legado de Gilberto Freyre sob a ótica da teoria do reconhecimento. *Dados*, v. 60, p. 145-172, 2017.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, p. 187-201, 2012.

MERLEAU-PONTY, M. *Phenomenology of Perception*. London: Routledge, 1962

MESSARIS, Paul; ABRAHAM, Linus. The role of images in framing news stories. In: *Framing public life*. Routledge, 2001. p. 231-242.

MIRANDA, T. J. Comitê Paralímpico Brasileiro: 15 anos de história 2011. 331f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) ± Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MITTELL, Jason. *Genre and television: From cop shows to cartoons in American culture*. Routledge, 2004.

MORAES J.J. *O que é Música*. 2º Ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.

MORAES, Maria Laura Brenner. Stuart Hall: cultura, identidade e representação. *Revista Educar Mais*, v. 3, n. 2, p. 167-172, 2019.

MORGAN, W. J. Social criticism as moral criticism: a habermasian take on sport. *Journal of sport and social issues*. 26, 281-299, 2002.

MOTA, Paulo Henrique dos Santos; BOUSQUAT, Aylene. Deficiência: palavras, modelos e exclusão. *Saúde em Debate*, v. 45, p. 847-860, 2021.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa Larissa Leda Fonseca. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. *Revista Comunicação Midiática*, v. 12, n. 2, p. 161-176, 2017.

MOURA, L. C. M. A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a super-herói. São Paulo: Iglu, 1993.

MUJICA, Constanza; BACHMANN, Ingrid. How Chilean editors perceive and define the role of melodrama in television news. *Palabra Clave*, v. 18, n. 2, p. 312-340, 2015.

NELSON, J. A. Broken images: Portrayals of those with disabilities in American media. *The disabled, the media, and the information age*, p. 1-24, 1994.

OLIVEIRA FILHO, C. W. et al.. Análise técnica e contextualização da prática 237 esportiva de atletas participantes dos IV Jogos Pan-americanos IBSA 2005. *Revista Conexões*, v4, n1, p. 99-112, Campinas, 2006.

OLIVEIRA, D. T. R. de. Por uma re-significação crítica do esporte na Educação Física: uma intervenção na escola pública. 2002. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2002.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências: Perspectives on conception of disabilities. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 2, n. 04, p. 127-135, 1996.

PAPPOUS, Athanasios; MARCELLINI, Anne; DE LÉSÉLEUC, Eric. La representación mediática del deporte adaptado a la discapacidad en los medios de comunicación. *Ágora para la Educación Física y el Deporte*, n. 9, p. 31-42, 2009.

PAPPOUS, Athanasios; SOUZA, Doralice Lange de. Guia para a mídia: Como cobrir os Jogos Paralímpicos Rio 2016. Brasília: University of Kent/Universidade Federal do Paraná, 2016.

PATERNOSTRO, Vera Íris. O texto na TV: Manual de Telejornalismo, editora Campus. Rio de Janeiro, 1999.

PEREIRA, R. Anatomia da diferença: uma investigação teórico-descritiva da deficiência à luz do cotidiano. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2006.

PIETERSE, Jan Nederveen. *White on black: Images of Africa and blacks in western popular culture*. Yale University Press, 1992.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. A semiótica da canção: letra, música e performance. *Estudos Semióticos*, v. 17, n. 3, p. 19-41, 2021.

PIETROFORTE, Antonio Vicente. A semiótica da canção: letra, música e performance. *Estudos Semióticos*, v. 17, n. 3, p. 19-41, 2021.

POFFO, Bianca Natália et al. Mídia e jogos paralímpicos no Brasil: investigando estigmas na cobertura jornalística da Folha de S. Paulo. *Movimento*, v. 23, n. 4, p. 1353-1366, 2017.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, p. 73-104, 2004.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Tudo normal: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, v. 39, n. 3, p. 111-130, 2017.

ROCHA, Simone Maria. Debate público e identidades coletivas: a representação de moradores de favela na produção cultural da televisão brasileira. *Intexto*, n. 14, p. 30-51, 2006.

RODRIGUEZ, Lulu; DIMITROVA, Daniela V. The levels of visual framing. *Journal of visual literacy*, v. 30, n. 1, p. 48-65, 2011.

ROGERS, Melvin L. Rereading Honneth: Exodus politics and the paradox of recognition. *European Journal of Political Theory*, v. 8, n. 2, p. 183-206, 2009.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, v. 2, p. 343-364, 2002.

RÖSSLER, Beate. Work, recognition, emancipation. *Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory*, p. 135-163, 2007.

SÁ, Leonardo. O Sentido do Som. In: NOVAES, Aduino (org.). *Rede Imaginária – Televisão e Democracia*. 2 ed. São Paulo. Companhia das Letras, Secretaria municipal de Cultura, 1999.

SAINSBURY, T. *Paralímpicos: pasado, presente y futuro: lección universitária olímpica*. Barcelona: Centre d'Estudis Olímpics (UAB), 2004.

SAKER, Fernando. *Jornalismo e Pessoas com Deficiência. Construção de Conceitos e Superação de Estigmas por Meio da Comunicação*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), Faculdade Cásper Líbero, 2010.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação. 2021.

SANTOS, Wederson Rufino dos. Pessoas com deficiência: nossa maior minoria. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 18, p. 501-519, 2008.

SARMENTO, Rayza. Feminismo, reconhecimento e mulheres trans*: expressões online de tensões. *Pensamento Plural, Pelotas*, n. 17, p. 129-150, 2016.

SCHANTZ, O. J.; GILBERT, K. An ideal misconstrued: newspaper coverage of the Atlanta Paralympic games in France and Germany. *Sociology of Sport Journal*, 18, p.69-94, 2001.

SCHWARZE, S. Environmental melodrama. *Quarterly Journal of Speech*, 92, 239–261, 2006

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. *Revista estudos feministas*, v. 13, p. 11-30, 2005.

SEIDMAN, Steven A. On the contributions of music to media productions. *ECTJ*, v. 29, n. 1, p. 49-61, 1981.

SEKEFF, Maria de Lourdes. Música e semiótica. De sons e signos: música, mídia e contemporaneidade. São Paulo: Educ, p. 33-58, 1998.

SHAKESPEARE, T. *Disability The Basics*. Routledge, 2018.

SHAKESPEARE, T. *Disability: the basics*. London and New York: Routledge, 2018

SHELL, L.; DUNCAN, M. A. Content Analysis of CBS's Coverage of the 1996 Paralympic Games, *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 27-47, 1999.

SILVA, Carla Filomena; HOWE, P. David. Difference, adapted physical activity and human development: Potential contribution of capabilities approach. *Adapted Physical Activity Quarterly*, v. 29, n. 1, p. 25-43, 2012.

SILVA, Marcia Regina Carvalho da. *De olhos e ouvidos bem abertos: uma classificação dos sons do cinema*. 2005.

SMITH, P. Narrating global warming. In J. C. Alexander, R. N. Jacobs, & P. Smith (Eds.), *The Oxford handbook of cultural sociology*. pp. 745–760). Oxford: Oxford University Press, 2012.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Editora Vozes, 1999.

STAM, Robert; SHOHAT, Ella. Contested histories: Eurocentrism, multiculturalism, and the media. *Multiculturalism: A critical reader*, v. 296, p. 324, 1994.

TANKARD, James. W. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, Stephen. D.; GANDY JR., Oscar. H.; GRANT, August. E. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, p. 95-106, 2001.

TAYLOR, Charles. Multiculturalism. In: *Multiculturalism*. Princeton University Press, 1994.

TURNER, B. S. *The body & society* New York, Basil Blackwell, 1984.

VASCONCELLOS, Alice Sonaglio de; MACHADO, Roseli Belmonte. O Esporte como meio de superar a deficiência: análise da participação de atletas em programas de televisão. *TEXTURA-Revista de Educação e Letras*, v. 23, n. 56, 2021.

VENDRAMIN, Carla. Repensando mitos contemporâneos: o Capacitismo. *Simpósio Internacional Repensando Mitos Contemporâneos*, 2019.

VIJAYAN, Geethu. Disability Studies: A Path Breaking Approach in Literature. *The Creative launcher*, v. 5, n. 6, p. 15-19, 2021.

VIMIEIRO, Ana Carolina. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. *Lumina*, v. 3, n. 2, 2009.

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008. In: *E-Compós*. 2011.

VIVARTA, Veet. Mídia e deficiência. In: *Mídia e Deficiência*. 2003. p. 184-184.

WHEELER, G. D; STEADWARD, R., D; LEGG, D.; HUTZLER, Yesahavy; CAMPBELL, E.; JOHNSON, A. Personal investment in disability sport careers: an international study. *Adapted Physical Activity Quaterly*, v16, p. 219-237, 1999.

WINNICK, J. P. An integrated continuum for sport participation. *Adapted Physical Activity Quaterly*, v4, p. 157-161, 1987.

WOSNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, Stories, and Images: The Advantages of a Multimodal Approach in Comparative Media Content Research on Climate Change. Environmental Communication, 2014.

YOUNG, I. Justice and the politics of difference, Princeton, Princeton University Press, 1990.

_____. Recognition of love's labor: considering Axel Honneth's feminism. In B. V. D. BRINK, & D. OWEN, Recognition and power: Axel Honneth and the tradition of critical social theory (pp. 189-214). New York: Cambridge University Press, 2007.

_____. Structural injustice and the politics of difference. Social justice and public policy: Seeking fairness in diverse societies, p. 77-104, 2008.

ZETTL, H. Television Aesthetics. New York: Praeger, 1991.

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desigualdade perpetuada: os quadros de sentido da representação simbólica e do reconhecimento de atletas paralímpicos no Esporte Espetacular

Pesquisador: Kelly Cristina de Souza Prudencio

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 69010223.7.0000.0214

Instituição Proponente: Universidade Federal do Paraná - Ciências Humanas e Sociais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.069.796

Apresentação do Projeto:

A partir da discussão sobre reconhecimento, redistribuição e representação empreendida por Nancy Fraser (2009) e precedida pelo ideal normativo de justiça debatido por Axel Honneth (1999; 2003a), a questão que nos guia é: que ferramentas de representação simbólica e reconhecimento se tensionam no enquadramento de atletas com deficiência no Esporte Espetacular? Para chegar a possíveis respostas, analisamos todas as edições do programa esportivo entre 2017 e 2021. Após a observação das 240 edições exibidas nestes cinco anos de recorte, filtramos todas as reportagens veiculadas em 2021, ano de realização dos Jogos Paralímpicos de Tóquio, e que tivessem temática relacionada aos atletas paralímpicos. A partir das 103 reportagens restantes, empregamos uma adaptação ao método de enquadramento multimodal (WOSNIAK et al., 2014) para a análise de imagens televisivas. A metodologia analisa as dimensões noticiosa, narrativa e visual de conteúdos jornalísticos. Os achados dessa primeira etapa metodológica serão confrontados com entrevistas em profundidade com quatro atletas paralímpicos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Discutir e compreender, para além dos recursos audiovisuais que ajudam a construir a narrativa televisiva, de que forma o Esporte Espetacular associa suas ferramentas audiovisuais

Endereço: Rua General Carneiro, 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

ANEXO B – Roteiro de entrevistas - atletas paralímpicos

Bloco I - Dados pessoais

Nome: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Sexo: _____ Estado Civil: _____ Grau de escolaridade: _____

Qual a deficiência? _____

Classe funcional: _____ Congênita ou Adquirida? _____

Local de treinamento: _____

Bloco II - Deficiência e esporte

1. Qual foi a sua trajetória até a transformação em atleta paralímpico de elite?
2. Você conhecia algum atleta paralímpico ou já tinha contato com o esporte antes de virar profissional?
3. De que maneira você enxergava o esporte paralímpico antes de fazer parte dele?
4. O que influenciou na escolha pelo esporte que você pratica?
5. Que tipo de obstáculos você já enfrentou para conseguir praticar seu esporte?

Bloco III - Consumo de noticiários jornalísticos

6. Você acompanha noticiários esportivos?
7. Com que frequência você vê noticiários esportivos?
8. Quais noticiários esportivos você acompanha?

Bloco IV - Mídia e representação

9. Como você avalia a presença de assuntos relativos ao esporte paralímpico no noticiário esportivo do país?
10. Quando assiste uma reportagem sobre o esporte paralímpico na TV, você se sente bem representado?
11. Você acha relevante que a deficiência seja abordada durante essas reportagens?
12. Você acredita que o esporte paralímpico recebe o reconhecimento social que merece?
13. Você acredita que os problemas estruturais do esporte paralímpico recebem atenção do jornalismo esportivo de TV?
14. De que maneira você, como atleta paralímpico, avalia ser a melhor forma de tratamento jornalístico para esses atores?

15. Como você avalia a cobertura jornalística do Esporte Espetacular sobre o esporte paralímpico?

Bloco IV - Planos para o futuro

16. Como você espera ser representado simbolicamente pelo EE no futuro?

ANEXO C - Roteiro de entrevistas - Esporte Espetacular

Bloco I - Linha editorial

1. Em linhas gerais, qual é a linha editorial do EE?
2. O EE tem um manual de redação?
3. Qual é a prioridade no *hall* de coberturas do EE?
4. Qual é a forma de contar histórias do EE?

Bloco II - Cobertura do esporte paralímpico

5. De que maneira o EE aborda histórias de pessoas com deficiência que praticam esportes?
6. Há uma orientação a repórteres e editores sobre como tratar de histórias de pessoas com deficiência que praticam esportes ou as diretrizes são discutidas caso a caso?
7. Há ou houve, entre a equipe, uma discussão, debate ou capacitação sobre capacitismo?
8. Sobre a forma de contar as histórias, como o EE representa os atletas com deficiência?
9. O EE considera suficiente a cobertura que faz sobre o esporte paralímpico durante o período entre Jogos Paralímpicos?
10. O EE considera/considerava suficiente a cobertura que faz/fez sobre problemas estruturais enfrentados pelos atletas paralímpicos?

Bloco III - Ferramentas

11. O EE segue alguma orientação editorial em relação às imagens da deficiência em atletas?
12. Sobre o emprego da emoção na narrativa, essa é uma característica marcante em grandes reportagens do EE. Essa linha também aparece em grande parte das reportagens analisadas durante o recorte da tese. Esse diretriz mais, digamos, emotiva, é intencional? Por que ela o EE traz essa marca?

13. Quais as diferenças fundamentais entre a cobertura dos esportes paralímpicos e olímpicos?

Bloco IV - Planos para o futuro

14. O que o EE espera para o futuro da cobertura do esporte paralímpico no país?